

Rodrigo da Silva

**De rios e colinas: a cidade de São Paulo entre os séculos XVI a XVIII. Um estudo sobre a tradição urbanística de origem lusitana e suas transformações à época do Iluminismo**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: História Social

Orientadora: Prof. Dra. Cecília Helena L. de Salles Oliveira

De acordo

São Paulo  
2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

SILVA, Rodrigo da, *De rios e colinas: a cidade de São Paulo entre os séculos XVI a XVIII. Um estudo sobre a tradição urbanística de origem lusitana e suas transformações à época do Iluminismo*, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em \_\_/\_\_/\_\_

### BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Dr(a).: \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof(a). Dr(a).: \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof(a). Dr(a).: \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof(a). Dr(a).: \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof(a). Dr(a).: \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

***À meu pai, José Mauro, e meu filho,  
Bernardo, dois pontos no tempo.***

## AGRADECIMENTOS

Há, aproximadamente, 17 anos cheguei a Universidade de São Paulo, absolutamente deslumbrado com a instituição e com o curso para o qual fora aprovado. É muito tempo para uma pessoa, embora seja quase nada para os objetos que estudo.

Em dois anos o meu deslumbre havia se tornado em uma forma de descrença cínica; como explica a psicologia ninguém é responsável pelas expectativas que criamos em nossas mentes. Obviamente o curso de História não existe para satisfazer minhas expectativas, mesmo aquelas de ordem básica (compromisso, seriedade, honestidade, etc.).

Sobre isso aprendi muito com o falecido Prof. István Jancso, de quem fui aluno e bolsista de iniciação científica a partir do segundo semestre de curso. As pessoas são somente humanas (o que é uma grandeza e uma miséria a um tempo só). Só podemos esperar humanas reações.

Devo dizer, em verdade, que não se trata(va) de uma descrença com a História, nem com a USP, nem com o curso, mas com pessoas e com o processo que as leva a terem o poder decisório.

De certa forma devo agradecer profundamente a esse choque de realidade, pois foi ele que me tocou da História e me obrigou ao refúgio em outros lugares da universidade (ou fora dela). O primeiro asilo me foi concedido na Estação Ciência da Universidade de São Paulo, na qual estagiei por três anos como educador. Lembro-me das intermináveis discussões com amigos da física, biologia, matemáticas, com o então diretor Prof. Ernst Hamburger (IF/USP) e sua vice-diretora, Profa. Dilma de Melo e Silva (ECA/USP). Sou imensamente grato a eles e a esse período passado lá, pois me possibilitou uma aproximação com as diversas ciências (que deveria ser a alma de uma “universidade”) que eu jamais teria no curso de História.

Devo expressar, também, a imensa gratidão aos professores que fizeram o curso de história valer a pena. Costumo dizer que meu curso teve menos de uma dezena de professores.

Sou eternamente grato por ter sido aluno de Ana Maria Camargo, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, Nicolau Sevcenko, Maria Ligia Coelho Prado, István Jancso e minha orientadora, Cecília Helena L. de Salles Oliveira. Vinícius de Moraes escreveu que a vida é a arte do encontro, malgrado tantos desencontros pela vida; talvez, com os demais professores do departamento, tenha havido apenas “desencontro”. Tivesse sido aluno em outras condições, em outras épocas, minhas ou deles, o juízo seria diverso.

Também por esse afastamento pude transitar entre pessoas que são – hoje – quase mitos da universidade, sobre as quais resta até um ponto de dúvida se eram reais ou não (dado o atual estado das coisas). Pude ter contato com o Prof. Milton Santos, Aziz Ab’Saber, Alfredo Bosi, Ernst Hamburger e, mais recentemente, Paulo Mendes da Rocha. Com cada um deles o contato se deu numa condição diversa, e, provavelmente por isso, extremamente rico.

Com Paulo Mendes da Rocha, especificamente, tivemos longuíssimas conversas sobre a relação entre cidades e arquitetura, nas quais sempre estava presente a figura de João Batista Vilanova Artigas. As conversas com Paulo Mendes, sem que ele saiba disso, me iluminou uma série de questões ainda em tempo de corrigir os rumos deste trabalho. Em lembrança e em gratidão a ele, e a Artigas (indiretamente), cito a frase lapidar do antigo professor da FAU: “as cidades como as casas, as casas como as cidades”.

As vezes esquecemos das relações imemoriais que criamos com as cidades; elas são (deveriam ser?) nossos espaços de (con)viver, deveriam ser extensões de nossas casas (como relações humanas) e estas extensões da cidade. Em grande medida é por não ser mais assim que as crises urbanas contemporâneas se impõem.

Sou imensamente grato aos colegas e professores que me acolheram no campo do patrimônio cultural e histórico: Profa. Dra. Erika Robhran Gonzáles, Prof. Dr. Paulo de Blasis, Prof. Dr. Wagner Gomes Bernal e Dr. Paulo Zanetinni.

Foi através deles que pude coordenar essa montanha de projetos e conhecer lugares os quais eu sequer imaginava existirem.

Os parceiros de trabalho, dos quais fui aluno exclusivo, também são alvo de minha imensa gratidão: Rodolfo Luz e Cristiano Fuin da geologia, Gilberto da Silva Francisco, Gérson Levi Mendes e Clayton Galdino da arqueologia.

Agradeço também a Profa. Dra. Cecília Helena de Salles Oliveira por haver me acolhido como orientado já há quase dez anos. Como já escrevi anteriormente, mas repito sempre: a convivência em seu grupo de pesquisa me proporcionou o ambiente mais franco, colaborativo, honesto e comprometido que pude conhecer na universidade. Sua orientação jamais se pautou nos laços de vassalagem que caracterizam, tantas vezes, a academia. Sua generosidade e companheirismo sempre fizeram de seu entorno um oásis na academia.

Aos amigos de pesquisa, Renato Mattos, Carlos Eduardo França de Oliveira, Ana Paula Medici, Guilherme de Paula, Erik Hörner, pelos anos de convivência e debate, pela colaboração sincera.

A Comissão de Bolsas do Programa de Pós-Graduação em História Social e ao CNPq por terem me concedido a bolsa que me acompanhou em quase todo o doutorado. Como bolsista desde a iniciação científica devo reconhecer que sem a ajuda delas o percurso teria sido muito mais complexo e incerto.

A minha esposa, Adriana Dupita, pelo companheirismo e compreensão do quanto uma tese poder ser geradora de dores e delícias.

A minha família e meus pais especialmente, Cleide e José Mauro (que não chegou a ver esse percurso concluído), por terem me proporcionado uma “vida entre os livros” e a tranquilidade para poder estudar e ser o que eu quisesse.

Por fim não agradeço às condições de trabalho no Brasil. Apesar de compor um grupo absolutamente privilegiado da população brasileira (e bem conheço, dadas as andanças pelo país, o quanto ele pode ser indiferente, desigual, desumano) as condições e situações são deprimentes.

Mais do que ausência material o que gera indignação e revolta é a pobreza institucional, a miséria dos valores republicanos. E isso é uma questão de ordem cultural, não conhece grau de escolaridade, etnia, condição sexual ou classe social. Somos profundamente antirrepublicanos como cultura, Sérgio Buarque de Holanda continua explicando o país.

Os acessos – ou a recusa a eles – se dão pelas simpatias, não pelo caráter institucional; sempre há uma regra criada ou invocada de última hora para justificar a preguiça, o descaso, a má vontade.

Uma pequena história ilumina esse mal-estar: de viagem marcada a Lisboa marquei visita ao Instituto Geodésico e Cartográfico português, hoje IGeoE por haver sido incorporado ao Exército. Chegando a Portugal percebi que estava no meio das festas dos Santos (nossas “Festas Juninas”, mas que em Portugal tem importância semelhante ao nosso carnaval). Nessa semana, de festa de Santo Antonio, padroeiro de Lisboa, todo o comércio – que não esteja ligado a festa – fecha. Hospedado em um apartamento secular na Alfama, via os desfiles passarem debaixo de minha janela – com fantasias e fanfarras – e sentia gelar a espinha, pois tinha poucos dias para consultar o arquivo.

Imaginei que haviam se confundido nas datas e que eu daria com a porta na cara ou com um segurança mal-humorado no Instituto. Chegando lá, próximo a Fundação Calouste Gulbenkian, meu nome já estava na portaria com autorização para entrada. Na sala de consulta estava a diretora pessoalmente e dois outros funcionários. Quando lhe perguntei se não folgavam no feriado ela me respondeu que sim, mas que – como eu me dera ao trabalho de atravessar o Atlântico para consultar o arquivo – não lhe custava abri-lo para mim e convocar dois funcionários para que me ajudassem.

Consultei, paguei a reprodução na hora (algo na casa de 300 euros), saí de lá com um pen-drive com os arquivos em altíssima resolução (além de receber links imediatamente em meu e-mail para descarregar as imagens posteriormente, caso houvesse algum imprevisto). A diretora me acompanhou o tempo todo – para me ajudar, não vigiar como ocorre aqui – e, de saída, me presenteou com um *Atlas* de Portugal, algumas reproduções de plantas de Lisboa (contemporâneas) e dois calendários.



Nem precisava me presentear com absolutamente nada, bastava o republicanismo e o comprometimento com o qual me trataram para que eu saísse de lá impressionado com eles e deprimido conosco. Fico profundamente irritado quando atribuem aos portugueses nossas mazelas. Elas são só nossas e de mais ninguém; atribuir aos outros é impor um fatalismo e nos infantilizarmos diante de nossas responsabilidades.

Uma ex-aluna, Giovana Faviano, a qual se especializou em arquivística, em viagem a Washington, DC, passava diariamente em frente ao Arquivo Nacional dos EUA, com os fuzileiros postados a porta. Certo dia, algo desconfiada, perguntou a um deles se podia entrar (afinal, aqui, a primeira coisa que ocorre quando você entra num arquivo ou biblioteca é um segurança mal treinado lhe abordar perguntando: “Pois não?” ou “O que deseja?”). O fuzileiro olhou para ela surpreso e disse: Claro, por que não poderia?

Ela entrou. Lá dentro havia centenas de mesinhas com pessoas das mais variadas – jovens, pessoas de idade, pesquisadores de roupa social – cada um vendo algo diverso: assistindo um vídeo, ouvindo gravações, lendo documentos ou livros. Um imenso balcão de informações orientava e auxiliava as pessoas a obterem o que desejavam.

Pois há que diga que são os Estados Unidos da América uma nação que despreza a história, a memória, o patrimônio. Sim, com certeza.

É certo que há progressos no Brasil, mas em dimensão e velocidade absolutamente insuficientes para um país que se pretenda uma democracia. Por isso não há como ser grato às nossas instituições.

***Como todas as outras artes, a Ciência da Dedução e Análise é tal que só pode ser adquirida mediante longo e paciente estudo, e a vida não é longa o bastante para permitir a um mortal atingir nela a máxima perfeição possível.***

Arthur Conan Doyle, *Um estudo em vermelho*, 1887.

***Todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaço.***

Michael de Certeau, *A invenção do cotidiano*, 1980.

## RESUMO

Esta tese tem como objetivo analisar os processos históricos envolvidos na criação e difusão de uma cultura urbanística lusitana, a qual se formou alinhando e reinterpretando inúmeras referências e que as transformou continuamente ao longo dos séculos e de sua expansão territorial. Tomamos o século XVI como referência da expansão lusitana e o caso de São Paulo de Piratininga – tida pela bibliografia especializada como uma excepcionalidade na história urbanística e colonial portuguesa – como exemplo de alinhamento com a tradição urbanística portuguesa. Essa inserção é visível através do cotejamento da história urbana de outras cidades portuguesas (como Coimbra, Sintra, Tomar, mas, sobretudo, Lisboa). De outro lado, contempla-se o século XVIII como um momento de profundas mudanças nessa tradição urbanística e a inserção de novas mentalidades, práticas, motivadas principalmente pelo surgimento de novos movimentos (como o iluminismo) e protagonistas ou, ainda, suas novas faces (como o Estado português, em processo de centralização, de aproximação com os interesses mercantis e de medidas modernizadoras). Procura-se, por fim, demonstrar a complexidade dos processos culturais que envolvem, ao longo dos séculos, a criação e transformação das cidades, bem como a intensa circulação de ideias, pessoas, práticas entre a Europa e as Américas.

Palavras Chave: Cidades, jesuítas, história, São Paulo, Lisboa.

## **ABSTRACT**

This thesis aims to analyse the historical processes involved in the creation and dissemination of a Lusitanian urban culture. Such culture was built on connecting and reinterpreting numerous references, and it has continually changed over the centuries and over its territorial expansion. We take the sixteenth century as a reference of the Portuguese expansion, and the case of São Paulo de Piratininga - taken by professional literature as an exception in urban history and Portuguese colonial experience - as an example of alignment with the Portuguese urban tradition. This connection is visible through collating the urban history of other Portuguese cities (such as Coimbra, Sintra, Tomar, but especially Lisbon). On the other hand, we look at the eighteenth century as a time of profound changes in such urban tradition. It is also a period of inclusion of new attitudes and practices, driven mainly by the emergence of new movements (such as the Enlightenment), of new protagonists or of their new faces (as the Portuguese State, which went through a process of centralization and rapprochement with the mercantile interests, and of modernizing measures). Lastly, we aim at demonstrating the complexity of cultural processes that, over the centuries, involve the creation and transformation of cities, as well as the intense flow of ideas, people, practices between Europe and the Americas.

Keywords: cities, history, jesuits, São Paulo, Lisbon.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1 - A CIDADE NO UNIVERSO LUSITANO, DEVORANDO E REINVENTANDO TRADIÇÕES</b>	<b>36</b>
1.1 Criatividade e Tradição	38
1.2 Circulação, circulações	42
1.3 Um modelo mediterrâneo?	47
1.4 A herança clássica	69
1.5 Lisboa no medievo	73
<b>CAPÍTULO 2 - PIRATININGA ANTES DE SÃO PAULO, UMA SUPOSTA EXCEPCIONALIDADE</b>	<b>83</b>
2.1 Os jesuítas vêm Piratininga	83
2.2 Uma ordem entre dois tempos	88
2.3 Cidades jesuíticas	138
2.4 Conímbriga e Coimbra: novamente a mescla de tradições	140
2.5 De volta a São Paulo	153
2.6 Um epílogo jesuíta, olhando para suas cidades no século XVIII	161
<b>CAPÍTULO 3 - O SÉCULO XVIII: ABERTURA TRIUNFAL AOS SONS DE UM TERREMOTO</b>	<b>172</b>
3.1 Lisboa às vésperas da tragédia	173
3.2 O terremoto e depois	183
3.3 O Estado e as cidades	191
3.4 As Luzes iluminam as cidade?	195
3.5 São Paulo na viragem do século XVIII ao XIX, ou Novo mundo, novas cidades	209
3.6 O sítio urbano de São Paulo	217

3.7 A cidade antiga	226
3.8 São Paulo no concerto lusitano: a expansão da cidade e a circulação das ideias	232
3.8 A Cidade Nova	242
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>251</b>
<b>Documentação impressa</b>	<b>261</b>
<b>Cartografia</b>	<b>265</b>
<b>Iconografia</b>	<b>267</b>
<b>Bibliografia consultada</b>	<b>269</b>

## INTRODUÇÃO

Creio que não seja tarefa ociosa retomar o histórico de certa caminhada, de uma pesquisa. Particularmente me interessa pelos bastidores, por aquilo que não está revelado no texto que tenho em mãos, ou, então, que tentamos ficar adivinhando a respeito das intenções e premissas de um autor.

Depois de alguns anos estudando com o Prof. Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses passei a me interessar especificamente pela cultura material e pela história cultural. As aulas do saudoso Prof. Nicolau Sevcenko também contribuíram profundamente para a consolidação do interesse pela história cultural e pela história da cidade de São Paulo (embora o que Sevcenko estudasse fosse mais os movimentos, o intangível, mentalidades, do que a cidade em si).

Foi ao final da graduação que me aproximei da Profa. Cecília Helena L. de Salles Oliveira, a qual é – além de referência sobre a história política do Império brasileiro e o liberalismo – profunda conhecedora da história de São Paulo – cidade e província, habituada com as lides da cultura material graças a sua longa trajetória no Museu Paulista e habilíssima com as questões que envolvem a história, a memória e a construção das narrativas.

Profa. Cecília me acolheu como orientando em 2005 e demos início a um projeto de mestrado cujo objetivo era lançar luz sobre um dos aspectos que mais nos criava espécie nas narrativas e na memória a respeito da cidade de São Paulo: sua suposta pobreza. Nesse período compus inúmeras equipes de pesquisa de patrimônio histórico e arqueologia em São Paulo (e em tantos outros estados, mas, especificamente em São Paulo) e me gerava estranheza que um dos procedimentos fundamentais do trabalho com os documentos materiais, com os objetos fosse regularmente abandonado pelos arqueólogos: o objeto deve ser investigado, esmiuçado, interpretado e dele tirar informações que auxiliem na construção de cenários e interpretações.

O que regularmente ocorria era o inverso. Eu era chamado a oferecer “cenários” históricos dentro dos quais os arqueólogos lançavam os objetos como

quem classifica em escaninhos de uma imensa reserva técnica. Os objetos, para a maioria deles, eram invocados para “confirmar” narrativas que já traziam para o campo. Um prato de cerâmica rústica, encontrado em uma escavação, passava – nesse quadro – a ser “prova irrefutável” da pobreza, da rusticidade de São Paulo em certo período. Da mesma forma era comum recorrer a textos clássicos sobre São Paulo, de Affonso Taunay<sup>1</sup>, de Sérgio Buarque de Holanda<sup>2</sup>, Alcântara Machado<sup>3</sup> e, sobretudo, Ernani da Silva Bruno<sup>4</sup>, para estabelecer uma “cronologia” da história de São Paulo.

Pois bem, minha pesquisa começou com essa premissa: investigar os objetos, muitos deles guardados nas reservas técnicas do Museu Paulista e do Departamento de Patrimônio Histórico do Município de São Paulo.

O contato com a realidade se mostrou desestimulante e caótico. As coleções reunidas nas instituições de São Paulo careciam de informações básicas: datação, origem, forma de captação, descrição das técnicas e materiais, existência de objetos similares em outras coleções, etc. Isso já formava um quadro bastante ruim, mas iria piorar.

Certas coleções, tidas como canônicas para a história de São Paulo (objetos expostos no Museu Paulista, na Casa Bandeirista, no Museu da Casa Brasileira, etc.), embora não tivessem informações sistemáticas, guardavam nos arquivos notações da forma de “captação”. Parte significativa desses objetos fora reunida por intelectuais paulistas envolvidos da comemoração do IV Centenário da Cidade de São Paulo, em 1954, e o critério para sua coleta foi essencialmente

---

<sup>1</sup> TAUNAY, Afonso D'Escagnole, *São Paulo nos primeiros anos 1554-1601 e São Paulo no século XVI*, São Paulo: Paz e Terra, 2004. 1ª. Edições 1920 e 1921 subsequentemente.

<sup>2</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Caminhos e fronteiras*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>3</sup> MACHADO, Alcântara, *Vida e morte do bandeirante*, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1980. 1ª. Ed. 1929.

<sup>4</sup> BRUNO, Ernani da Silva, *História e tradições da cidade de São Paulo*, 3 vol., Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.



“ser como era”. Em termos mais claros: não era um critério fundamental que os objetos reunidos tivessem indubitavelmente pertencido a famílias residentes em São Paulo em cada período (colônia, império), bastava que eles fossem similares ao que certos documentos escritos descreviam. Se um documento da antiga Câmara de São Paulo citasse uma demanda envolvendo uma arca com três fechaduras, empregada como cofre pelas autoridades, isso era o suficiente para que uma arca de três fechaduras fosse adquirida em Pernambuco, na Bahia, no Mato Grosso ou nas Minas Gerais. Essas coleções perderam de modo irreversível suas informações fundamentais e hoje constituem um simulacro bem difundido e oficialmente aceito.

O que se fez, de fato, foi buscar peças que dessem visualidade à história, tal como Dominique Poulot<sup>5</sup> descreve em suas pesquisas sobre as relações entre história, narrativa, objetos e museus. Esses objetos provaram visualmente durante décadas para visitantes – e também estudiosos menos precavidos – o que fora São Paulo, e como ela passara de um *Arraial de sertanistas* à *Metrópole do café*<sup>6</sup>. Uma história de sucesso, de vitória, de superação da pobreza.

Foi nessa chave entre a impossibilidade de trabalhar com as coleções de objetos e o desconforto com as narrativas a respeito da história de São Paulo que o meu trabalho de mestrado ganhou um rumo distinto.

Quando iniciei minha pesquisa de mestrado, algo entre 2004 e 2005, me propus, inicialmente, a elucidar uma série de “ideias fortes” a respeito da história da cidade de São Paulo. Essas “ideias fortes” – e uso esse termo em substituição a outros, pois é exatante isso que são: ideias que transitaram/am em meio a vários grupos de pensadores, das mais variadas origens e formações, ao longo de séculos de bibliografia que trata do tema – diziam/em respeito à suposta excepcionalidade de São Paulo no concerto colonial português, seu pretense isolamento, pobreza, insignificância política, marginalidade econômica, etc.

A questão da riqueza X pobreza era central e dominava os demais em minhas preocupações. Contudo dois ou três movimentos, simultâneos,

---

<sup>5</sup> POULOT, Dominique. Uma História do Patrimônio no Ocidente. Séculos XVIII-XXI. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

<sup>6</sup> BRUNO, Ernani da Silva, op. Cit.

ocorreram logo no início da pesquisa: em primeiro lugar percebi que o problema se deslocava de uma dimensão “material” da discussão para outra, essencialmente “bibliográfica”, do campo das ideias e do discurso. Em outros termos, percebi que a tais ideias fortes, que retornavam como um *leitmotiv* através dos textos, dos autores e do tempo, pouco diziam respeito à uma materialidade da história, ou, ainda, a uma história das coisas materiais. Portanto, meu problema se tornava iminente da recuperação e do entendimento dos processos que deram luz a esse quadro.

O segundo evento foi o aparecimento do trabalho da historiadora Maria Aparecida Borrego, *A Teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*<sup>7</sup>, o qual, exatamente através de uma investigação da vida material dos habitantes de São Paulo nos setecentos, dava cabo da questão da suposta pobreza da cidade. E isso me liberava para atender a questão que se me apresentara então.

O terceiro, e último, movimento foi compreender que uma cidade, como artefato extremamente complexo, multifacetado, dinâmico, não podia ser resumida a isto ou aquilo, a rica ou pobre, marginal ou central. Os textos de Ulpiano Meneses<sup>8</sup> e dos autores da *Histoire de la France urbaine*<sup>9</sup> me esclareceram que as cidades são tudo isso ao mesmo tempo e que, tratando-se de uma discussão fundamentada no campo da cultura, era fundamental colocar essas discussões em relação, em contexto, em escala, encontra-las dentro de léxicos culturais.

Pobre em que sentido? O que é, para uma cidade, ser pobre? Marginal? No quê? Isso me levou, sempre dentro da proposta de um estudo bibliográfico, a procurar demarcar o lugar de onde cada autor escrevia. Sendo humanos suas visões a respeito da cidade de São Paulo somente poderiam ser compreendidas a luz do mundo e dos valores que cada um conhecia e cultivava.

O resumo desse itinerário foi a execução de um trabalho bastante extenso – jamais exaustivo – de mobilização de textos, autores, da construção de

---

<sup>7</sup> BORREGO, Maria Aparecida de Menezes, *A Teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*, tese de doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 2006.

<sup>8</sup> MENESES, Ulpiano T. B. de, “Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana”, in *Revista USP: Dossiê Brasil dos Viajantes*, São Paulo, N. 30, junho/agosto 1996, pp. 144-155.

<sup>9</sup> DUBY, Georges (org.), *Histoire de la France urbaine*, Paris: du Seuil, 1981.

cronologias e de uma vasta rede de filiações e intercâmbios. O volume de textos lidos, consultados, de autores, de fato é bastante significativo.

E, para organizar, compreender, essa constelação de textos e autores adotei uma metodologia que se apegava a dois princípios: o genético e o da rede. Ou seja, as influências, por suposto, só podem se processar no sentido do relógio, não existe “influência pretérita”. Mas, quando muitos escrevem ao mesmo tempo, redes se estabelecem, não apenas diretamente – na troca de ideias, na confluência de trabalhos, na dimensão epistolar – mas, também, pela apropriação direta ou indiretamente dos autores (o que, no meu caso, dava o caráter de fortitude a determinadas ideias, repetidas, apropriadas). Sempre que eu tomava um novo livro nas mãos, mesmo quando se tratava de uma obra recente, as referências bibliográficas eram as mesmas e, geralmente, empregavam as mesmas passagens para – com novas palavras – dizer quase que exatamente o que já fora dito. A obra organizada por Paula Porta, para as comemorações dos 450 anos da cidade de São Paulo, é exemplo cabal disso: diversos autores, com textos novíssimos, defendendo idéias seculares às vezes, e sempre tendo ao final a velha passagem da pobreza à riqueza graças ao espírito empreendedor e destemido dessa *raça de gigantes*.

Em primeiro lugar a pergunta “riqueza ou pobreza” se tornou ociosa, e equivocada. Ao tomar contato com os materiais coletados das escavações, lendo os textos de alguns estrangeiros que passaram por São Paulo no século XIX, ficou claro para mim que São Paulo era pobre sim, tanto quanto era rica. A questão é como o leitor/interprete ajustasse sua lente<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> MEDICCI, Ana Paula, *Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*, tese apresentada para obtenção do título de doutor, São Paulo: FFLCH/USP, 2010. BORREGO, Maria Aparecida de Menezes, *A Teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*, tese de doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 2006. BLAJ, Ilana, *A trama das tensões: o progresso de mercantilização da São Paulo colonial, 1681-1721*, São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2002. MARANHÃO, Milena Fernandes, *A opulência relativizada: significados econômicos e sociais dos níveis de vida dos habitantes da região do Planalto de Piratininga, 1648-1682*, dissertação de mestrado, ALGRANTI, Leila Mezan (orient), Campinas: IFCH/Unicamp, 2000.

A leitura, também, de textos fundamentais sobre história urbana – como *Histoire de la France urbaine*<sup>11</sup> – colocou uma nova perspectiva: as cidades não são, elas estão. E como entes de complexidade profunda, o que podemos obter são instantâneos, captados de um ponto de vista, com um certo recorte. A pretensão totalizante – se já é absurda em outros objetos de estudo – no caso das cidades beira o risível.

Diante disso tudo entendi que a primeira tarefa a realizar era a de mergulhar na bibliografia que trata a respeito da história de São Paulo e organizá-la sistematicamente. Isso implicava em determinar um ponto de partida e não sair lendo qualquer coisa que passasse pela frente. Georges Duby me auxiliou, pois ao escrever *As três ordens do imaginário medieval*<sup>12</sup> ele estabelece um método genético de pesquisa. Não que Duby estivesse a fazer coletas de traços humanos nos papéis para definir paternidades; o caráter genético diz respeito a filiação das ideias contidas nos textos. A partir de um texto muito influente que tratava do tema ele procedeu uma investigação reversa, retomando o passo anterior até encontrar a matriz da ideia.

Apesar de ser uma tarefa hercúlea, me pareceu um caminho seguro – um método literalmente. Tomei *História e tradições da cidade de São Paulo* de Ernani da Silva Bruno, editado em três volumes pela editora José Olympio em 1953 como ponto de partida, e isso por uma série de motivos: estabelecia uma cronologia que era aceita vastamente (Arraial de sertanistas, Burgo de estudantes e Metrópole do café), enfatizava a pobreza da cidade de São Paulo até a chegada do café e o provincianismo até a instalação da Academia de Direito (em verdade de Ciências Sociais primeiramente, somente depois, oficialmente, de Direito) do Largo de São Francisco. Era uma obra vasta e, o que era imprescindível, citava fartamente passagens de outras obras e sua bibliografia não omitia nada nem ninguém. Era um manancial de informações.

---

<sup>11</sup> DUBY, Georges (org.), *Histoire de la France urbaine*, Paris: du Seuil, 1981.

<sup>12</sup> DUBY, Georges, *As três ordens ou o Imaginário do Feudalismo*, Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

A partir do livro de Ernani da Silva Bruno passei a recorrer a cada obra indicada por ele, recuperar o trecho em sua íntegra e contexto. Depois, a partir dessa segunda geração de textos – aqueles que informaram Bruno – passei a uma terceira geração, ou seja, aqueles textos que informaram os que subsidiaram *História e tradições da cidade de São Paulo*. Fiz esse processo sistematicamente até chegar ao último quartel do século XVIII, quando surgem as primeiras obras dedicadas a história de São Paulo, escritas por Frei Gaspar<sup>13</sup> da Madre de Deus e Pedro Taques<sup>14</sup>.

Com a organização dos fragmentos e passagens que cada um deles havia empregado, de onde os havia trazido, e o contexto onde os inseriam pude, pouco a pouco, ver a construção de uma rede de memórias a respeito da cidade de São Paulo.

Era patente que sem esse trabalho a abordagem que eu propusesse a respeito da materialidade da cidade estaria comprometida pela teia de interpretações tecida ao longo de séculos e por pessoas e grupos distintos.

Uma das principais conclusões do trabalho foi a incrível permanência de determinados aspectos da narrativa – desde o século XVIII – ainda que sendo resignificados por grupos distintos e colocados em novos contextos, inclusive com sentidos opostos aos originalmente intentados<sup>15</sup>.

Um dos exemplos mais patentes é, justamente, a ênfase na rusticidade e pobreza de São Paulo. Frei Gaspar da Madre de Deus, que inaugura em boa medida esse discurso, o faz por estar associado através de laços consanguíneos a grupos que haviam entrado em crise junto com a interrupção do apresamento de indígenas – os quais mantinham em grande medida as lavouras paulistas. Denunciar a “decadência” de São Paulo era uma fórmula – empregada algures

---

<sup>13</sup> MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da, *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*, São Paulo: Livraria Martins, 1953. 1<sup>o</sup>. Ed 1797.

<sup>14</sup> TAQUES, Pedro, *Nobiliarquia paulistana, Histórica e Genealógica*, 5<sup>o</sup>. Ed, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980.

<sup>15</sup> SILVA, Rodrigo da, *Sobre taipas e textos. Um estudo sobre as narrativas a respeito da cidade de São Paulo*, São Paulo: Alameda, 2013.

– como forma de pressionar as autoridades coloniais. Contudo essa mesma ideia irá ressurgir nos textos escritos já na segunda metade do século XIX por membros das elites econômica e intelectual paulistas, muito distantes de qualquer crise ou carência. Ocorre que a descrição de uma suposta pobreza generalizada em São Paulo lhes atribuía um caráter protagonista na recuperação econômica, social, demográfica de São Paulo, criava e alimentava o mito da “Metrópole do Café”.

Realizar esse mergulho e sistematização dos textos, ideias e discursos possibilitou vislumbrar uma cidade mais *comum*, ainda que no âmbito de suas singularidades (afora, como toda cidade).

Mas uma questão central se formou no decorrer da pesquisa. Ainda no campo da materialidade da cidade há duas ideias – basilares como a da pobreza – que transitam direta ou indiretamente a grande maioria dos textos que tratam da história de São Paulo: a de que a cidade seria uma excepcionalidade no universo lusitano, por conta de sua localização no planalto, distante do mar, e a que ela se transformara radicalmente no decorrer dos séculos, por conta do certo “desapego” aos marcos simbólicos da cidade, pela “pujança econômica”, pela indiferença à história e à memória, e, por fim, por ter sido uma cidade construída originalmente – de taipa – para não durar<sup>16</sup>.

Ainda no decorrer da pesquisa de mestrado me ocupei de uma tarefa que elucidava um dos pontos desse discurso: o do apagamento da São Paulo colonial.

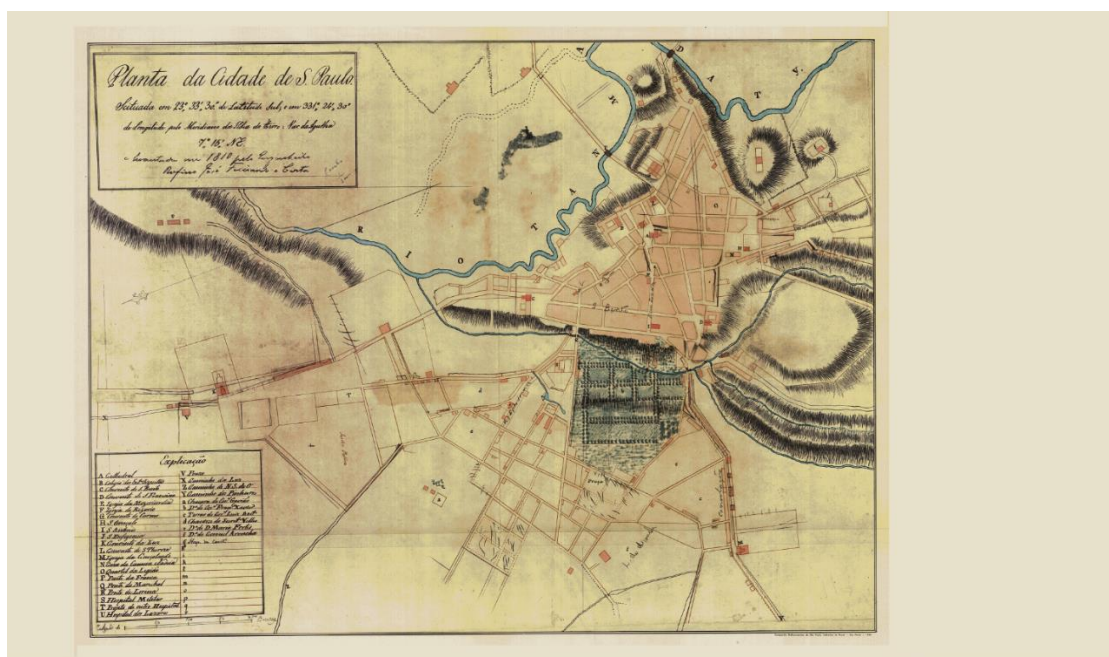
A referência cartográfica mais antiga que temos da cidade é a *Planta da Cidade de São Paulo levantada em 1810 pelo engenheiro Rufino José Felizardo e Costa*<sup>17</sup>. Pois bem, essa planta se restringe àquilo que era compreendido como “cidade” (em oposição à categoria de município), por isso áreas já ocupadas e pertencentes a São Paulo não constam da obra. É comum nos relatos dos

---

<sup>16</sup> BRUNO, Ernani da Silva, *História e tradições da cidade de São Paulo*, 3 vol., Rio de Janeiro: José Olympio, 1953. TOLEDO, Benedito Lima de, *São Paulo, três cidades em um século*, São Paulo: Duas Cidades, 1983.

<sup>17</sup> *Planta da Cidade de São Paulo levantada em 1810 pelo engenheiro Rufino José Felizardo e Costa*. Coleção IV Centenário, Acervo Biblioteca Mário de Andrade.

viajantes estrangeiros se deparar com a afirmação de que “após dias de viagem pudemos, finalmente, ver a cidade”. Ora, eles já se encontravam em território paulistano, mas “a cidade” é onde se concentram os poderes, é onde se aglomeram as pessoas, é onde ocorrem as principais atividades. A planta da “cidade” de São Paulo em 1810 tem efetivamente esse caráter: registrar o que para eles, efetivamente, era a cidade.



*Planta da Cidade de São Paulo levantada em 1810 pelo engenheiro Rufino José Felizardo e Costa.*

Nessa planta podemos ver claramente a organização das ruas, das quadras, a disposição das igrejas, as áreas de declive (com hachuras), as principais ligações rumo as demais regiões da colônia.

O setor pintado levemente em cor rosa claro compreende o primeiro núcleo de ocupação do sítio de São Paulo, sendo que o setor aberto (mais claro) próximo ao centro da planta é o Pátio do Colégio, local de ocupação original dos jesuítas. Nos fundos do Colégio podemos observar um forte declive (existente ainda hoje) que levava à várzea inundável do rio Tamanduateí. Na parte superior do Pátio está a rua que descia à mesma várzea, conhecida como Rua das

Casinhas, e que concentrava o comércio a retalho da cidade. Hoje esta rua se tornou a General Carneiro, a qual continua saindo da lateral do Pátio e seguindo rumo à várzea, e que, igualmente, continua abrigando o comércio varejista (ainda que de roupas e calçados). A várzea, diferentemente da Planta de 1810, hoje se ampliou, grandemente em função da retificação do rio Tamandateí (o qual apresenta seu traçado original em 1810, extremamente meândrico e dado as inundações periódicas de verão), a qual já estava insinuada na planta através de um tracejado que indica a ligação dos dois trechos mais retilíneos do rio, ganhando a região meândrica à cidade e suas construções.

A área mais intensamente hachureada, no topo, é a região da rua da Tabatinguera e da atual Conde de Sarzedas, a qual desemboca – assim como em 1810 – na “Baixada do Glicério”, área que circundava a região do cemitério dos enforcados, a Praça da Forca e a Igreja de Santa Cruz dos Enforcados (hoje compondo o núcleo do bairro da Liberdade).

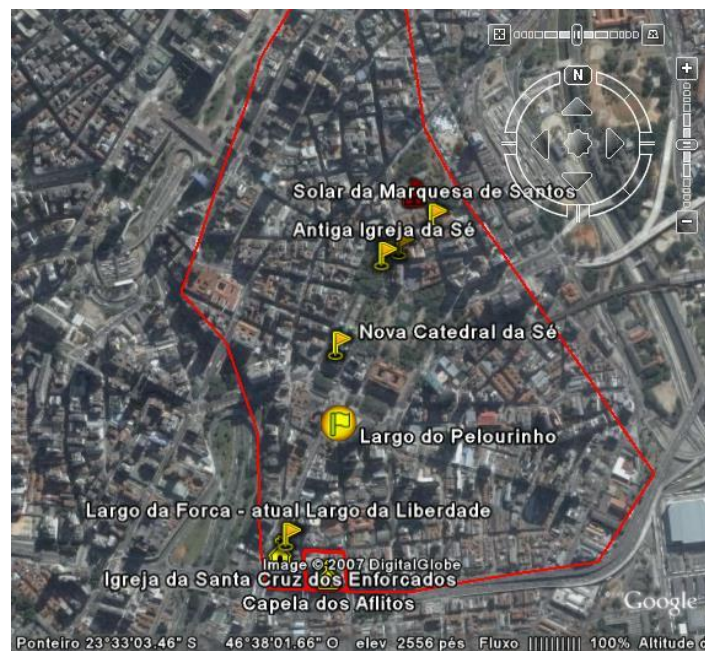
Atravessando a planta quase que em seu centro exato esta o riacho Anhangabaú, para além do qual surge uma área pintada de verde (o que ilustra seu caráter ainda baldio) que apresenta divisões de lotes e ruas recém abertas - loteamento da região se iniciara no último quarte do século XVIII por iniciativa de Arouche de Toledo Rendon. Os lotes desenhados, mas sem a coloração rosa, representam áreas ainda sem edificações, o que indica a comercialização e os planos de expansão da cidade rumo ao espigão que separa as várzeas dos rios Tamandateí e Pinheiro (e que receberia exatamente em seu cume a avenida Paulista). Pintados em vermelho (que deveria ser intenso, mas que o tempo ocupou-se de desbotar) estão as igrejas, conventos, mosteiros e demais edificações que marcavam a cidade.

Com informações obtidas nos textos descritivos do início do século XIX, comparando a planta de 1810 com fotos atuais de satélite, pudemos ter o seguinte quadro:

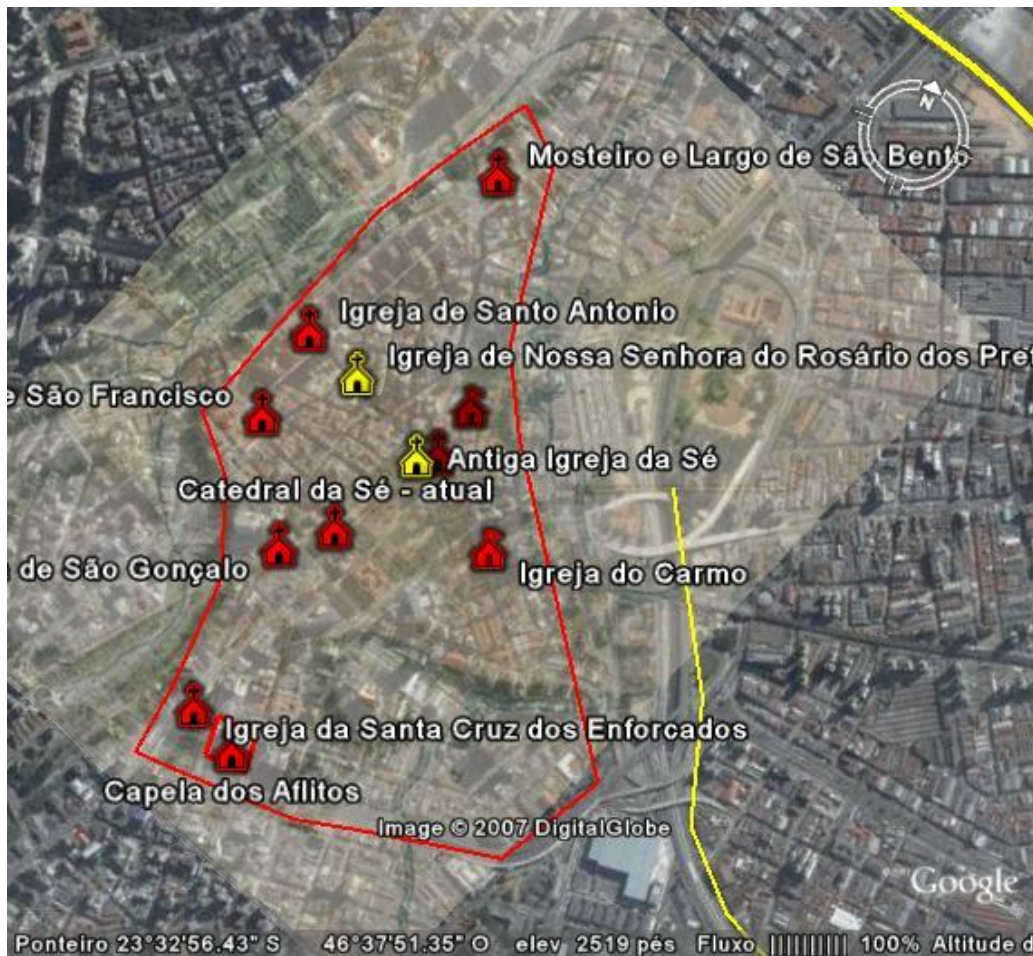




*Sobreposição da planta de 1810 sobre a foto atual de satélite. Imagem do autor sobre imagem de satélite do Google Earth, 2009.*



*Delimitação da elevação do terreno e dos marcos coloniais da cidade. Imagem do autor sobre imagem de satélite do Google Earth, 2009.*



Mapa de 1810, sobreposto a foto de satélite, com a delimitação da área e com os marcos balizadores. Imagem do autor sobre imagem de satélite do Google Earth, 2009.

A comparação do mapa de 1810 com a foto de satélite atual nos mostra que, no tocante ao chamado “triângulo histórico” (o qual também configura em certa medida um mito)<sup>18</sup>, o centro antigo manteve uma incrível semelhança.

<sup>18</sup> MARTINS, Antonio Egydio, *São Paulo antigo: 1554-1910*, São Paulo: Paz e Terra, 2004. SAMPAIO, Teodoro, *São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos*, Petrópolis: Vozes, 1978. SANT’ANA, Nuto, *São Paulo Histórico, aspectos, lendas, costumes*, 6 vol, São Paulo: Departamento de Cultura, 1937. VAMPRE, Spencer, *Memórias para a História da Academia de São Paulo*, São Paulo: Livraria Acadêmica Saraiva & Cia. Editores, 1924.

Obviamente alguns setores foram profundamente alterados, como a região da Sé para a criação da Praça Clóvis Bevilacqua e a supressão da quadra residencial que ali havia. Também com a abertura da Praça João Mendes e a extinção do grande terreiro que se estendia diante da antiga Câmara. No mais o que houve foi uma alteração da ocupação das quadras mais do que uma transformação urbana radical da cidade. É claro que estamos nos atendo ao núcleo de São Paulo, e, definitivamente, não é pretensão desse trabalho dar conta dos inúmeros bairros, freguesias e outras ocupações que espoucavam às margens dos caminhos que ligavam São Paulo às demais regiões da colônia.

Parte significativa das edificações que marcavam a cidade em 1810 se mantiveram no mesmo local: o Pátio do Colégio, São Bento, São Francisco, o Carmo, a Igreja da Boa Morte, a de Santo Antonio. Já para além do Tamanduateí, nos campos do Guará, o recém instalado Mosteiro da Luz ainda hoje se mantém no mesmo local.

Foram suprimidas edificações como a Igreja de São Pedro dos Clérigos, a dos Remédios, a Casa da Câmara e Cadeia. Outras mudaram de local para que houvesse sua ampliação – como a Sé – e outras foram transferidas para áreas – então – periféricas, como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Abriu-se a rua Boa Vista, ligando diretamente o Pátio do Colégio ao Largo de São Bento, a rua Alegre (hoje Líbero Badaró), a rua das Flores foi suprimida, assim como a quadra que a ladeava, para a ampliação da sé; a rua do Carmo foi seccionada pela reestruturação da atual Rangel Pestana (o antigo caminho do Brás que passava em frente ao Mosteiro do Carmo, desenhado por Thomas Ender no início do XIX) e a parte que fica em frente ao Solar da Marquesa tornou-se Rua Roberto Simonsen.

As ruas mudaram de nome, sobretudo após a proclamação da República, quando as ruas do Imperador e da Imperatriz foram rebatizadas com nomes de figuras do republicanismo (assim como outras ruas tradicionais do centro).

Contudo, e apesar dessas mudanças, não é possível dizer que a cidade foi “demolidada” e “reconstruída”, e muito menos que operou isso em um único século, como quis Benedito Lima de Toledo<sup>19</sup>.

Apesar do trabalho acumulado acabei por não o empregar no texto final do mestrado (o qual acabou se definindo como um estudo da construção e difusão das ideias a respeito da criação e desenvolvimento da cidade de São Paulo), e as questões sobre as transformações na cidade de São Paulo a partir da restauração da Capitania, a sua suposta excepcionalidade no universo urbano lusitano, os caminhos que levaram a escolha, consolidação e expansão da cidade permaneceram abertas.

Concluída a pesquisa de mestrado continuou a me ocupar a questão da suposta excepcionalidade da cidade de São Paulo no concerto colonial português e os vetores que agiram em seu surgimento e evolução. Com isso, retornando a Portugal, a questão genética retornou as minhas questões, mas, diversamente de como ocorrera no mestrado, agora se tratava de enfrentar a materialidade da cidade.

Nas incursões nas cidades portuguesas, fazendo nelas o que regularmente havia feito em São Paulo - varrê-las a pé – a questão da excepcionalidade de São Paulo e uma suposta ligação visceral da cultura lusitana ao mar tomaram maior clareza.

Foi esse o momento em que comecei a delinear os problemas da pesquisa de doutorado.

As cidades portuguesas, como veremos adiante, se inserem em uma longa tradição que dialoga com o universo cultural mediterrâneo, mas que também possui peculiaridades. Essas cidades, majoritariamente, foram instaladas próximas à cursos importantes – e navegáveis – de água, mas não necessariamente (e, em verdade, mais raramente) à beira mar. A localização próxima a rios denuncia a importância da navegação, mas não exatamente – ou

---

<sup>19</sup> TOLEDO, Benedito Lima de, *São Paulo, três cidades em um século*, São Paulo: Duas Cidades, 1983.

exclusivamente – a marítima. Mesmo Lisboa não é uma cidade instalada a beira do oceano, seu núcleo histórico encontra-se quilômetros acima da foz de Tejo, e a ocupação da região de Belém – esta sim à beira do Atlântico – é relativamente tardia. Todas as demais cidades importantes de Portugal encontram-se em situação semelhante – mais ou menos próximas do mar, mas sempre às margens de um rio importante. Disso podemos inferir que antes de ser uma cultura marítima, Portugal constituiu-se como uma cultura “náutica” (o que irá explicar, também, certos movimentos de colonização ocorridos na América Portuguesa).

A segunda questão, envolvendo a ocupação do espaço pelas cidades portuguesas, diz respeito a escolha do sítio matriz, da célula mater da cidade. Também com grande regularidade a escolha recaiu sobre o topo de morrotes, de elevações de tamanho mediano: suficientes para representar um acréscimo na segurança, no controle panóptico do terreno, mas próximas o suficiente dos rios que lhes são tão caros (nos mais diversos aspectos).

Essa recorrência me indicou um dos problemas da pesquisa de doutorado: pesquisar e demonstrar a inserção da cidade de São Paulo, no momento de sua criação, dentro de uma tradição milenar, e circunscrever sua “excepcionalidade” à dimensão em que toda cidade é – de algum modo – singular.

## **OUTRA QUESTÃO: O SÉCULO XVIII**

Também nesse processo – ainda derivado das pesquisas para o mestrado e das incursões em campo – uma segunda questão se delineou.

Na segunda metade do século XVIII diversas cidades passam por transformações significativas. Algumas, como Lisboa, por conta da enorme tragédia que se lhe abateu em 1755, ou, melhor dizendo, a sequência de tragédias, posto que o terremoto foi seguido de um gigantesco incêndio e de um tsunami que varreu seu porto e a Baixa. Outras, como São Paulo e Coimbra,

passaram por transformações, mas pautadas na expansão das cidades, às vezes por iniciativa direta do Estado, noutras pela iniciativa privada, através de loteamentos (mas que também estavam ligados e regulamentos pelo Estado).

O fato é que essas cidades poderiam ter se reconstruído ou se expandido seguindo os mesmos princípios que haviam norteado suas criações, mas não foi o que ocorreu. Lisboa foi reconstruída (parcialmente) intencionalmente em uma lógica extremamente distinta daquela que regera sua criação, e isso de modo absolutamente intencional e racionalizado. Foi uma decisão de Estado, mas, ao mesmo tempo, de mentalidade, de ordem cultural<sup>20</sup>.

A questão, então, que se colocava para mim – diante de um movimento que não se restringia a Lisboa, mas também a São Paulo e outras tantas cidades – era: o que mudara essencialmente nas práticas e na mentalidade no que diz respeito a urbanidade e a constituição e crescimento das cidades no mundo português?

Para mim estava claro que eram movimentos amplos, que envolviam ambos os lados do Atlântico (sem querer me aventurar pelas demais possessões portuguesas pelo mundo, mas as quais – por análise superficial durante a pesquisa – pude notar que muito provavelmente seguem o mesmo caminho), que rompiam com uma lógica, com princípios que nortearam o urbanismo português durante séculos<sup>21</sup>.

Também, nessa mudança de lógica, se insinuava um novo papel do Estado, da regulação das cidades, das relações econômicas e do controle das populações.

No universo lusitano trata-se, nada menos, do que o momento da ascensão e governo do Marquês de Pombal, mas, prefiro compreender que –

---

<sup>20</sup> FRANÇA, José Augusto, *A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina*, Lisboa: Instituto de cultura e língua portuguesa, 1989. PORTELA, Sara e COSTA LOBO, Manoel Leal da, “O bairro de Alfama em Lisboa”, in: LOBO, Manuel Leal da Costa e SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo, *Urbanismo de colina, uma tradição luso-brasileira*, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, IST Press, 2012.

<sup>21</sup> LOBO, Manuel Leal da Costa e SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo, *Urbanismo de colina, uma tradição luso-brasileira*, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, IST Press, 2012.

apesar das características excepcionais de Pombal – tratava-se de um movimento mais amplo, que diz respeito a uma re-organização do Estado português e da constituição de uma forma peculiar de Iluminismo no universo lusitano.

Com isso já tinha um conjunto de perguntas bastante extenso e articuladas: quais eram os princípios que nortearam a a criação das cidades no mundo lusitano, quanto o surgimento de São Paulo estava – ou não – dentro dessa lógica, como e porque esses princípios foram alterados, transformados, a partir do século XVIII e, por fim, qual o papel do Estado, seja como ator, seja como beneficiário, dessas transformações do século XVIII em diante.

Este trabalho se constitui na busca de respostas e de uma compreensão articulada dessas questões, as quais envolvem temporalidades e espacialidades distintas, mas que, cremos, pertencem a um mesmo – ainda que longo – processo.

## **SOBRE OPÇÕES E MÉTODOS NESSE TRABALHO**

Ao desenhar meu novo – antigo – tema de pesquisa optei por uma metodologia profundamente diversa daquela do mestrado. E isso em várias dimensões.

Mantive, entretanto, dois dos procedimentos essenciais de meu mestrado, e dos quais acredito na força elucidativa: a dimensão genética dos processos históricos (sem recair na busca de “origens”) e a compreensão desses processos pela influência das redes. Ou seja, busquei na presente pesquisa trabalhar com os mesmos dois fios com os quais teci o mestrado, o das transformações no decorrer do tempo, com suas múltiplas possibilidades de desdobramento, e as influências, trocas, ressignificações que ocorrem sincrônica e diacronicamente.

O texto aqui presente segue uma ordem cronológica dos períodos mais distantes aos mais próximos de nós, mas isso não significa que a pesquisa tenha se desenvolvido dessa maneira. A dimensão genética pode ser empregada tanto

progressiva quanto regressivamente; particularmente prefiro a segunda alternativa por não oferecer a tentação de ser profeta do passado, por indicar pontos de chegada pressupostos na largada.

Apesar da necessidade vital de se amparar na bibliografia e, eventualmente, na documentação escrita (essencialmente publicada), optei por dar relevo a outra ordem de documento (que mobilizara, mas empregara pobremente no mestrado): a cartografia e a iconografia. Optei, pois, por trabalhar o meu problema a partir de uma dimensão essencialmente visual, que é igualmente linguagem, tanto quanto os textos, mas que, naturalmente, possui características muito diversas.

Em primeiro lugar optei por coligir o que havia de plantas das cidades de São Paulo, Lisboa e Coimbra (e de algumas outras cidades) entre o século XVIII e início do XIX. Em verdade, no caso das cidades portuguesas, eu esperava localizar plantas mais antigas, para que eu pudesse observar duas questões: a implantação do sítio urbano – ao menos – no medievo (dado que a bibliografia insiste fortemente no caráter castrista dessas cidades) e, em segundo lugar, o modo através do qual a cidade estava sendo representada. Entretanto a arte/técnica da cartografia somente floresceu – no que diz respeito à representação da cidade – no século XVIII.

A respeito da cartografia de modo amplo (e não especificamente do trabalho de engenheiros militares e outros homens dedicados ao desenho ou risco das cidades), Jeremy Black escreveu:

*“Dentro da Europa houve importantes avanços no mapeamento nos séculos 17 e 18. Eles tiveram três formas. Primeiramente, mapas cadastrais – mapas feitos para tributação ou com propósitos administrativos – que resultavam em familiaridade crescente com a cartografia. [...]*

*O segundo grande avanço foi a importância crescente dos levantamentos militares em grande escala, embora cronologicamente o mapeamento militar precedera há muito o cadastral. [...]*

*O terceiro grande avanço foi a melhoria da medição da longitude. Até o século 18 não havia medidores precisos o suficiente para dar*



*a posição meridional de um navio, e o mapeamento longitudinal enfrentava problemas. [...]*

*O desenvolvimento da habilidade de calcular a longitude, combinado ao uso do levantamento por triangulação, afetou o mapeamento, forçando e permitindo o desenho de novos mapas.”<sup>22</sup>*

Embora a questão de Black seja a evolução da ciência cartográfica e, especialmente, sua contribuição para a construção do discurso historiográfico nos séculos XIX e XX, os elementos por ele elencados são praticamente os mesmos que vão permitir/exigir uma nova concepção da representação visual das cidades. Os protagonistas também são - quase sempre – os mesmos: engenheiros militares. O ambiente, por fim, é aquele que compreendemos como a Ilustração (questão à qual retornaremos algumas vezes).

O texto de Black, ainda que de modo indireto, demonstra o quanto a precisão dos mapas, a ampliação das áreas cobertas, das modalidades cartográficas, etc., estiveram intimamente ligadas às necessidades de Estados cada vez mais fortes e com o desejo de controle de cada palmo de terra, de cada indivíduo que a ele estivesse ligado, e esse assunto, também, será retomado em diversos momentos do nosso itinerário.

Se, por um lado, a ausência de plantas anteriores ao século XVIII me furtava a possibilidade de estabelecer comparativos visuais para a mesma cidade em períodos distintos (ao menos antes dos setecentos), por outro me indicava o quanto a cidade, suas concepções e, sobretudo, a ação do Estado no urbano havia crescido no período; a ponto de trazer à terra procedimentos que, mais comumente, eram empregados para as navegações ou para o mapeamento.

Em verdade toda sorte de busca de racionalização, descrição e criação/aperfeiçoamento de linguagens para expressar o mundo – natural ou não – bem como o desdobramento e emancipação dos campos de saber, a proposição de potências, escalas e medidas, passa por uma efetiva revolução nos séculos XVII e XVIII. Esses movimentos no universo das ideias e dos saberes, quando compreendidos em conjunto, como uma imensa tempestade,

---

<sup>22</sup> BLACK, Jeremy, *Mapas e história, construindo imagens do passado*, Bauru: Edusc, 2005. Pp.36-39.

ganhou, desde o nascedouro, o título de Era das Luzes (*Enlightment, Esclarecimento* ou *Iluminismo* dependendo da língua e da nação a nomear)<sup>23</sup>.

Durante a pesquisa (e em períodos anteriores, nos quais ela estava insinuada, durante o mestrado) produzi, também, vasta documentação fotográfica das cidades nas quais estive. São aproximadamente 15.000 fotos das cidades (na Itália, Inglaterra, Brasil, Portugal, Espanha, Argentina, EUA), de suas implantações, soluções urbanísticas, paisagem, etc. Obviamente que o trabalho não comporta nem uma ínfima fração delas, o que dá a dimensão do trabalho de selecionar (mesmo havendo o corte inicial de adequação à discussão). Também era impossível reunir casos interessantíssimos, mas que exigiriam outros tantos anos de trabalho (Nova Iorque nos EUA, cidade que se desenvolve quase que simultaneamente a São Paulo, ambas no Novo Mundo, ambas em territórios indígenas; Tomar, Sintra, Aveiro em Portugal, as cidades do interior da Bahia, Pernambuco, Alagoas, ou as seculares Porto Nacional no Tocantins, Pirinópolis, Vila Boa do Goiás, Pilar de Goiás em Goiás, Cáceres, Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá no Mato Grosso, as cidades amazônicas, as mineiras, etc.).

As cidades brasileiras pude visita-las – e pesquisar – graças às dezenas de projetos que coordenei para o IPHAN no decorrer de praticamente dez anos (e dos quais me “aposentei” recentemente). Em certa medida foi essa experiência no campo, em trabalho cotidiano com geólogos, geógrafos, arqueólogos, arquitetos e urbanistas, que informou e modelou o presente trabalho. Os relatórios, plantas, fotografias, objetos materiais desses projetos (mais de uma centena em verdade), compõem um vasto acervo que, qualquer dia, retomo.

A estadia prolongada em campo – às vezes nove dos doze meses do ano – também me auxiliou profundamente (e me deu uma oportunidade singular) de observar cidades à exaustão, inclusive como parte das tarefas exigidas. As estadas na Europa e nos países das Américas se deram em condições muito diversas, mas sem qualquer apoio financeiro institucional.

O trabalho se estrutura em três movimentos/capítulos e a conclusão final. No primeiro capítulo busquei identificar as dinâmicas presentes no desenvolvimento, emprego e transformação das tradições urbanísticas de modo

---

<sup>23</sup> CASSIRER, Ernst, *A filosofia do Iluminismo*, Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

geral, mas, mais especificamente, no mundo ibérico. Ato contínuo procurei ressaltar aqueles procedimentos que, por longo processo de transmissão, podemos compreender como tradição. Também me propus a discutir o que exatamente podemos compreender como “tradição” em um cenário – o da história das cidades – marcado pela contínua transformação/criação.

No segundo capítulo mergulho no momento da chegada dos jesuítas aos campos de Piratininga e o ambiente que precede a criação do Colégio de São Paulo. Esse movimento me parece justificado pelo amplamente divulgado equívoco em datar a fundação da Vila de São Paulo em 1554. Em verdade, esta é a data da criação do colégio dos inacianos. Mais do que uma filigrana de efemérides o problema central, como veremos, é que São Paulo é, originalmente, uma aposta e uma escolha jesuítica, com severas implicações. No decorrer do capítulo avanço no tempo para encontrar a Companhia de Jesus atuando em outros contextos, mas, sempre, no plano do urbanismo.

O terceiro, e último, capítulo é dedicado ao século XVIII. Ele abre com o grande terremoto de 1755, evento divisor de águas na história do urbanismo em Lisboa (e, em certa medida, com consequências em todos os campos do império português). Procuramos entender como a Ilustração influencia esse momento – no que tange às cidades e seus administradores. Com desdobramentos tanto na colônia quanto em Portugal tentei compreender a circulação e as influências múltiplas exercidas e materializadas nas cidades nesse período, com ênfase em Lisboa e São Paulo.

Como fio condutor de todos os capítulos está, na medida do que consegui, a articulação entre tradição e criação, entre a manutenção e transmissão de princípios seculares do urbanismo e suas constantes adaptações, recriações, ressignificações. Esse é o tema que retornará constantemente no texto.

# CAPÍTULO 1

## A CIDADE NO UNIVERSO LUSITANO, DEVORANDO E REINVENTANDO TRADIÇÕES.

*“A filosofia é uma luta contra o enfeitiçamento do nosso entendimento pelos meios da nossa linguagem.”*

**Ludwig Wittgenstein, *Investigações filosóficas***

*“As cidades como as casas; as casas como as cidades.”*

**João Vilanova Artigas**

Esse estudo não pretende ser de ordem urbanística, ainda que em alguma medida também o seja. É uma investigação do campo da história cultural e, sendo assim, algumas reflexões, ou notações, são bem-vindas.

Tenho para mim, como um desdobramento do pensamento de autores como Michel de Certeau e Norbert Elias<sup>24</sup>, que as culturas se comportam como linguagens. São estruturas que possuem função prática, de comunicação, de organização, possuem seus léxicos, suas “ortografias” e “gramáticas”, criam neologismos, recuperam arcaísmos, incorporam termos, expressões, palavras de outras linguagens, e são, contínua e profundamente, criativas.

Isso nos leva ao reconhecimento da extrema plasticidade das culturas – embora a história cultural tenha sido, erroneamente, associada a “imanência”, a “imutabilidade” ou a uma suposta transformação – quase - imperceptível, dada a lentidão da mesma.

Michel Vovelle<sup>25</sup>, discutindo a questão das durações – que por longo tempo foi alvo de debate na história e na historiografia, mas que, hoje, tornou-se

---

<sup>24</sup> CERTEAU, Michel de, *A invenção do cotidiano*, Rio de Janeiro: Vozes, 1997. ELIAS, Norbert, *O processo civilizatório*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

<sup>25</sup> VOVELLE, Michel, “A longa duração”, in: LE GOFF, Jacques, *A história nova*, São Paulo: Martins Fontes, 1988. PP. 63-96.

tema de segunda importância em nosso campo de estudo – colocou a questão em bom termo: não há uma associação ou correlação entre durações e dimensões da ação humana.

Ou seja, a antiga associação que havia entre curta duração e política (ou “os tempos da política”), a média duração e a economia e a longa duração e a cultura são, de modo geral, simplificações algo grotescas. Em primeiro lugar não há qualquer campo da atividade humana que se mova ou transforme unicamente em uma espécie de “velocidade”, todos possuem elementos que se transformam rapidamente e outros que sequer parecem mudar. Como corolário dessa primeira constatação devemos recusar a ideia que a história é contínua, acumulativa, direcionada (pois as “transformações” seriam sempre, ou quase sempre, uma espécie de “evolução”).

Essa questão é ainda mais grave quando, tratando da história cultural, nos deparamos com a assertiva de Levi-Strauss<sup>26</sup> que nos diz que as culturas não são passíveis de hierarquização. Ora, se as culturas não se hierarquizam (tanto culturas de povos distintos quanto de grupos sociais dentro da mesma população e, também, das culturas que se desenvolvem no decorrer do tempo pela mesma sociedade), é temerário dizer que as transformações se dão em um único sentido.

A história é feita de errâncias, perdas, esquecimentos, re-apropriações, inversões de sentido, criações. Não há um sentido único (e, sobre isso, temos uma vasta reflexão na obra de Walter Benjamin<sup>27</sup>). Por fim, mas não menos importante, tal classificação de temporalidades partia do pressuposto que as atividades humanas são classificáveis e autônomas, como se a política fosse algo estático, unidimensional, universal, como se tivesse sido sempre da mesma forma, em todos os lugares do mundo, em todos os contextos; o mesmo vale para a economia e cultura, como se em cada uma delas não habitasse a outra, e fosse na intersecção desses elementos que cada grupo humano, em cada época, construísse sua feição.

---

<sup>26</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural 2*. 5ª Ed. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1996.

<sup>27</sup> BENJAMIN, Walter, *Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*, São Paulo: Brasiliense, 1987. PP. 222-232.

## Criatividade e tradição

Criatividade, esse é o conceito chave para compreensão das dinâmicas culturais e, no nosso caso, o de maior implicação.

Cidades são estruturas extremamente complexas, que escapam a definições totalizantes; na *História da França urbana*, Roger Chartier escreveu a respeito da natureza do fenômeno urbano:

*“elle (a cidade, ou ville) se dérobe à l’observation; elle est toujours plus que ce à quoi on voulait le réduire n’est même pas capable à coup sûr de la différencier d’un bourg ou de toute autre entité. A qui l’examine, elle se renouvelle sans cesse, toujours elle-même et jamais identique”.* <sup>28</sup>

Ulpiano T. B. de Meneses (em texto que retomaremos adiante), ao tratar das cidades brasileiras flagradas e descritas pelos estrangeiros nos textos do século XIX, acrescentou:

*“ao invés de tomarmos a cidade como uma categoria estável e universal, de que se pudessem apresentar apenas variações ao longo do tempo, convém aceitarmos a necessidade indispensável de historicizar a cidade como ser social. Historicizá-la é defini-la e explorá-la levando em conta sua prática e representações pela própria sociedade que a institui e a transforma continuamente”*<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> CHARTIER, Roger e NEVEUX, Hugues, “La ville dominante e soumise”, in Emmanuel Le Roy Ladurie Emmanuel Le Roy Ladurie (dir.), *La ville classique de la Renaissance aux Révolutions*, Paris: Seus, 1981, pp. 16-287 (*L’histoire de la France Urbaine*, 3).

<sup>29</sup> MENESES, Ulpiano T. B. de, “Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana”, in *Revista USP: Dossiê Brasil dos Viajantes*, São Paulo, N. 30, junho/agosto 1996, pp. 144-155.

Dessa forma, cabe perguntar se a ideia de uma tradição faz sentido, ou se, fazendo, até que ponto podemos falar de uma unicidade dessa tradição, do emprego do termo de forma singular.

Manuel Teixeira, em sua obra *A forma da cidade de origem portuguesa*<sup>30</sup>, segue a trilha que nos leva ao entendimento que há uma singularidade inequívoca, o próprio título assim nos diz. Entretanto, e antes de – nos próximos capítulos – imergirmos nos casos específicos das cidades em Portugal (Lisboa, Coimbra), um pouco nas de outras regiões do Velho Mundo, e de São Paulo é valioso nos determos nesse item e de modo amplo, ou seja, sem nos atermos especificamente ao caso das cidades do mundo lusitano.

Tradição é palavra que se origina no latim *tradere*, entrega, transmissão. Logo, tradição é aquilo que trazemos, que “arrastamos” e que entregamos, transmitimos; como toda ação se dá no tempo e com o tempo esse ato de arrastar somente pode se dar do presente ao futuro (enquanto legado), ou, se tratamos de história, do passado ao presente.

Quando falamos de uma tradição, no campo da cultura e da história cultural, tratamos de uma herança, uma transmissão daquilo que Certeau denominou como *arte de fazer*<sup>31</sup>, técnica, saber.

Mas vimos que a história, e, sobretudo a cultura, não é linear nem, tampouco, simplesmente acumulativa. Muitas das técnicas, saberes, princípios, são deixados pelo caminho (por obsolescência, por desacordo ético, moral, de culto ou crença, por perda ou esquecimento); algumas das vezes esses elementos são resgatados após interregnos – os quais podem ter durações extremamente variadas (basta vermos alguns dos princípios, saberes e técnicas empregados pelo mundo greco-romano e reapropriados no Ressurgimento).

Com relação às cidades, e ao urbanismo, não foi diverso. Vale dizer, também, que a percepção de um esquecimento total, de uma perda e de supostas “redescobertas” também deve ser sempre relativizada.

---

<sup>30</sup> TEIXEIRA, Manuel, *A forma da cidade de origem portuguesa*, São Paulo: Unesp, 2012.

<sup>31</sup> CERTEAU, Michel de, *op. Cit.*

As vezes os princípios e saberes são, de certo modo, restringidos, estreitados, suas aplicações deixam de ser extensas ou plenas, passam a ser pontuais, menos difundidas, mas não esquecidas ou perdidas.

Talvez seja esse o caso de algumas das tradições urbanísticas (saberes e técnicas) aplicadas no mundo latino e, posteriormente, recuperadas nas Luzes (mas com sentido diverso, com atores novos, ênfases distintas, como no caso do protagonismo e a intervenção do Estado na ordem social<sup>32</sup>).

Se observamos, com o conforto dos séculos já consumados, a longa trajetória das cidades veremos que pouco, bem pouco, há que já não tenha sido empreendido, desafio que não tenha sido enfrentado; técnica ou prática que não tenha se experimentado. Então a história não se trata, senão, de mera repetição? De modo algum, trata-se de uma incessante criatividade a partir de dilemas que são essencialmente humanos.

Então caberá falar de uma tradição? De um princípio? De uma manutenção ou perpetuação? Não seria mais adequado pensarmos num vasto acervo de “tradições” (entendidas aqui como mentalidades, técnicas, práticas, métodos, princípios, crenças) que – no decorrer do tempo e, sempre, contextualmente – são invocadas segundo a necessidade, possibilidade e conveniência das culturas? Penso que seja um caminho mais promissor de entendimento.

Michael de Certeau e Pierre Bourdieu<sup>33</sup> foram, nos anos de 1960, convidados pelo ministério dos “assuntos culturais” (*affaires culturelles*) a desenvolverem pesquisas a respeito dos hábitos, práticas e gostos culturais dos franceses. Cada qual seguiu um caminho investigativo e, apesar dos vários pontos de conexão, a pesquisa de Bourdieu se mostrou mais “pragmática” para o emprego nas políticas culturais do Estado francês. Entretanto, para nós (e para grande parte dos estudos da cultura), o trabalho de Certeau representa uma inflexão na compreensão das características e dinâmicas culturais.

---

<sup>32</sup> ELIAS, Norbert, *O processo civilizatório*, MORRIS, A. E. J., *História de la forma urbana: desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial*, Barcelona: Editora Gustavo Gilli, 2011.

<sup>33</sup> CERTEAU, Michael de, *op. Cit.*, BOURDIEU, Pierre, *O Amor Pela Arte: museus de arte na europa e seu público*, Porto Alegre, Editora Zouk, 2003.



Regularmente as culturas – ou para os alemães *zivilisation*, com implicações algo distintas – eram compreendidas e descritas como um conjunto estático de referências compartilhadas no tempo e espaço. Elementos como língua, origem, território, tradições, eram arrolados como pilares das culturas, sua própria essência.

Certeau, ao investigar as práticas cotidianas de moradores de bairros parisienses notou a ação de um elemento até então negligenciado (ou sequer percebido) como fundamental nas culturas: a invenção ou criação.

Ora, a percepção das culturas como estruturas estáticas ou com mudanças organizadas, coletivas, homogêneas, que garantiam um desenho lógico e completamente perceptível ia de encontro a ideia da “criatividade”. Ainda mais quando a constatação era a de que a criatividade se manifestava em diversas escalas, desde a ação de uma dona de casa ao cozinhar até a movimentação de um determinado grupo de pessoas rumo ao seu local de trabalho. Esse flagrante, que foi profícuo em desdobramentos nos estudos culturais franceses (sobretudo), punha em cena uma percepção das culturas que colocava em xeque a possibilidade da descrição plena delas, bem como suas supostas harmonias e a homogeneidades.

Como complicador havia na pesquisa de Certeau, ainda, uma outra questão: o observador apressado poderia ver nisso uma recusa da ideia de tradição, de transmissão de saberes e práticas, ou, no limite, até mesmo uma desconstrução formal do conceito de cultura. Contudo, a pesquisa indicava o contrário: sim, existem as tradições, elas compõem as culturas, bem como outros elementos. O problema não estava exatamente na definição dos elementos que compõem as culturas, mas suas nomenclaturas ou conceituações e, mais, suas dinâmicas.

Ou seja, língua, tradição, hábitos, territórios deveriam ser compreendidos como “práticas”, “formas de fazer”, “formas de pensar”; da mesma forma nenhum desses elementos permite a percepção de estaticidade, todos são dinâmicos em diversas escalas, mesmo as “tradições”.

Portanto, como desdobramento dessas questões, não é legítimo opor tradição à criação; o que existe é uma interdependência entre ambas. As tradições somente sobrevivem, se transmitem, devido ao fato de serem dinâmicas, de sua capacidade adaptativa, permitindo contínuas e ilimitadas

reinterpretações e apropriações, e, em contrapartida, a criação ou a criatividade somente pode ocorrer quando parte de um conjunto de práticas, saberes, ideias, herdadas, trazidas através do tempo. Não há criação que parta do zero, à exceção do Criador nada foi criado a partir de si mesmo.

Criatividade não se opõe a tradição e, no nosso caso específico, o que veremos o tempo todo, na contínua transformação das cidades, é justamente esse diálogo entre as duas dimensões. Isso esclarece, ilumina, processos que parecem – no golpe de vista – ilógicas ou paradoxais, como as características barrocas da reconstrução da Baixa de Lisboa em pleno auge da Ilustração, ou a as características absolutistas do Iluminismo de Estado em Portugal, ou a manutenção de práticas e direitos seculares na ampliação do núcleo urbano da cidade de São Paulo. Os exemplos são inesgotáveis.

## **Circulação, circulações**

Mas as dinâmicas que tangem o campo das culturas e, mais especificamente, do que poderíamos chamar de “culturas urbanísticas”, não se encerra na relação de criação e tradição.

Embora as dinâmicas sejam diversas (de ordem econômica, política, burocrática, etc.) há outra, ao lado do diálogo entre tradição e criação, que nos é lapidar: a circulação.

Da mesma forma como os estudos da cultura passaram por uma revolução na segunda metade do século XX, o mesmo ocorreu com os estudos históricos relacionados, sobretudo, às mentalidade e ideias. Talvez essa sincronicidade possa ser entendida como um movimento mais amplo das ciências sociais, as quais buscaram uma maior flexibilidade, uma percepção mais dos tempos, da velocidade das trocas e das movimentações, uma maior permeabilidade das sociedades, dos grupos políticos, das economias. É claro que, também nesse período, houve um recrudescimento de certas correntes de pensamento – muitas delas ligadas a um marxismo dogmático – que buscaram uma maior rigidez nas interpretações, mesmo quando a aferição da realidade não se enquadrava em esquemas monolíticos pré-estabelecidos.

Apesar disso, o que parece ter frutificado mais, foi a emergência de uma crescente complexificação dos estudos sociais.

No campo da história a percepção do mundo como blocos semi-isolados e com um sentido único de transmissão de ideias, mentalidades, povos, produtos, foi paulatinamente sendo abandonada<sup>34</sup>. A Europa, vista até então como um centro irradiador único, e o restante do mundo (Ásia, África, Américas principalmente) como receptor de uma herança milenar e produtor de elementos básicos e essenciais (minérios, produtos agrícolas, seres humanos), passou a ser um ponto dentro de uma vasta e crescente rede de conexões construídas no decorrer do tempo e aceleradas a partir das Grandes Navegações.

A percepção de um “centro” deu lugar a ideia de “centros” (conjunturais, contextualizados), bem como as trocas tiveram de ser relativizadas e percebidas de modo mais complexo e sofisticado.

Em praticamente todos os campos dos estudos históricos essas novas percepções ganharam espaço.

Essas dinâmicas – em grande medida – passaram a ser compreendidas e descritas como processos de “circulação”, o qual substitui a visão de trocas lineares ou de entregas em fluxo único.

Laura de Mello e Souza, ao tecer as reflexões finais de seu livro *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*, definiu a questão (sobretudo no âmbito dos impérios ibéricos):

*“Acredito que, até o século XVIII, a distância favoreceu o olhar vindo do centro, que apreendeu com agudeza as situações coloniais e, inclusive, possibilitou-lhe a visão do conjunto. Mais de um governante – e neste livro, destaco Assumar e Dom Antonio de Noronha – transformou a prática governativa em discurso político, ajudando a refinar a exploração da colônia americana por sua metrópole, mas, sobretudo no caso do segundo, avançando um pouco mais – muito provavelmente sem o saber – no sentido de*

---

<sup>34</sup> GINZBURG, Carlo. “História da Arte Italiana”. In: GINZBURG, Carlo, Castelnovo, E. e PONI, C. (org), *A Micro-história e outros ensaios*, São Paulo: Bertrand Brasil, 1991. PP. 5-93; e GINZBURG, Carlo, *Nenhuma Ilha é uma Ilha – Quatro visões da literatura inglesa*, São Paulo: Companhia das Letras. 2004.

*pensar um império luso-brasileiro. Com a Ilustração, o nexo se inverteu: as ideias que viajaram a partir do centro deram aos povos das conquistas um instrumental novo, permitindo-lhes melhor se situarem dentro do sistema, abrindo, efetivamente, a época do império luso-brasileiro e do orgulho americano: o Canto genérfaco, de Alvarenga Peixoto, foi aqui analisado sobre esse ângulo, bem como a história – em vários pontos decepcionante, mas por isso mesmo comovente – de Dom José Tomás de Meneses, cuja vida tentou imitar a arte de Alvarenga.”<sup>35</sup>*

A obra *O sol e a sombra* é formada por um conjunto de artigos da historiadora onde explora as relações de distância, as quais Carlo Ginzburg havia discutido em *Olhos de madeira*<sup>36</sup>. Em todos os capítulos do livro a circulação está presente, seja no trânsito das pessoas dentro do império lusitano (depois luso-brasileiro), seja entre os impérios ibéricos, entre pessoas de grupos distintos, entre o poder oficial e as populações locais e seus líderes. Contudo tenho uma discordância com a interpretação de Laura de Mello e Souza – que aqui, neste trabalho, se insinua, embora não seja tema de discussão mais robusta: a circulação, a qual ela atribui um sentido predominante (metrópole colônia), e que diz ter se alterado algo no XVIII, com a apropriação de ideias e a criação de um sentimento americanista, penso que é muito mais antiga, e que é inerente aos processos culturais. Sim, a preocupação central da autora são os processos e dinâmicas políticas e das ideias políticas (e administrativas), as quais não me sinto habilitado a discutir. Contudo, eu diria que o fato de em um campo da história a dinâmica ter uma natureza não implica que em todos os demais isso também seja verdade.

Em debate com a autora, no âmbito de minha pesquisa anterior (de mestrado), nos confrontamos com uma questão que dizia respeito a feição da

---

<sup>35</sup> SOUZA, Laura de Mello e, *O Sol e a Sombra. Política e administração na América Portuguesa do século XVIII*, São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Pgs. 461 e 462.

<sup>36</sup> GINZBURG, Carlo, *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

vila/cidade de São Paulo no período colonial; Laura de Mello e Souza pediu para que eu lhe demonstrasse que São Paulo não era “pobre”. Lhe respondi dizendo que a pergunta não era pertinente. Ora, pobreza e riqueza não são valores absolutos, nem devemos confundir riqueza material/econômica com “fausto”. De fato o Rio de Janeiro, a Bahia, Recife e Olinda, e mesmo as Minas Gerais do ouro, eram mais “faustosas” do que São Paulo, se não por outro motivo pelo fato de possuírem comunidades nas quais a exibição da riqueza através de sinais materiais claros – roupas, mobiliário, moradia, gastos extravagantes, festas – era necessário por diversos motivos: para demarcar lugares e posições na sociedade, para fechar alianças e acordos familiares ou econômicos, para – simplesmente – se sentirem inseridos numa comunidade, enfim, por um conjunto de práticas e valores essencialmente culturais. Também a pergunta me parecia estranha, pois me permitia replicar com outras: toda a Corte era rica, mesmo considerando o benefício de que fausto e riqueza se equivalem? Toda a sociedade baiana era faustosa? Durante todo o tempo?

Assim, lhe respondi que São Paulo era “pobre” e “rica” (e que, se tratando de riqueza como sinônimo de capital, havia uma miríade de autores que já haviam respondido a questão), o que define o juízo é justamente o foco que se atribui às lentes, as escalas, as distâncias.

A mesma questão se faz pertinente na questão das circulações; o fato de – obviamente – haver um sentido na administração colonial, de os administradores virem da metrópole e de suas ordens e princípios também serem oriundos do Velho Mundo não faz com que isso se atribua a todos os campos da atividade humana, em todas as escalas, em todo o tempo, no decorrer de séculos. Também há o problema de ser ver o processo como uma “entrega”; ou seja, uma ideia, um princípio, é trazido, entregue e nisso se encerra a dinâmica. Compreendo que os elementos – sobretudo do que tange à cultura – são criados a partir de referências pré-existentes, são difundidos, apropriados, reinterpretados, adaptados no cotejo com as realidades locais (e simultaneamente, em diversos lugares, de modos distintos). O processo segue, com devolutivas, que também são seletivas, adaptadas, etc. Os processos não compreendem um caminho centro-periferia, ou metrópole-colônias apenas, mas – também – podem ser metrópole-metrópole, colônias-colônias, e assim por diante, com infinitos arranjos. Por fim, o estabelecimento da colônia não faz

desaparecer as redes outras – já existentes ou em construção -; em outros termos, a proeminência de lugares, grupos sociais, indivíduos, não é estática, ela é circunstancial, contextual, ainda que haja, certamente, toda a carga dos poderes instituídos. A influência de um governador no eixo São Paulo-Santos, no final do século XVIII, não pode ser comparada ao seu poder de fato (e não de direito) nas franjas da capitania, nas bandas que tocam o império espanhol. Para mim, a ideia de circulação-circulações parte dessas características de constante mobilidade e mutabilidade, bem como a contextualização das situações<sup>37</sup>.

De fato, a percepção que temos hoje dos processos históricos é profundamente tributária da ideia da circulação; melhor dizendo, das circulações. A distância entre as metrópoles e as colônias se, por um lado, implicava em um longo tempo para as comunicações, por outro, implicava na necessidade de certa autonomia nas colônias (e mesmo depois quando houve o vasto e longo processo de independência dos países americanos). Essa autonomia, muitas das vezes longe dos olhos dos administradores coloniais ou mesmo pelas mãos dos próprios, implicava em adotar soluções mais rápidas e dentro de um universo com recursos materiais e mentais distintos (não melhores ou piores, mas significamente diversos daqueles europeus).

Por isso, além da circulação de ideias e pessoas entre as colônias e a Europa (políticos, cientistas, livros, etc.) há uma segunda ordem de circulação, a qual ocorre entre os colonos e os povos nativos (ou mesmo os transplantados, como no caso dos africanos).

As cidades americanas tanto se valeram de ideias e tradições europeias, quanto tiveram de lançar mão de expedientes, práticas, métodos, consagrados pelos povos nativos. Em verdade, parte das tradições urbanísticas européias – e, especificamente, lusitanas – eram similares às dos nativos americanos (sobretudo no que toca à escolha dos sítios para o estabelecimento de ocupações humanas). Esses pontos de aproximação entre tradições distintas, entre povos que – até então – haviam se desenvolvido sem qualquer contato entre sí, favoreceram a implantação de determinadas soluções, a incorporação

---

<sup>37</sup> MEDICCI, Ana Paula, *Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*, tese apresentada para obtenção do título de doutor, São Paulo: FFLCH/USP, 2010.

e reinterpretação de algumas práticas culturais e, aqui, especificamente, aquelas que dizem respeito ao “fazer-se” das cidades no Novo Mundo.

## Um modelo mediterrâneo?

Apesar do compartilhamento – trocas e interpretações mútuas - de certos elementos pelos seus povos, a bacia do mar Mediterrâneo esteve muito longe de compor uma unidade cultural. Diversos autores buscaram enxergar nessa suposta formação geográfica (e, devemos lembrar, nesse aspecto a geografia também é uma construção de representações) um complexo particular, portador de práticas e soluções comuns<sup>38</sup>: na alimentação, nas religiosidades, nas técnicas.

O mesmo se deu no campo do urbanismo e da história das cidades. Procurou-se ver no estabelecimento das cidades na bacia do Mediterrâneo a consolidação de um pretense modelo encastelado no topo de morros e montes, como ocorreu em diversas cidades-estado gregas. Esse modelo teria sido apropriado pelos romanos e difundido concomitantemente a expansão territorial, política, militar e, sobretudo, cultural latina. Núcleos urbanos assentados no topo de montes, amuralhados, dotados de estruturas urbanas semelhantes (como as Ágoras, substituídas no mundo latino pelos Fóruns, termas e banhos públicos, o *oppidum*, etc.).

De fato – como veremos adiante – em centenas de cidades essas estruturas se repetiram, grandemente em virtude de suas funcionalidades (na Península Itálica, na Península Ibérica, nos Balcãs, no Magreb, no Oriente Próximo).

Manuel Leal da Costa Lobo e José Geraldo Simões Júnior, na organização da obra *Urbanismo de colina: Uma tradição luso-brasileira*<sup>39</sup>,

---

<sup>38</sup> BRAUDEL, Fernand, *Memórias do Mediterrâneo*, Lisboa: Multinova, 2001.

<sup>39</sup> LOBO, Manuel Leal da Costa e SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo, *Urbanismo de colina: uma tradição luso-brasileira*, São Paulo: Universidade Presbiteriana MacKenzie, 2012. Pp. 16-41.

defendem justamente essa posição (sendo acompanhados pelos demais pesquisadores cujos textos estão reunidos na obra).

Em termos mais claros: sim, existe uma tradição mediterrânea no campo da criação e desdobramento das cidades, mas, apesar desse repositório comum de práticas e referências, há uma singularidade no que diz respeito ao universo luso-brasileiro (justamente na chave de compreensão que propusemos, do diálogo entre tradição e criação).

Parte da literatura sobre a história das cidades tratou essa semelhança como um “modelo mediterrâneo” ou “modelo castrista”, o qual teria se desenvolvido da passagem da antiguidade para o medievo.

Os *castros* – ou *castra* no plural latino – derivavam, em verdade, de princípios urbanísticos latinos, difundidos através do processo de colonização e ocupação territorial durante a expansão romana. A. E. J. Morris descreveu de forma bastante clara tanto o princípio quanto a função dos *castra*:

*“Para imponer e mantener su autoridad a lo largo y ancho de su vasto império, los romanos edificaram miles de campamentos legionários fortificados denominados “castra”; muchos de estos existieron sólo como centros provisionales para atividades militares locales. Tales campamentos debían ser operativos em um tempo mínimo y, siguiendo estrictamente las normas aplicadas de la castramentación, eran invariablemente trazados según um modelo em retícula, dentro de um perímetro defensivo rectilíneo predeterminado. Aunque muchos castra eran sólo provisionales, gran número de ellos formaron la base de ciudades permanentes. Además, muchas otras ciudades fueron fundadas por razones económicas y políticas.*

*Los asentamientos urbanos permanentes, tanto si se desarrollaron a partir de um campamiento como si su origen obedecia a otros fines, fueron dotados de los mismos planos, simples y normalizados. Venta Silurum (Caerwent), uma ciudad britano romana, y Timgad em el norte de Africa constituyen buenos exemplos al respecto, aunque, como se verá más adelantem diferen considerablemente em la urbanización de las manzanas de viviendas. El perímetro suele ser cuadrado o rectangular; dentro del mismo, dos calles principales em cruz forman*



*la base de la estructura viária; el “decumanus”, que atraviesa el centro del asentamiento, y el “cardo” que suele cortar ortogonalmente al decumanus en dos tramos, procedente del punto médio de uno de sus lados. Calles secundárias complementan el trazado em retícula y forman las manzanas de viviendas denominadas “insulae”.*<sup>40</sup>

Tanto Costa Lobo e Simões Júnior<sup>41</sup>, quanto os pesquisadores que se debruçam sobre os casos de cidades específicas no mundo lusitano (Coimbra, Lisboa, São Paulo, Salvador, etc.) aceitam a ideia de um “modelo” castrista apenas parcialmente, pois insistem na relação direta – dentro dos exemplos luso-brasileiros – entre o *castro* em si e a *baixa*. Ou seja, não se trata somente de ocupação – algo militarizada – dos “cabeços de morro”, mas de uma relação mais ampla e multifuncional do espaço, da topografia, na qual cada segmento, cada campo, possui seu interesse e função, e que – mais ainda – se complementam e se sustentam mutuamente.

Dentro do que se costumou a tratar como “modelo Mediterrâneo” ou castrista vamos encontrar situações semelhantes, mas com peculiaridades. Tomemos o caso das passagens (portas e afins) como exemplo.

Nos “sottoportegos” italianos – extremamente comuns em Veneza -, a entrada permite o acesso a espaços reservados. O caso veneziano, ao qual retornaremos, apresenta algumas singularidades: a cidade, estabelecida sobre um arquipélago de pequenas ilhas na laguna do Mar Adriático, não permitia qualquer forma de amuralhamento contínuo. As ilhas, paulatinamente ocupadas intensamente, também não dispunham de espaços generosos, nem, sequer, uma vantagem topográfica nos casos de assédio. Ao mesmo tempo era absolutamente necessário o controle de elementos vitais para a sobrevivência do assentamento, sobretudo da água potável (tão rara na laguna, de água salobra). Assim, os edifícios que foram sendo construídos nas ilhas ocuparam de modo lindeiro as margens, mas resguardaram o interior das mesmas, com a

---

<sup>40</sup> MORRIS, A. E. J., *História de la forma urbana: desde sus origenes hasta la Revolución Industrial*, Barcelona: Editora Gustavo Gilli, 2011. Pgs. 58-59.

<sup>41</sup> Op. Cit.

existência de praças e largos, os quais – geralmente – possuem poços de água potável e igrejas (de corporações de ofício).



Conjuntos de construções que cerram as ilhas-bairros de Veneza. A construção na linha d'água somente permite o acesso ao interior das ilhas através de passagens por dentro dos edifícios ou minúsculas ruelas que acompanham os canais.



*Poços de água potável – hoje desativados – no interior das ilhas que formam Veneza. Eles permitiam o abastecimento das casas a partir do interior das ilhas, o que garantia sua preservação no caso de ameaças. Imagens do autor, Veneza, 2012.*



*Interior das ilhas de Veneza, protegidas pela própria linha de edificações. Imagens do autor, Veneza, 2012.*

O acesso a esses espaços, bem como à cidade como um todo, somente é possível pelos canais e pelos sottoportegos.



*Os canais funcionam não apenas como caminhos de acesso às diversas ilhas, mas, também, permitem o isolamento de cada uma delas quando necessário. Imagens do autor, Veneza, 2012.*



*As passagens, ou sotoportego, funcionam da mesma forma como na Alfama: permitem a capilaridade do trânsito de pessoas e, ao mesmo tempo, protegem o interior das ilhas. Imagens do autor, Veneza, 2012.*

A vida na laguna e, sobretudo, nas ilhas de Veneza exigiram estrita regulação, contra a extrema improbabilidade da ocupação humana e da urbanização. Desde o tamanho dos barcos que podem transitar nos diversos tamanho de canal até a licença de quem os pode comandar, tudo em Veneza exigiu regulação, e desde muito cedo, contrariando qualquer ideia vaga sobre uma ausência de ordem e de preocupação urbanística no medievo.

Fora do espaço Mediterrâneo, e em caso análogo, ainda que substancialmente menos delicado, em Londres novamente a impossibilidade do amuralhamento da cidade levou ao emprego das passagens e das quadras com áreas recolhidas. Em verdade Londres passou por alterações muito significativas – e ainda passa; duas situações foram definitivas na mudança do traçado e da ocupação dos espaços da cidade, o grande incêndio de 1666 e o bombardeio nazista durante a II Guerra Mundial. Tanto em um caso como no outro a “City” – espaço ancestral da cidade, a ponto de ser definido como “a” cidade por excelência – foi a região mais afetada. Apesar disso, algumas quadras mantêm seu desenho original e, também, o seu traçado. Nas cercanias da City o bairro de Temple (devido a ocupação no século XIII por estruturas pertencentes à Ordem do Templários) ainda guarda algumas dessas rugosidades urbanas<sup>42</sup>.

Aliás, o tempo todo, no campo dos estudos das cidades, estamos nos defrontando com rugosidades. Em verdade, parte na natureza deste trabalho é

<sup>42</sup> SANTOS, Milton, *Por Uma Geografia Nova*, São Paulo: Hucitec, 1988.

edificada sobre o estudo dessas rugosidades, suas permanências, rupturas; não podendo as cidades se recriarem completamente (nem havendo gênio humano com tal poder ou pretensão) elas são compostas de sobreposições e entrelaçamentos de tempos, materializados em estruturas deixadas – propositadamente ou não -. Milton Santos ao tratar dessa questão escreveu em *Por uma geografia nova*:

*“As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. [...] Assim, o espaço, espaço-paisagem, é o testemunho de um momento de um modo de produção nestas suas manifestações concretas, o testemunho de um momento do mundo. [...]*

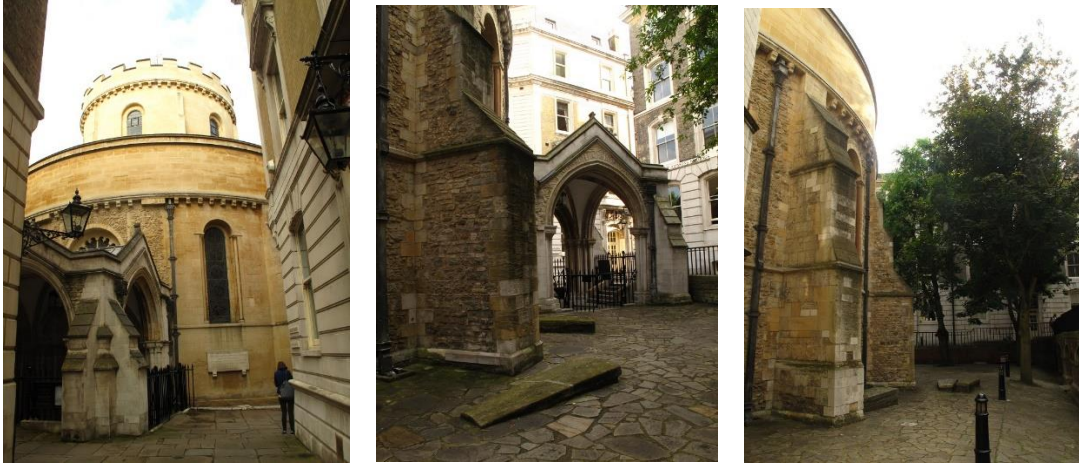
*O momento se cristaliza em memória, como diria Levebvre (1958, p. 345), e, para repetir Morgenstern, é como a memória de um presente que foi. [...] O homem trabalha sobre herança.”<sup>43</sup>*

Assim, também o interior da quadra onde se localiza a Igreja da Ordem do Templo só é possível através de uma passagem minúscula, quase escondida na imensa e contínua linha de edifícios. A linha de edifícios, pertencentes à Londres contemporânea, é interrompida por uma pequena passagem que transporta o viajante a uma outra Londres, uma imensa rugosidade, assim como também ocorre ao subir as ruas da Alfama ou cruzar as portas da antiga muralha de Coimbra.

Atrás da quadra de Temple encontra-se o Tâmis, o qual foi – durante a Baixa Idade Média – o grande canal de invasões vikings e normandas. Ora, assim como em Veneza e em Lisboa, a arquitetura e o urbanismo tiveram como grande preocupação a diminuição da exposição da cidade aos recorrentes riscos de invasão. Vale dizer que, nesse aspecto, Lisboa, definitivamente, era mais privilegiada pela topografia, embora seja equivalente a dificuldade em ser invadida e evadida (vantagem, nesse caso, para Londres e sua planície fluvial e Veneza, com as vastas margens da laguna).

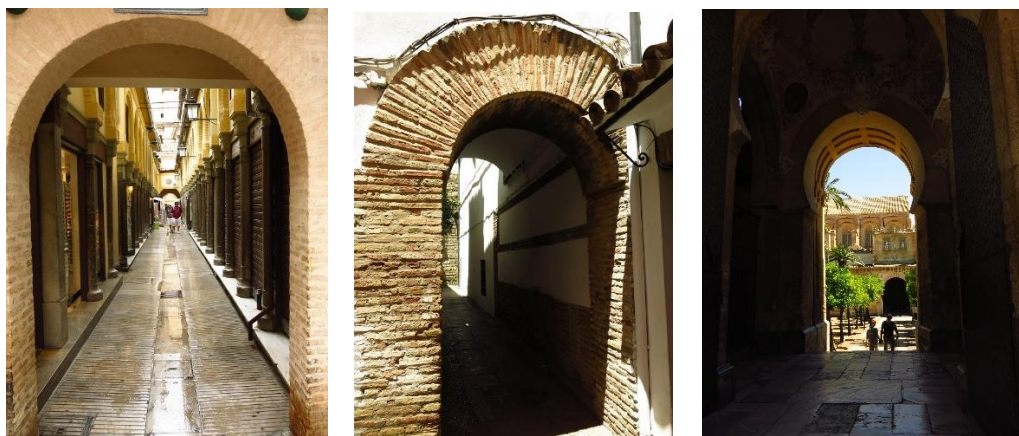
---

<sup>43</sup> *Idem*, pgs. 173 e 174.



*Interior do bairro de Temple em Londres, onde acesso se dá também por passagens sob os edifícios. Imagens do autor, Londres, 2013.*

Retornando ao universo moçárabe, ou mudéjar, a presença de tais acessos também é comum nas cidades espanholas como Córdoba, Granada, Sevilha, Almeria, Cádiz e nos diversos “pueblos” distribuídos pelo extremo sul da Península Ibérica.



*Passagens na Sevilha moçárabe e em seu Alcázar. Imagens do autor, Sevilha, 2013.*

De fato, a significativa diferença entre as inúmeras cidades cujos núcleos medievais encastelados foram preservados (ou parcialmente preservados) e o conjunto composto pela Alfama/Castelo de São Jorge/Mouraria é a incorporação da linha de edifícios como uma espécie de muralha habitável, como um pano que se estende ao sopé do morro e acompanha a baixa do Tejo. Embora essa solução arquitetônica/urbanística não seja uma exclusividade mourisca é significativa a intensidade – e os desdobramentos – com a qual essa cultura a

empregou, dando uma feição bastante marcada às cidades ibéricas durante a dominação árabe-bérbere. E é justamente nesse espaço intramuros que as cidades do mundo moçárabe ganharam características marcadas, muitas das quais foram incorporadas e transmitidas pela tradição urbanística portuguesa.

Nas ruas estreitas que se entrelaçavam (e ainda entrelaçam) no interior da área amuralhada uma multiplicidade de atividades se misturava e sobrepunha; nos edifícios de dois pavimentos (às vezes três e até quatro), quase sempre terminando na linha da rua, sem qualquer espaço de delimitação do trânsito de homens e veículos, o térreo era recorrentemente empregado para atividades laborais, fossem elas de comércio (secos e molhados, equipamentos, objetos utilitários e, quase sempre, algo disse e daquilo) ou serviços (ferreiros, tecelões, sapateiros, etc., ficando as atividades “impuras” segregadas da núcleo urbano, como os matadouros e curtumes). Uma azáfama de atividades ocorria nessas ruas e vielas, sendo a existência e o uso de mercados ou caravanchás reservados para o comércio de grosso trato.



*Núcleo antigo de Córdoba, Espanha.*



*Núcleo antigo de Córdoba, Espanha.*



*Bairro de Albaicyn, Granada, Espanha.*

*Imagens do autor, Córdoba e Granada, 2013.*



*Bairro de Albaicyn, Granada, Espanha.*



*Núcleo antigo de Sevilha, Espanha.*



*Núcleo antigo de Sevilha, Espanha.*

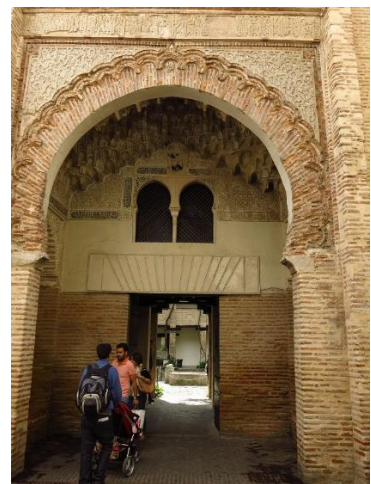
*Imagens do autor, Sevilha e Granada, 2013.*



*Núcleo antigo, Toledo, Espanha.*



*Núcleo antigo de Toledo, Espanha.*



*Caravançará de Granada, Espanha.*

*Imagens do autor, Toledo e Granada, 2013.*





*Caravançará de Granada, Espanha.*



*Interior do caravançará.*

*Imagens do autor, Granada, 2013.*

Nesse interior as ruas acompanham as curvas de nível do morro, tal como Nestor Goulart Reis<sup>44</sup> descreveu como princípio e método de ocupação das vilas e cidades coloniais na América Portuguesa. Também Manuel Teixeira deu relevo a essa particularidade em seu trabalho-síntese *A forma da cidade de origem portuguesa*<sup>45</sup>.



*Vista em perspectiva lateral da Alfama, na qual vemos claramente o alinhamento dos edifícios com as ruas e travessas estabelecidas seguindo as curvas de nível. Imagens do autor, Lisboa, 2012.*

---

<sup>44</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart, *São Paulo: vila, cidade, metrópole*, São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2004.

<sup>45</sup> TEIXEIRA, Manuel, *A forma da cidade de origem portuguesa*, São Paulo: Unesp, 2012.

Contudo, desejaria indicar alguns outros exemplos e – a partir deles – retomar essa questão sobre o emprego das curvas de nível para o estabelecimento da malha urbana nas cidades portuguesas de origem medieval.



*Pueblos blancos, Andaluzia, Espanha.*



*Pueblos blancos, Andaluzia, Espanha..*

*Imagens do autor, Andaluzia, 2013.*



*Toledo, Castilla-La Mancha, Espanha.*



*Toledo, Castilla-La Mancha,, Espanha.*

*Imagens do autor, Toledo, 2013.*



*Porto Venere, Ligúria, Itália.*



*Porto Venere, Ligúria, Itália.*

*Imagens do autor, Porto Venere/Itália, 2012.*



*Corniglia, Ligúria, Itália.*



*Corniglia, Ligúria, Itália.*

*Imagens do autor, Corniglia/Itália, 2012.*



*Assis, Úmbria, Itália.*



*Assis, Úmbria, Itália.*

*Imagens do autor, Assis/Itália, 2012.*



*Assis, Úmbria, Itália.*



*Assis, Úmbria, Itália.*

*Imagens do autor, Assis/Itália, 2012.*

Cada uma das cidades acima possui uma implantação distinta no espaço geográfico europeu, e, é claro, também com características geomorfológicas diversas.

Na Península Ibérica temos dois espaços-regiões bastante distintos: Toledo encontra-se na região mais central da Espanha (e, conseqüentemente, também da península). Está cercada por uma vasta planície de Castilla e La Mancha, com suaves elevações, dentre as quais se destaca justamente aquela sobre a qual a cidade foi assentada. Rodeando essa elevação está, por coincidência, o próprio Tejo (o qual vamos reencontrar muito mais abaixo, em sua foz, aos pés de Lisboa). Centenas de quilômetros ao sul, no Al-Andaluz (ou Andaluzia como os espanhóis a chamam atualmente) encontramos uma pequena constelação de vilas, povoados e cidades conhecidas como *Pueblos Blancos* (por conta da caição que, desde os tempos moçárabes, ajuda a diminuir o calor escaldante do verão no interior das casas). Essas vilas e povoados se estendem por quase toda a linha do Mediterrâneo, mas, raramente, na costeira. Os *Pueblos Blancos* estão quase sempre incrustados nas fraldas do relevo que se levanta para formar a Sierra Nevada. É recorrente, também, a existência de pequenos rios aos pés dos povoados.

Situação análoga podemos encontrar em Córdoba e Granada (a qual se desenvolveu originalmente no atual bairro de Albayzin ou Albaycin), menos íngreme e com colinas mais longas do que o que, posteriormente, deu lugar aos Palácios Nasridas (onde encontra-se Alhambra). Granada tem às suas costas, justamente, a Sierra Nevada, a qual – historicamente – ofereceu com seus contrafortes uma topografia de grande utilidade às defesas da cidade. Nenhuma das duas cidades, Córdoba e Granada, está no contexto mediterrâneo mais próximo (assim como Toledo)<sup>46</sup>.

E quisermos encontrar outras cidades encasteladas e com o emprego das curvas de nível como base para a consolidação da malha urbana podemos avançar até a Península Itálica. Novamente teremos duas situações distintas, mas com soluções semelhantes.

A Úmbria é uma região continental, distante do mar. Assim como Castilla e La Mancha, a Úmbria é formada por planícies e suaves elevações no meio da

---

<sup>46</sup> LÓPEZ, Jesús Bermudez, *La Alhambra y el Generalife*, Granada: TF Editores/Patronato de La Alhambra y el Generalife, s/d. pp. 15-22.

qual surgem montes que se destacam na paisagem. Duas cidades podem ser bastante esclarecedoras sobre esse princípio: Cortona e Assis. Em ambos os casos podemos verificar o modelo “castrista” de assentamento, como muitos passaram a chamar<sup>47</sup>. Entretanto, em nenhum dos dois casos, há qualquer curso de água de maior relevância na proximidade, o que explica e justifica a pouca ou nenhuma relação dessa região com as lides náuticas (como também, vale dizer, nas regiões de Castilla e La Mancha na Península Ibérica).

Noutra região da Península Itálica podemos observar esses princípios de ocupação do espaço associados à marinha: a costa da Ligúria. O conjunto de cidadelas conhecido como *Cinque Terre* (Corniglia, Monterosso al Mare, Vernazza, Manarola e Riomaggiore), a qual se soma a peninsular Portovenere, mantém semelhanças em dois aspectos: o de estarem encasteladas, ou semi-encasteladas, e de empregarem as curvas de nível como elementos estruturantes das cidades. Contudo, em quase todos os demais aspectos diferem muito umas das outras. Algumas, como Corniglia, encontra-se tão alojada no topo de um penhasco a ponto de ter de empregar uma verdadeira horticultura de jardins e terraços (milenarmente) como modo de subsistência.



Hortas e jardins nas casas de Corniglia, Costa da Ligúria, Itália. Essas hostas respondem por parte da alimentação das famílias e maximizam o aproveitamento do raro solo agricultável do topo das montanhas. Imagens do autor, Corniglia/Itália, 2012.

---

<sup>47</sup> MATTOSO, José, *História de Portugal, Vol. 2, A Monarquia feudal*, Lisboa, Estampa, 1998. pg. 169 e seguintes.



Corniglia, Costa da Ligúria, Itália. Imagens do autor, Corniglia/Itália, 2012.

Todo espaço cultivável é empregado com pequenas hortas que mesclam uma infinidade de ervas, legumes, frutas, flores e verduras (tomates, alecrim, manjeriço, oliveira, laranjas e limões, verduras diversas). Esse sistema é significativamente diverso das regiões interioranas – como Toledo, Córdoba, Granada, Sevilha na Espanha, Cortona e Assis na Itália, Coimbra, Sintra, Lisboa, em Portugal – nas quais as vastas planícies agricultáveis que as compõem (e circundam) não tornam a agricultura de terraço uma condição de sobrevivência (embora na Alfama, dado a exiguidade do espaço, tenha se desenvolvido um sistema de canteiros e jardins, mas que respondiam muito sutilmente para a sobrevivência da população local<sup>48</sup>).

Nas demais cidades da costa da Ligúria apesar de a agricultura de terraço ser presente, a proximidade com o mar (que não apenas oferece um estoque de alimento, mas, também, uma maior fluidez nas trocas) a faz menos essencial.

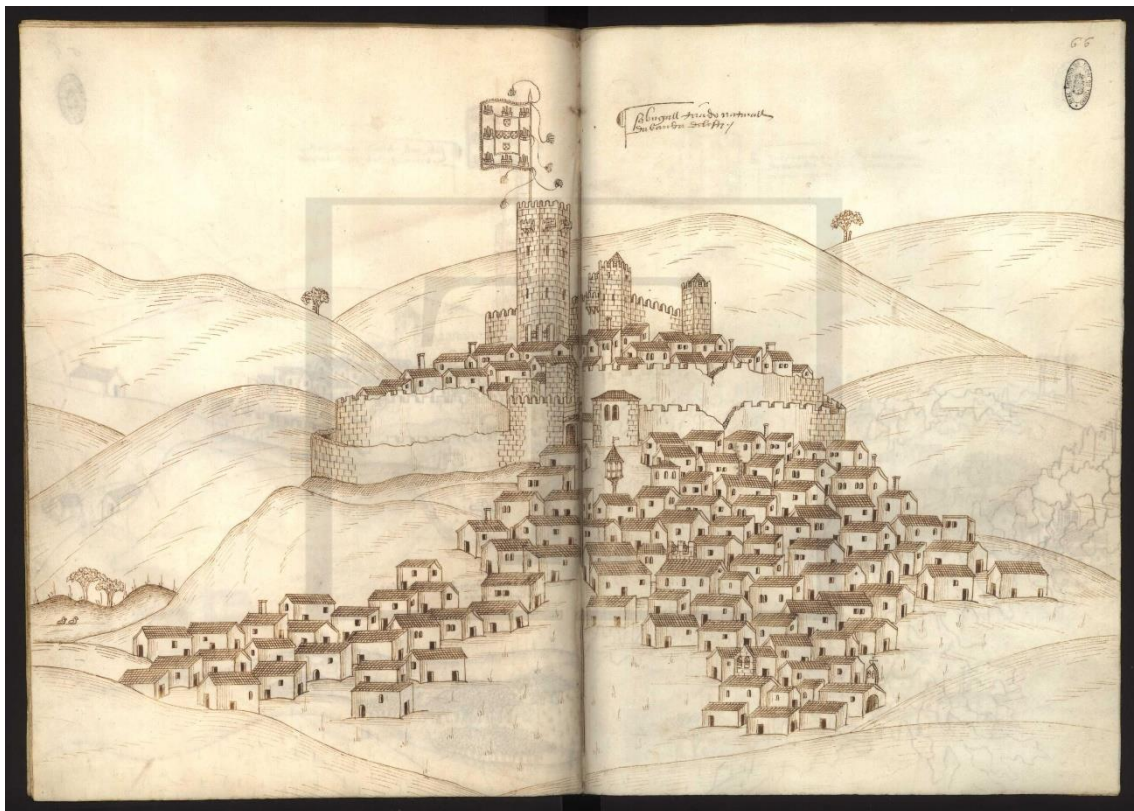
No território português, em 1509, D. Manuel ordenou que se fizesse um inventário das fortalezas portuguesas, e que delas se desenhasse tomadas panorâmicas. Para essa tarefa foi convocado o escudeiro da casa real, Duarte de Armas. De tal incursão, na qual visitou 56 cidades/castelos, surgiu o *Livro das*

---

<sup>48</sup> PORTELA, Sara e LOBO, Manuel Leal da Costa, “O bairro de Alfama em Lisboa”, in LOBO, Manuel Leal da Costa e SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo, *Urbanismo de colina: uma tradição luso-brasileira*, São Paulo: Universidade Presbiteriana MacKenzie, 2012. Pp.277-283.

*Fortalezas*<sup>49</sup>. Esse documento, apesar de ter como característica o desenho panorâmico das cidades (a cartografia, tal como a compreendemos hoje, vai se desenvolver e ganhar força a partir do século XVII), é extremamente valioso por flagrar dezenas de fortificações que, nos séculos seguintes, foram ganhando cada vez mais aspectos de cidade (e dando origem a elas).

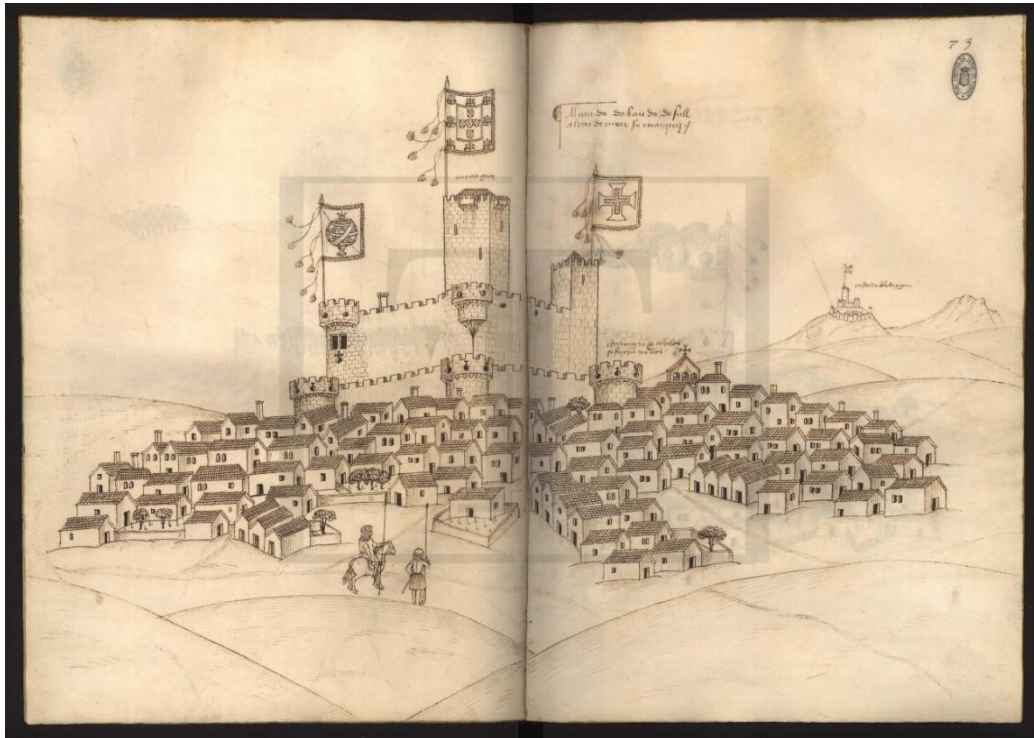
Aqui selecionamos um pequeno conjunto delas: Sabugal, Almeida, Bragança, Campo Maior, Chaves e Ougela. Vemos a repetição sistemática da estrutura “castro e colina”, e sempre empregando uma forma de ocupação do espaço que prima pela conservação e aproveitamento das curvas de nível



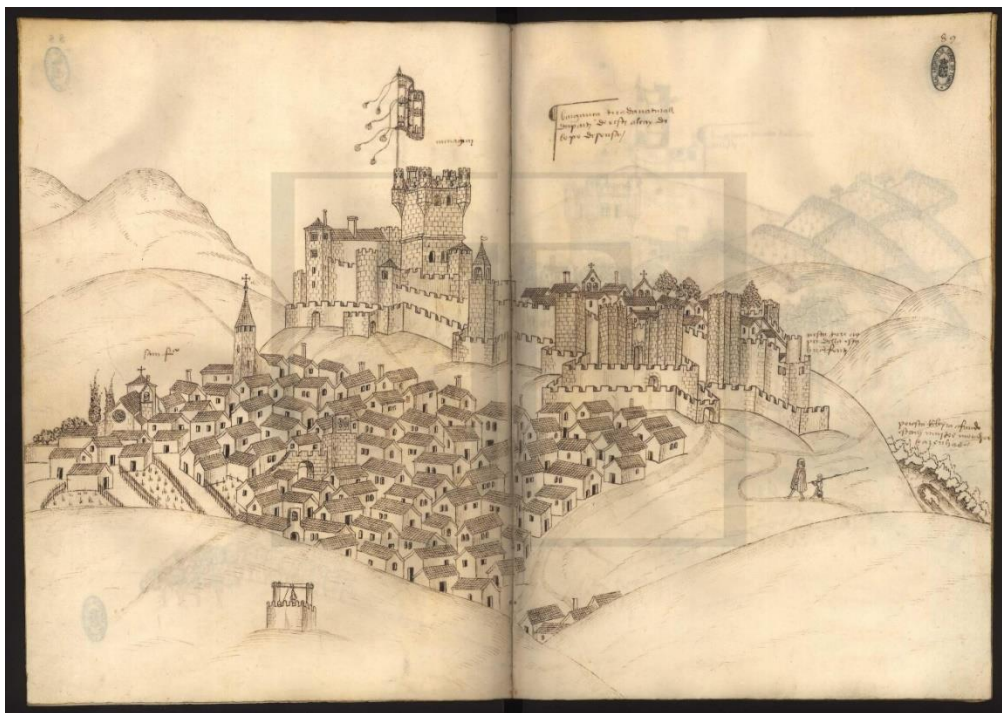
Sabugal, Portugal. DUARTE DE ARMAS, *Livro das Fortalezas*, Fac-simile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Edições Inapa, 1990.

<sup>49</sup> DUARTE DE ARMAS, *Livro das Fortalezas*, Fac-simile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Edições Inapa, 1990.

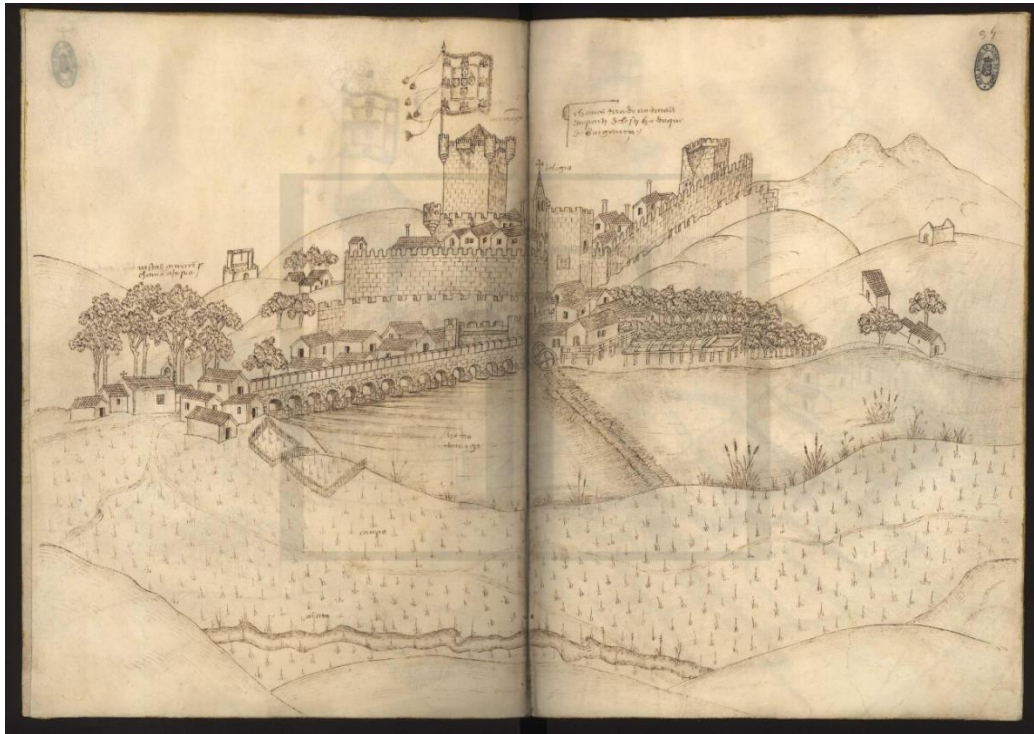




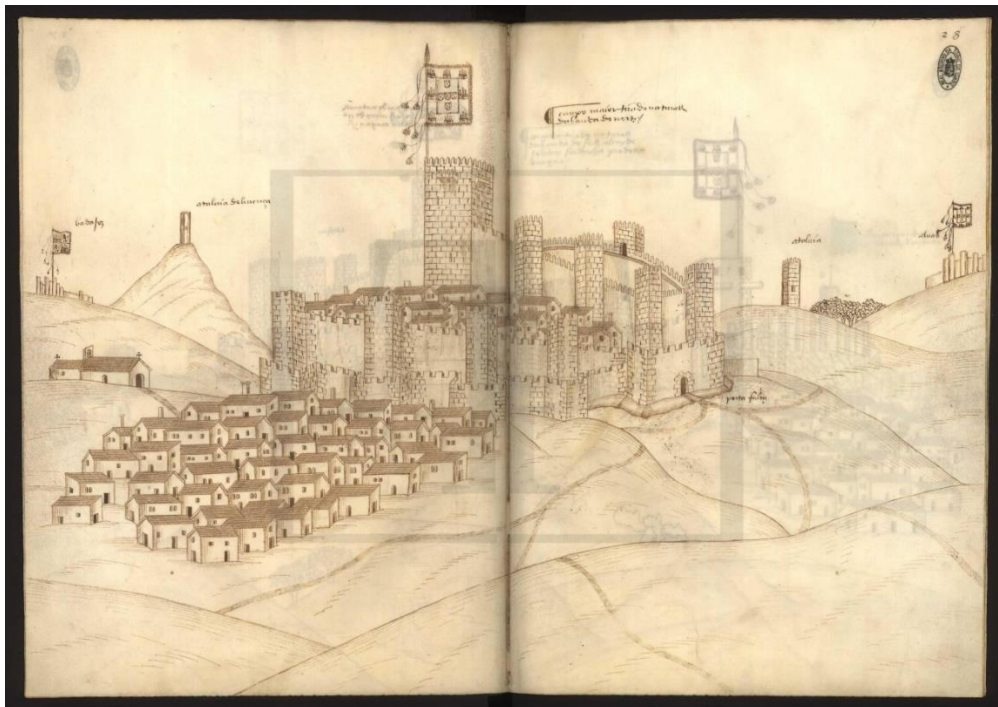
Almeida, Portugal. **DUARTE DE ARMAS**, *Livro das Fortalezas*, Fac-simile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Edições Inapa, 1990.



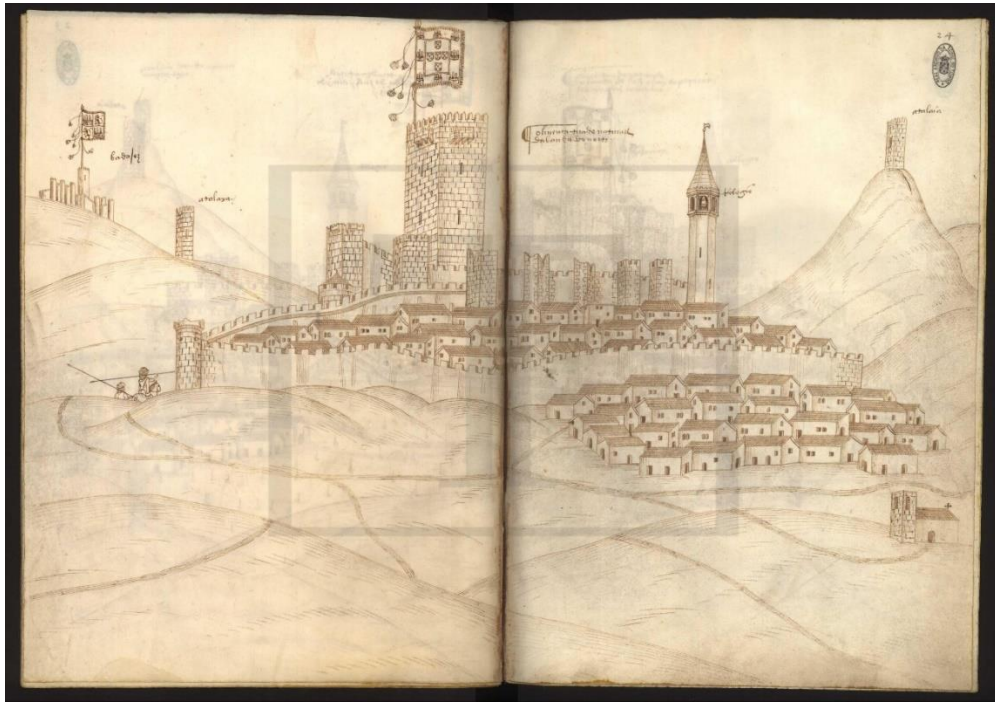
Bragança, Portugal. **DUARTE DE ARMAS**, *Livro das Fortalezas*, Fac-simile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Edições Inapa, 1990.



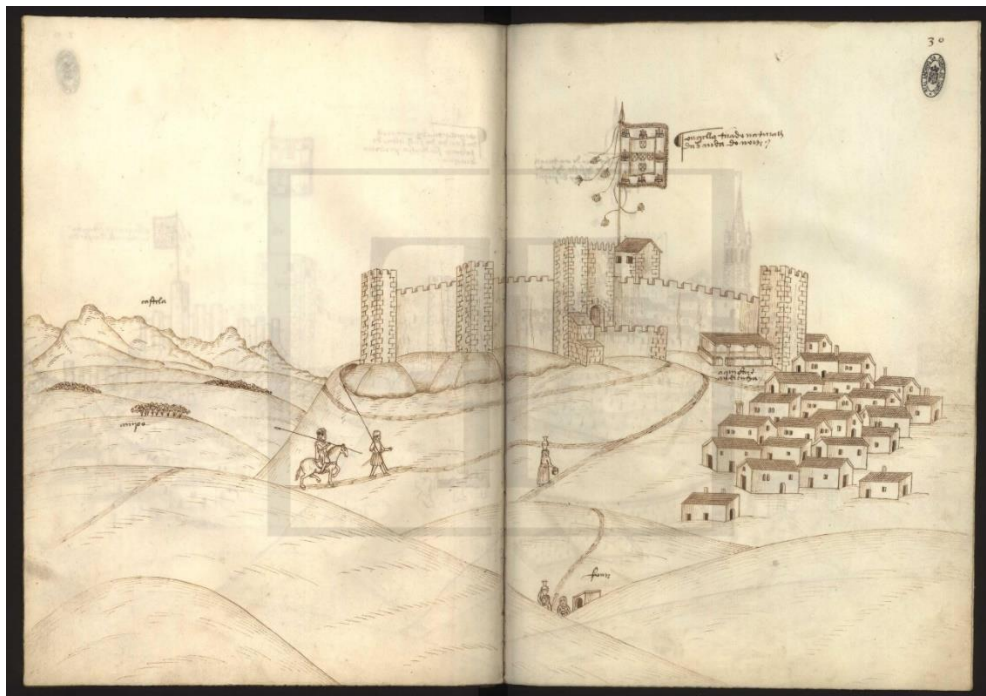
Chaves, Portugal. **DUARTE DE ARMAS**, *Livro das Fortalezas*, Fac-simile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Edições Inapa, 1990.



Campo Maior, Portugal. **DUARTE DE ARMAS**, *Livro das Fortalezas*, Fac-simile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Edições Inapa, 1990.



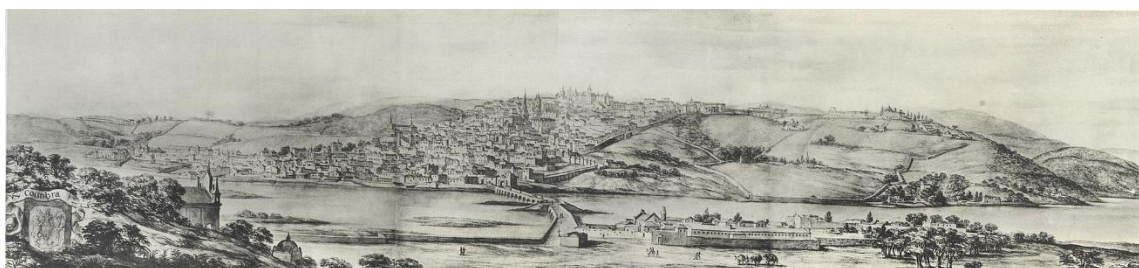
Campo Maior, Portugal. **DUARTE DE ARMAS**, *Livro das Fortalezas*, Fac-simile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Edições Inapa, 1990.



Ougela, Portugal. **DUARTE DE ARMAS**, *Livro das Fortalezas*, Fac-simile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Edições Inapa, 1990.

Deste modo podemos concordar que as cidades portuguesas primaram pelo modelo “castro-colina”; que estas colinas, majoritariamente, deram origem aos setores mais densamente povoados, os quais concentravam unidades que mesclavam o uso como moradia com atividades comerciais e de serviços. As muralhas, fundamentais durante a Reconquista e, depois, na construção e manutenção da independência do Reino de Portugal, foram paulatinamente – a medida que as questões militares diminuían de importância – desaparecendo; sendo desmontadas para o reaproveitamento de seus materiais ou sendo incorporadas aos próprios edifícios.

Considerando que a ordem de D. Manuel I era para que se inventariasse e riscasse as fortalezas – principalmente as que estavam a marcar a divisa entre Portugal e Castela – se poderia argumentar que tais estruturas se repetem por conta de uma natureza comum, de origem defensiva. Podemos, então, verificar outra cidade portuguesa, distante da fronteira castelhana:



Vista de Coimbra, provavelmente séc. XVII. Perceba-se as áreas agricultadas ao redor da cidade. MAGALOTTI, Lorenzo, 1637-1712, *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669) / edición e notas por Angel Sánchez Rivero e Angela Mariutti de Sánchez Rivero*, Madri: Sucesores de Rivadeneyra, [1933]. - XXVI, 347 p. + 1 pasta (3 f., 71 estampas) ; 25 cm, 51x67 cm

Coimbra, às margens do rio Mondego, exerceu um papel defensivo durante a ocupação berbere/árabe, quando foi tomada pelos cruzados continuou a exercer a mesma função, mas – então – a favor dos cristãos. Criado o Condado Portucalense foi lá que se estabeleceu a sede originalmente, somente sendo transferida para Lisboa após a estabilização da fronteira sul.

O que vemos no desenho de Coimbra é novamente o modelo castro-colina, com o aproveitamento das curvas de nível, às margens de um rio de

importância significativa. Esse era o modelo mental majoritário que compunha a cultura lusitana no século XVI, e foi esse pensamento, esse conjunto de soluções que permaneceu ainda por alguns séculos.

## A herança clássica

Muito já se escreveu a respeito das cidades na antiguidade clássica<sup>50</sup> e, igualmente, sobre a influência de suas tradições na constituição e transformação das cidades no mundo mediterrâneo<sup>51</sup>. Contudo, quase sempre, há uma vasta e interminável discussão a respeito de quais características foram efetivamente herdadas pelas cidades, do quanto essas características são efetivamente tributárias dessa ou daquela cultura e/ou ente político (como é o caso de Roma, da República e do Império), do grau de criatividade de cada tradição e cultura, etc.

De fato, mais do que uma análise genética o que nos interessa é a genealogia, com tudo de errático que esta possui. Por isso nunca é demais retomar alguns aspectos que, sim, foram fundamentais na conformação do repertório de referências, soluções, criações das cidades na Península Ibérica e, mais especificamente, em Portugal.

Lisboa, à época da reconquista, ainda mantinha seu núcleo – Castelo de São Jorge, Alfama, Mouraria e Baixa – estruturado sobre as bases estabelecidas durante a ocupação romana. Segundo Calado, em seu *Atlas de Lisboa: a cidade no espaço e no tempo*:

---

<sup>50</sup> COULANGES, Fustel, *A cidade antiga, Estudos sobre o Culto, o Direito, as Instituições da Grécia e de Roma*, São Paulo: Hemus, 1975. MUMFORD, Lewis, *La cite à travers l'histoire*, Paris: Seuil, 1964. BRAUDEL, Fernand, *Memórias do Mediterrâneo*, Lisboa: Multinova, 2001.

<sup>51</sup> BRAUDEL, Fernand, *Memórias do Mediterrâneo*, Lisboa: Multinova, 2001.

*“[...] urbe de Olisipo estruturava-se a partir de três núcleos: o oppidum ou sítio fortificado do castelo, no alto da colina; o fórum ou centro cívico, situado a meio da encosta, com o seu teatro, templo e mercado; e o conjunto ribeirinho ocupado por equipamentos portuários e de lazer e, ainda, por sistemas produtivos.”<sup>52</sup>*

Como colônia romana, estatuto obtido em 60 a.C. sob o nome de *Felicitas Julia*<sup>53</sup>, Lisboa passou por um processo de latinização, o que incluía a implantação de soluções urbanísticas (a organização axial do centro da urbe) e de equipamentos típicos de suas cidades (fórum, termas, templos, etc.). Obviamente que, diversamente de cidades/colônia como Timgad (ou Tamugadi em latim) que eram implantadas em terrenos novos, sem restrições severas impostas pela topografia ou pela pré-existência de estruturas construtivas (ruas já constituídas, muralhas, casas, etc.), em Lisboa – e em quase todas as cidades portuguesas – a romanização se deu na negociação prática do cotidiano com a cidade já estabelecida.

Em outros termos: veremos na Lisboa romana, bem como em Coimbra, Porto, Óbidos e tantas outras, uma romanização na medida do possível, o que – em alguma medida – também garantia a amenização dos conflitos e a otimização de recursos<sup>54</sup>.

É significativo que certas práticas implementadas pelos romanos passaram a compor a cultura dos povos da Península Ibérica. No plano construtivo o emprego da pedra talhada, a presença das termas, do fórum, uma preocupação maior com os aspectos higiênicos da cidade – e, sobretudo, das casas. Por consequência a incorporação de técnicas implica na transformação

---

<sup>52</sup> CALADO, M. (Coord.), *Atlas de Lisboa: a cidade no espaço e no tempo*, Lisboa: Contexto, 1993. Pg.8.

<sup>53</sup> PORTELA, Sara e LOBO, Manuel Leal da Costa, “O bairro de Alfama em Lisboa”, in LOBO, Manuel Leal da Costa e SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo, *Urbanismo de colina: uma tradição luso-brasileira*, São Paulo: Universidade Presbiteriana MacKenzie, 2012. Pg. 257.

<sup>54</sup> ALARCÃO, Jorge de, *Conímbriga, o chão escutado*, Lisboa: Edicarte, S/N. PP. 9-17.

dos hábitos; mesmo antes da invasão dos árabes-bérberes a Lusitania já havia incorporado os banhos como prática de higiene, mas, também, de recreio. Da mesma forma os anfiteatros passaram a compor os espaços e, principalmente, as atividades de lazer das populações.

Em alguma medida as estruturas erguidas pelos romanos – ao menos as públicas – delinearão as cidades, ainda que tenham desaparecido com o decorrer dos séculos e em velocidade acelerada após o colapso do império ocidental. Este, aliás, é um exemplo bastante eloquente das dinâmicas que envolvem as transformações urbanas e a mescla cultural. Os romanos ao invadirem a Península Ibérica trataram de “romanizar” as cidades e suas populações; isso não se deu de imediato, em alguns casos mais de um século de dominação decorreu até que iniciativas fossem tomadas no plano material. Contudo, quando o fizeram, aproveitaram parte das estruturas pré-existentes, no menos a localização. Lugares de culto nativos foram substituídos por templos e os centros das cidades abriram espaço para os fóruns. Noutros casos as estruturas, por inexistente equivalência, partiram do zero, como no caso das termas e dos anfiteatros.

Com o fim do império as populações, já muito latinizadas, abandonaram parte dos elementos da cultura dos romanos; a manutenção das termas e dos anfiteatros demandavam um grau de organização e um investimento que já não estavam a disposição naquele momento de crise e transição, a religião romana perdera sentido e a cristianização marchava a passos largos, as instituições que nos fóruns se reuniam ou desapareceram ou deram origem a outras formas de organização, dispensando o uso do edifício<sup>55</sup>.

Mas parece que a mentalidade se sobrepôs – em alguma medida – ao desaparecimento das estruturas, pois, mais cedo ou mais tarde, os espaços que suportavam algumas dessas estruturas (sobretudo fóruns, termas e templos) foram reaproveitados para a construção de igrejas, fontes de água e locais do governo local. Em Lisboa essa sucessão é bastante nítida – mas também em Conímbriga, Coimbra, Évora, Braga, etc. -; ao se adentrar no claustro da Sé

---

<sup>55</sup> ALARCÃO, Jorge de, *Portugal Romano*, Lisboa: Editorial Verbo, 1987.

Velha, na encosta da Alfama, há de se deparar com profundas escavações que desvelam os restos do fórum, de templos (parte dos quais estão sob a casa de Santo António, em frente a Sé Velha).

Não foi, entretanto, somente na existência de determinadas estruturas urbanas, no reaproveitamento dos materiais e dos espaços que a herança romana se perpetuou na cultura lusitana. O modelo de regulamentação dos espaços, a definição dos limites, suas classificações também foram uma apropriação e reinterpretação do ordenamento romano.

Também os romanos diferenciavam o que era a cidade, como espaço urbanizado, com adensamento humano, sede administrativa, dos limites de influência e direito. Embora não seja minha preocupação, neste trabalho, vale indicar que tais ordenamentos darão origem a compreensão portuguesa do Rocio e do Termo, da diferença entre vila e cidade (embora, aqui, estejamos empregando o termo cidade de modo amplo, sem nos atermos às classificações que cada lugar teve ao longo da história).

Assim, se o modelo mediterrâneo se impôs como escolha de espaço, como implantação na paisagem, os latinos (os quais também, por óbvio, dialogavam com essa herança comum) introduziram diversas práticas, estruturas, técnicas, modos de organização que passaram a compor o repertório de ferramentas/tradições urbanísticas portuguesas. Não cabe pensar que o fim do Império Romano do Ocidente implica em um abandono ou recusa de sua cultura; o que houve foi um longo processo de articulação de várias tradições, de várias heranças culturais, as quais foram lapidadas pelo uso cotidiano, por uma característica que muitas vezes foi atribuída aos lusitanos, ora como elogio, ora como crítica: um certo fatalismo pragmático, que implica na manutenção ou abandono segundo o critério da funcionalidade e da relação esforço X benefício.



## Lisboa no medievo

Após séculos de embates, nos quais as tropas cristãs haviam reconquistado palmo a palmo o território da franja marítima da península ibérica, chegava-se – finalmente - às cercanias de Lisboa.

Apesar do caráter cruzado que revestia a longa campanha de recuperação do território, diferentemente do Oriente Médio – e dos Estados Cristãos lá estabelecidos – o multiculturalismo era um traço indelével e que a mudança política, ao menos de imediato, não alteraria substancialmente. Em outras palavras, a presença mourisca, ou mudéjar, haveria de ser uma constante na vida das populações locais, fossem elas administradas por cristãos ou islâmicos.

O fato relevante é que antes de discutirem qualquer encaminhamento a respeito da vida da cidade de Lisboa, de suas populações, da administração dos povos, havia que se tomar a cidade e, sobretudo, seu ponto fulcral, o castelo.

Aninhado no topo de um alto cimo, dos que compõem o espigão que suavemente se eleva desde o oceano Atlântico e acompanha em fluxo contrário o Tejo, o castelo observa solenemente o movimento de toda a ribeira, circundado por áreas residenciais que dificultam o acesso ao seu sopé.

Apesar da cidade de Lisboa se espalhar pela baixa, de haver seu porto – importante há milênios -, de haver, até mesmo, pontos de ocupação espalhados pelo interior e até a foz do grande rio, já à beira do oceano, sem tomar o castelo, núcleo de onde se originou o assentamento, a cidade não estaria formalmente capitulada e o território que se estende para “além do Tejo” não poderia ser considerado libertado<sup>56</sup>.

O problema que se coloca aos conquistadores, em verdade, já fora enfrentado há pouco tempo, na conquista de Coimbra, quando de fato se estabeleceu o Condado Portucalense. Assim como Lisboa, Coimbra está incrustada no topo de um monte às margens do Mondego, à altura em que este faz suave volta em seu trajeto. Amuralhada e posta às portas pelos antigos

---

<sup>56</sup> MATTOSO, José (Coord.), *História de Portugal, Vol. 2, A monarquia feudal. Pg. 67 e seguintes.*

ocupantes mudéjares deu algum trabalho aos cristãos na iniciativa da reconquista, obrigando a uma verdadeira tomada rua a rua, casa a casa. Os arredores, de plantações e casas dispersas, de portos fluviais e ocupação rarefeita, não representavam o essencial, o fundamental, para a consolidação do território, mas – sim – o castelo e o poder que nele se abrigava.

Quando Lisboa caiu nas mãos dos Cruzados (e do infante Afonso Henriques), em 1147, o fato essencial foi a tomada do Castelo e seus arredores, áreas que haviam se desenvolvido ao longo de séculos e que viviam sob a proteção da estrutura castrista.

Um famoso relato, do chamado “Cruzado Inglês”<sup>57</sup>, faz uma curiosa descrição da cidade de Lisboa à época da reconquista. Esse relato é bastante interessante para que possamos ter uma ideia do que era Lisboa, seus arrabaldes, formas de ocupação, mas também há que se ter cuidado, pois a mesma descrição cita uma cidade com uma população infinitamente maior do que efetivamente poderia ter (aventa-se que tal superestimação da população se devesse ao desejo de valorizar a conquista das tropas cristãs).

Uma informação importante é que o Castelo, e boa parte de seu entorno, estava à época cercado por uma muralha, a qual abraçava as estruturas mais antigas da cidade. Essa parcela de Lisboa, envolvida pelo que hoje é conhecido como “Cerca Moura” (da qual parcelas e o traçado foram recuperados no último século através de longas pesquisas arqueológicas) e não apenas delimitava o espaço onde residiam os potentados mudéjares, mas, também parcela significativa da população (com suas casas, comércios, templos, etc.).

As pesquisas arqueológicas também revelaram nas últimas décadas que esse setor da atual Lisboa foi durante sucessivos milênios ocupado por diversas culturas, as quais mais do que se sobrepuseram, se apropriaram e reinterpretaram os legados anteriores.

---

<sup>57</sup> NASCIMENTO, Aires, *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, Lisboa: Vega, 2001.



Vista de Lisboa extraída da obra de Georgio Braunio Agrippinate, *Vrbium praeicipuarum mundi theatrum quintum*, 1593.

Durante a permanência berbere/mudéjar de Lisboa (ou Aschbouna para os mudéjares) o cabeço da colina, sítio do castelo, foi – obviamente – ocupado pelos potentados consolidando o que, na estrutura urbana de origem muçulmana, era conhecido como a *alcáçova* (em situação análoga a tantas outras cidades da península, com significativo destaque para Coimbra, Óbidos, Porto, Toledo, Granada, Córdoba); a colina que desce do castelo rumo à baixa foi paulatinamente sendo ocupada pela nobreza e pelos comerciantes mudéjares, conformando o segundo setor da cidade, a *medina* (literalmente “a cidade”)<sup>58</sup>. Por fim, a *baixa* continuava a manter as atividades portuárias e às diversões. Esse setor, entre a baixa e a alcáçova (a medina) passou a ser conhecido como Alhama (local de fonte) em clara referência às fontes estabelecidas pelos romanos anteriormente e que, no século XII, ainda existiam (hoje apenas duas ainda persistem).

Na medina, ou Alfama, além dos mudéjares estabeleu-se a judiaria, conforme confirmam despachos reais dos séculos seguintes que não apenas citam a presença judaica no sítio como regulamentam a construção e a existência da sinagoga local.

---

<sup>58</sup> PORTELA, Sara e LOBO, Manuel Leal da Costa, “O bairro de Alfama em Lisboa”, in LOBO, Manuel Leal da Costa e SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo, *Urbanismo de colina: uma tradição luso-brasileira*, São Paulo: Universidade Presbiteriana MacKenzie, 2012. Pg.258.

Enquanto isso, na parte contígua – mas nas costas – do castelo se estabeleceu outro setor mudéjar, o qual passou a ser conhecido, após a reconquista como “Mouraria” (nome que mantem ainda hoje).

O restante da cidade de Lisboa possuía ocupação mais rarefeita, com vastas chácaras e residências muito menos adensadas – e protegidas – do que a Alfama.

Consolidada a reconquista a dinâmica territorial, e das próprias cidades, se altera significativamente (o que explica a expansão das cidades – como Lisboa e Coimbra – para o além muros):

*“A primeira metade do século XIII parece ser a época de transição. Durante a segunda metade deste século, os castelos isolados devem ter sido completamente abandonados. A partir daí o domínio de cada circunscrição territorial faz-se a partir de centros urbanos e não das fortalezas roqueiras. Mas já nos séculos XI e XII há precedentes desta organização do espaço, não em torno de castros, mas de povoações que dominam o território circundante, então chamado ‘termo’.”<sup>59</sup>*

Ainda segundo Mattoso os castelos, mesmo os que não estavam isolados nem funcionavam como cabeça de ponte da reconquista, foram paulatinamente abandonados, dada as dificuldades do terreno. Esse processo das cidades portuguesas vai se verificar também na América Portuguesa e, em especial, em São Paulo. Os limites originais da vila, contidos no morro entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú, foram mantidos originalmente também por uma questão de segurança. No auge das tensões entre colonos e indígenas em Piratininga a vila chegou a erguer muralha de taipa – da qual nada restou e quase nada sabemos da exata localização -. Contudo, vencidos ou dominados os indígenas do planalto e sem qualquer outra ameaça efetiva (apesar dos constantes temores de invasões castelhanas isso jamais se tornou uma ameaça

---

<sup>59</sup> MATTOSO, José (Coord.), *História de Portugal, Vol. 2, A monarquia feudal. Pg. 145.*

premente<sup>60</sup>) a vila pode se expandir, com a ocupação de novas áreas e desenvolver uma série de núcleos relativamente isolados e semi-independentes – no mais das vezes às margens dos caminhos que ligavam São Paulo às demais regiões da colônia – garantindo a forma que lembrou diversos autores a de uma gigantesca aranha<sup>61</sup>.

No caso de Lisboa, apesar da expansão das áreas ocupadas no decorrer dos séculos pós-reconquista, o caráter medieval da cidade se manteve. Diga-se, de passagem, que vários elementos do medievo se mantiveram tardiamente em Portugal, que o diga a constante construção de edificações monumentais – à época das grandes navegações – a partir do que ficou conhecido como “estilo manuelino”.

O manuelino, cujas expressões máximas são o Mosteiro dos Jerônimos (iniciado no reinado de D. Manuel, em 1501, e concluído somente um século depois), a Torre de Belém (1514 a 1520) e o Convento de Cristo (em Tomar, criado em 1160 para receber a Ordem do Templo em Portugal mas continuamente alterado nos séculos seguintes; sua ornamentação mais suntuosa – de caráter manuelino – foi justamente adicionada durante a permanência do infante D. Henrique, o Navegador como Grão Mestre da Ordem de Cristo) é uma manifestação tardia do gótico, com a incorporação de toda uma imagética náutica (cordas, nós, figuras marinhas reais ou mitológicas, algas, embarcações, além de referências a episódios das navegações portuguesas).

Essas edificações, monumentais, concorriam a dar a Lisboa um aspecto circunspecto no tecido urbano que carregava uma curiosa mistura de construções vernaculares medievais e árabes, todas entrelaçadas no arruamento que cresceu conforme a necessidade e a conveniência.

---

<sup>60</sup>BELLOTTO, Heloísa Liberalli, *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo*, São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1979. DERNTL, Maria Fernanda, *Método e arte: urbanização e formação territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811*, São Paulo: Alameda, 2013.

<sup>61</sup>SAMPAIO, Teodoro, *São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos*, Petrópolis: Vozes, 1978. PRADO, Paulo, *Paulística etc.*, 4ª. Ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

A planta elaborada por João Nunes Tinoco em 1650, o principal documento cartográfico da cidade antes do terremoto de 1755 e das reformas pombalinas, mostra claramente a manutenção tardia da cidade de caráter medieval, sobretudo nas áreas que circundam o castelo (a grande área em formato circular e com menos indicações de edificações no centro da planta)<sup>62</sup>.

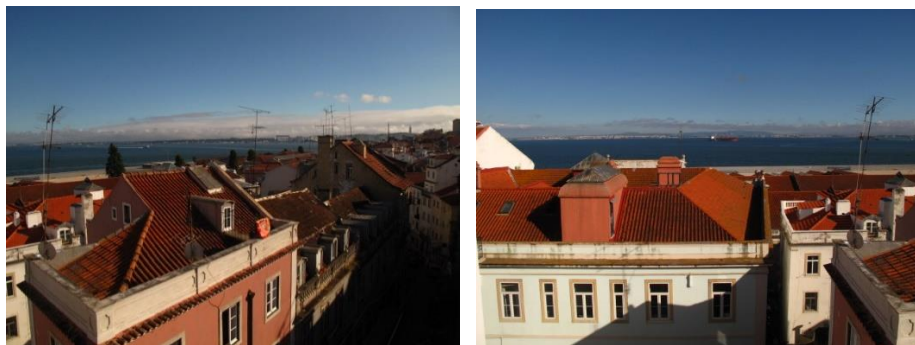


*Planta da cidade de Lisboa antes do terremoto de 1750. João Nunes Tinoco, 1650, fac simile.*

Também é bastante perceptível a manutenção de fragmentos dos panos das antigas muralhas da cidade. Essas muralhas foram sendo paulatinamente desmontadas ou sendo anexadas às novas edificações da região, fazendo com que – hoje – somente pequenos fragmentos estejam nitidamente mantidos como “muralhas”, mas que, vez por outra, surgem como paredes de grandes edificações ou atuando como muros de arrimo nos cortes das ruas que seguem as curvas de nível da colina.

<sup>62</sup> TINOCO, João Nunes, *Planta da cidade de Lisboa em 1650*, Departamento de Território de Portugal.

O setor amuralhado iniciava ao sopé do atual bairro da Alfama, na área que se estende contiguamente à Praça do Comércio (setor reconstruído durante o período pombalino). Daí circundava o morro, passando pelas fontes romanas (interrompidas durante o período mudéjar) e indo em direção ao que hoje é conhecido como Porta do Sol (resquício de uma das antigas portas árabes da cidade amuralhada, uma das que ruíram durante o cerco de Lisboa em 1147, conforme o relato do Cruzado Inglês<sup>63</sup>). Nesse setor a muralha dobrava em direção ao que passou a ser a Mouraria para, então, completar o círculo do castelo novamente acompanhando a Baixa Pombalina (próximo à Praça D. Pedro IV).



*Trecho da Alfama, a meio caminho do topo do Castelo. Imagens do autor, Lisboa, 2009.*

De fato, onde havia a muralha se estabeleceu uma longa linha de edifícios que funcionam – ainda – como uma enorme paliçada. Do lado da Mouraria tais edifícios estão incrustados no morro e, pontualmente, cortados por pequenas ruas e vielas que descem do alto do bairro conforme podemos observar nas imagens abaixo. Nas duas primeiras temos a vista do sítio original da cidade, com as muralhas do castelo (não as originais, mas as reconstruídas durante do governo salazarista) rodeadas pelo bairro da Mouraria, no qual a linha de edificações passou a fazer o papel de muralha da Medina.

---

<sup>63</sup> NASCIMENTO, Aires, *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, Lisboa: Vega, 2001.



*Vista da Mouraria e do Castelo a partir da Baixa Pombalina. Se evidencia a linha de edifícios ao fundo que delimita a área reconstruída pelo Estado daquela que foi deixada a responsabilidade dos proprietários. Imagens do autor, Lisboa, 2012.*

Nessas outras imagens vemos nitidamente as ruas e travessas – que as interligam – e que estão no setor de colina (Alfama e Mouraria) e que, em um sistema labiríntico, permitem a conexão entre a Baixa e o Castelo.



*Mouraria, a face que completa a retaguarda da elevação onde está assentado o Castelo de São Jorge. Imagens do autor, Lisboa, 2012.*

Do outro lado do antigo setor amuralhado, o do atual bairro da Alfama, a situação é parcialmente análoga: os prédios de três ou quatro pavimentos atuam



como paliçada, mas, com poucas e, mais recentes, exceções o acesso ao interior não é possível por ruas que desembocam diretamente na baixa. Assim como em diversas cidades constituídas durante a Idade Média, ou urbanizadas nesse período, o acesso somente é possível através de uma rede de portas e portões, muitas das vezes compondo a própria linha de edifícios.



*Acesso ao interior da Alfama pelas passagens na base da linha de edifícios. Imagens do autor, Lisboa, 2012.*



*A sequência de passagens dão um ar labiríntico, mas, há séculos essas estruturas garantiam um adicional de segurança ao Castelo de São Jorge e aos círculos mais internos da ocupação. Imagens do autor, Lisboa, 2012.*

Tais passagens, ou “Arcos” como são regularmente chamados em Portugal (e também no Brasil, haja vista de alguns poucos exemplares aqui existentes, dentre os quais o mais famoso é o Arco do Teles, no Rio de Janeiro, remanescente dessa antiga tradição), dão acesso a parte interior do bairro, mas que, durante longo período (o que inclui o período mudéjar, a reconquista e a fase imediatamente subsequente) era substancialmente “a cidade”.

Lisboa, nesse aspecto, chegou a meados do século XVIII absolutamente concordante e alinhada com a tradição portuguesa de estabelecimento de cidades, a qual – em alguma medida – também é comum a outras culturas no Mediterrâneo, ainda que cada uma delas tenha desenvolvido suas peculiaridades diante de desafios singulares.

Trazia seus traços constituídos através dos séculos pela intensa incorporação e reinterpretação de elementos nativos, romanos, árabes e cristãos, mas, sobretudo, era uma cidade que crescera por continuas adições – de espaço e de construções – sem que sua paisagem fosse radicalmente alterada. Esse caráter, descontadas as construções – refeitas após o grande terremoto -, ainda é vastamente verificável nos bairros antigos (Alfama, Mouraria, Alto, Chiado, etc.), os quais pouco foram alterados e onde o traçado original ainda permanece.

Contudo, o século XVIII, e a tragédia, reservavam à cidade e suas populações desafios e transformações severos, os quais mudariam não apenas a feição de parte substancial de Lisboa, mas, também – e mais uma vez – o corpo de referenciais e ideias sobre o fazer e o viver na cidade.

## Capítulo 2

### PIRATININGA ANTES DE SÃO PAULO, UMA SUPOSTA EXCEPCIONALIDADE.

*Depois do calorão dum noite maldita, sem sono, Uma neblina leviana desprende das nuvens lisas E pousou um momentinho sobre o corpo da cidade. Ôh como era boa, e o carinho que teve pousando! Não espantou, não bateu asa, não fez nenhuma bulha, Veio, que nem beijo de minha mãe se estou enfezado Vem mansinho, sem medo de mim, e pousa em minha testa. Assim neblina fez, e o sopro dela acalmou as penas desta cidade histórica, desta cidade completa, Cheia de passado e presente, berço nobre onde nasci. Os beijos de minha mãe são tal-e-qual a neblina madruca... Meu pensamento é tal-e-qual São Paulo, é histórico e completo.*

Mário de Andrade, *Momento*, 1930.

#### Os jesuítas vêm Piratininga

Quando tratamos do surgimento da vila de São Paulo de Piratininga, depois vertida em cidade, é importante – e nem sempre executado a contento – investigar as movimentações que precederam o estabelecimento oficial da mesma. Os anos que antecederam a solicitação de transferência do Pelourinho de Santo André da Borda do Campo para Piratininga, 1558, e o estabelecimento do Foral, 1560, foram marcados pela ocupação ancestral indígena, por incursões pontuais de colonos e pelo estabelecimento dos padres jesuítas, 1553/1554.

Desse momento anterior a existência formal da Vila de São Paulo de Piratininga, além da ocupação original indígena, é marcante e merecedor de um olhar mais minucioso o itinerário que liga o surgimento da Companhia de Jesus na Europa (1534-1540) a escolha e assentamento de seus padres em um planalto no hinterland das Américas.

Um pouco da complexidade do cipoal de narrativas que envolvem o surgimento de São Paulo pode ser medido pelas comemorações do IV Centenário da Cidade, comemorado em 1954, ou de seus 450 anos, comemorado em 2004. Ambas as comemorações tomaram 1554 como ano de surgimento da cidade, quando, em verdade, 1554 é o ano da transferência do colégio jesuítico de São Vicente para Piratininga e, mesmo em 1560 o que se estabelece é a vila e não a cidade, a qual deveria ainda esperar até 1711 para vir a luz através de elevação real.

A história de São Paulo, escrita de modo polifônico ao longo dos séculos, com inúmeras reinterpretações e apropriações, constantemente permeadas pela constituição de mitos e pela insistência de algumas tradições interpretativas<sup>64</sup> já seria extremamente complexa sem contar com o componente jesuítico envolvido em parte substancial dela. Como bem lembra Paulo de Assunção<sup>65</sup>, nenhuma ordem religiosa despertou tantas polêmicas e interpretações apaixonadas quanto a Companhia de Jesus. Desde seus primórdios os companheiros de Inácio de Loyola se viram em meio a contendas que obrigaram a uma constante defesa da ordem diante de reis, de colonos, do clero secular, de membros da própria instituição (ou ex-membros dela). A extinção da Ordem no final do século XVIII, e antes disso as diversas expulsões de seus clérigos de determinados territórios, seguido de sua restauração já no começo do século seguinte alimentaram ainda mais os debates inflamados.

Então, temos um campo no qual a história da Companhia de Jesus se entrelaça com a da colonização da América Portuguesa e conflui para o surgimento de São Paulo, reunindo uma significativa quantidade de desafios interpretativos.

Desde trabalhos fundadores, como os dos autores do século XVIII (Frei Gaspar da Madre de Deus<sup>66</sup> e Pedro Taques de Almeida Paes Leme<sup>67</sup>

---

<sup>64</sup> SILVA, Rodrigo da, "Sobre taipas e textos: um estudo sobre as narrativas a respeito da história de São Paulo, 1772-1953", dissertação de mestrado, São Paulo: FFLCH/USP, 2009.

<sup>65</sup> ASSUNÇÃO, Paulo de, *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*, São Paulo: Edusp, 2003. PP.17-26.

<sup>66</sup> MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da, *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*, São Paulo: Livraria Martins, 1953. 1ª. Ed 1797.

<sup>67</sup> PAES LEME, Pedro Taques de Almeida, *História da capitania de São Vicente*, São Paulo: Melhoramentos, s/n.

principalmente) ou do início do XX (como os de Afonso Taunay<sup>68</sup>, Capistrano de Abreu<sup>69</sup>, Sérgio Buarque de Holanda<sup>70</sup>, Ernani da Silva Bruno<sup>71</sup>) até nossos contemporâneos (Paula Porta<sup>72</sup>, Cylaine Maria das Neves<sup>73</sup> entre outros), se envolvem nesse cipoal interpretativo, no qual algumas informações merecem ser mais bem avaliadas. A primeira delas é a que insiste em 1554 como data fundamental da vila, quando, de fato, a data somente se remete a criação da casa dos jesuítas em Piratininga. A segunda atribui aos colonos portugueses – transferidos de Santo André da Borda do Campo - a criação da vila. Nenhuma das duas informações está equivocada no todo, mas ambas merecem adendos que não se tratam de meras corrigendas, mas de uma mudança no olhar a respeito do processo de ocupação do planalto de Piratininga em meados do século XVI.

Não é equivocado invocar 1554 como momento chave da história de São Paulo, ainda que a data, como bem advertiu Georges Duby<sup>74</sup>, represente apenas uma fina camada repousada sobre imensos vagalhões históricos. De fato, o ato fundador do Colégio de São Paulo marca a primeira presença sistemática e contínua de europeus no sítio que se tornaria a cidade de São Paulo. Até então as incursões haviam sido pontuais, temporárias ou por indivíduos isolados. Por outro lado, a presença dos inicianos não era de modo algum recoberta pelo projeto “institucional” de uma vila, não se tratava do estabelecimento de um núcleo colonial, ao menos dentro do sentido administrativo da colonização.

A chegada dos colonos se daria ao final da década de 1550 e início da seguinte, dentro de um novo e conturbado contexto das relações entre europeus e povos nativos no planalto de Piratininga. Mas, invocar 1560 como a data da

---

<sup>68</sup> TAUNAY, Afonso D'Escragnole, *Non ducor, duco: notícias de São Paulo 1565-1820*, São Paulo: Canton, 1925. TAUNAY, Afonso D'Escragnole, *História da cidade de São Paulo*, São Paulo: Melhoramentos, 19-?.

<sup>69</sup> ABREU, João Capistrano de, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, Rio de Janeiro: Livraria Briguiet/Sociedade Capistrano de Abreu, 1930.

<sup>70</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Caminhos e fronteiras*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995. HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>71</sup> BRUNO, Ernani da Silva, *História e tradições da cidade de São Paulo*, 3 Vol., Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

<sup>72</sup> PORTA, Paula (org), *História da cidade de São Paulo, a cidade colonial 1554-1822*, São Paulo: Paz e Terra, 2004.

<sup>73</sup> NEVES, Cylaine Maria das, *A Vila de São Paulo de Piratininga: Fundação e Representação*, São Paulo: Annablume, 2007.

<sup>74</sup> DUBY, Georges, *O domingo de Bouvines, 27 de julho de 1214*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

fundação de São Paulo apenas ajustaria uma dimensão jurídica, administrativa, de reconhecimento da vila, de estabelecimento de pelourinho, de Câmara, não resolve a questão cultural que representa o surgimento de uma cidade.

A bibliografia que tratou do componente jesuítico no surgimento da vila de São Paulo de Piratininga deu ao aspecto institucional mais ênfase do que ao ato criativo que significa estabelecer uma nova forma de ocupação no seio de uma cultura profundamente diversa. Em 1953, no contexto das comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, o Padre Serafim Leite (ele próprio pertencente à Companhia de Jesus), assinou *Nóbrega e a fundação de São Paulo*<sup>75</sup>, livro no qual condensava informações referentes à participação do Padre Manuel de Nóbrega na fundação da vila de São Paulo de Piratininga, trabalho viabilizado pela longa imersão do pesquisador desde a década de 1930 nos diversos arquivos da Companhia de Jesus (Arquivo Romano da Companhia de Jesus, Torre do Tombo, arquivos brasileiros, Biblioteca Nacional, etc.). Parte das informações de Serafim Leite já estava disponível desde 1938, ano da publicação de *História da Companhia de Jesus no Brasil*<sup>76</sup>, obra monumental – e fundamental – em onze volumes; o texto, considerando todas suas virtudes, foca na figura de Nóbrega e, também, no caráter missionário/institucional do estabelecimento da vila de São Paulo. Tito Lívio Ferreira, no ano seguinte, publicou *Nóbrega e Anchieta em São Paulo de Piratininga*<sup>77</sup>, obra de tom apologético que insiste no caráter demiúrgico da presença dos dois padres em Piratininga. O tom se manteve constantemente, com menor atenção a dimensão cultural da expansão jesuítica.

Nas décadas seguintes a relação entre a Companhia de Jesus e a colonização foi retomada em novas chaves de entendimento, desde sua íntima

---

<sup>75</sup> LEITE, Serafim, *Nóbrega e a fundação de São Paulo*, Lisboa: Instituto de Intercâmbio Luso-Brasileiro, 1953.

<sup>76</sup> LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 11 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

<sup>77</sup> FERREIRA, Tito Lívio, *Nóbrega e Anchieta em São Paulo de Piratininga*, São Paulo: Fundação Casper Líbero, 1954.

ligação com a Coroa Portuguesa<sup>78</sup>, o enriquecimento da Ordem<sup>79</sup>, a relação dos jesuítas na produção do açúcar no nordeste brasileiro<sup>80</sup> até mesmo o envolvimento dos inacianos com o tráfico de escravos<sup>81</sup> africanos para as Américas. Surgiram, também, estudos a respeito das imensas missões jesuítas entre os guaranis e sobre a arquitetura e o urbanismo nesse contexto<sup>82</sup>, os quais focam em um período tardio da Companhia de Jesus, no qual os princípios de ocupação do território, constituição das missões como espaço urbano já haviam sido lapidados por praticamente 150 anos de experiência missionária nas Américas.

Diante disso o que se propõe não é uma inquirição interpretativa, mas um entendimento dinâmico e mais plástico da história da ocupação do planalto de Piratininga, da qual tanto a criação do Colégio de São Paulo em 1554 e a fundação da vila no começo da década de 1560 são momentos, capítulos, com implicações, características específicas e articulações dentro de uma rede complexa de relações políticas, estratégicas envolvendo diversos atores. Nas Cartas dos Primeiros Jesuítas no Brasil (CPJB) encontramos a dimensão pessoal envolvida na expansão colonial, da construção da Companhia de Jesus, de elaboração de um método, no surgimento de novas ocupações e novas formas de ocupação, escalas distintas dos processos. Também este movimento

---

<sup>78</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom, "A presença do Brasil na Companhia de Jesus: 1549-1649", Tese de Doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 1976.

<sup>79</sup> AUDEN, Dauril, *The Making an Enterprise: The Society of Jesus in Portugal, its Empire, and Beyond, 1540-1750*, California: Stanford University Press, 1996.

<sup>80</sup> SCHWARTZ, Stuart, *Segredos internos. Engenhos e Escravos na sociedade colonial, 1550-1835*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995. FERLINI, Vera Lúcia Amaral, "Terra, trabalho e poder", tese de doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

<sup>81</sup> ALENCASTRO, Luis Felipe, *O trato dos viventes, a formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>82</sup> CUSTÓDIO, Luiz Antonio Bolcato, "Missões jesuítas: arquitetura e urbanismo", in: *Caderno de História*, No.21, Porto Alegre: Memorial do Rio Grande do Sul, s/n. BUZANICHE, Hernán, *La arquitetura em las misiones jesuíticas guaraníes*, Santa Fé: Editorial Santa Fé, 1955. DE CURTIS, Julio N. B., "O espaço urbano e a arquitetura produzidos nos sete povos das missões", in: *Arquitetura no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1933. GUTIERREZ, Ramón, *As missões jesuíticas dos guaranis*, Rio de Janeiro: Unesco/Fundação Pró-Memória, 1987. BATISTA, Jean, *Dossiê Missões*, 3 volumes, São Miguel das Missões: Ibram, 2010.

de investigação sobre a ocupação do espaço e construção de métodos e mentalidades nos primeiros anos da Ordem na América Portuguesa é importante para compreensão da vasta e articulada rede de ocupações – com funções, dimensões e intensidades distintas - que vão surgindo e têm os jesuítas como um dos vetores.

Portanto, investigar os antecedentes jesuíticos da ocupação do planalto de Piratininga pode nos oferecer subsídios importantes para uma melhor compreensão da história da vila de São Paulo e do universo que compunha nas décadas que circundaram sua criação. Isso recomenda uma pequena incursão pela trajetória da Companhia de Jesus, Ordem que nasce quase que simultaneamente a intensificação da colonização portuguesa nas Américas.

## **Uma ordem entre dois tempos**

No dia 27 de setembro de 1540 surgia a Bula Pontifícia *Regimini Militantis Ecclesiae* assinada pelo Papa Paulo III. A Bula – do latim *bullā*, bola – é uma modalidade de documento, não exclusivo do papado, no qual uma “bula” confere sua autenticidade, convivendo com outras formas de certificação, como os selos e timbres. Tais documentos têm uma função administrativa dentro da Igreja Católica, servindo como instrumento orientador da estrutura eclesiástica e dando materialidade às decisões Papais.

A Bula de Paulo III, de 1540, tinha como um de seus itens fundamentais o reconhecimento da Companhia de Jesus, ordem religiosa católica criada por Inácio de Loyola e outros cinco companheiros no ano anterior (1539), mas com suas primeiras movimentações em meados da década de 1530, quando os religiosos estudavam nos colégios de Montaigu e Santa Bárbara em Paris. Em verdade, Inácio de Loyola chegara à capital francesa em 1528 e somente em 1534, com os companheiros, realizou os votos de peregrinação a Jerusalém e salvação do próximo na capela de Nossa Senhora em Montmartre. Logo, ao



menos seis anos decorrem dos primeiros votos dos sete companheiros e o reconhecimento da ordem pela Santa Sé.<sup>83</sup>

Originalmente o desejo dos companheiros – ainda não “Jesuítas” – era o de se deslocarem a Terra Santa, para lá desenvolverem seus dois votos fundamentais, o de peregrinação e o de salvação através da catequese e conversão. A bula de Paulo III deixava isso explícito em seu reconhecimento da ordem:

*Qualquer que na nossa Companhia, que desejamos seja assinalada com o nome de Jesus, quiser militar como soldado de Deus, debaixo da bandeira da cruz, e servir ao único Senhor e ao Romano Pontífice, Vigário seu na terra, depois de fazer voto solene de castidade perpétua, assente consigo que é membro de uma Companhia, sobretudo fundada para, de um modo principal, procurar o proveito das almas, na vida e doutrina cristã, propagar a fé, pela pública pregação e ministério da palavra de Deus, pelos exercícios espirituais e obras de caridade, e, nomeadamente, ensinar aos meninos e rudes as verdades do cristianismo...*

[...]

*Saibam todos os companheiros e considerem, cada dia, não só nos princípios de sua profissão, mas enquanto lhes durar a vida, que toda esta Companhia e cada um de seus membros militam por Deus, sob fiel obediência do Santíssimo Papa, nosso senhor, e dos outros Romanos Pontífices seus sucessores. E ainda que o Evangelho nos ensine, e pela fé ortodoxa saibamos e firmemente confessemos, que todos os fiéis cristãos estão sujeitos ao Romano Pontífice, como a cabeça e Vigário de Cristo, não obstante, para maior humildade de nossa Companhia e perfeita mortificação década um e abnegação de nossa vontades, julgamos importar sobremaneira que, além daquele vínculo a todos comum, se ligue*

---

<sup>83</sup> LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Tomo 1, Livro 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. Pg. 5 e seguintes.

*cada um de nos com voto especial, de modo que, sem nenhuma tergiversação nem desculpa, nos tenhamos por obrigados a cumprir, sem delongas, e na medida de nossas forças, quanto nos ordenar o atual Romano Pontífice e os que pelo tempo adiante lhe sucederem, para proveito das almas e propagação da fé, sejam quais forem as províncias a que nos enviar, quer nos mande para os turcos, quer para as terras de outros infiéis, ainda para as partes que chamam da Índia, como também para países de hereges ou cismáticos ou quaisquer nações de infiéis”<sup>84</sup>*

Note-se na Bula Pontifícia – na realidade o reconhecimento da Companhia de Jesus seguida da Fórmula do Instituto – a definição de alguns pontos fulcrais que determinaram parte substancial da história da ordem até sua supressão temporária no começo da segunda metade do século XVIII.

Em primeiro lugar suas missões, eminentemente voltadas para a catequese e conversão - no caso de povos não cristãos - o combate aos cismáticos e heréticos - dentro do contexto da Reforma Protestante, pauta regular para a Santa Sé no início do século XVI - e a realização da defesa e expansão da fé católica através da educação dos “meninos” e dos “rudes”<sup>85</sup>. Aos nascentes jesuítas, defesa e expansão da fé e educação (dentro dos quadros do século XVI, obviamente) estavam intimamente ligados e as crianças eram seu alvo preferencial. Nessa instituição da Companhia também ficava marcada a trajetória de seus fundadores, formados nos quadros dos colégios de Paris, homens de fé academicizada, tal como fora a instituição da Ordem dos Pregadores, os Dominicanos.

Contudo, diferentemente de outras ordens católicas, os Jesuítas privilegiaram na sua constituição as unidades de formação religiosa, como Colégios, Universidades, Residências, ao invés do Mosteiro e da Abadia,

---

<sup>84</sup> “Bula *Regimini Militantis Ecclesiae*” apud LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Tomo 1, Livro 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. PP. 6-11.

<sup>85</sup> O’MALLEY, John W., *Os primeiros jesuítas*, Bauru/São Leopoldo: Edusc/Ed. Unisinos, 2004.

estruturas majoritariamente rurais e de separação parcial do mundo temporal (como era, e é em alguma medida, aos Beneditinos). Essas estruturas de educação foram sendo organizadas no decorrer do tempo também para atender necessidades diversas tanto da catequese quanto da própria realimentação e manutenção da Companhia de Jesus. Ou seja, tão importante quando formar e catequizar o gentio ou combater as heresias era formar quadros para militar nas diversas frentes que a ordem abria.

Essas unidades previstas na constituição da Companhia de Jesus foram desde cedo organizadas em sólida hierarquia, fundamentada nas Províncias<sup>86</sup>, as quais cabiam a gestão da ordem em terras distantes e impossibilitadas de rápida consulta a sede na Europa. Recorrentemente se atribui essa hierarquia, bem como na definição dos religiosos como “combatentes”, “militantes” e o uso de outros termos militares, a origem de Inácio de Loyola, soldado na juventude. Entretanto, ainda que algo a isso se possa atribuir, é fato que a idéia de combate pela fé, luta contra o infiel, contra a heresia, etc., era recorrente no léxico católico desde as cruzadas, e ainda mais após a o surgimento das ordens militares religiosas – também iniciado por Bulas Papais, a *Omne Datum Optimum* de 1139 seguida pela *Milites Templi* de 1144, ambas relacionadas a criação da Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão, a Ordem dos Templários<sup>87</sup> e, depois, de tantas outras como a Ordem de São João do Hospital, a de Calatrava, a de Santiago da Espada, etc.

Outro elemento significativo da Instituição da Companhia de Jesus na Bula de 1540 é a definição de uma ordem de fronteira da cristandade. Claro que a cristandade é compreendida ali como prerrogativa da Igreja Católica, restando aos demais a definição de heréticos e cismáticos. Define-se a Índia, a terra dos “turcos”, as terras de outros infiéis, países de cismáticos e hereges como os fronts da Companhia de Jesus. Mas, nos primeiros votos dos seis companheiros, em 1534 em Montmartre, apenas a Terra Santa estava contemplada, o que nos indica que no intervalo de tempo que separa o compromisso na capela de Nossa

---

<sup>86</sup>O’MALLEY, *op cit.* CASTELNEAU-L’ESTOILE, Charlotte, *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620*, Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

<sup>87</sup> DEMURGER, Alain, *Os templários: uma cavalaria cristã na Idade Média*, São Paulo: Difel, 2007.

Senhora e a promulgação da Bula por Paulo III uma negociação, seguida de reorientação das finalidades da ordem tem curso.

O cenário europeu, após início da Reforma Protestante, apresentava-se tão ou mais sensível quanto o Oriente Próximo (local que, ao que parece, a Santa Sé havia declinado de ocupar sistematicamente após a queda do Reino de Jerusalém e que, portanto, tornara-se secundário da política do Papado). Para além disso, um mundo novo se abria diante da chegada dos europeus à África, extremo Oriente e, sobretudo, às Américas, cada um desses territórios com gigantescos contingentes de “rudes” e “meninos” a serem convertidos à fé católica (e, ao mesmo tempo, impedir que cismáticos e hereges se multiplicassem também nas novas possessões).

Em paralelo, a Terra Santa permanecia conflagrada, desaconselhando viagens de europeus, sobretudo de missionários para Jerusalém. Antes mesmo do reconhecimento da ordem pelo Vaticano, em 1536, os companheiros se deslocaram para Veneza, o que possivelmente estava associado ao intento de seguir para o Oriente, mas, se era essa a intenção, foram impedidos.

Por fim, outra circunstância – de bastidor – acabou por redefinir os caminhos dos companheiros de Inácio de Loyola. Quando da presença dos jovens companheiros em Paris morava ainda na cidade Dr. Diogo de Gouveia, ex-Reitor da Universidade de Paris e Principal do Colégio de Santa Bárbara.

Português de nascimento (Beja, 1471), doutor em teologia, figura influente no universo acadêmico parisiense do começo do século XVI, Diogo de Gouveia era personagem bastante próxima de D. João III, Rei de Portugal, do qual obteve, inclusive, fundos no início da década de 1520 para a locação do Colégio de Santa Bárbara e a atribuição de cinquenta bolsas para estudantes portugueses em Paris.<sup>88</sup> Tal proeminência no cenário parisiense entrou em declínio quando, em 1537, restaurou-se a Universidade portuguesa em Coimbra, retornando os alunos portugueses a estudarem no próprio Reino e, portanto, não mais justificando as benesses reais para com o Colégio de Santa Bárbara. Antes que

---

<sup>88</sup> LEITE, Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Volume 1, São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. Pg. 52.

isso ocorresse Diogo da Veiga fora mestre de inúmeros estudantes de teologia, entre eles Simão Rodrigues, Francisco Xavier, Pedro Fabro e Inácio de Loyola, quatro dos sete companheiros (Inigo de Loyola, depois “Inácio”, Francisco Jaso Y Javier, depois “Xavier”<sup>89</sup>, Simão Rodrigues de Azevedo, Pierre Favre, depois “Pedro Fabro”, Nicolas Bobadilla, Alfonso Salmerón e Diego Laynez<sup>90</sup>) que em 1534 firmaram o compromisso na Capela de Nossa Senhora. Simão Rodrigues, aliás, além de ser aluno gozava da facilidade de ser compatriota do mestre.

No dia 17 de fevereiro de 1538, portanto quatro após o compromisso dos companheiros, dois após a permanência deles em Veneza (tentativa frustrada de seguir a Terra Santa) e outros dois antes do reconhecimento da ordem através da Bula *Regimini Militantis Ecclesiae* – na qual estão os princípios norteadores da Companhia de Jesus aos quais nos referimos – Dr. Diogo de Gouveia escreve carta ao tão pio Rei D. João III, envolto então, nas disputas territoriais que ameaçavam as possessões portuguesas ao redor do mundo:

*Bem podeis saber o que, Senhor, vos custou. Vieram os bretões que estavam no Brasil, que trouxe Christovam Jaques, sobre os quaes fora lá o outro rei d'armas o ano dantes. Disse-vos, Senhor, mande V. A. estes homens em hum navio presos a El-Rei de França, e que lá os apresentem, e que as testemunhas que testemunharem que os vossos meterom os companheiros na terra até os ombros e depois lhes tiravom com as spingardas a os matarem, sejam punidos com morte corporal. [...]*

---

<sup>89</sup> Além do aportuguesamento dos nomes próprios e das diversidades gráficas derivadas da ausência de uma normatização ampla e sistemática das línguas – dado que estamos, no século XVI, no contexto da associação de nações, territórios, povos e “línguas maternas” – alguma confusão com os nomes ocorre devido a origem basca ou navarra de muitos dos primeiros jesuítas. Assim como Inigo de Loyola outros tantos eram provenientes da região norte da Espanha e franjas da França, o próprio José de Anchieta é uma adaptação do nome original sobre o qual já dissertou-se longamente (Anxieta, Antcheta, etc.).

<sup>90</sup> ASSUNÇÃO, Paulo de, *Negócios jesuítos: o cotidiano da administração dos bens divinos*, São Paulo: Edusp, 2003. Pg. 89.

*Eu mandei a carta a Mestre Simam Rodriguez, que partio daqui com 6 outros pêra irem a Jerusalém. Elle e seus companheiros fazem grandíssimo fructo em Italia, etal que temos cartas de Roma que o Papa mandou chamar 2 delles a Roma. Outros 2 estam em Millam, 2 em Bollonha La Grassa, e hum outro com certos outros italianos que se com elles ajuntarom estam em Ferrara. Ora, porque sua tençam era, quando daqui partirem, vai em 2 anos, de irem a Jerusalém nom soo polla romaria, mas pera verem se podiam converter mouros, e nom poderom passar por há armada do Turquo, fiquarom em Italia onde lhe fazem muito gassalhado e esmola. O principal delles hé um Mestre Pedro Fabro, homem docto e de mui grande vida, e hum outro Inigo, castelhano. Se estes homens se podessem aver por irem à India, seria hum bem inextimavel; e Mestre Simam foi criado Bispo Adaiam e hé irmam de outro bolseiro, chamado Mestre Sebastiam, que hé hum dos que cada domingo recebem nos Cartuxos. Sam homens próprios pera esta obra. E se V. A. deseja de fazer o que sempre mostrou, crea que nom podia nem a pedir de boca achar homens mais autos pera converter toda a Índia. Elles Sam todos sacerdotes e de muito exempro e letrados e nom demandam nada.*

*Por amor de Nosso Senhor que spreva ao cônsul da nossa naçam, que esta em Veneza, e a quem por V. A. faz os negócios em Roma que lhe falle, porque vendo elles carta de V. A. tanto mais se moveram. Sprevedo ao Mestre Simam Rodriguez e o Mestre Pedro Fabro e ao Inigo abastará, porque estes 3 moveram os outros. Isto nom hé cousa pera se poer em trespasso, porque se elles podem este ano passar, parece-me que o faram. Eu lhes sprevi já e antre as outras cousas lhes dizia que a lingua na Índia era muito mais fácil d'aprender e os corações más benignos e nom tam emperrados como os dos mouros. Nom quero disto mais dizer a V. A. por conhecer o*

*desejo que disto tem, que hé muito maior do que eu saberei  
pintar nem persuadir.*<sup>91</sup>

De fato, como descreve Diogo de Gouveia, estavam os companheiros a aguardar condições favoráveis a atravessar o mar e chegar a Jerusalém quando se aventou a possibilidade de recrutá-los à empresa colonial portuguesa. Grande possibilidade de Dr. Gouveia já haver adiantado o assunto com os ex-alunos, aguardando a chancela real a proposta e, mais ainda, a intermediação do cônsul português em Roma para adiantar a institucionalização da ordem, elemento fundamental para a consolidação da operação. Os anos de 1530 foram não apenas os do nascimento da Companhia de Jesus, mas o de intrincadas articulações que a um só tempo inseriu a ordem na estratégia da Santa Sé e na da Coroa Portuguesa, processo que demandou – certamente – negociações entre as diversas partes envolvidas<sup>92</sup>. Alguns dos fundamentos estabelecidos na Bula Pontifícia que reconhecia e dava existência legal a Companhia de Jesus seriam fontes de diversos problemas não só para a Coroa Portuguesa, mas também a espanhola, nos séculos seguintes, como a vinculação direta dos jesuítas ao Papa (origem de inúmeros embates e insubordinações dos jesuítas nas colônias, a mais grave delas redundando na Guerra Guaranítica em 1755 ao sul da fronteira da América Espanhola com a Portuguesa, na região do Paraguai).

Por outro lado, a pauta na criação da Companhia que dizia a respeito do combate a hereges e cismáticos deve ter sido inserida em negociação com a Santa Sé, posto que nem no intuito original dos companheiros nem na disposição da Coroa Portuguesa figurava a preocupação imediata com os protestantes. De fato, a presença jesuítica original se dará em duas grandes frentes: de um lado operando na expansão da fé, rumo ao extremo oriente –para onde segue Francisco Xavier, por exemplo – e à América Portuguesa, e, de outro lado, rumo

---

<sup>91</sup> “Carta de Diogo de Gouveia a D. João III a 17 de fevereiro de 1538”, apud LEITE, Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Volume 1, São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. PP. 89-96.

<sup>92</sup> O’MALLEY, *op. Cit.* LEITE, 1938, *op.cit.*

ao norte da Europa – na Alemanha e na Polônia – no combate à Reforma Protestante.

Importante notar que a primeira Coroa a se associar a Companhia de Jesus é a portuguesa, mesmo o fundador sendo castelhano<sup>93</sup>. Aliás, na carta de Diogo de Gouveia os três companheiros – Inigo (Inácio) de Loyola, Pedro Fabro e Simão Rodrigues – aparecem como pares, sem qualquer filiação ao primeiro, estratégia – talvez – do mestre para aumentar a simpatia do monarca português para com os jovens (que nem organizados em ordem ainda estavam).

Entretanto o tema central da carta a D. João III não era o convite aos companheiros para expandirem a fé católica associando-se a empresa colonial portuguesa. O convite era sugerido como forma de unir esforços: trazer jovens missionários, dispostos a se deslocarem a terras distantes em nome da expansão e defesa da fé, e ampliar, defender e dar suporte aos colonos e a colonização (respeitando o compromisso firmado entre as coroas ibéricas e a Santa Sé de ter as posses das novas terras garantidas conquanto se difundisse e defendesse a cristandade). Uma associação, de início, se não perfeita profundamente desejável.

Essa associação entre a Companhia de Jesus e a Coroa Portuguesa justamente no contexto de sua decisão de – para proteger os domínios portugueses – acentuar a colonização é de extrema importância e de imensas implicações para a ação portuguesa, a manutenção dos domínios, a expansão da fé e regulação da vida nas Américas e, no que nos interessa especificamente, para a concorrência de surgimentos de novos núcleos coloniais.

Poucos anos depois, em 1537, D. João III decide – mais uma vez – transferir a universidade portuguesa, indicando Coimbra como sua sede, agora definitiva, as margens do Mondego. Para auxiliar na empreitada o antigo conhecido dos companheiros de Inácio de Loyola, Diogo de Gouveia, é requisitado, retirando-se de Paris definitivamente. De fato, por inúmeras vezes a transferência da Universidade para Coimbra é tratada como “restauração”, quando se tratava de mais uma das inúmeras mudanças de sede pela qual passara desde sua criação

---

<sup>93</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom, *op. Cit.* LEITE, Serafim, 1938. *Op. Cit.*



por D. Diniz no século XIII. De qualquer modo esta mudança foi definitiva e, para a história tanto de Portugal quanto de suas elites, definidora.

Neste ínterim os “clérigos reformados” (como se referiam inúmeras vezes nas correspondências aos companheiros de Paris antes de seu reconhecimento oficial na Bula de 1540), após realizarem os votos de obediência ao Sumo Pontífice, aguardavam a decisão sobre seus destinos e eram cortejados em Roma.

Em 23 de novembro de 1538, Pedro Fabro respondia a Diogo de Gouveia, o qual lhe escrevera simultaneamente a D. João III. Dizia o clérigo:

*Há poucos dias chegou aqui o vosso portador, com a vossa carta para nós. Por ele soubemos notícias de vós, e pela carta vimos a ótima lembrança que de nós conservais, e ao mesmo tempo quanto desejais a salvação das almas dos vossos Indianos, que já loirejam para a messe. Oxalá possamos fazer-vos a vontade, e também fazê-la às nossas almas que ardentemente desejam o mesmo que vós: uma coisa, porém, obsta agora a que possamos corresponder aos desejos de muitos e não menos aos vossos. Entendereis do que se trata pelo que agora vou dizer: Todos nós, os que estamos mutuamente ligados nesta Companhia nos pusemos a disposição do Sumo Pontífice, como a senhor de toda a messe a Cristo; se, portanto, ele nos mandar para onde nos chamais, iremos com gosto; e a causa por que assim nos sujeitamos ao seu parecer e vontade, foi sabermos que ele possui maior conhecimento do que convém a toda Cristandade.*

*Não faltou há tempos quem procurasse conseguir que ele nos mandasse para os Índios, que os espanhóis vão sujeitando ao Imperador; para o conseguir, falaram primeiro a um Bispo espanhol e ao Embaixador imperial; mas estes notaram que a*

*vontade do Sumo Pontífice não era que saíssemos daqui, porque também em Roma a messe é grande.*<sup>94</sup>

Embora não exista no Arquivo Romano da Companhia de Jesus nenhuma carta ou outro documento materializando o cortejo dos espanhóis aos clérigos não há motivos suficientes para desacreditar Pedro Fabro, o máximo que podemos aventar é que – com essa informação – desejasse aumentar o empenho dos portugueses na intercessão junto ao Papa.

Neste contexto, e atendendo a sugestão de Diogo de Gouveia, D. João III escreveu a seu representante no Vaticano, D. Pedro Mascarenhas em 4 de agosto de 1539:

*[...]*

*E porque agora eu fuy informado per carta de Mestre Diogo de Gouveia, que de Paris erão partidos certos clérigos letrados e homens de boa vida, os quays por serviço de Deus tinham prometido proveza, e somente viverem pólas esmolos dos fieys chirstãos a que andam pregando por onde quer que vão e fazem muito fruyto; e segundo agora também vy por huuma carta sua delles que escreveram ao mesmo Mestre Diogo a Paris e ma mandou, e o trelado vos vay com esta, elles aos XXIII de Novembro eram nessa corte, segundo a carta diz, detydos então polo Papa pera lhes ordenar o que havia por seu serviço que elles fizessem; e sua tenção, segundo se vee por estacarta hé converter os infieys; e dizem que, aprazendo ao Santo Padre, a quem se são offerecidos, e sem cujo mandado nam ham-de fazer nada, que elles yram à India.*

---

<sup>94</sup> “Carta de Pedro Fabro a Diogo de Gouveia em 23 de novembro de 1538”, apud LEITE, Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Volume 1, São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. PP.100-101.

*E porque me parece, sendo elles destas calidades e desta tenção, que lá fariam mui grande serviço a Nosso Senhor, e aproveitariam muito nas cousas da fee, asy pera ensino e confirmação dos que a já tem recebida, como pera trazer outros a Ella: vos encomendo muito que, tanto que esta carta receberdes, trabalheis por saber que homens estes são, e onde estão e de sua vida e costumes e letras e preposito; sendo estes, lhes faleis se ahy estiverem; e sendo absentes, lhes escrevays e façais que elles queirão vir a mym, porque certo, se seu preposito hé esse de acrecentar e aproveitar a fé, e servir a Deus pregando, e com exemplo de suas vidas, nem pode haver parte onde lhes este mais aparelhado poderem-no fazer e cumprir seus desejos, que em minhas conquistas, onde seram sempre tratados de maneira, que lhes seja ainda dobrada ajuda e azo para melhor servir a Deus.*

*E sendo necessário licença do Santo Padre, ou ainda mandado pera yssso, vós lhe supricai de minha parte que lha queyra dar e mandar-lho, dando-lhe esta informação que ante elle e suas grandes virtudes e santíssimo zelo deve de valer muito pera conceder essa graça de mui boa vontade.<sup>95</sup>*

D. João III solicitava que seu embaixador verificasse as referências dadas por D. Diogo de Gouveia, entretanto – crendo no que lhe escrevera o Mestre – já se adiantava recomendando que fosse feito o convite aos clérigos e que se intercedesse junto ao Papa solicitando a indicação da missão. Note-se que, uma vez que os companheiros haviam realizado votos de obediência e serviço ao Sumo Pontífice, o envolvimento dos clérigos na empresa colonial portuguesa implicava diretamente numa associação estreita com o papado; na realidade a

---

<sup>95</sup> “Carta de D. João III a D. Pedro Mascarenhas a 4 de agosto de 1539”, apud LEITE, Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Volume 1, São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. PP.103-104.

definição da missão era prerrogativa papal, a solicitação partia do monarca português.

Deve haver pesado na balança das missões e das intenções que rodeavam os clérigos vindos de Paris tanto as boas relações dos portugueses com a Santa Sé quanto a proximidade de D. Diogo de Gouveia com D. João III e com seus ex-alunos em Santa Bárbara, Paris.

O desfecho da longa e intrincada negociação veio com a resposta do embaixador D. Pedro Mascarenhas a D. João III, a 10 de março de 1540:

*Quanto, Senhor, aos crelyguos reformados, que aquy sam vimdos de Parys, sobre que me Vossa Alteza escreveo e mandou huma carta Mestre Dioguo de Gouveia, eu me enformey bem de quem elles são; e por achar haver nelles todallas calidades, que comvem ao efeicto pera que os Vossa Alteza quer, lhe faley loguo de sua parte. Respomderam-me que nam tinham querer, por em espiciall oterem remetido ao Papa, per seu voto, e estavam prestes para irem omde os elle mandasse, aimda que fosse mais lomje que a lmdia.*

*Com ysto falei ao Papa, dizemdo-lhe a tençam de Vossa Alteza, e suprycando-lhe da sua parte que, se estes crelyguos eram taes como comprya ao efeyto pera que os Vossa Alteza queria, e pera que Nosso Senhor podese ser servydo deles com a edificaçam daqueles povos, que novamente eram vimdos a nossa samta fee, Sua Santidade mamdasse a Vossa Alteza dous pares delles; e que quantos mais lhe mandasse mais mercê lhe farya, pollos muytos e deversos lugares omde se podiam empregar em servyço de Nosso Senhor.*

*Sua Santidade louvou muyto a temção de Vossa Alteza e seu samto pytitoryo, e me disse myl beens destes crelyguos, de letrados e vertuosos, e dos beens que faziam com suas pregações e samtos emxercicios em que se ocupavão, e que*

*lhes pareciam muy autos pera a ystruçam daqueles que novamente vinham a fee; mas que pera jornada tam larga e pyrygosa havia mester que elles tomasem voluntarya: por isso que os rogase eu, e que depois elle lho mandarya. E nysto houve pouquo trabalho com elles, porque com muyto contentamento acceitaram a jornada, e Sua Santidade asy lho mandou. Mas no numero nam me poderam dar mais de dous, por ao presente nom estarem em Roma senam seis, dos quaes manda ho Papa outros dous a lbernya, que hé além d'Escórcia, por algumas eresyas que naquela ilha há. E dos que me deram hum he portugûês, que das letras e vertudes nam lhe fazem ventaja na Companhia, e por ser da propia nação e vassallo de Vossa Alteza o estimey mais; o outro hé castelhano.<sup>96</sup>*

Note-se que a definição das negociações e o destino dos companheiros se dão antes da divulgação da Bula Pontifícia que reconhece oficialmente a Companhia de Jesus, o que somente ocorreria no mês setembro do mesmo ano.

Os dois clérigos designados a seguirem a Portugal eram Nicolau Alfonso de Bobadilla – depois substituído por Francisco Xavier, o qual efetivamente embarca para o Extremo Oriente (1541) – e o português Simão Rodrigues, outro antigo conhecido dos tempos de Colégio de Santa Bárbara em Paris.

Dada a escassez de missionários para tão grande e diverso império, D. João III retém Simão Rodrigues no Reino e, em consonância com a estrutura da Companhia, fundamentada nos colégios e residências, ordena a criação de um Colégio da Companhia de Jesus em Coimbra, com a função de granjear vocações e formar missionários a serem enviados as possessões portuguesas. Tal colégio inicia-se em 1542, dois após a criação formal da Companhia de Jesus

---

<sup>96</sup> “Carta de D. Pedro Mascarenhas a D. João III a 10 de março de 1540”, apud LEITE, Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Volume 1, São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. PP.105-107.

e da cessão do Papa dos mesmos para a obra catequética nos domínios portugueses de ultramar.

O período que vai dos votos dos companheiros em Paris a formalização da Companhia de Jesus, ou ainda da abertura do Colégio em Coimbra, os quais podem nos parecer dilatados, em verdade esconde uma grande articulação para um período de comunicações e deslocamentos complexos e para o próprio tempo da diplomacia, ainda mais a pontifícia. Tal preocupação – com a rapidez e a autoridade na tomada de decisões – esteve desde o início na pauta da Companhia de Jesus; é recorrente na correspondência dos primeiros anos da ordem a ênfase nas distâncias, nos riscos, nos isolamentos às quais os missionários deviam se submeter. Não que isso configurasse um elemento desmotivador aos companheiros, porém implicava em desafios práticos do cotidiano da ordem. Antes mesmo do reconhecimento da ordem, já haviam os clérigos sentido a dimensão da complexidade dos arranjos políticos que envolviam recorrentemente interlocuções entre vários atores (Reis, o Papa, embaixadores, representantes da ordem, intermediadores, etc.). A distância temporal que separa as cartas – ainda que desse tempo deva ser debitado o das consultas, das deliberações – demonstra parcialmente o desafio. Como procedimento de segurança e aceleração, passaram os missivistas a redigir três, às vezes quatro, cópias da mesma carta e enviá-las simultaneamente, por caminhos diversos, aos correspondentes. Garantia-se a chegada das cartas e a simultaneidade das informações (como no caso de Diodo de Gouveia que escrevia simultaneamente a D. João III, Pedro Fabro e D. Pedro de Mascarenhas, de modo que todos soubessem a um só tempo dos encaminhamentos que estavam sendo tomados).

Certamente as dimensões do mundo haviam se expandido substancialmente e, embora as comunicações e transportes fossem regularmente os mesmos, com algumas melhorias, mais cenários se desenvolviam simultaneamente (a Europa e suas diversas realidades, o Oriente Próximo, a África, o Oriente Distante, as Américas, e cada um desses com todos seus mosaicos regionais pré e pós-chegada dos europeus).

Ao aceitarem a missão de trabalhar na catequese e no combate às heresias nas possessões de ultramar os jesuítas refletiram a respeito do grau de isolamento ao qual estariam submetidos e as autonomias das quais seus representantes deveriam gozar, posto que – agravante – sua instituição os subordinava diretamente ao Papa e não aos reis.

Com isso se apropriaram de uma estrutura recorrente nas ordens religiosas católicas – desde a medievalidade, com Dominicanos e Franciscanos se valendo dela -, as Províncias. Entretanto, aos Provinciais foi concedida maior autonomia no que dizia respeito a administração do cotidiano da Companhia de Jesus, resguardando-se aos superiores as questões de fé e de estratégia ampla. Isso somente era possível diante de uma estrutura razoavelmente clara, bem organizada, com procedimentos e métodos regulamentados e respeito a hierarquia. Talvez daí tenha os observadores ao longo do tempo intuído na Companhia de Jesus um caráter algo militar que, como dissemos, nem é toda verdade, nem todo equívoco.

Com a criação do Colégio da Companhia de Jesus em Coimbra – a qual, ao longo dos anos, foi aprofundando cada vez mais sua influência e poder na Universidade – dava-se início a obra da recém criada Província de Portugal, a qual Simão Rodrigues assumiu. A tarefa fundamental da instituição – a de formar novos missionários – ainda demandaria alguns anos a frutificar, fato que nos é fundamental por virem de Coimbra as levas iniciais de inacianos à América Portuguesa.

Neste íterim a própria Coroa Portuguesa se defrontava com outras dimensões do desafio colonizador. Não seria primordialmente ou tão somente com padres que Portugal obteria melhor ocupação, produção, proteção e lucratividade de suas possessões, questões que estava há tempos em debate nos meios políticos do Reino. A experiência das Capitânicas Hereditárias restava com problemas, necessitando intervenção real. Além de experiências mal sucedidas, a ausência de estrutura, de suporte, o desinteresse por algumas delas, questões locais (como a animosidade de grupos indígenas), ataques de piratas, comércio ilegal e toda uma ampla gama de problemas se avolumava

diante da experiência colonial americana dos portugueses. Isso, claro, sem contar as inúmeras questões que chegavam do Oriente e de África.

Como estratégia geral optou-se pelo aprofundamento da experiência colonial, e pela maior intervenção da Coroa – pelo menos em relação ao que até então havia sido realizado.<sup>97</sup>

Em dezembro de 1548, D. João III escreve a Tomé de Souza, encarregado do estabelecimento do Governo Geral na América Portuguesa, carta contendo o Regimento. Não menciona em nenhum momento os padres da Companhia que seguiriam na esquadra e seriam os primeiros jesuítas a pisarem em solo americano, mas dá claras instruções para que o Governador se ocupasse da catequese do gentio, favorecendo – sobretudo – a educação dos meninos, tanto pela expansão da fé católica quanto pela “salvação das almas” e pacificação da colônia (com freqüência estremecida pelos conflitos com os naturais da terra). Determina ainda que sempre que possível as moradas do gentio fossem trazidas para próximo das dos colonos, como forma de incentivá-los ao convívio cristão. Descreve ainda alguns procedimentos fundamentais para o estabelecimento de estruturas defensivas (com taipais, muradas de pedra e cal, resguardadas, etc.) e das próprias vilas (em locais seguros)<sup>98</sup>.

No ano seguinte, após oito semanas de navegação, chegou à Bahia o primeiro grupo de padres da Companhia de Jesus; liderados por Manuel da Nóbrega seguiram de Coimbra os padres Antonio Pires, Leonardo Nunes e João de Azpicuelta e dois irmãos, Vicente Rodrigues e Diogo Jácome. Pouco mais de dez dias após a chegada já escrevia Nóbrega ao Provincial de Portugal e responsável pelo Colégio de Coimbra, Simão Rodrigues, no que ratificava a missão dos jesuítas e indicava procedimentos:

---

<sup>97</sup> NEVES, Cylaine Maria das, *A Vila de São Paulo de Piratininga: Fundação e Representação*, São Paulo: Annablume, 2007. PP.37-70.

<sup>98</sup> “Carta Regimento de D. João III a Tomé de Souza em 17 de dezembro de 1548”, Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo da Marinha, Livro 1 de ofícios, fl.1.



*Temos determinado ir viver com as Aldeas como estivermos mais assentados e seguros, e aprender com elles a lingoa, e i-los doctrinando pouco a pouco. Trabalhey por tirar em sua lingoa as orações e algumas praticas de N.Senhor, e nom posso achar lingoa que mo saiba dizer, porque Sam elles tam brutos que nem vocábulos tem. Spero de as tirar o melhor que poder com hum homem que nesta terra se criou de moço, hoqual agora anda muy occupado em o que ho Governador lhe manda e nom esta aqui. Este homem com hum seu genro hé ho que mais confirma as pazes com esta gente, por serem elles seus amigos antigos.<sup>99</sup>*

Tal homem citado por Nóbrega era Diogo Álvares, conhecido pelo nome indígena de Caramuru. Mais do que uma curiosidade histórica a referência do jesuíta ao colono indica uma prática que seria recorrente no trabalho dos jesuítas – não só eles, mas talvez com singular propriedade e sistemática – pelo mundo e, especificamente, nas Américas. Os inacianos se valiam fartamente do conhecimento acumulado tanto por colonos há tempos ambientados quanto por indígenas já inseridos em algum grau no convívio dos brancos; ambos representavam pontes de ligação entre duas culturas distintas e vetores das primeiras investidas da Companhia de Jesus dentro de universos culturais desconhecidos. No segundo momento a Companhia empregava seus próprios homens, já então preparados para tal mister.

Essas investidas implicavam não somente no aprendizado das línguas, tal como Nóbrega cita em sua carta, mas no conhecimento dos hábitos, práticas, técnicas dos diferentes povos acessados e, sobretudo, no conhecimento geográfico e espacial dos mesmos.

Na correspondência de Nóbrega ao Provincial de Portugal nota-se, no decorrer do tempo, o desenvolvimento de uma metodologia, ainda que

---

<sup>99</sup> “Carta de Manuel da Nóbrega a Simão Rodrigues a 10 de abril de 1549”, apud LEITE, Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Volume 1, São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. PG. 112.

embrionária, da Companhia de Jesus em sua missão nas Américas. Como a nau que traria a carta do dia 10 de abril não partisse da Bahia, o jesuíta escreveu um adendo a Simão Rodrigues:

[...]

*Ho Governador nos tem escolhido hum bom Valle para nós; parece-me que teremos agoa, e asi mo dizem todos. Aqui devíamos de fazer nosso valhacouto e daqui combater todas as outras partes.*

[...] <sup>100</sup>

Na primeira carta, datada do dia 10 de abril, Nóbrega expressava a intenção dos padres da Companhia de irem viver nas aldeias, e no dia 15 do mesmo mês noticiava que Tomé de Souza havia indicado sítio para que assentasse os da Companhia, fato que o jesuíta citava entre incerto e desconfiado da adequação.

Meses depois, no dia 09 de agosto do mesmo ano de 1549, escrevia em nova carta endereçada a Coimbra:

[...]

*Entre outros saltos que nesta costa são feitos, hum se fez há dous annos muito cruel, que foy irem huns navios a hum gentio que chamão de Charijos, que estão além de S. Vicente, o qual todos dizem que hé o melhor gentio dessa costa, e mais aparelhado para se fazer fruito.*

---

<sup>100</sup> “Carta de Manuel da Nóbrega a Simão Rodrigues a 15 de abril de 1549”, apud LEITE, Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Volume 1, São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. PG.118.

[...]

*Será cousa muito conveniente aver do Papa ao menos hos poderes que temos do Nuncio e outros mayores, e poderemos alevantar altar em qualquer parte, porque hos do Nuncio nom são perpétuos; e asi que nos commetta seus poderes acerca detes saltos, para podermos commutar algumas restituções e quietar conscientias e ameaçços que cada dia acontecem;*

[...]

*Eu trabalhey por escolher hum bom lugar para ho nosso Collegio dentro da cerca e soamente achey hum, que lávay pormostra a S. A., ho qual tem muitos inconvenientes, porque fica muito junto da See e duas igrejas juntas nom hé bom, e hé pequeno, porque onde se há-de fazer a casa nom tem mais que X braças, posto que tenha ao comprido da costa 40; e nom tem onde se possa fazer horta, nem outra cousa, por ser tudo costa muy ingrime e com muita sojeição da Cidade. E portanto a todos nos parece muito melhor hum teso que está logo alem dacerca, para a parte donde se há de estender a Cidade, de maneira que antes de muitos annos podemos ficar no meo, ou pouco menos da gente, e está logo hi huma Aldea perto, onde começamos a baptizar, em a qual já temos nossa habitação. Está sobre o mar, tem agoa ao redor do Collegio, e dentro delle tem muito lugar para hortas e pomares; hé perto dos christãos asi velhos como novos. Somente me põem hum inconveniente o Governador: nom ficar dentro na Cidade e poder aver guerra com ho gentio, ho que me parece que nom convence, porque os que am-d'estar no Collegio am-de ser filhos de todo este gentio, que nos nom temos necessidade de casa, e posto que aja guerra nom lhes pode fazer mal. E quando agora nós andamos lá, e dormimos e comemos, que hé tempo de mais temor, e nos parece que estamos seguros, quanto mais depois que a terra mais se povoar. Quanto mais que primeiro am-de fazer mal nos*

*engenhos, que am-de estar entre elles e nós, e quando o mal for muyto, tudo hé recolher à Cidade.*<sup>101</sup>

Na longa missiva, Nóbrega tratava de diversos assuntos, dada sempre a necessidade de se aproveitar as partidas para o Reino; no primeiro excerto comentava ocorrido ao sul da colônia e pela primeira vez – ao menos que há registro – citava a capitania de São Vicente e seus indígenas, o que insinua duas coisas, a primeira delas é o interesse despertado pela região, a segunda a rapidez com a qual iam se informando e buscando novas frentes, mesmo com material humano escasso. No segundo excerto explicita o que dissemos, uma constante demanda por autonomias – das quais dependia a rapidez com a qual poderiam responder a desafios e oportunidades nas Américas. O caso da carta de 9 de agosto implicava diretamente na rapidez com a qual poderiam se espalhar pelo novo território.

Por fim, no terceiro excerto, Nóbrega retomava o tema da localização do Colégio jesuíta na Bahia. Ao que parece o terreno indicado por Tomé de Souza não agradara aos inacianos e estes optaram por uma solução que, por sua vez, também não agradara de todo ao Governador. Note-se que o padre comenta que risco maior haveria na residência dos missionários nas aldeias, pelo que a objeção do Governador para que o Colégio se assentasse fora da muralha não fazia muito sentido. Os jesuítas privilegiaram a disponibilidade de espaço, água, salubridade no lugar de ma suposta segurança oferecida pelo intra-muros. Indicava ainda que a cidade haveria de crescer e isso somente se daria no sentido no qual iriam assentar o Colégio, o que demonstra que o próprio sítio urbano estava encurralado pela geografia local. A cidade crescendo envolveria o Colégio; por fim, sem estar longe dos cristãos, ficariam próximos aos indígenas.

---

<sup>101</sup> “Carta de Manuel da Nóbrega a Simão Rodrigues a 09 de agosto de 1549”, apud LEITE, Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Volume 1, São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. PP.122-127.

Todo esse arrazoado de Nóbrega demonstra claramente que o deslocamento, escolha e ocupação de sítios para ocupação dos jesuítas nada possuía de intuitivo, irregular, espontâneo. Pelo contrário, avaliou-se as necessidades da Companhia de Jesus (espaço para hortas, para as demais estruturas do Colégio, distanciamento de outras igrejas), o componente geográfico (disponibilidade de água, salubridade), a condição estratégica (próximo aos colonos, mas não distante, nem apartado dos indígenas) e, até mesmo, a dinâmica da expansão urbana (sentido do crescimento da cidade e localização do Colégio – no meio dela – no futuro).

Claro que as razões e a dinâmica da Companhia de Jesus, embora confluísse em alguma medida (até mesmo pelo processo todo que vimos de engajamento da mesma na empreitada colonial Portuguesa), não é exatamente a mesma da Coroa e de seus representantes. As opções da Companhia de Jesus e seus homens na ocupação dos espaços e na criação de suas redes diferiam parcialmente da do restante da colonização, embora recorrentemente se entrecruzassem. Na discordância entre Nóbrega e Tomé de Souza não é apenas uma questão pontual que aflora, mas estratégias, preocupações e dinâmicas parcialmente divergentes, o que implica em reconhecer que também a Coroa e seus representantes refletiam sobre os mesmos temas. Levando em consideração fatores diversos, e objetivos, no final, a ocupação do espaço pelos colonos e pelos jesuítas resultava em soluções distintas, mas ambas dentro de uma racionalização tal como Nestor Goulart Reis Filho enfatizou por caminhos diversos.

Ainda sobre a dinâmica cotidiana dos jesuítas – no que diz respeito aos seus deslocamentos e espacialização – escrevia Nóbrega:

*Hé grande obra esta e de pouco custo; nós, vindo agora ho Vigairo, nos passamos para lá, por causa dos convertidos, onde estaremos Vicente Rodriguez e eu, e hum soldado que se meteo comnosco para nos servir, e esta agora em Exercicios, de que estou muy contente. Faremos nossa igreja, onde insinemos os*

*nossos novos christãos, e aos domingos e festas visitarey a Cidade e pregaray.*

*O Padre Antonio Pirez e o Padre Navarro estaram em outras Aldeas longe, onde já lhes fazem casas. E portanto hé necessário V. R. mandar officiaes, e am-de vir já com a paga, porque cá diz o Governador que, ainda que venha Alvará de S. A. para nos dar o necessário, que nom o averá hi para isto.*

*[...]*

*Antonio Pirez e eu estamos o mais do tempo na Cidade para os christãos, e nom será mais que até chegar o Vigairo.<sup>102</sup>*

Enquanto Nóbrega e outro padre – Antonio Pires – se mantinham ocupados com as tratativas cotidianas com o poder local, com a administração e com a atividade pastoral junto aos colonos, os demais padres da Companhia faziam incursões às aldeias, penetrando paulatinamente e se fixando pouco a pouco. Antes de residirem definitivamente os padres visitavam as aldeias, firmavam amizades, eram apresentados por intermediadores – dos quais vimos indicação anteriormente – e iam estendendo suas visitas até tornarem-se permanências<sup>103</sup>. Feito isso consolidavam as novas praças e recomeçavam o processo; na retaguarda, nos núcleos já consolidados, além do trabalho pastoral, catequético, educacional e, às vezes, de formação de novos quadros da Companhia, estruturava-se a rede de sustentação da ordem, com atividades produtivas, edifícios, redes de trocas, de comércio, canais de representação e negociação frente a Coroa e seus representantes e ao clero secular. Em cada tarefa dessas

---

<sup>102</sup> *Idem*, PP.127-130.

<sup>103</sup> Mais uma vez descrevendo o processo escreve Nóbrega no dia 10 de agosto ao Dr. Azpicuelta Navarro, em Coimbra, bem como descreve as idas e vindas dos jesuítas entre a cidade, o colégio em formação e as aldeias. “Carta de Manuel da Nóbrega ao Dr. Martín Azpicuelta Navarro em 10 de agosto de 1549”, apud LEITE, Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Volume 1, São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. PP. 133-145.

empenhavam padres com habilidades específicas, regularmente tabuladas e avaliadas pelos superiores<sup>104</sup>.

Tal estrutura, obviamente, não desembarcou nas Américas ou na Índia de imediato, foi sendo construída, testada e consolidada no decorrer do tempo e das ações missionárias; contudo, a disciplina dos padres da Companhia de Jesus conseguiu estabelecer uma metodologia não somente para a catequese, mas para a ocupação espacial e para a manutenção da imensa estrutura que ia crescendo rapidamente e concomitante a expansão e aprofundamento da colonização. Daí ter percebido, já há décadas, Capistrano de Abreu o quanto a história da Companhia de Jesus era crucial para a compreensão da própria história do Brasil<sup>105</sup>.

Ao escrever a outra autoridade em Coimbra, Dr. Martin de Azpicuelta Navarro, em 10 de agosto de 1549, Manuel da Nóbrega traz mais uma informação importante, embora sutil em tão longa carta:

[...]

*Después que partimos desse Reyno, que fué el primero dia de Febrero, traxo N. S. toda esta armada em paz y em salvo com vientos siempre prósperos hasta llegar a esta Vaya de Todos los Santos em cinqüenta y seys dias sin acontecer contraste ninguno y com otros muchos favores y mimos, que bien demonstravan ser suya la tal obra. Luego se hizieron pazes com los gentiles de la tierra y se tomo consejo adonde se haría la nueva ciudad del Salvador, em lo quoyal también obro mucho el Señor, porque se hizo em muy buen sitio sobre el mar, toda cercada de água arredor de la cerca, y com muchas otras fuentes de parte de la mar e de la tierra; y los mismos Yndios de*

---

<sup>104</sup> CASTELNEAU-L'ESTOILE, Charlotte, *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620*, Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

<sup>105</sup> ABREU, João Capistrano de, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, Rio de Janeiro: Livraria Briguiet/Sociedade Capistrano de Abreu, 1930.

*la tierra ayudan a hazer las casas e lo demás em que los quieran ocupar, de manera que va todo em grande crecimiento...*

[...] <sup>106</sup>

O inaciano não deixa dúvida em sua carta de como foi o processo para escolha do sítio para a cidade de Salvador: em conselho com os indígenas, escolhendo com local com acesso ao mar, protegido, com fartura de água. Certamente não com todos os indígenas, pois não se dispensou a cerca, citada na carta e, também, motivo de discordância entre os jesuítas e Tomé de Souza na escolha do local para o Colégio da Companhia de Jesus.

Acrescentemos então: não apenas havia toda uma formulação, tanto da parte dos jesuítas quanto das autoridades coloniais, na escolha dos sítios para ocupação quanto havia uma lógica local, nativa, e a decisão final se dava na confluência das duas, ao menos com alguma freqüência.

Há algum tempo também se encontrava na pauta dos jesuítas na América Portuguesa a expansão da atividade missionária rumo ao sul da colônia. Em diversas cartas dos primeiros anos da Companhia de Jesus no Brasil encontram-se referências a incursões cada vez mais a sul: Porto Seguro, Ilhéus, Espírito Santo. Noutras cartas são mencionadas notícias de regiões ainda mais distantes, trazidas nas naus que seguiam rumo ao Reino; em ambos os casos o que se nota é não somente a expansão das atividades e a ramificação da ordem pela colônia, mas, sobretudo, a constituição de uma visão de conjunto cada vez mais dilatada e para a qual vão desenhando estratégias e novas metas, objetivos.

A capitania de São Vicente, já indicada nas cartas de 1549, re-aparece a 28 de março do ano seguinte em correspondência enviada pelo padre João de Azpicuelta aos padres e irmãos do Colégio de Coimbra:

---

<sup>106</sup> “Carta de Manuel da Nóbrega ao Dr. Martín Azpicuelta Navarro em 10 de agosto de 1549”, apud LEITE, Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Volume 1, São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. PG. 135.



[...]

*El Padre Nóbrega abra seis meses que se partió com la Armada a visitar los christianos de la cuesta de Sant Vicente. Fué com él el Padre Leonardo Nunez y Diego Jácome para quedaren em uma tierra de gentios que se llaman Carixos, en donde se spera de se hazer fruto com la ajuda de Dios, porque todos dicen que son melhores gentios que ay em toda esta cuesta de Brasil.*

[...] <sup>107</sup>

O notável é a rapidez com a qual os jesuítas decidem seguir para São Vicente, dado que nem mesmo a edificação do Colégio da Companhia de Jesus em Salvador estava solucionada. Igualmente interessante é o fato de o principal da Ordem no Brasil, Manuel da Nóbrega, seguir pessoalmente levando consigo dois dos jesuítas mais experimentados dentre os dez que compunham o efetivo inaciano na colônia. Segundo Serafim Leite, João de Azpicuelta se equivocou nas datas, pois não fazia sequer quatro meses que Nóbrega embarcara para São Vicente (talvez o padre apenas estivesse calculando o tempo que a carta demoraria para chegar a Coimbra e tivesse acrescido isso a seu cálculo); de qualquer modo, filigranas a parte, o fato é que ainda em 1549 Manuel de Nóbrega seguia para São Vicente.

Neste intervalo de tempo, parece, finalmente se solucionava parte da questão envolvendo os jesuítas na Bahia, a localização do Colégio e a posse de terras. Tomé de Souza escreveu a Manuel da Nóbrega, 21 de outubro de 1550, para lhe informar de sua deliberação a respeito:

---

<sup>107</sup> “Carta do Padre João de Azpicuelta aos Padres e Irmãos do Colégio de Coimbra a 28 de março de 1550”, apud LEITE, Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Volume 1, São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. PP.184-185.

[...]

*Faço saber como o Padre Manuel da Nóbrega, que ora cuidado da Casa do Nome de Jesus nesta cidade do Salvador, me enviou dizer por sua petição como a dita Casa tinha necessidades de terras pera fazerem mantimentos, porquanto a entençaõ d'El Rey e dos Padres da Companhia hee nella criar e ensinar moços do gentio...*

[...]

*...me pedia que lhes desse humas terras que estão diante desta cidade da parte do norte, onde chamão Agua dos Meninos pera diante pera o norte trezentas varas, isto ao longo do mar; e de comprimento que cheguem até um rio que chamão o Rio Vermelho, que vai de sima de praia por baixo d'aldea a que chamão Aldea dos Amenduis, e vay ter ao mar da costa; e que nas cabeceiras das outras dadas que até ho presente são dadas d'Aldea da Porta Grande, onde chamavão Aldea do Ferreiro, irá tão largo como comprido até entestar com água do dito rio que chamão o Rio Vermelho, sempre desta parte d'Oeste do dito rio na dita largura d'Agua dos Mininos até o dito outeiro d'Aldea do Ferreiro; o qual outeiro está sobre o mar quando vão desta cidade do Salvador, que querem entrar pera o campo de Tapuigipe desta parte do sul.*

[...] <sup>108</sup>

Na carta de Tomé de Souza temos uma idéia geral da disposição regional da cidade de Salvador, das terras pretendidas pelos jesuítas e das aldeias que os circundavam. É importante notar a relativa proximidade não de uma, mas de

---

<sup>108</sup> “Carta de Tomé de Souza a Manuel da Nóbrega a 21 de outubro de 1550”, apud LEITE, Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Volume 1, São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. PP.195-196.

várias aldeias, o que implica num relacionamento de vizinhança e não de antagonismo entre aldeias e cidade; em segundo lugar as notícias sobre a topografia da região, com as aldeias ocupando todos de outeiros ou elevações acima dos rios, ou “sobre o mar”. Os jesuítas, por sua vez, demandavam justamente sesmarias localizadas em ponto estratégico, entre cada um desses assentamentos indicados, cidade e aldeias.

Passado cerca de um ano da presença dos jesuítas em São Vicente, escrevia novamente aos irmãos de Coimbra o Padre Leonardo Nunes, em novembro de 1550:

[...]

*Aqui me dixerón que em el Campo quatorze ou quinze léguas daqui, entre los Índios estava alguna gente christiana derramada, y passávase el año sin oyr missa y sin se confessar, y andavan em uma vida selvajes. Viendo esto determine de yr allá, tanto por dar remédio a estos christianos como por verme com estos gentiles, los quales están más apartados de los christianos que todas lãs otras Capitanias. Llevé comigo dos lenguas las mejores de la tierra, las quales después se determinaron de servir a Dios em todo lo que yo les mandasse. Y yo lo acepté así por la necesidad como por ellos ser muy aptos para esse y de grande marca, principalmente el uno dellos llamado Pedro Correa. Y yendo, em la postrera jornada topamos um mancebo com unas cartas para mi, que estavam esperando porque ya tenían nuevas que yo desseava de les yr a ver. Trabajé mucho com los christianos que allé derramados em aquel lugar entre los Indios, que se tornassen a las villas entre los christianos, em lo qual yo los halle muy duros, mas em fin acabe com ellos que se ayuntassen todos em um lugar y hiziessen uma hermita y buscassen algún Padre que les dicesse missa y confessasse. Pusiéronlo luego por obra y tomaron luego*

*campo para la iglesia. Gasté dos o três dias com ellos, y confesse algunos y diles el Sanctíssimo Sacramento.*

*Después desto nos fuimos dar com los Indios a sus aldeãs que estavam quatro a cinco léguas day. Y yendo hallamos unos índios que andavan com grande prissa haziendo el camino por donde aviamos de yr, y quedaron muy tristes porque no lo tenían acabado. Llegando a la aldeã se vino el Principal Day y me llevó por fuerça a su casa, y luego se hinchió la casa de Indios, y otros que no cabian quedaron fuera y trabajaron mucho por me ver.*

[...]

*Y day me torne outra vez a Sant Vicente, y determine de hazer unacasa em que recogiésemos, y com algunas limosnas de los moradores la acabe, para también poder em ellas recoger y enseñar los hijos de los gentiles.*

[...] <sup>109</sup>

Esta é a primeira notícia escrita por um jesuíta a respeito dos campos de Piratininga, ao qual Leonardo Nunes chama simplesmente de “Campo”. Embora o deslocamento de São Vicente para o Campo tenha se dado – menos de acordo com o relato do missionário – pela dissolução dos cristãos na vida com os indígenas, e fora da instituição fundamental do Reino, a vila, de fato Leonardo Nunes mais se interessou pelos indígenas.

Se fez acompanhar de dois conhecedores da língua nativa – “dous lenguas” – e teve seu caminho aberto por nativos, empregando rota conhecida; disso tudo intui-se que a demora dos jesuítas na marinha, a qual se alongava há praticamente um ano, não foi gasta apenas na atividade missionária em São Vicente, mas, também, no recolhimento de informações e na localização de

---

<sup>109</sup> “Carta do Padre Leonardo Nunes aos Padres e Irmãos de Coimbra em novembro de 1550”, apud LEITE, Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Volume 1, São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. PP.207-209.

indivíduos que pudessem atuar como intermediadores, seja através da língua com os nativos, seja pelo conhecimento do espaço com o território desconhecido. De qualquer modo a subida dos jesuítas aos campos, atravessando a Serra do Mar, nada teve de precipitada ou intempestiva, nada teve de aleatória. Da mesma forma o assentamento de cristãos e indígenas que encontraram – talvez a futura Santo André da Borda do Campo? localizada há quinze léguas de São Vicente e ainda cinco da aldeia para qual o padre seguiu? – não era uma vila, mas Leonardo Nunes também não a chama de “aldeia”. Aliás, enfatiza: *“Después desto fuimos dar com los Indios a sus aldeas que estavan quatro o cinco leguas day.”*

Se efetivamente não era uma aldeia, nem vila, e a formaram por alguma maneira de pressão, e esta era a prematuramente abandonada Santo André da Borda do Campo, não é de se espantar que tenha tido tão curta existência. Por outro lado, ao descrever a ida às aldeias (não apenas uma), o jesuíta diz que encontraram alguns indígenas que *“andavam com grande pressa fazendo o caminho por onde haviam de ir”*. Curiosa menção, pois sugere não que os indígenas fossem simplesmente caminhando à frente e indicando o sentido, mas “fazendo”, no que – ao não completarem a tarefa – muito se entristeceram. Estaria o jesuíta e seus acompanhantes sendo aguardados nas aldeias?

De qualquer modo recebeu-os o principal (da aldeia ou das aldeias?) e os fez entrar em sua casa, no que parece mobilizou os indígenas. O padre retornou a São Vicente resoluto a estabelecer ali uma casa, fato que, mesmo com a rapidez habitual dos jesuítas, não é de se menosprezar, afinal – segundo consta – era a primeira vez que pisava no “Campo”. Sobre esse, aliás, é importante tecer alguns comentários.

O Campo, ou os Campos de Piratininga, como passaram a ser conhecidos, possuem características geográficas muito peculiares e, quase, que exclusivas na América Portuguesa. Para além do fato de a planície costeira de São Vicente ser rápida e abruptamente interrompida pelo soerguimento da Serra do Mar, a qual eleva o relevo do nível da marinha a mais de mil metros de altura nos seus pontos mais agudos, restam outras especificidades igualmente relevantes e, algumas, decorrentes da primeira. Passado o extremo da Serra o terreno volta a

descer, mas apenas uns duzentos e tantos metros, mais ou menos, deixando para trás as montanhas tal como muralhas que cercam o extenso planalto que se vislumbra.

Seus principais rios, dado o estabelecimento da muralha serrana que lhes obstrui a busca direta pelo mar, correm para o interior, demandando o Paraná para aí, então, circundar o relevo e ir desaguar no estuário do Prata. O Tietê, como que espinha dorsal do planalto, corta e drena a região, chamando para si o Tamandateí e outros tantos cursos do terreno. Também em decorrência do relevo serrano o planalto paulista mantém – e mais ainda no século XV – um clima constantemente úmido e ligeiramente mais frio do que a marinha, com a insistência de nuvens baixas em certas regiões, do sopé da serra (a “Borda do Campo”) até o encontro do Pinheiros com o Tietê, garantindo a chuva fina e a neblina. Seus solos são predominantemente de formação ancestral, fruto de longos processos de decomposição das rochas, o que lhe garante um terreno bastante fértil e pouco pedregoso.

As margens dos grandes rios, também ancestrais, são compostas de largos terrenos alagadiços, antigos terraços fluviais, marcados pela inconstância do solo e a cada ano invadidas pelas águas nas grandes chuvas de verão. No meio desses solos férteis, mas também insalubres – que valeram a um córrego o nome de Anhangabaú (“Lugar do Espírito Maligno”), correm rios de pouca energia, meândricos, que vão serpenteando pela topografia e, a cada nova cheia, estabelecendo novas ilhotas. Benesse dos povos nativos, pois, excetuando o período das grandes cheias, nos quais o pescado se espalha pelo imenso espelho d’água que se forma, há fartura de peixes.

Como terra antiga, madura, a vegetação – apesar da relativa fertilidade do solo – não primava pela imponência. Esta não se encontrava senão na própria Serra do Mar, ainda que esta impressionasse mais pela intensidade e diversidade do que pelo gigantismo de suas formas de vida. Também eram encontráveis matas mais densas adentrando no território, principalmente às margens dos principais cursos fluviais. A denominação de “campos” não só era adequada como norteou toda uma classificação dos biomas brasileiros nos séculos seguintes. Poucas árvores de grande porte, uma variedade de arbustos,

árvores médias, gramíneas e muitos animais pequenos e médios (roedores, aves, símios, muitas cobras e insetos, o inferno dos europeus).

Os Campos de Piratininga, tal como Pasquale Petrone<sup>110</sup> os descreveu, e dos quais Aziz Ab'Saber<sup>111</sup> identificou as fundações geológicas, de onde buscamos a peculiar e elegante descrição da geografia, não eram a floresta que encantou e povoou durante séculos o imaginário europeu. Diga-se, aliás, que passada a Serra do Mar com suas franjas de vegetação que se espalhavam de um lado e de outro, o cenário mudava significativamente e foi nesse espaço que os jesuítas demandaram pela primeira vez tanto os “cristãos desviados” quanto os indígenas dos quais tanto haviam escutado.

Os anos que se seguiram aos primeiros contatos com os indígenas e colonos da Capitania de São Vicente foram de paulatina aproximação e reconhecimento regional, sempre se valendo do conhecimento progresso dos locais. Pero Correia – ou Pedro Correia – escreveu em 8 de junho de 1551 ao Padre Belchior Nunes Barreto com notícias de São Vicente e de suas incursões pelo sertão:

[...]

*O Padre foi deste Sam Vicente entre os Índios jornada de quinze dias e levou consigo alguns irmãos e eu era hum delles.*

[...]

*Em esta jornada que fizemos, fomos alguns oyto ou nove dias por hum rio abaixo em casca de paos, e primeiro que tirássemos as cascas em que aviamos de embarcar se nos guastou o mantimento, porque nos posemos a fazer almadias de hum pão molle, e quebrarão-se depois de feitas. E andando em trabalho de fazer em que nos embarquasemos, chegarão huns Indios*

---

<sup>110</sup> PETRONE, Pasquale, *Aldeamentos paulistas*, São Paulo: Edusp, 1995.

<sup>111</sup> AB'SABER, Aziz Nacib, *Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo*, tese de doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 1957.

*quevinhão pollo rio assim com huma casca, a qual por ser pequena não podia com maes que com o fato e sete pessoas, e outras sete não tinham embarcação nem de que a fazer, e eramos necessário ir pollo rio abaix a huma certa parte onde estavam os paos dos que tem aquelas casquas para tirar alguma porque não nas há em todo o mato. E dos que forão polla agoa, ora a pee, ora a nado, foi o nosso Padre hum delles, e iria polla água me parece bem huma legoa, e era polla menhã e em tempo de inverno; e quando se acolheo a canoa, que assi chamão aquellas casquas, não se podia valer com frio, e aquelle dia pousamos onde tiramos duas casquas e com outra que já trazíamos eram tres.*

*E assy fomos nosso caminho passando por aquelle rio passos muy periguozos de saltos muytos que tinha em lugar de pedra, e a fome apertava comnosco e comiamos alguns palmitos cozidos em água tal e algumas fruitas bem desengraçadas, de maneira que quando chegamos a povodo levávamos as cores muy demudadas. Otras muytas misérias passamos que não tem conto.*

*[...]*<sup>112</sup>

Em praticamente todos os relatos feitos pelos jesuítas em suas incursões território adentro a tônica do discurso se mantém: dificuldades no trânsito, sobretudo nos trechos encachoeirados dos rios, os quais ofereciam riscos aos embarcados ou os obrigava a transposição pelas margens. Encontros regulares com indígenas que se deslocavam pelo território e uma regular escassez de alimentos.

---

<sup>112</sup> “Carta do Irmão Pero Correia ao Padre Belchior Nunes Barreto a 8 de junho de 1551”, apud LEITE, Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Volume 1, São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. PP.220-221.



Dessas informações algumas inferências são relevantes; o fato de encontrarem regularmente com indígenas transitando pelos mesmos caminhos indica a pré-existência de uma rede de comunicação entre os assentamentos, conhecida e acessada pelos nativos e, mais interessante, um mapeamento mental dos grupos indígenas de toda essa região posto que não apenas empregavam as melhores e mais testadas rotas como conheciam a localização de recursos naturais importantes para seu cotidiano – como no caso da localização das árvores adequadas à fabricação de canoas.

O mesmo irmão inaciano, no dia 20 de junho, reiterando a notícia da descida do Tietê e a percepção do espaço, escreveu ao fundador da Ordem, Simão Rodrigues, em Coimbra:

*Mui pocos dias há que el Padre Leonardo Nunez y seis hermanos, de los quales era yo uno, venimos dentre los Indios, donde fuimos a buscar um Christiano que avia algunos ocho o nueve años que andava allá hecho índio com ellos. Y em el camino a la ida pusimos algunos 15 dias, la maior parte dellos fueron por um rio abaxo que va por entre mui grandes montañas y despobladas, donde nos faltó el mantenimiento*

*[...]*<sup>113</sup>

Apesar dos recorrentes encontros com indígenas pelas trilhas e rios do planalto, o irmão Pero Correia relata o cruzamento de regiões despovoadas, vazios, o que novamente indica a seletividade na escolha não só dos sítios para o estabelecimento de aldeias como, também, de regiões mais apropriadas. Mesmo assim, em um território imenso e com as ocupações concentradas em determinados espaços, vez por outra nos caminhos cruzava-se com outros

---

<sup>113</sup> “Carta do Irmão Pero Correia ao Padre Simão Rodrigues em Coimbra a 8 de junho de 1551”, apud LEITE, Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Volume 1, São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. PG.230.

viajantes. Com isso podemos sugerir que a ocupação do planalto não era rarefeita, mas estava concentrada em determinadas regiões, com aldeias distando umas das outras poucas léguas quando muito (sempre a dia de jornada ou menos, como aparece recorrentemente nas missivas). Entre esses núcleos de povoação e deles para áreas de interesse – para o litoral, para o interior, para áreas de extração, caça, pesca, obtenção de determinadas matérias primas e mesmo para a guerra, componente fundamental dessas sociedades – uma rede de caminhos terrestres e fluviais estava estabelecida; noutras palavras, embora o cenário fosse significativamente agreste aos europeus, ainda que o gigantismo dos espaços se impusesse, se deslocar por Piratininga não era como transpor o mar aberto.

Curiosamente, nas mesmas cartas, em inúmeras ocasiões, quando havia viagens entre as capitanias por via marítima (da Bahia a Porto Seguro, deste para o Espírito Santo, Pernambuco, São Vicente, ou ainda para o Reino), os jesuítas descreviam situações extremas de navegação das quais foram salvos somente “por intervenção divina”, contudo, ao viajarem pelo território adentro – salvos os casos de carestia de alimentos – raramente relatavam situações limite.

A extensão desses caminhos pode ser auferida pelas citações na carta do Padre Leonardo Nunes – a partir de São Vicente - a Manuel da Nóbrega em 29 de junho de 1552:

*Pax Christi.*

*Despues de tener escrito a Va. Ra. Hablé com unos castellanos que aquy estão, y vinieron del Perú hastaquy por tierra; y después destes llegaron otros del Paragay, aonde tienen una grande población, como allá verá em las cartas. Los quales me contaron la grande perdición de las animas que allá ay, e juntamente me dixeron mil bienes de aquellos gentiles adonde están, que són los Carijos, y la disposicion que tienén para ser buenos christianos.*

[...] <sup>114</sup>

Os viajantes chegados do Paraguai e do Peru traziam informações diversas sobre a vida dos cristãos nestas localidades e sobre os imensos grupos indígenas existentes nelas, informações – aliás – cuja confiabilidade foi checada pelo jesuíta em consulta a outros colonos que, ao que se sugere, conheciam os castelhanos chegados de outras feitas. Se era fato que conheciam os recém chegados, isso se dava, provavelmente, graças a certa regularidade das visitas, o que implica num acesso algo regular a certas rotas através dos sertões (que, ao que se desenha, não era tão “sertão” assim).

Nos primeiros meses de 1552 o Padre Manoel da Nóbrega, após longa permanência em Pernambuco – de onde escreve algumas vezes aos superiores portugueses e outras tantas ao monarca – toma o rumo de São Vicente<sup>115</sup>, mas se detém na Bahia e somente em fevereiro do ano de 1553 escreverá efetivamente a partir do destino final. Nas cartas redigidas durante sua permanência na Bahia e em Pernambuco, dirigidas aos responsáveis pela Companhia de Jesus no Reino (Coimbra e Lisboa), insistentemente cobrava o envio de mais missionários, para que pudessem com maior eficiência e amplitude dar conforto espiritual aos cristãos e catequizar o gentio, solicitação que seria atendida somente no ano seguinte.

Na missiva do dia 12 de fevereiro, endereçada a Simão Rodrigues, então em Lisboa, Nóbrega disserta sobre o contexto de São Vicente, os próximos passos da Companhia da capitania e a estratégia geral para a colônia:

---

<sup>114</sup> “Carta do Padre Leonardo Nunes ao Padre Manoel da Nóbrega a 29 de junho de 1552”, apud LEITE, Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Volume 1, São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. PP.336-337.

<sup>115</sup> “Carta do Padre Francisco Pires aos Padres e Irmãos de Coimbra a 7 de agosto de 1552”, apud LEITE, Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Volume 1, São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. PG.392.

[...]

*Y aparéjome con algunos para assentar daqui a 100 legoas donde más conveniente fuere y más fruto speraremos. Toda esta gentilidad se quexa ya de nosotros por tardarnos tanto, y temo que se quexen aún mejor a N. Señor, dizendo Nemo nos condixit. Levamos uma tienda de herrero y todos los médios com que mejor los podamos atraher. Si vinieren Padres, como tenemos por cierto, y com ellos praepósito, dexarme é estar allá hasta veer su recado, y si no, ser me à forçado tornar, dexando todo assentado, a veer las capitánias.*

*Desta Capitania se deve hazer más fundamiento que de ninguna, por quanto por esta gentilidad nos podremos extender por la tierra adentro, y por esso, viniendo Hermanos, a esta Capitania devrían venir, porque em las otras ya creo que se hará poco más que enseñr niños.*

[...] <sup>116</sup>

Nóbrega ao mesmo tempo em que parecia decidir investir os recursos da Companhia de Jesus na Capitania de São Vicente, e, principalmente, em seu interior (para onde preparava a ida levando até mesmo uma oficina de ferreiro), conformava-se com o fato de que pouco mais do que o ensino dos meninos poderiam fazer em parte significativa da colônia. Importante notar que para o novo destino dos padres requeria até mesmo novos missionários, pelos quais, sutilmente, pressionava o envio. Depois de alguns anos na América Portuguesa os jesuítas pareciam ter escolhido o local onde apostar o máximo de suas fichas, e este era o planalto de Piratininga.

---

<sup>116</sup> “Carta do Padre Manuel da Nóbrega ao Padre Simão Rodrigues a 12 de fevereiro de 1553”, apud LEITE, Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Volume 1, São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. PP. 421-422.

De fato o convívio dos inacianos com o clero secular nas demais vilas da colônia não caminhava de modo muito harmônico. Com freqüência os jesuítas se queixavam nas cartas da frouxidão com a qual os clérigos encaminhavam as questões cotidianas da vida dos cristãos. Ora faziam vista grossa aos descasos da vida cristã (ausência em missas, de confissões e batismos, recusa no resguardo dos domingos e dias santos, co-habitação sem casamento, poligâmias, prevaricações e afins), ora os próprios servindo de “mau exemplo” aos colonos (padres relapsos, amasiados, ébrios, corruptos). Na própria carta de 12 de fevereiro de 1553, Nóbrega se queixava do Bispo sem meias palavras:

[...]

*Porque el Obispo lleva otros modos de proceder con los quales creo que no se quitarán peccados, y se robará la gente de quanto dinero pudieren ganar, y se destruirá la tierra. Sus clérigos absolven quantos amancebados ay y les dan el Señor, y el su predicador, que es el Visitador, predica que pequen y se levanten, haziendoles el camino del cielo muy largo, y Christo N. S. dize que es estrecho, y por outra parte levanles de penas esso que tienen.*

[...] <sup>117</sup>

Seguia, ainda, descrevendo que, embora tivesse o Bispo (D. Pedro Fernandes) cegado muito resoluto à moralização, logo caíra no desregramento local e que os únicos a manterem a retidão da fé cristã eram os padres da Companhia, fato pelo qual animosidades vinham sendo fomentadas em cada uma das vilas, seja entre os inacianos e os seculares, seja entre os colonos e estes últimos.

---

<sup>117</sup> *Idem.*

De qualquer modo, a decisão de Nóbrega em investir numa região relativamente isolada da marinha, não acessível de súbito pelas investidas dos seculares, com pouca presença de colonos e ainda com vastos povos a serem catequizados buscava equacionar os problemas acumulados pelos primeiros anos da experiência jesuítica na América Portuguesa. A escolha de Piratininga sugere uma sutil inflexão na estratégia da Companhia de Jesus na colônia até então, substituindo a atividade nas vilas pelo parcial isolamento das aldeias. Obviamente que não se tratava de um rompimento ou de uma recusa do universo urbano em constituição na colônia, mas uma redistribuição dos esforços e dos recursos da Ordem. Não que os problemas e os desafios fossem desaparecer, mas a intensidade deles poderia diminuir com uma menor proximidade dos centros decisórios da colônia.

Paralelamente os jesuítas ganhavam maior autonomia para poderem trabalhar no cotidiano das comunidades indígenas, sem o problema crucial de terem de concorrer com padrões de comportamento diversos dos colonos, todos eles disponíveis como referência para os nativos. Devia ser tarefa significativamente complexa explicar aos indígenas como cristãos – cujas vidas deveriam ser modelo de inspiração e meta ao gentio – incidiam em faltas contra seus próprios preceitos. Da mesma forma não seria banal o esforço em diferenciar aos olhos dos outros os jesuítas do clero secular, afinal todos estavam sob a mesma fé, a mesma igreja, a mesma origem, embora – ao menos no discurso dos jesuítas – diferenças cruciais os afastassem.

Ao longo da história da Companhia de Jesus nas Américas suas estratégias e políticas, inclusive na forma de ocupar o espaço e organizar suas relações com os povos nativos, mudariam diversas vezes, respondendo a uma intrincada política desenhada por inúmeros fatores e atores<sup>118</sup>. Na confluência de Reinos distintos, do poder da Santa Sé, das pressões exercidas por cada novo pontífice ou monarca, das relações com cada um dos povos nativos e cada núcleo colonial, sob a luz das transformações jurídicas no respeito à atividade religiosa

---

<sup>118</sup> LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Tomo 1, Livro 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. BAPTISTA, Jean, *Dossiê Missões*, 3 vol., São Miguel das Missões/Rio Grande do Sul: Museu das Missões/Ibram, 2010.

e ao trato com os indígenas<sup>119</sup>. A subida dos jesuítas a Piratininga, não como batedores, para reconhecer um espaço, mas para se estabelecerem provavelmente é uma das primeiras dessas reordenações estratégicas da Companhia de Jesus nas Américas.

Contudo, a subida da serra teve de aguardar por inesperada movimentação em São Vicente relatada por Manuel da Nóbrega a Simão Rodrigues:

*Pax Christi.*

*Por outra via escrevi a V. R., aunque creo que esta Le será dada primero, y Le declarava como estávamos de camino para ir entre la gentilidad y nos hazíamos prestes, y por esta causa yo quedava em esta Capitania este año y no volvia com el Governador em la Armada. Y, según nuestro parescer y experiênciã que de la tierra tenemos, speramos hazer mucho fructo, porque tenemos por cierto que quanto mais apartados de los blancos, tanto mais crédito nos tienem los índios, y somos cada dia importunados dellos: que como tardamos tanto de los ir a enseñar.*

*Sucedió que a la partida Del Governador algunos moradores de la tierra así por quedar descontentos del Governador, como por alguna noticia o sperança que tienen de aver em esta tierra oro o plata, sabiendo que nosotros queríamos ir por la tierra adentro a asentar casa, casi que toda esta Capitania o muchos de los principales della se movian para ir em donde nosotros asentavamos. Lo qual vino a noticia del Governador y, dandome cuenta de lo que pasava em la tierra, com me poner delante la obligacion que teníamos a nuestro Rei tan virtuoso, lo impidió, y com mucha razén, porque fuera abrir lãs puertas para grandes*

---

<sup>119</sup> PUNTONI, Pedro L., *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do nordeste do Brasil, 1650-1720*, São Paulo: Hucitec/Edusp, 2002. CUNHA, Manuela Carneiro da (org.), *História dos índios no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

*males, y a se esta Capitania despoblar. Y asentamos a no hazer mudança hasta S. A. mandar recado al Governador de cosas que el screvirá o informará de palabra si allá fuere este año. De la determinacion de lãs quales depende mucho el modo que avemos de tener de servir a N. S. em esta Capitania y em las otras.*

*Yo é pedido al Governador licentia para nos dexar entrar por alguna outra Capitania de la costa adonde no oviese los encovenientes que em esta ai, los quales son ser descubiertas minas, y presumem ser plata, aunque por falta de quien la funda no se save de cierto lo que es.*

*[...]*

*Respondiéndome el Governador que, para entre gentiles asentar casa, no lo consentiria em ninguna Capitania, diciendo que si los gentiles hiziesen algún mal a los christianos que no lo podrían vengar estando nosotros em la tierra adentro, y tambien que huírían para nós todos los malhechores; lãs quales razones cesan pasando nosotros a outra gentilidad que no sea de la Capitania. Finalmente, que por todas las vias estamos como presos y no tenemos liverdad de servir N. S. como entendemos El ser servido.*

*[...] <sup>120</sup>*

Os poucos anos que separam a chegada dos jesuítas à América Portuguesa já haviam sido suficientes para construírem uma relação conflituosa com os poderes locais, com o clero secular e com alguns colonos, o que exigia, certamente, intensas movimentações políticas e diplomáticas dos

---

<sup>120</sup> “Carta do Padre Manuel da Nóbrega ao Padre Simão Rodrigues a 10 de março de 1553”, apud LEITE, Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Volume 1, São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. PP. 451-452.



representantes da Ordem na Europa. Como a sustentação da Ordem nos primeiros anos dependia substancialmente das mercês reais, as quais – por sua vez – passavam pela administração do Governo Geral, tais movimentações políticas também ocorriam para garantir a chegada de recursos para a alimentação, vestimenta, edificações, etc.

De qualquer modo estava adiado o estabelecimento da casa dos jesuítas em Piratininga, ou além, ao menos até que o monarca português se pronunciasse sobre a questão. Nóbrega, perceptivelmente exasperado, solicitara autorização para seguir até mesmo em outra capitania, o que indica que, embora houvesse alguma preferência por Piratininga, a maior decisão era a de mudar o *modus operandi* dos missionários, se isolando mais dos colonos.

Vale lembrar que estamos tratando de uma ordem que possuía apenas e tão somente treze anos de existência e não da grandemente poderosa Companhia de Jesus do início do século XVIII<sup>121</sup>. Em alguma medida a constituição do vasto patrimônio da Ordem, ao menos no início, atendeu a necessidade de não se tornar refém das Coroas e, portanto, passível de embargos diversos.

Neste ínterim a Companhia continuava recrutando novos irmãos, tanto no Reino quanto na colônia, homens não apenas desejosos de se dedicar ao trabalho “na vinha do Senhor”, como úteis por suas diversas habilidades, procedimento no qual os jesuítas se tornaram mestres. Um desses atraídos à ordem, natural de Lisboa, mas assimilado em São Vicente, era o irmão Antonio Rodrigues, cujas habilidades e conhecimentos podem ser verificados em sua própria carta, em 31 de maio de 1553, endereçada aos irmãos e padres do Colégio de Coimbra:

*Pax Christi*

*Aunque hasta aora com muchos peligros ande navegando por  
este mar del sura donde ay tormentas que pocas naves escapan,*

---

<sup>121</sup> ASSUNÇÃO, Paulo de, *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*, São Paulo: Edusp, 2003.

*empero confiesso, Charissimos Hermanos, hasta aora aver navegado por outro mar más peligroso, que ES el deste mundo y sus vanidades adonde tantos se pierden, del qual N. Señor me a liberado por médio del Padre Manuel de Nobrega recebiendome em la Santa Compañia de Jesú trayendome ya N. Señor movido para entrar em Ella, viendo quanto tiempo y com quantos peligros avia sido soldado em el mundo com tan poço provecho, y que entrando em Ella entrava em outra mejor batalla, que es de animas y com tan gran premio que es la remuneracion eterna.*

[...]

*Mandomé el Padre que yo os diesse cuenta de mi vida y de las mercedes que N. S. me avia hecho, y por yo aver ydo de aqui del Brasil al Peru por tierra y tornado, os escriviesse también de los gentiles que por estas tierras ay, sperando ser ayudados de vós para sú salvacion, y el aparejo que tienén pararecibir nuestra sancta fé.*

*Y, para os dar esta cuenta, os quiero scrivir desde el principio de mi venida a estas partes. Y es que yo y otros portugueses así por vanidad como por codicia de oro y plata, em el año de 1523 partimos de Sevilla em una armada que hazia D. Pedro de Mendoça, em la qual éramos 1800 hombres, y todos cargados de nuestra coditia llegamos com próspero viento al Rio de la Plata, y entramos por el rio com lãs naves 60 legoas. Luego quisieron salir em tierra todos para edificar una ciudad y los 6 primeros que salieron para ver el lugar donde se podia hazer, matáronlos lãs onças bravas. Ni por esso se dexó de edeficar, aunque cada dia las onças matavan hombres.*

[...]

*Dexando esto, andando las 350 leguas, hallamos unos gentiles que llaman Timbos, los quales son muchos. No comen carne humana, antes se apartan disso.*

[...]

*Ay adelante destos gentiles otros que llaman Corumna, otros llamados Aquiloços, y Chenatimbos, y Quenas, salvages, y Quirandas, y Chandules, y Garines. Y estos Garines tienen guerra com todos los cercanos y comenlos, y si captivan niños hazénlos a su manera. Estos nos mataron mucha gente.*

[...]

*Son tambien piedosos como los Tinbunes que nos recibieron em sus casas; y los Mepenes que son muchos y de la manera destos, y los Cuchamecas y los Agazes. Todos estos gentiles no comen carne humana. Llegamos a la tierra de los Carijos que son gentiles muy poderosos y grandes lavradores, y em aquel tiempo em extremo crueles, y que comian carne humana.*

[...]

*Estando em esta ciudad llamada Nuestra Señora de la Assumptión, por ser começada em este día, nos libró nuestro Señor Day a algun tiempo em el mismo día de unas traiciones que los gentiles nos hizieron...*

[...]

*Desto cuidad fuimos mas adelante a conquistar tierras y subimos más arriba 250 leguas y llegamos cerca del Marañon y de las Amazonas. Llegamos a los Paraís, gente lavradora, muy amigos delos christianos...Cerca destos están los Barbacañes, los Sabacoces, los Saicoces, todos gente labradora de muchos mantenimientos y dócil para recibir la fe de Christo.*

[...]

*Ya tengo contado, Charissimos Hermanos, la mies que vy por esta tierra así em todos los gentiles y Carijos como e el Peru, adonde ay grande necessidad de Padres de la Compañia, porque a la fin los que allá van lleván más su intento em el oro que las animas y más impiden com su codicia su salvacion. Ya el camiño es hecho daqui al Peru y la gente muy aparejada pararecibir nuestra sancta fee, no queda sino que vengan de la Compañia unos por lãs partes del Peru, otros por açã a coger tanta mies, hasta que por tiempo N. S. quiera que se ayunte, porque ay algunos años que fueron dos frailes franciscanos y entraron, cerca de 50 legoas de aqui, desta Capitania, por la tierra dentro camiño de los Carijos, y a um pueblo dellos nombraron la Provincia de Jesú, adonde hizieron admirable fruto.*

[...] <sup>122</sup>

A longa citação justifica-se pelas admiráveis informações – e pela impressionante trajetória – do irmão Antonio Rodrigues, recém admitido entre os inacianos. Além de estar presente à primeira fundação de Buenos Aires e de ter percorrido algumas importantes cidades já estabelecidas na América, Rodrigues arrola e dá informações, ainda que sumárias, a respeito de dezenas de grupos indígenas, localizando-os na geografia sul-americana. Tamanho dos povos, disposições gerais de suas culturas, características de suas economias, relações com os colonizadores e com os povos vizinhos, poderio e influência, disposição à catequese, informações preciosas a uma organização como a Companhia de Jesus. Além disso, ele próprio havia viajado por estas regiões, não apenas compilado relatos de terceiros, de modo que era conhecedor também das rotas,

---

<sup>122</sup> “Carta do Irmão Antonio Rodrigues aos Padres e Irmãos de Coimbra a 31 de maio de 1553”, apud LEITE, Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Volume 1, São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. PP.468-481.

caminhos, fluviais ou terrestres, que davam acesso a cada um desses grupos indígenas.

Vale lembrar que na data da redação da carta ainda não havia jesuítas na América Espanhola, de modo que suas sugestões a respeito da penetração dos missionários também pelo Peru, para unirem-se posteriormente – na expansão da catequese – aos que avançavam por São Vicente, possui um caráter prognóstico no âmbito da ordem. Nóbrega, provavelmente, se interessou deveras pelo novo missionário, pois, após levá-lo a Piratininga, se fez dele acompanhar, anos depois, no retorno a Bahia. Em 1560, Antonio Rodrigues – que também dominava línguas indígenas, no que operava no ensino dos meninos – foi ordenado padre da Companhia.

O Governador Tomé de Souza, no que os jesuítas aguardavam em São Vicente, escreveu a D. João III, mais recomendando do que consultando sobre o deslocamento da Ordem para Piratininga:

[...]

*Os Yrmãos da Companhia de Jhesu fazem nesta terra muyto serviço a Deus por muitas vias, como por vezes tenho escryto a V. A. Tem elles grande fervor de yrem polla terra adentro a fazer casas no sertão entre o gentio, e lho defendy de maneira e com as pallavras com que se devem defender as tais obras, dizendo-lhes que asy como se for V. A. allarguando se vão elles também; e que se quisessem entrar polla terraadentro que o facão dous e três com seus llinguas a pregarem ao gentio, mas yrem a fazercasa antre elles não me parece bem por agora senão em nossa companhia.*

*Sinto ysto muyto e de maneyra que o tomem, como martírio que lhes eu dese. V. A. acuda lloguo a ysto, lloguo, porque não queria eu ter, com homens tão vertuosos e tantos meus amiguos, deferenças de pareceres, porque sempre tenho ho*

*meu por pior, e senão pera toda esta costa contra esta hopenião  
não ousava eu de lho enpedir.*

[...] <sup>123</sup>

Ou Tomé de Souza tinha aos jesuítas como imprudentes – por se arriscarem em terras inóspitas, entre o gentio -, ou o estabelecimento dos mesmos distantes dos núcleos coloniais feria os interesses da administração.

O conjunto das cartas e o contexto estabelecido sugerem que os mesmos elementos criavam desejos divergentes entre o Governador e os padres da Companhia de Jesus: a proximidade com os colonos, com os núcleos coloniais e com a administração. Uns por estarem frustrados com a ação missionária sujeita à proximidade desejavam o isolamento, outros por ver risco – mais ao projeto colonial do que a integridade física dos padres – não o admitiam. Restava ao rei, pressionado (e talvez também pela Companhia, nos bastidores), arbitrar.

O impasse chegou até o fundador da Companhia de Jesus, o qual – a partir de Roma e certamente abordado pela diplomacia portuguesa – chamava seus Provinciais à razão e à obrigação:

[...]

*Aunque a Dios nuestro Criador y Señor, como a fuente perpetua  
y origen de todo bien, deba referirse la gloria y alabanza de todo  
lo tal em nuestra mínima Compañia, todavia para com los  
cooperadores y principales ministros de su divina Providencia  
debamos usar, según nuestras flacas fuerzas, el reconocimiento  
que la gratitud santa requiere, a gloria de su divina Magestad. Y  
asi, mirando quanta obligation tiene toda nuestra Compañia,*

---

<sup>123</sup> “Carta do Governador Tomé de Souza a D. João III a 01 de junho de 1553”, apud LEITE, Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Volume 1, São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. PG.486.

*entretodos los príncipes christianos, al sereníssimo Rey de Portugal, com cuyo favor y muy liberal ayuda se começo a fundar y se derramo em tantas partes nuestra Compañia, con mucho fruto del divino servicio y spiritual ayuda de las animas, me há parecido em el Señor nuestro moveros com la obediência a lo que sin ella sé que muchos de vosotros sereys de vuestra misma charidad movidos.*

[...]<sup>124</sup>

Ao menos na carta de Loyola parecia que a disputa estava resolvida, com a balança pendida para a obediência ao Rei de Portugal e seus representantes. Parecia.

Os meandros da política sempre são mais complexos do que os registros guardam e, de fato, a carta de Loyola não encerrara a questão jesuítica (e pouco sabemos o que recomendara em particular). O que podemos identificar é que, enviada a carta de Tomé de Souza a D. João III uma série de movimentações, de todas as partes envolvidas, teve início. Os superiores da Companhia de Jesus em Roma devem ter intuído algum risco para a unidade da ordem e para o respeito a hierarquia, pois, no dia 09 de julho, Inácio de Loyola escreveu pessoalmente ao Padre Manuel da Nóbrega nomeando-o Provincial do Brasil e colocando esta província sob sua direta responsabilidade. Com isso o superior de Nóbrega deixava de ser o Provincial de Portugal e, ao mesmo tempo em que elevava a estrutura da colônia a trazia para mais perto da cabeça da Ordem em Roma<sup>125</sup>.

---

<sup>124</sup> “Carta do Padre Inácio de Loyola aos Superiores da Companhia de Jesus a 14 de junho de 1553”, apud LEITE, Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Volume 1, São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. PG.488.

<sup>125</sup> <sup>125</sup> “Carta do Padre Inácio de Loyola ao Padre Manuel da Nóbrega a 09 de julho de 1553”, apud LEITE, Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Volume 1, São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. PP.506-508.

No mesmo dia escreveu uma segunda carta, menos formal, dando uma série de instruções para o encaminhamento da Província do Brasil, inclusive com o emprego dos esforços de outro padre da Companhia, Luis da Grã. Mais uma vez, em 18 de julho, Loyola escreveu a Nóbrega, complementando as informações e orientações. Para acentuar o conjunto de ações a partir de Roma, no dia 15 de agosto de 1553, o Padre Juan de Polanco, por solicitação de Inácio de Loyola, se dirige a Manuel da Nóbrega solicitando que a partir de então notícias precisas e sistemáticas do Brasil sejam enviadas a Roma. Locais de atuação da Companhia de Jesus, número de irmãos, disposição dos mesmos pelas capitâneas, seus nomes e funções, quantidade de casas, colégios, hábitos e descrições da vida material (alimentação, vestimenta, etc.).

A criação da Província do Brasil pela Companhia de Jesus teve um aspecto duplo no que tange a administração da mesma. Por um lado a aproximou e subordinou a Roma, colocando a cabeça da Ordem mais próxima de seu braço americano e, portanto, sob maior vigilância e ingerência; por outro lado dava a ação na América Portuguesa maior autonomia administrativa, posto que Nóbrega, e seus sucessores, passaria a gozar de prerrogativas até então exclusivas do Reino.

No dia 31 de agosto, Nóbrega escreveu ao Padre Luis Gonçalves da Câmara em Lisboa a partir de Maniçoba, aldeia localizada ainda adiante de Piratininga, onde relata ter estado no dia anterior e na qual deixou dois outros irmãos jesuítas. Nesta mesma carta faz menção a João Ramalho e seu filho André, aos quais se associa para ir penetrando no sertão da capitania e se familiarizando das aldeias indígenas e seus principais<sup>126</sup>.

A criação da Província Jesuítica do Brasil, no que deu maior autonomia ao Provincial local, sugere ter mais incentivado a penetração missionária no território do que aumentado o controle da sede romana – e da Coroa - sobre ela o que, talvez, fosse um desejo íntimo e não explícito da Ordem ao criá-la.

---

<sup>126</sup> “Carta do Padre Manuel da Nóbrega para o Padre Luis Gonçalves da Câmara a 31 de agosto de 1553”, apud LEITE, Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Volume 1, São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. PP.521-527.



Em outubro de 1553, e apesar de toda movimentação de Tomé de Souza e, ao que se sugere, dos representantes da Coroa Portuguesa em Roma junto ao superior da Companhia de Jesus, escreveu Padre Manoel da Nóbrega a D. João III, já assentado em Piratininga e com claros planos de ir além:

*Porque mando este anno hum Padre de quá a dar conta a V. A. e há Companhia das cousas destas partes, e por Thomé de Sousa aver pouquo que de quá partio, pollos quais de tudo será bem informado, não tinha eu pera que escrever; mas pera cumprir com a devação de V. A. e com os desejos que em Nosso Senhor eu tenho destas partes serem favorecidas delle, somente lhe darei alguma comta desta Capitania de São Vicente, omde a maior parte da Companhia residimos por ser ella terra mais aparelhada para a conversão do gentio que nenhuma das outras, porque nunca tiverão guerra com os christãos, e hé por aqui a porta e o caminho mais certo e seguro pera entrar nas gerações do sertão, de que temos boas informações.*

[...]

*E do mar dez légoas pouquo mais ou menos, duas légoas de uma povoação de João Ramalho, que se chama Piratinim, onde Martim Afonso de Sousa primeiro povoou, ajuntamos todos os que Nosso Senhor quer trazer à sua Igreja e aquelles que sua palavra e evangelho engendra polla pregação. Estes de todo deixão seus costumes e se vão estremando dos outros, e muita esperança temos de serem verdadeiros filhos da Igreja; e vai-se fazendo huma fermosa povoação, e os filhos destes são os que se adoutrinão no collegio de São Vicente.*

[...] <sup>127</sup>

Nóbrega, nesta carta, retoma a iniciativa diplomática junto ao monarca português; não só lhe escreve pessoalmente, apresentando razões para permitir a penetração jesuítica na colônia, como envia um representante para, pessoalmente, dar conta a D. João III dos encaminhamentos da Companhia no Brasil. Para não deixar dúvida a respeito da determinação o padre enfatiza que escreve a partir de Piratininga e não de São Vicente e diz que farão deste assentamento a cabeça de ponte para a imersão no sertão e dentre o gentio.

O significativo desta carta é a indicação do jesuíta a respeito do papel que Piratininga terá na ação missionária, será a “porta” do sertão, elemento que indica a localização estratégica do assentamento e, mais do que isso, alguma proeminência dos nativos desse local diante dos do sertão, o que garante aos inacianos certo conforto e segurança. Em suma, a escolha de Piratininga ocorreu após longo processo de experimentação jesuíta nas Américas – desde 1549 e em várias regiões – e dentro de uma burilada e refletida estratégia, distante de qualquer caráter acidental ou fortuito.

De outro lado, a ocupação também se deu num cenário de disputa e divergência com a Coroa Portuguesa, seus representantes na colônia e com intervenção dos superiores romanos, levando, inclusive, a reorganização da estrutura da Companhia de Jesus.

## **Cidades jesuíticas**

São Paulo de Piratininga, como vimos, foi um projeto jesuítico que possuía um caráter quando da chegada de Manuel da Nóbrega e outro – poucos anos

---

<sup>127</sup> “Carta do Padre Manuel da Nóbrega para D. João III em outubro de 1553”, apud LEITE, Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Volume 2, São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. PP.15-17.

depois – no momento da instalação do Colégio. A localização privilegiada no planalto já havia sido notada tanto pelo contato dos jesuítas com os indígenas quanto pelos relatos dos informantes com os quais tiveram conversações em São Vicente. Contudo, a real dimensão e influência das aldeias e seus líderes – assim como a extensão de sua rede de contatos e trocas – somente foi percebida em sua totalidade quando os primeiros missionários se estabeleceram serra acima.

O projeto jesuítico, quando decidiram reposicionar a Bahia, deixando-a em segundo plano, era de estabelecer em Piratininga um centro de catequese. Dadas as informações, registradas nas primeiras cartas dos jesuítas, a possibilidade de atingir o coração da América do Sul e lá estabelecer a Cidade de Deus com o povo guarani rapidamente se tornou a meta a ser atingida, e São Paulo a cabeça de ponte nesse processo. Esse audacioso projeto vai se concretizar entre os séculos XVII e XVIII, com o estabelecimento das reduções, primeiro às margens do Guáira (até serem atacados por bandeirantes paulistas), depois no Prata. Na imensa região das missões (que hoje estão distribuídas entre a Argentina, Paraguai e Brasil, onde restaram os famosos Sete Povos das Missões) o projeto jesuítico atingiu, na primeira metade do século XVIII, o ápice de seu esplendor, com uma sofisticação urbana e cultural que fazia frente às maiores cidades americanas.

Duas ordens jesuíticas existem nas extremidades temporais dessa história: a Companhia de Jesus, no início do século XVI, pouco após sua criação, era uma ordem cheia de intenções, mas de pouca estrutura, deficiente, errática em seus métodos e procedimentos, dependente da Coroa Portuguesa. Quando da destruição das reduções pelos exércitos conjugados de Espanha e Portugal, na chamada Guerra Guaranítica, entre 1750-1756, os jesuítas haviam se tornado em uma corporação de caráter profundamente técnico e pragmático (para não incorrerem na facilidade, e erro, de empregar o termo “profissional”). A ordem religiosa possuía vastas propriedades produtivas não só na América, mas na África e Ásia, era profundamente autônoma financeiramente (o que lhe garantia uma amplitude de ação infinitamente maior do que outras congregações que dependiam dos recursos das coroas), dominavam uma infinidade de saberes e fazeres, haviam desenvolvido um método de aproximação, catequese e gestão

das comunidades indígenas. Em suma, era uma organização capaz de afrontar os interesses das coroas ibéricas e de despertar a ira de seus mandatários.

Esses dois momentos se refletem nas cidades que criaram ou ajudaram a criar. A São Paulo de Piratininga possuía (e possui em seu núcleo original, nos limites do chamado “triângulo histórico”) características profundamente alinhadas com a tradição urbanística portuguesa, aquilo que foi chamado de “urbanismo de colina”<sup>128</sup>.

Embora não tenhamos qualquer documento jesuítico discutindo efetivamente a questão urbana, neste momento da ordem (no final do século XVII e no XVIII, ao contrário, haverá uma vasta documentação a respeito das cidades jesuíticas), é tentador aproximar Coimbra (e sua ancestral, Conímbriga) – sede da Companhia de Jesus e local onde todos os jesuítas que rumavam para a América realizavam seus estudos preparatórios – com São Paulo de Piratininga.

## **Conímbriga e Coimbra: novamente a mescla de tradições**

Em verdade, parte da história de Coimbra começa em outro sítio, chamado de Conímbriga. Estabelecido na Idade do Ferro (ao menos, posto que, embora tenham sido encontrados materiais avulsos oriundos do neolítico, estruturas maiores ainda não foram identificadas)<sup>129</sup>, a cidade caiu sob domínio romano durante a campanha ibérica do exército romano, no século II a.C. (provavelmente 138 a.C.).

Durante o período romano as estruturas originais foram pouco aproveitadas, sendo em quase sua totalidade sendo cobertas pelas construções romanas. As casas, provavelmente construídas de material facilmente

---

<sup>128</sup> LOBO, Manuel Leal da Costa e SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo, *Urbanismo de colina: uma tradição luso-brasileira*, São Paulo: Universidade Presbiteriana MacKenzie, 2012.

<sup>129</sup> ALARCÃO, Jorge de, *Conímbriga, o chão escutado*, Lisboa: Edicarte, S/N. PP. 9-17.

degradável, quase todas desapareceram, restando algumas poucas fundações de pedra sob as ruínas do Fórum romano. Contudo a escolha do sítio seguiu a lógica de ocupar o cabeço de um morro, plano, ladeado por rios – os quais, enquanto a ocupação manteve-se reduzida, garantia o abastecimento de água e algum pescado. Conímbriga era, em condições normais, no contexto nativo ibérico muito bem defensável; entretanto, a cidade não foi capaz de resistir a investida de um exército poderoso e altamente profissional como era o romano.

Segundo Jorge de Alarcão, um dos maiores especialistas portugueses em Cnímbriga:

*“O sítio, que forma uma espécie de península sobre o mar de mais baixos e planas terras que a ocidente se estendem, proporcionava a comunidade de uma natural defesa. Pela proa, voltada a poente, nenhuma horda hostil, receosa da encosta, atacaria o local. Do lado sul, uma súbita falha de terreno canaliza uma torrente a que o povo da vizinhança deu o nome de rio dos Mouros. De inverno, as águas atropelam-se tumultuosamente neste barranco; mas quando, na primavera o chamamento dos cucos renasce nas quebradas da serra, o caudal breve se fina, de verão nem fio corre no leito branco e peregoso. A norte, a outra encosta desce menos agreste formando todavia uma funda e estreita concha que os Romanos aproveitaram para instalar o anfiteatro.”<sup>130</sup>*

Após a conquista, Conímbriga foi profundamente alterada, com a adaptação das estruturas urbanas e burocráticas romanas sobre o espaço já ocupado ancestralmente. Foram erguidos templos, termas, banhos, vivendas, vias calçadas, um anfiteatro para mais de 10.000 pessoas (o que nos dá a dimensão que Conímbriga atingiu em seu apogeu romano); essas estruturas indicam que a cidade possuía alguma relevância no contexto da Lusitânia,

---

<sup>130</sup> *Idem*, pg. 16.

provavelmente por se localizar a meio caminho entre Braga (*Bracara* em tempos romanos) e Tomar (*Seilium*).

Ainda Alarcão, sobre as intervenções romanas em Conímbriga, escreveu:

*“Conímbriga permaneceu sem visível mudança até que Augusto lhe enviou arquitecto que profundamente a renovou. Não podia ele desfazer por inteiro o povoado, ou traçar-lhe rua que de extremo a extremo percorresse e donde outras ruas se partissem a desenhar a malha ideal do urbanismo romano. Demoliu o necessário, perdoou o quanto podia.*

*O fórum foi o primeiro monumento que os Romanos ergueram. Reinava o imperador Augusto, escassos anos antes do nascimento de Cristo. A praça, que as colunas rodeavam de solenidade, seria o centro de uma cidade renovada.*

*Logo de seguida se construíram as termas. O menor volume destas punha, todavia, maiores problemas: não havia água no planalto. Buscando nascente que servisse, pelo seu caudal e posição, os Romanos encontraram-na em Alcabideque, daí trouxeram o cano, subterrâneo nuns pontos, noutros assente em paredão ou em arcadas; e a cidade conheceu a higiene e o recreio dos banhos, a comodidade das fontes.”<sup>131</sup>*

A relativa tranquilidade, contudo, durou apenas até o século III, quando o Império Romano no ocidente passa a sofrer constantes invasões, processo que ira culminar com seu esfacelamento político, levando as regiões que o compunham à dominação de potentados locais. A sequência da história de Conímbriga é trágica.

---

<sup>131</sup> *Idem ibidem* pg.20.

Sitiada e saqueada continuamente, a população local desmonta as estruturas monumentais romanas e com seu material construtivo reforça uma muralha de construção romana – processo que ocorreu em inúmeras ocupações no antigo território do Império e que inaugura a medievalidade (mais como processo do que como data ou efeméride).

Após uma série de ataques particularmente devastadores (com a captura de mulheres, com a escravização de crianças e homens adultos) o bispo da cidade (que, no século VII já se havia cristianizado) se retira da cidade no que é seguido pela população. Seguem a um novo sítio, mais protegido, com menor exposição à captação longínqua de água potável. Este sítio, *Aeminium*, se localizava há 17 quilômetros de Conímbriga, às margens do rio Mondego. De Conímbriga, *Aeminium* herdará não só o bispado, mas, também o nome da cidade, a qual – durante séculos – ocupara posição de proeminência na região<sup>132</sup>.



*O platô onde se localiza Conímbriga, em formato de navio, era ocupado pelas estruturas diversas da cidade. No decorrer de alguns séculos Conímbriga – que possivelmente significa “alto rochoso” – passou de mãos nativas (cujo perfil/identidade ainda é um tanto incerto) para mãos romanas, depois visigóticas. De cada uma dessas fases restam marcas na cidade e incorporações contínuas de suas estruturas. Imagens do autor, Conímbriga/Portugal, 2009.*

---

<sup>132</sup> MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa, *A Sé de Coimbra, a instituição e a chancelaria (1080-1318)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a ciência e tecnologia, 2010. Pgs. 32 e 33.

MATTOSO, José, “A época sueva e visigótica”, in MATTOSO, José (Coord.), *História de Portugal, vol. 1, Antes de Portugal*, Lisboa: Estampa, 1997. PG. 282.



*Ladeavam o plano de Conímbriga um rio – dos Mouros, do qual podemos ver o vale na segunda imagem – ocupado por um arboreto – e um riacho menor. Ambos foram aproveitados pelos romanos para o estabelecimento de termas e banhos, mas nenhum supria a cidade suficientemente de água potável, a qual era buscada há quilômetros por um aqueduto. Essa dependência de água distante marcou o fim de Conímbriga na Baixa Idade Média, ao ser constantemente sitiada. Imagens do autor, Conímbriga/Portugal, 2009.*



*Entrada principal de Conímbriga, com a idfectível via romana. A muralha, ao fundo, é uma adição pós desintegração política do Império. Templos e outras construções estritamente ligadas a cultura e à administração romana foram desmontados para que suas rochas fossem vertidas em muralha. Ainda se pode ver às margens da via as fundações de Vilas e construções comerciais, as quais, abandonadas, ficaram de fora da muralha. Imagens do autor, Conímbriga/Portugal, 2009.*





*Foto aérea de Conímbriga. A imagem, do complexo arqueológico consolidado, desvela a topografia e a geomorfologia do terreno, com o impressionante formato de casco de navio ou ponta de flecha – conforme o gosto dos pesquisadores -. A direita se localizam as ruínas da entrada da cidade romana, com as grandes vivendas, as casas de comércio e o restante da ancestral muralha (ao centro e a direita da imagem). No extremo oposto a área que se supõe ter sido o núcleo original da ocupação, ainda no neolítico, mas ainda a esperar escavações sistemáticas. No centro do platô as construções monumentais romanas, sob as quais restam as fundações da cidade da Idade do ferro. Na vertente inferior o pequeno vale rochoso do rio dos Mouros e, na superior, a suave concavidade aproveitada para a construção do anfiteatro. Esta, durante o medievo, foi ocupada por pequena aldeia, a qual ainda permanece (a pequena mancha de casas logo acima do quadrado que marca o antigo fórum) e impede as escavações. A exceção do abastecimento de água se percebe a condição estratégica que Conímbriga ocupava na região. Imagem retirada de ALARCÃO, Jorge de, Conímbriga, o chão escutado, Lisboa: Edicarte, S/N.*

Encastelada no topo de um monte às margens do Mondego, Coimbra seguiu o caminho de tantas outras cidades como vimos: amuralhada, com bairros que descem por suas colinas – mais ou menos íngremes – aproveitando as curvas de nível.

Apesar do amuralhamento e da concentração humana intra-muros, parte da feição da cidade, que ainda se conserva e será incorporada ao repertório de tradições urbanísticas portuguesas, é dada pela presença mourisca, a qual se

inicia com a tomada da região no início do século VIII. Sobre o perfil dessa população invasora resta a necessidade de algumas definições mais claras.

A vaga que adentra a Península no alvorecer do século VIII é uma coalizão de forças sírias, expandidas pelo Magreb, difusoras do Islã, e tribos berberes de diversas regiões norte-africanas, mas, majoritariamente do que hoje é o Marrocos<sup>133</sup>. Essa coalizão era liderada por líderes de origem damascena, descendentes dos Omíadas, clã que dominou o califado sediado na Síria até sua deposição pelos rivais Abássidas em meados do século VIII.

Diversas práticas culturais constituídas na Península Ibérica desde o início do século VIII levaram como ingrediente traços berberes<sup>134</sup> e omíadas (da dinastia clânica árabe Umayyad) e não de uma cultura “árabe” ou “islâmica” genérica. Da mesma forma a maneira de conduzir as relações cotidianas com os espaços, com as práticas, os trabalhos, com as populações de credos e origens diversas levaram em conta um modo, ou política, de matriz omíada embora estime-se que aproximadamente 75% da população imigrada para a Península durante a tomada mourisca fosse berbere e não árabe.

Essa presença se materializou na transformação das cidades (aqui, especificamente, tanto em Coimbra quanto em Lisboa, mas poderíamos flagrar a significativa marca deixada pela cultura moçárabe também em Sintra, Tomar, Évora, em Portugal, em Granada, Sevilha, Córdoba, Cádiz e tantas outras na Península Ibérica). A toponímia gravou, também no falar, a presença dos invasores: em Lisboa, como vimos, dentre os chamados “bairros antigos” reinam sobreanos a Alfama e a Mouraria; em Coimbra, que assim como Lisboa se

---

<sup>133</sup>MENOCAL, Maria Rosa, *O ornamento do mundo*, São Paulo: Record, 2004. FLETCHER, Richard, *Em busca de El Cid*, São Paulo: Editora Unesp, 2002. Pp. 21-42. FLETCHER, Richard, *A Cruz e o Crescente, Cristianismo e Islã*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. Pp. 43-66. ARMSTRONG, Karen, *O Islã*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. Pp. 81-96. HOURANI, Albert, *Uma história dos povos árabes*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Pp. 39-56.

<sup>134</sup> O termo “berbere” já é, por si, uma construção de ordem política. Localizados numa das extremidades do mundo romano berbere era o nome atribuído a diversas tribos renitentes, daí outro desdobramento para “bárbaro”. Portanto o termo deve ser compreendido na chave cultural que abarca alguma similaridade cultural existente entre várias tribos nômades e semi-nômades do norte da África. FLETCHER, Richard, *Em busca de El Cid*, São Paulo: Editora Unesp, 2002. Pg. 27.

organiza em dois setores – o alto e a baixa -, o topo da cidade é ocupado pelas estruturas universitárias (que remontam o estabelecimento do próprio reino), as colinas do monte formam o Alto ou a Almedina (literalmente “cidade velha” ou “cidade em si” em árabe antigo, hoje medina é a palavra que defini, por excelência, “cidade”).



*Coimbra, a antiga Aeminium romana, a qual – pela sua melhor posição e mais farto abastecimento de água, acabou por carrear o restante da população de Conímbriga. A ocupação, embora mantivesse – assim como em Lisboa – íntima relação entre o castro – no topo – e a baixa, nas margens do Mondego, acabou por privilegiar o modelo de ocupação do topo, com arruamento labiríntico que acompanha as curvas de nível e cercada por muralha com diversas portas de interligação entre os vários anéis das construções. Imagens do autor, Coimbra, 2009.*



*O Mondego, visto do alto de Coimbra, onde se localizam as construções principais e mais antigas da Universidade. Note-se o domínio que o topo exerce sobre o entorno e a relação íntima com o rio. Na outra margem se espalha a cidade mais jovem, erguida após a pacificação do território lusitano e a crescente obsolência das muralhas. Imagens do autor, Coimbra, 2009.*



*A vastidão do Mondego, o qual, além da pesca, oferecia importante comunicação, a montante com o interior do território (na Serra da Estrela) e a jusante com o oceano, dando no importante estuário de Figueira da Foz. Imagens do autor, Coimbra, 2009.*



*Maquete localizada no Núcleo da Cerca Velha de Coimbra que demonstra a topografia do terreno. Percebe-se a existência dos dois panos da muralha, o aproveitamento das curvas de nível e a relação do monte com o rio. Esse*

*modelo se repete exaustivamente nas cidades portuguesas e, também, nas da América Portuguesa, para nós – especificamente – São Paulo. Imagens do autor, Coimbra, 2012.*



*A Igreja de Santa Cruz de Coimbra, pilar da reconquista cristã – com a expulsão dos mouros –, sede religiosa da primeira capital de Portugal e berço dos primeiros reis portugueses. Em seguida a aglomeração de casas, na colina da Almedina, comum a várias cidades de origem lusitana. Imagens do autor, Coimbra, 2012.*

Coimbra foi ponto fundamental na Reconquista (concluída em 1064) do que viria ser – primeiro – o Condado Portucalense e – depois – o Reino de Portugal. Em 1129, no estabelecimento do Condado, D. Henrique transfere a capital de Guimarães para Coimbra<sup>135</sup>.

É de lá que emana o movimento independentista que culmina com a criação de Portugal sob a coroa de D. Afonso Henriques e toda a primeira dinastia portuguesa será coimbrã. A igreja e mosteiro de Santa Cruz se tornam – junto com a própria residência real – o centro do reino, ao menos até a transferência da capital à Lisboa.

O estabelecimento precoce da Universidade, em 1288 por D. Dinís (embora ela tenha trocado constantemente de sede – entre Coimbra e Lisboa – até sua reinstauração no século XVI, como vimos anteriormente) pouco altera inicialmente a história urbana de Coimbra, coisa que ocorrerá no século XVI não apenas pelo estabelecimento da Universidade, mas pela íntima ligação, desde a reinstalação, dela com a Companhia de Jesus. Pode-se afirmar que os séculos

---

<sup>135</sup> MATTOSO, José (Coord.), *História de Portugal, vol. 2, A monarquia feudal*, Lisboa: Estampa, 1997.

seguintes, até a reforma universitária pombalina na segunda metade do século XVIII, vêm a evolução das estruturas urbanas em íntima sincronia entre Universidade e a Companhia de Jesus.

Daí a reforma universitária exigir não apenas uma mudança organizacional, burocrática, metodológica do ensino, mas, também, transformação física, material (dentro do possível, do realizável, do razoável).

De qualquer forma, creio que não seja desprezível a influência da paisagem e do repertório de tradições urbanísticas materializadas em Coimbra (e nas demais cidades portuguesas) na formação do imaginário dos jesuítas (posto que quase todos, e sobretudo os de maior responsabilidade e cargo na estrutura da ordem, passavam por formação em Coimbra). Também nos procedimentos e princípios que irão buscar no estabelecimento de suas unidades (missões, colégios, aldeamentos) americanas estão refletidas essas tradições, arrastadas pela memória e pela experiência cotidiana, pelo viver nessas cidades.



*Faz escadarias, como em Lisboa (ou as ladeiras, em outras tantas cidades, como São Paulo) interligam as curvas de nível que são empregadas como base para o arruamento da cidade. As ruas, travessas, mantêm o caráter labiríntico onde se mesclavam (e mesclam) as residências e as atividades mercantis. Imagens do autor, Coimbra, 2012.*



*As portas, em arco, que interligam os anéis da muralha e controlavam o acesso à Almedina. Imagens do autor, Coimbra, 2009.*



*As ruas de Coimbra, onde se misturam as atividades comerciais e de moradia. Suas morfologias são absolutamente alinhadas com as das ruas da Alfama em Lisboa, do entorno do Alcácer de Sevilha, de Toledo, do bairro de Albaycin em Granada. Também é o modelo que foi trazido e implantado na São Paulo colonial. Imagens do autor, Coimbra, 2012.*



*Azulejos pertencentes a Universidade de Coimbra retratam o perfil da cidade na Idade Média e – em seguida – após a reforma pombalina da mesma. Neste primeiro vemos as muralhas retratadas excessivamente próximas do Mondego e, no seu interior, as torres de diversas construções. Imagens do autor, Museu dos Azulejos, Lisboa, 2012.*



*Outro azulejo com perspectiva alternativa da mesma situação: as muralhas muito próximas ao rio, embarcação e, atrás do pano na muralha, inúmeros edifícios de perfis, dimensões e orientações no terreno diversas. Imagens do autor, Museu dos Azulejos, Lisboa, 2012.*





*Em seguida os azulejos mostram a fachada dos novos edifícios, construídos dentro de uma lógica pretensamente ilustrada e, teoricamente, perfeitamente adaptados para o desenvolvimento da ciência em um universo laico. Imagens do autor, Museu dos Azulejos, Lisboa, 2012.*

## **De volta à São Paulo**

A pequena elevação localizada no planalto de Piratininga, margeada pelo rio Tamanduateí e pelo córrego Anhangabaú, ocupava – na chegada dos portugueses à América – uma espécie de atalaia, com domínio geográfico da região.

As características geomorfológicas do planalto de Piratininga – com um longo plano, entrecortado por desníveis de pequena monta e amuralhado pela longa linha da Serra do Mar – estabeleciam situações de algum interesse para o estabelecimento de uma vila colonial.

Dada o caráter planaltino da região, seus rios e córregos possuíam (e possuem) uma natureza de baixa energia; ou seja, diferentemente de cursos d'água que atravessam grandes desníveis – e, por isso, desenvolvem grande força, escavando traçados mais retilíneos na paisagem – os rios do planalto de Piratininga corriam vagarosamente, buscando no espaço os pontos que ofereciam menor oposição ao seu curso rumo ao interior da América do Sul. Enquanto os rios que atravessam grandes desníveis são caudalosos e cheios de grandes cachoeiras e corredeiras, o Tietê, Tamanduateí, o Pinheiros, o

Anhangabaú, o Ipiranga, o Lava Pés, e tantos e tantos outros que drenavam a região, são lentos e meândricos.

Nas chuvas seus cursos se aceleram, mas, devido a relativa planitude do terreno, ao invés de formarem corredeiras assustadoras eles saltam suas margens e invadem os terrenos circunvizinhos, criando um extenso pantanal que – ancestralmente – sempre foi respeitado pelos povos nativos. As cheias representavam dois problemas adicionais aos nativos: o aumento da dificuldade da pesca – uma vez que a maior quantidade de água e seu espalhamento representavam menor concentração de pescado – e o aumento de mosquitos com o conseqüente aumento de enfermidades.

Por outro lado, e isso compensava as desvantagens, os rios eram excelentes à navegação em canoas, fáceis de transitar se comparados aos rios de grande energia. Eram, também, piscosos além de oferecer em suas margens grandes depósitos de argila, fundamentais para a produção de cerâmicas (o que se manteve até o século XIX). Por fim, as várzeas dos rios, de difícil trânsito mesmo em períodos mais secos, eram um desafio adicional aos que chegavam às aldeias (e, depois, à vila).

De modo geral a escolha dos nativos pelo sítio que viria se tornar o núcleo original da ocupação jesuítica no Planalto de Piratininga seguiu os mesmos princípios – ou semelhantes – da ocupação ancestral da Península Ibérica. Que pese, como vimos, também o fato de as aldeias que ocupavam o pequeno monte entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú possuírem um caráter de interligação ancestral de vários caminhos, rotas, que cortavam a América do Sul. Esse elemento, e talvez outros os quais ainda desconhecemos (e talvez jamais saibamos devido a sistemática destruição da camada arqueológica da São Paulo antiga), provavelmente concorriam para alguma espécie de proeminência ou protagonismo no concerto geopolítico nativo.

Hoje, graças a extrema verticalização da cidade e as profundas alterações da paisagem original, é extremamente complicada a visualização da topografia e a compreensão do que era São Paulo em seus primeiros anos. Os jesuítas pouco se dedicaram a essa questão, nos restando a análise a “contrapelo”. Contudo, como a cidade – apesar de suas expansões e transformações –

manteve suas características mais gerais até o século XIX podemos nos valer da iconografia para nos auxiliar.

As aquarelas de Thomas Ender (1817) e de Arnaud Julien Pallière (1821) são precisos documentos da cidade quando se iniciavam grandes transformações.

Nelas fica clara o alinhamento de São Paulo com o repertório de tradições urbanísticas trazidas e praticadas pelos portugueses que aqui chegaram. A própria representação da cidade de São Paulo se assemelha muito a representação das cidades de Portugal.



St. Paul von Karmeliter Kloster aus Gezeichnet (Vista de São Paulo do Convento do Carmo), 1817, Thomas Ender. FERREZ, Gilberto, *O Brasil de Tomas Ender*, Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles, 1976.



St. Paul von Pulvermagazin Gezeichnet (São Paulo vista da Casa da Pólvoro), 1817, Thomas Ender. FERREZ, Gilberto, *O Brasil de Tomas Ender*, Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles, 1976.



Ansicht eines Theiles der Estadt St. Paul von der Koenigl Residenz aus (Vista parcial da cidade de São Paulo tirada da residência do Governador), 1817, Thomas Ender. FERREZ, Gilberto, *O Brasil de Tomas Ender*, Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles, 1976.



*Panorama da cidade de São Paulo vista a partir do Rio Tamanduateí, 1821, Arnaud Julien Palliere. LAGO, Pedro Corrêa, PESSOA, Ana e BANDEIRA, Júlio (orgs.), Palliere e o Brasil: obra completa, Rio de Janeiro: Capivara, 2011.*



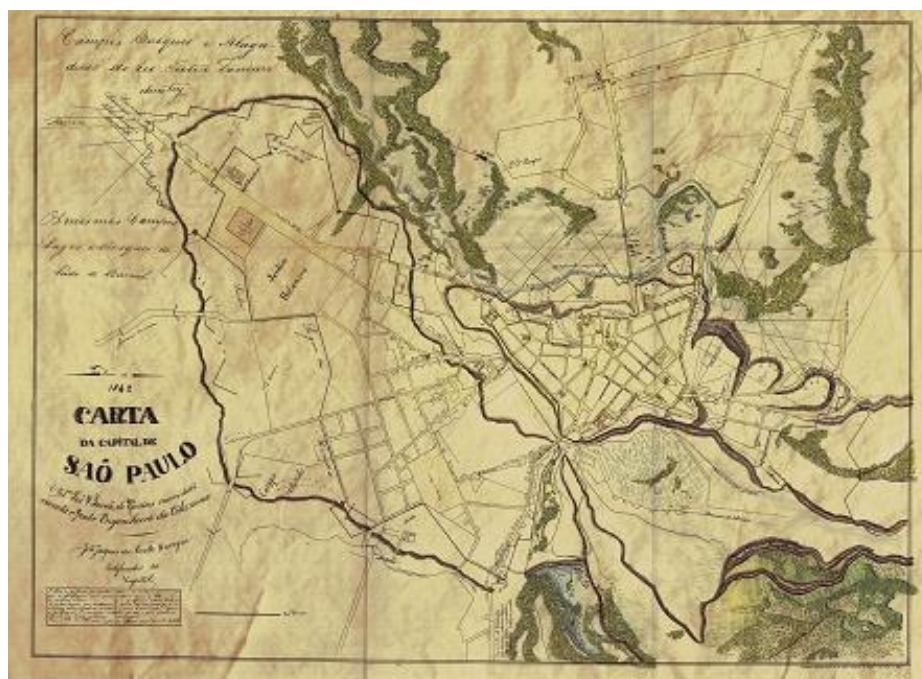
*São Paulo vista a partir da várzea do Carmo, 1821, Arnaud Julien Palliere. LAGO, Pedro Corrêa, PESSOA, Ana e BANDEIRA, Júlio (orgs.), Palliere e o Brasil: obra completa, Rio de Janeiro: Capivara, 2011.*

Outro exercício de valia é cotejar as maquetes de Coimbra e da cidade de São Paulo (pertencente ao acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, executada por encomenda de Afonso Taunay e criada a partir das informações contidas na Planta da cidade de São Paulo em 1842, época da Revolução Liberal e ocasião na qual Caxias, comandando as tropas do Império,

manda atualizar a Planta da Cidade de São Paulo de 1810), ou, ainda, as imagens da topografia e da implantação na paisagem dessas cidades e as de Conímbriga e Lisboa (para ficar nos casos aqui observados).



*Maquete da Cidade de São Paulo em 1842, encomendada por Afonso Taunay e pertencente ao acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. in MEMÓRIA URBANA – A GRANDE SÃO PAULO ATÉ 1940, São Paulo: Imprensa Oficial/Emplasa/Arquivo do Estado, 2001.*



*Carta da capital de São Paulo em 1842, pelo engenheiro da coluna do Barão de Caxias, José Jacques da Costa Ourique. in MEMÓRIA URBANA – A GRANDE SÃO PAULO ATÉ 1940, São Paulo: Imprensa Oficial/Emplasa/Arquivo do Estado, 2001.*

Até mesmo na descrição, no uso de figuras de linguagem, a descrição das cidades se assemelha. John Mawe, o mineralogista inglês, ao descrever a cidade durante sua viagem, em 1812, relata:

*“São Paulo, situada num agradável planalto, com cerca de duas milhas de extensão, é banhada, na base, por dois riachos que, na estação das chuvas, quase a transformam em ilha; ligando-se ao planalto por um caminho estreito. Os riachos desembocam em largo e belo rio, o Tietê, que atravessa a cidade, numa milha de extensão, tomando a direção sudoeste.”<sup>136</sup>*

Auguste de Saint-Hilaire, por sua vez, em 1851, descreve São Paulo quase que com as mesmas palavras de Mawe (o qual havia lido para escrever sua obra):

*“A cidade de São Paulo é situada, como já disse, a 23°33’10” de latitude sul, sobre uma eminência que termina a planície elevada que se percorre quando se vem das montanhas do Jaraguá e que a mesma planície só está ligada por um dos lados. Abaixo se estendem vastos terrenos planos e pantanosos (várzeas); é muito irregular em seus contornos, que tem forma um tanto alongada, e ocupa o delta formado pelos ribeirões Hinhangabahú e Tamanduatahy; os quais, depois de reunidos, desaguam no Tietê.”<sup>137</sup>*

---

<sup>136</sup> MAWE, John, *Viagens ao interior do Brasil*, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1978. Pg.72.

<sup>137</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem à província de São Paulo*, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1976. Pgs. 172-173.

Em seu trabalho seminal *Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo*<sup>138</sup> Aziz Ab'Saber faz uma descrição infinitamente mais precisa e detalhada da área de implantação da cidade, com um problema para o historiador: preocupado com a gênese geomorfológica dos terrenos que compunham a cidade de São Paulo na década de 1950 (quando escreveu sua obra) Ab'Saber estabelece uma planificação temporal do sítio urbano. Em outras palavras: não põe em relevo o fato que as áreas que compunham a cidade na década de 1950 foram ocupadas paulatinamente, num contínuo processo de expansão da urbanização e, também, do adensamento demográfico. Logo, perde-se a noção de que os princípios que levaram a ocupação da elevação entre rios no século XVI atendeu a um conjunto de fatores – geopolíticos, religiosos, geográficos – que se alterou no decorrer do tempo. Não é possível colocar no mesmo processo a ocupação do chamado “triângulo histórico” e a abertura de bairros como Higienópolis e Bom Retiro, ou mesmo a região dos Pinheiros e da Penha de França. Cada uma dessas regiões possui sua história e, mais profundamente, um conjunto de práticas, princípios, métodos, mentalidades, em suma um momento de uma cultura, que embora mantenha seu encadeamento, sua continuidade, é intrinsecamente dinâmica. Obviamente que essa consideração em nada arranha o gigantismo do trabalho de Aziz Ab'Saber.

De toda forma, o que vemos é um intenso trânsito de idéias, de elementos culturais que deram forma e materialidade às cidades. Uma história longa, cheia de interrupções, errâncias, reinterpretações, de “fado” como diziam os portugueses antigos (no sentido de “destino”, de “fatalidade”), mas que, nem por isso, deixa de apresentar seu caráter genético. É nessa chave de entendimento que São Paulo não pode ser considerada uma excepcionalidade; suas especificidades são tão singulares quanto as de qualquer cidade do universo lusitano, mas, no fundo, na raiz, comunga das mesmas tradições. Não se trata de decidir o que veio antes, o fato é que as idéias a respeito das cidades, a experiência urbana pregressa dos fundadores de São Paulo, encontrou eco em muitas das práticas de ocupação do espaço dos indígenas que habitavam o Planalto de Piratininga. Do encontro de tradições distintas materializou-se em

---

<sup>138</sup> AB'SABER, Aziz Nacib, *Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo, edição fac-similar 50 anos*, São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.



São Paulo um denominador comum - singular - mas comunicante, tributário e constantemente criativo das heranças culturais que carrega.

## **Um epílogo jesuíta: olhando para suas cidades no século XVIII**

No contexto da intensa circulação de ideias entre América e Europa – para ficarmos nos dois continentes que mais estabelecem trocas durante a modernidade – resta, ainda, encontrarmos os padres da Companhia de Jesus quase três séculos após haverem se estabelecido no Planalto de Piratininga<sup>139</sup>. Novamente o que me interessa é a sua intervenção urbana, consciente ou não.

A presença jesuíta em Coimbra e em São Paulo teve profundas implicações, mas, em ambos os casos a intervenção dos inicianos se deu ora de modo instintivo ou difuso (por não haver sistematização, preocupação ou pretensão/intenção específica deles na construção e desenvolvimento das cidades).

Em São Paulo a sua grande contribuição foi a da escolha do lugar, de uma quase que instintiva busca por um lugar que fosse estratégico para fins missionários e, ao mesmo tempo, atendesse as necessidades de uma ocupação humana. Em Coimbra a presença jesuíta se fez através da crescente dominação da cidade através da Universidade e de seu crescimento humano e material; contudo, como vimos, as bases do estabelecimento de Coimbra – assim como de Conímbriga – já estavam dadas.

Ocorre que, no impressionante crescimento da ordem e na expansão de suas atividades – fins ou de suporte à ação missionária – a Companhia de Jesus passou, entre meados do século XVII e meados do seguinte, a agir no mais ousado das ações urbanas. Profundamente assentados na nação guarani, os

---

<sup>139</sup> DOMINGOS, Simone Tiago, *Política e Religião: repercussões sobre o retorno dos jesuítas ao Brasil no segundo reinado, 1840/1870*, tese apresentada para a obtenção do título de doutora em história, Campinas: IFICH, 2014.

jesuítas se propuseram a tarefa de materializar neste mundo a Cidade de Deus; como se tratava de construir um mundo novo com os guaranis e não de expô-los a toda sorte de exploração colonial, a Companhia de Jesus opta por criar suas próprias cidades.

Se a ordenação jurídica e burocrática dos impérios ibéricos jamais passou pelo reconhecimento formal das Reduções jesuíticas, a estrutura material e organizacional das mesmas pouco ou nada deviam a muitas das cidades americanas.

Os padres da Companhia – assim como em outras áreas do saber e do fazer – se ocuparam em dominar o pensamento sobre o urbanismo e, depois, adaptá-lo a ação catequética.

Apesar de tomarmos a ação da Companhia de Jesus como obra essencialmente missionária é importante notar que as pretensões quando da construção das reduções vai muito além. A própria concepção da Cidade de Deus de Santo Agostinho transcende a conversão; ela adentra pela busca da vida em perfeita harmonia com os valores cristãos e com a escritura. É a reconstrução pelas mãos humanas do mais próximo possível do Paraíso.

Assim, a estrutura da redução havia de se valer dos saberes do urbanismo, das regulamentações urbanas (sobretudo das espanholas), mas, acima de tudo, a redução/cidade havia de se adaptar aos fins de uma vida utopicamente cristã. Em dossiê sobre as Missões, escreve Nestor Martins:

*“A tipologia urbana das reduções, denominada genericamente de ‘modelo jesuítico’, não foi uma solução imposta ‘a priori’, mas o resultado do caráter pragmático dos integrantes da Companhia de Jesus. Inicialmente as instruções expedidas em 1609 e 1610 pelo padre Diego de Torres Bollo, primeiro Superior Provincial da nova Província Jesuítica do Paraguay, recomendavam que fossem escolhidos os povos indígenas mais dóceis e de melhor temperamento para se integrarem no projeto coletivo das reduções. Indicava que os sítios escolhidos deveriam ter boa*

*água, com rios de pesca abundante, terras férteis para o cultivo e criação de gado, e localizados próximos a florestas de onde se extrairia a madeira para as construções.*

*Essas instruções se completavam com a sugestão de traçados regulares que incorporavam o sistema definido pelas 'Ordenações Filipinas' (1573) e consolidadas pelas 'Leyes de Índias' (1681). O traçado que dominou as reduções da Província Religiosa do Paraguay coloca o prédio da igreja no eixo de uma perspectiva monumental. É uma criativa adaptação das ideias urbanísticas barrocas, então vigentes na Europa, que inserem como fundamental a presença da Igreja nos planos físico e espiritual daquelas comunidades.*

*Esse traçado constitui uma tipologia alternativa frente às ordenações consolidadas pelas 'Leyes de Indias'. Incorpora as experiências anteriores, dos padres franciscanos e seculares, no desenvolvimento de núcleos missionários na região guaraníca, aliado a uma visão barroca do funcionamento e estrutura urbanas. A proposta nasce da ideia medieval e renascentista da praça e da rua como premissas, agregando duas soluções conjugadas: a do espaço aberto da rua propriamente dita, e aquele coberto dos alpendres em frente às casas dos índios. Esses alpendres ou galerias integravam atividades essenciais da vida dos guaranis, como locais de permanência, circulação e até de alimentação. As habitações constituíam, na prática, depósitos, porque a vida se desenrolava basicamente de fora da casa.*

*Os jesuítas observaram que os guaranis tinham uma relação mística e mágica com a natureza. Para evitar uma ruptura radical ao incorporarem os índios à vida urbana, eles recorreram ao traçado de ruas largas, utilizando a praça para, através de suas grandes dimensões, incorporarem visuais amplos e enriquecidos pela vegetação nativa do entorno. Esse traçado servia também para definir um compromisso ideológico de gerar um Estado*

*teocrático, alcançando o modelo teórico da 'Cidade de Deus' aqui na terra, uma comunidade utópica de plena justiça e integralmente cristã.*"<sup>140</sup>

Como vemos, o primeiro movimento é o da penetração das ideias laicas, do pensamento urbanístico, na ação missionária, na materialização das reduções jesuíticas. O segundo movimento, no entanto, é o de adaptar a razão, os saberes e as técnicas aos fins celestiais da Companhia.

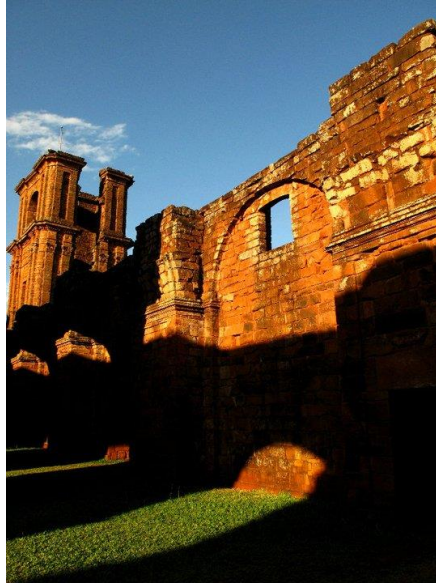
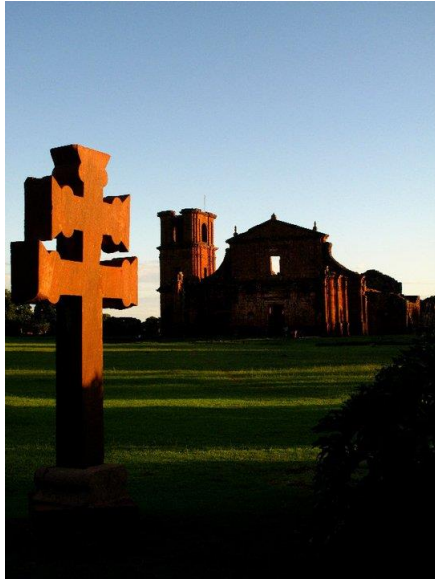
Do conjunto de mais de duas dezenas de reduções – espalhadas sobre a mancha étnica e cultural guarani -, sete restaram em território português após seu desmantelamento entre 1750 e 1756, momento no qual as coroas ibéricas, agindo em conjunto, decidem debelar a presença jesuítica nas Américas e, ao mesmo tempo, fazer valer os tratados territoriais assinados entre ambas.

São Miguel Arcanjo, São Francisco de Borja, São João Batista, São Nicolau, São Lourenço Mártir, São Luiz Gonzaga e Santo Angelo Custódio são as sete reduções que permaneceram em território português. Diferentemente das reduções do lado espanhol, nas quais houve uma substituição efetiva da administração, mas a manutenção da estrutura e das populações (sobreviventes da guerra), do lado português ocorreu uma brutal desarticulação – e depois abandono – das missões<sup>141</sup>.

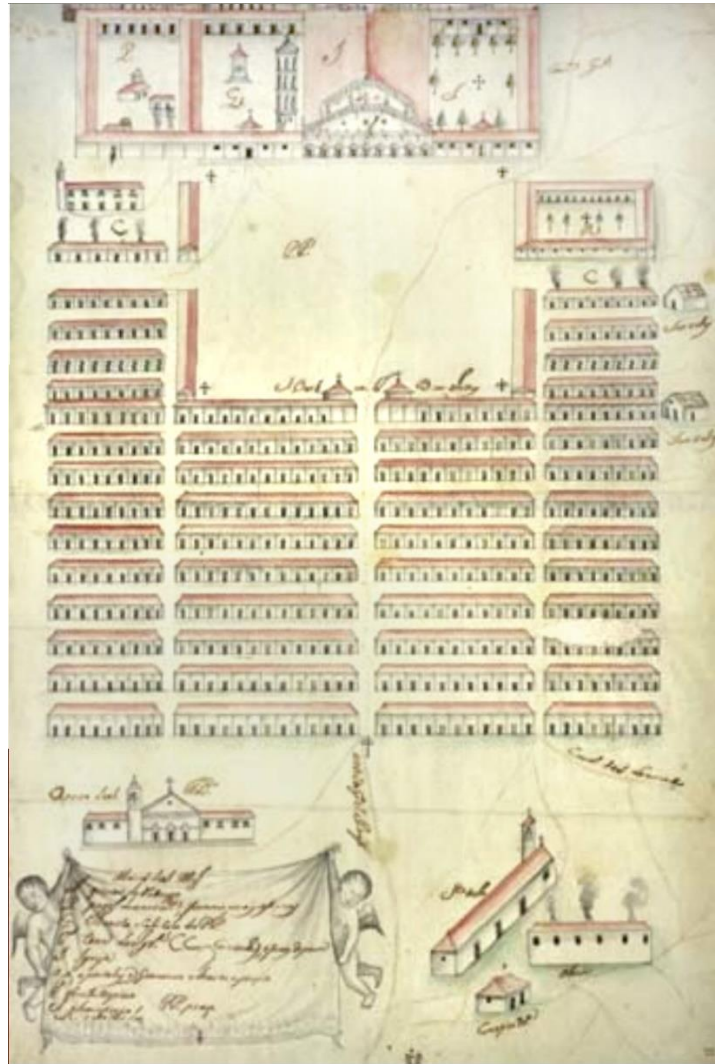
---

<sup>140</sup> MARTINS, Nestor Torelly, "O legado arquitetônico", in TAVARES, Eduardo, *Missões*, São Leopoldo: Unisinos, 1999.

<sup>141</sup> BAPTISTA, Jean, *Dossiê Missões, As ruínas: a crise entre o temporal e o eterno, Volume 3*, São Miguel das Missões: Museu das Missões, 2009. PP. 23-65.



*No complexo arqueológico de São Miguel Arcanjo temos o melhor conjunto de uma redução jesuítica em território brasileiro. A grande igreja marca o eixo central da cidade, diante da qual se abria a grande praça e as largas ruas onde se desenvolviam as atividades cotidianas dos guaranis. É importante atentar ao primor construtivo adotado nas edificações. Imagens do autor, Sete Povos das Missões/Brasil, 2011.*



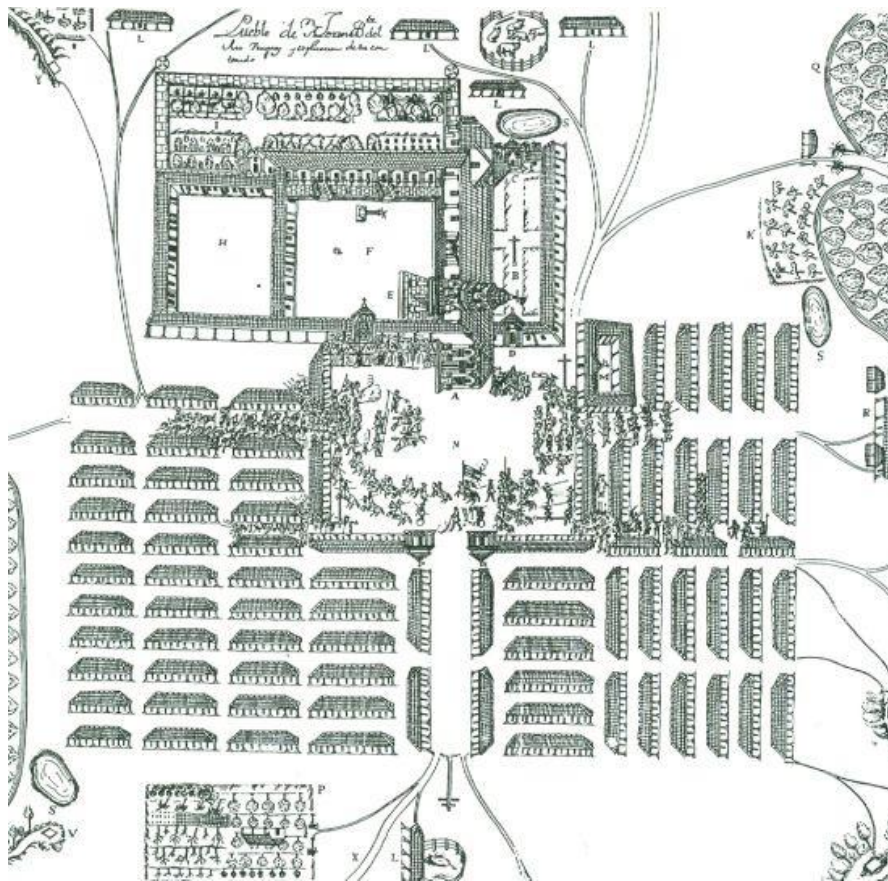
Planta da redução de São Miguel Arcanjo, as estruturas – das quais vemos nas imagens apenas as fundações e algumas paredes – aqui estão indicadas de modo íntegro (ainda que esquemático). Percebe-se nitidamente a aplicação dos princípios urbanísticos determinados pela legislação espanhola. in TAVARES, Eduardo, *Missões, São Leopoldo*: Unisinos, 1999.



*Ladeando a grande igreja ficavam o colégio, o pomar, o hospital, o cemitério e o cotiguaçu (casa destinada as mulheres solteiras e às viúvas, algo semelhante a um recolhimento). Percebe-se a vastidão do plano ocupado originalmente pela redução. Neste campo ficavam as ruas e as linhas de casas, as quais, por serem de taipa simples já não mais existem. Imagens do autor, Sete Povos das Missões/Brasil, 2011.*



*Ruínas pertencentes originalmente ao cotiguaçu e ao cabildo de São Miguel. Na organização espacial das reduções todas as estruturas comunais ficavam nas laterais da igreja e defronte da grande praça e das moradias. Imagens do autor, Sete Povos das Missões/Brasil, 2011.*



Planta da redução de São João Batista. Imagem originária, provavelmente, do século XVIII. Percebe-se na Plaza a representação do embate entre indígenas e um exército regular, por isso a imagem insinua ser originária do período das Guerras Guaraníticas (1750-1756). De qualquer modo a estrutura da redução segue os mesmos preceitos da de São Miguel Arcanjo e das demais reduções da região das Missões. in TAVARES, Eduardo, *Missões*, São Leopoldo: Unisinos, 1999.

A sincronia entre as Guerras Guaraníticas e o grande terremoto que devastou Lisboa em 1755 compõe uma daquelas coincidências irônicas que a história às vezes produz. O combate aos jesuítas das missões encerrou em 1756, com a morte ou aprisionamento dos últimos líderes da resistência; concomitantemente muitas das reduções foram severamente danificadas pelo conflito. O montante das ruínas (sobretudo a de São Miguel Arcanjo e as que ficam – hoje – nas bandas argentina e paraguaia) bem como os desenhos deixados de suas estruturas nos oferecem uma visão – mesmo que pálida – da beleza que foram em seu auge. Suas estruturas concorriam com as de muitas cidades coloniais e suas populações faziam inveja aos administradores dos impérios. Algumas das reduções chegaram a contar 30.000 almas, número que



São Paulo – por exemplo – demorou e labutou muito para atingir, provavelmente somente no início do século XIX<sup>142</sup>.

Seria de grande interesse ver como Pombal recebeu e incorporou os relatos de campanha da guerra. Se lhe descreveram as reduções certamente isso não lhe passou despercebido, nem deixou de promover alguma reação.

Como veremos adiante, Lisboa – capital do império – era, a época do terremoto, ainda uma cidade radicalmente desenhada e construída pela adição de povos, movimentos, reaproveitamento de antigas estruturas e – no mais – de perfil medieval.

Por mais contruções que tenham sido adicionadas na modernidade, o manuelino que é um gótico tardio, marcava as grandes construções e paisagem urbana, compondo a tônica da Igreja e da Monarquia como denunciam a monumentalidade do Mosteiro dos Jerônimos e a Torre de Belém. De outro lado, a arquitetura vernacular e a organização das freguesias seguia o modelo plurissecular do qual tratamos anteriormente.

Sendo justo, é fato que a grande maioria das cidades europeias se enquadrava na mesma situação (cada qual, é claro, com suas singularidades).

A construção das reduções jesuítas guaranis são uma prova eloquente do ambiente de circulação de ideias na modernidade, a ponto de, no meio das florestas americanas, florescerem cidades (ainda que não tivessem este estatuto) de tal monta e com tal pretensão. De outro lado, se não é certo é bem provável que o contato com as reduções tenha instilado na mente dos administradores coloniais (e mesmo nos do Império) alguma sensação de necessidade ou desejo.

Atestando a sincronicidade e a circulação das ideias vale lembrar que o plano de reconstrução da Baixa, no decorrer do consulado pombalino, privilegia

---

<sup>142</sup> MÜLLER, Daniel P., *São Paulo em 1836, ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo*, São Paulo: Secção de obras d'O Estado de São Paulo, 1923. pg. 132 e seguintes. MARCÍLIO, Maria Luíza, *A população de São Paulo ao longo dos 450 anos da cidade*, in: PORTA, Paula (org.), *História da cidade de São Paulo: a cidade colonial 1554-1822*, São Paulo: Paz e Terra, 2004.

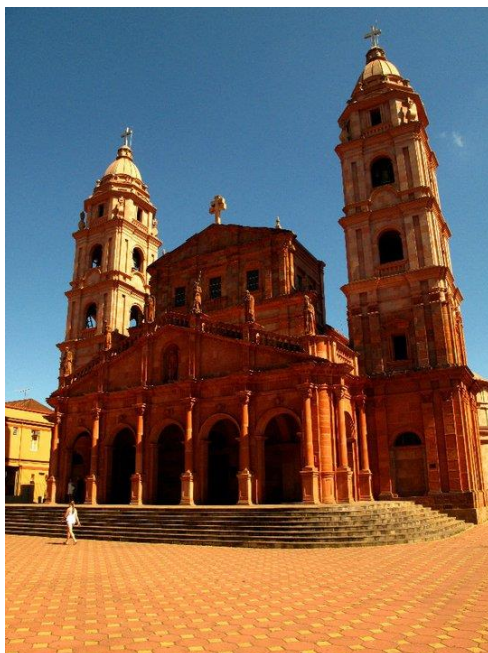
o modelo ideal do barroco, tal qual nas reduções. E isso ocorre logo na sequência da destruição delas e da expulsão dos jesuítas.

A força desses planos urbanos das reduções é tão intensa que, passados séculos, ainda é ele que define o núcleo das cidades que se desenvolveram sobre suas ruínas. Em quase todos os Sete Povos das Missões é assim que ocorre<sup>143</sup> (em São Miguel Arcanjo, dada a monumentalidade das ruínas, admiradas desde o século XIX, a cidade nova se estabeleceu em outro sítio, deixando o complexo original pouco alterado; as construções são completamente outras, mas a redução, através de sua ideia, seu princípio de ocupação e organização do espaço, ali permanecem). Mais impressionante ainda: completamente funcionais e adequados ao tamanho das cidades e a uma cultura já completamente diversa daquele para e pela qual a redução foi criada.

Esse itinerário de três séculos da Companhia de Jesus é, também, um episódio dentro da longa história das cidades; encontramos nessas duas pontas, em São Paulo a ordem nascente, e nas reduções, a ordem em seus dias finais, uma trajetória que nos conta não apenas a respeito da presença e intervenção jesuítica nas cidades, mas, sobretudo, a transformação das mentalidades e das práticas, novamente num intenso processo de câmbio de ideias entre o Novo e o Velho Mundo.

---

<sup>143</sup> Em São Miguel Arcanjo, dada a monumentalidade das ruínas, admiradas desde o século XIX, a cidade nova se estabeleceu em outro sítio, deixando o complexo original pouco alterado. Restam superstições a respeito das ruínas, o que pode ter levado a população a escolher outro lugar para a nova cidade. Graças a isso, São Miguel é o complexo missionário de maior importância e melhor conservação no Brasil.



*Igreja de Santo Angelo, de construção contemporânea, inspirada na Igreja de São Miguel Arcanjo. Continua a marcar o centro da cidade, diante da qual se espalha a imensa praça central e que define a malha nos quatro sentidos. Debaixo dela repousam as ruínas da igreja original, assim como debaixo de cada quadra da cidade estão os testemunhos da redução destruída. Imagens do autor, Sete Povos das Missões/Brasil, 2011.*

## Capítulo 3

### O SÉCULO XVIII: ABERTURA TRIUNFAL AOS SONS DE UM TERREMOTO.

*“Allez interroger les rivages du Tage; Fouillez dans les debris de ce sanglant ravage; Demandez aux mourants, dans ce séjour d’effroi Si c’est l’orgueil qui crie ‘ô ciel, secourez-moi! Ô ciel, ayez pitié de l’humaine misère!’ ‘Tout est bien, dites-vous, et tout est nécessaire’ Quoi! L’univers entier, sans ce gouffre infernal Sans engloutir Lisbonne, eût-il été plus mal? Êtes-vous assurés que la cause éternelle.”*

Voltaire, *Poème sur le desastre de Lisbonne*, 1756.<sup>144</sup>

#### Lisboa às vésperas da tragédia

Em 1608, em pleno período de União das Coroas Ibéricas (o qual somente se encerraria em 1640), o Padre Luís Mendes de Vasconcelos escreveu uma obra extremamente interessante sob diversos aspectos. *Do sítio de Lisboa. Diálogos* é um longo arrazoado, fundamentado na tradição clássica do Diálogo (no qual a contraposição de ideias – materializadas nas falas de distintos

---

<sup>144</sup> Pois ide interrogar as margens lá do Tejo; nos restos remexei sangrentos do despejo; perguntai a quem morre em tão medonho exílio se é o orgulho a gritar “Céu, vem em meu auxílio! Desta miséria humana, ó céu, sê solidário” “Tudo está bem, dizeis, e tudo é necessário.” Todo o universo então, sem o inferno abissal, sem Lisboa engolir, se acresceria em mal? Seguros estareis de a causa eterna aqui,” VOLTAIRE, *Poème sur le desastre de Lisbonne*, 1756, tradução de MOURA, Vasco Graça, Lisboa: Alethêa Editores, 2005. Pg.37.

debatedores - vale não apenas para o autor defender sua tese, mas, também, para refutar previamente supostas argumentações contrárias) no qual Vasconcelos procura convencer Felipe II de Espanha a transferir a capital do Império para Lisboa, a qual – por motivos enumerados capítulo a capítulo do Diálogo – ofereceria somente vantagens.

Extenso e fundamentado na arte da retórica – o que revela as matrizes intelectuais e de formação do autor – o Diálogo nos interessa como um todo, mas, principalmente na descrição do “Filósofo” dos princípios buscados desde a Antiguidade no estabelecimento das cidades. Na construção do discurso do Filósofo, Vasconcelos invoca nomes fundamentais para o pensamento clássico a respeito das cidades, como Vitruvius e Aristóteles (ainda que, cada qual, preocupado com certa ênfase ou encaminhamento da discussão).

Vitruvius foi – talvez – o nome mais influente no que poderíamos chamar de “pré-história” do urbanismo<sup>145</sup> e os princípios de sua obra foram empregados no urbanismo ao longo de séculos. Ainda no século XVIII e XIX ideias de Vitruvius faziam parte do repertório dos urbanistas.

O texto do Padre Vasconcelos nos ajuda a entender quais princípios urbanísticos eram valorizados no século XVII, ao menos aqueles que Lisboa atendia; em paralelo também nos informa um pouco sobre a feição da cidade e, um pouco por omissão, por se tratar de obra de convencimento, das virtudes ausentes na cidade.

Em um excerto da obra os debatedores dizem:

---

<sup>145</sup> Marcus Vitruvius Polio viveu em Roma, estima-se, entre 75 e 25 a.C, baseado em sua experiência e no estudo dos autores gregos, como Hermógenes, Vitruvius deixou uma obra basilar conhecida como *De Architectura*, composta de dez volumes que abordam os princípios da arquitetura, da engenharia, agrimensura, hidráulica, dentro da lógica de seu tempo de pouca ou nenhuma autonomia dos saberes entre si. Sua obra foi redescoberta no século XV na Abadia de Monte Casino e, apesar de jamais ter deixado de ser uma referência, o ambiente da Renascença favoreceu a disseminação e ampliação do emprego de suas ideias. D’AGOSTINO, Mário Henrique Simão, *A beleza e o mármore: o tratado De Architectura de Vitruvius e o Renascimento*, São Paulo: Annablume, 2012.

*“Ajuntando-nos outro dia, [o Fidalgo] prosseguiu dizendo: que depois que tornaram todos ao lugar donde se tinham apartado, dissera o Político ao Filósofo que continuasse a prática sem perder tempo, que todos estavam bem lembrados do ponto que ficaram.*

*E que logo o Filósofo começara deste modo:*

*‘Filósofo’ – A saúde é a primeira coisa que nas cidades se deve considerar; porque – de que aproveitam todas as outras comodidades, se faltar saúde para as gozar? Nem como pode uma cidade malsã ser grande e frequentada? E assim Vitruvius, quando mostra como se hão-de fabricar as cidades, diz que a primeira coisa é a eleição dos lugares sãos; e Aristóteles tem a mesma opinião, porque, dizendo que quando se fundar a cidade se hão-de considerar quatro coisas, - a primeira é a saúde. Do mesmo modo Vegécio quer que a primeira coisa de que o Capitão tenha cuidado seja a saúde do exército.*

*De dois modos se considera a saúde dos sítios: a respeito do céu, ou das qualidades da terra.*

*A respeito do Céu se divide a Terra em cinco partes, a que chamam Zonas: duas frígidas, uma tórrida ou ardente, e duas temperadas. As duas frígidas e a tórrida entenderam os antigos que eram inabitáveis, como diz Plínio: as frígidas pela obliquidade e apartamento dos raios do Sol; e a tórrida, pela rectitude e continuação deles, sendo esta a causa das Zonas, e não as constelações celestes. [...]*

*Lisboa, segundo a primeira divisão, está na Zona temperada, em 39 graus e 30 minutos, sítio temperadíssimo, por estar quase no meio da Zona temperada, ficando 16 graus apartada do Trópico de Cancro. Corinto está no mesmo paralelo; Constantinopla entre o quarto e o quinto; Roma quase no meio, entre Constantinopla e Lisboa; e Cartago estava poucos graus dentro do terceiro paralelo. E assim destas cidades, esta é a mais quente, Constantinopla a mais fria, e as outras fazem segundo essa divisão pouca diferença. E assim Lisboa é das terras, que estão em mais temperado sítio, a respeito dessa primeira*

*divisão, pois está onde nem a vizinhança do Sol a pode aquecer demasiadamente, nem o seu apartamento esfriar. E além de ser isto causa de mais saúde aos corpos, que nela habitarem, também o é de certas disposições, com que a alma fica menos impedida nas suas operações...*<sup>146</sup>

A argumentação do autor funda-se em critérios objetivos, como a salubridade do sítio de Lisboa, a temperança do clima, etc., mas se ampara e recorre aos antigos como argumento *ad homini*. E nem toda argumentação, apesar da suposta objetividade, se sustenta em questões como a incidência dos raios solares e a localização da cidade dentre as zonas climáticas do planeta. Padre Vasconcelos invoca, também, notas de ordem astrológica e/ou zodiacal, em um momento – é claro – que a distinção das ciências e da razão estava em pleno processo de construção. O que nos importa, no demais, é que a argumentação de Padre Vasconcelos a respeito da adequação de um sítio para receber uma cidade – capital – e os parâmetros para isso se norteiam, indicam a retomada do pensamento clássico.

Não apenas no século XVII, mas no seguinte, os princípios clássicos de Vitruvius, Plínio, Estrabão e outros tantos pensadores clássicos foram mantidos no repertório do pensamento sobre as cidades; de fato o que houve foi uma apropriação daquilo que era compreendido como “útil”, e acrescentado de uma série de novas preocupações que nasciam com uma sociedade – e Estados – cada vez mais complexa e com demandas que extrapolavam, sem abandonar, a questão da salubridade.

Apesar de os esforços para levar a capital das Coroas Ibéricas para Lisboa terem fracassado, a cidade passou por uma pequena reformulação, sobretudo no setor das construções reais, de modo a torna-la mais “condigna”, mais adequada a uma capital. Segundo Sara Portela e Manuel Leal da Costa Lobo:

---

<sup>146</sup> VASCONCELOS, Luís Mendes de, *Do sítio de Lisboa. Diálogos*, Lisboa: Novo Horizonte, 1990. 1º. Edição 1608. Pgs. 85-86.

*“Durante o período dos Filipes, Lisboa é alvo das suas atenções, designadamente quando Filipe I de Portugal transforma o paço manuelino numa habitação régia condigna, sob a supervisão de Filippo Terzi. Em 1652 é delimitado o novo perímetro urbano, com base no levantamento topográfico de João Nunes Tinoco.*

*Foram construídos nesta época o Torreão, um edifício maciço junto ao terreiro do Paço, o Convento de São Vicente de Fora, a Torre do Bugio e as novas muralhas, de acordo com as novas disposições da disposições da engenharia militar da época.”<sup>147</sup>*

Apesar das intervenções arquitetônicas durante o período dos Filipes, Lisboa manteve em grande medida a paisagem que vinha sendo construída desde o medievo. Como dissemos, a cidade primou mais pela adição de espaços, pela substituição de edificações, pela reintegração de estruturas antigas, e menos pela intervenção significativa do Estado no espaço da cidade.

Assim, a cidade que chegou ao ano de 1755 era, essencialmente, um espaço de rugosidades, de encontros temporais e culturais, os quais – pela prática do cotidiano – haviam formado um todo funcional.

---

<sup>147</sup> PORTELA, Sara e COSTA LOBO, Manoel Leal da, “O bairro de Alfama em Lisboa”, in: LOBO, Manuel Leal da Costa e SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo, *Urbanismo de colina, uma tradição luso-brasileira*, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, IST Press, 2012. Pg. 263.





*Planta de Lisboa anterior ao terremoto de 1755 (reconstituição) Departamento de território de Portugal/Instituto Geográfico do Exército, IGeoE, Portugal.*

Apesar de funcional, Lisboa, às vésperas do grande terremoto, materializava um paradoxo ou, melhor, uma contradição urbana. Aos barcos que chegavam pelo Tejo, vindos de sua foz, em Belém, a sequência de palácios e grandes edificações gerava um sentimento de admiração e opulência. Passado o conjunto do Mosteiro dos Jerônimos e da Torre de Belém, o viajante podia avistar de seu lado esquerdo o Mosteiro das Flamengas, o Convento do Monte Calvário e ao Forte de Alcântara. Próximos deles a nova fábrica de pólvora. O Portão de Alcântara, remanescente das antigas cercas medievais da cidade, marcava o início da área de maior adensamento populacional e arquitetônico. Seguia-se o Palácio das Necessidades, o convento e a capela da Ordem do Oratório, o Palácio de Francisco Távora e, bem perto, o do Marquês de Abrantes. Várias mansões intercalavam o espaço.

Na descrição de Edward Paice:

*“A 4 quilômetros de Belém e a 14 do oceano, depois dos estaleiros e docas reais conhecidos como Ribeira das Naus, ficava o coração político e comercial de Lisboa, o Terreiro do Paço, Praça do Palácio Real. O próprio palácio, do lado esquerdo, dominava o*

*espaço aberto. Com tantos marcos distintivos da cidade, esse também datava do reinado de D. Manuel I, mas passou por significativas alterações e ampliações nos anos posteriores, principalmente durante a “ocupação” espanhola, quando seu imenso e quadrangular torreão à beira do rio foi construído por ordem do rei Felipe II. [...]*

*Quer sejam as histórias verdadeiras ou não, ninguém podia negar que, vista do rio, Lisboa era uma das “mais opulentas, populosas e magníficas cidades da Europa”, ou mesmo “uma das mais belas paisagens do mundo”<sup>148</sup>*

Contudo, já em terra firme, a percepção da cidade se mostrava menos esplendorosa e – certamente – mais complexa:

*“Se a vista de quem chegava pelo Tejo era indiscutivelmente bela, a primeira impressão da cidade para os que desembarcavam em terra firme com pernas trêmulas era de que “as regiões interiores de modo algum correspondiam a seu esplendor externo”, Qualquer pessoa do Norte da Europa ficava surpresa ao perceber como Lisboa era diferente, a ponto de mal ser possível reconhecê-la como uma cidade do mesmo continente. O grande número de escravos e ex-escravos vindos da África e do Brasil chamava imediatamente a atenção. Alguns viajantes do século XVIII calcularam que até 200.000 almas eram “avermelhadas, negras e marrons. [...]*

*Com mais de quinhentos mosteiros e conventos e incontáveis igrejas, Portugal nessa época veio a ser memoravelmente*

---

<sup>148</sup> PAICE, Edward, *A ira de Deus*, São Paulo: Record, 2010. PP 29-31.

*descrita como “mais tomado de monges do que qualquer outro país do mundo, com a possível exceção do Tibete.”<sup>149</sup>*

Em linhas gerais a suntuosidade que acompanhava a margem esquerda do Tejo, desde Belém, até a região de Santa Apolónia e Madre de Deus (para além da Alfama e do Castelo, mais distantes, ainda, do que o Terreiro do Paço), desmontava diante de uma cidade mais “real”, onde grupos distintos se misturavam – comerciantes, marinheiros, camponeses a carregar suas mercadorias, gente oriunda de terras distantes, religiosos de uma infinidade de ordens e congregações, mendigos e muita gente pobre, a arraia miúda, fazendo de tudo um pouco.

Para além dessa diversidade social, étnica, cultural, o que se observava era um conjunto urbano edificado e continuamente restaurado, ampliado, alterado, no decorrer de muitos e muitos séculos. Esse conjunto congregava estruturas pré-históricas – no mais das vezes empregadas como fundamentos para construções mais novas -, edifícios romanos remodelados ou seus restos (incorporados a outras edificações, como no caso da Sé Velha), um traçado que, majoritariamente, havia se consolidado no período mudéjar/medieval, assim como diversas estruturas significativas tanto para a estruturação da urbe quanto para a configuração de sua paisagem (como eram o Castelo de São Jorge, os edifícios do período manuelino, uma das últimas expressões do gótico, como a Torre de Belém e o Mosteiro dos Jerônimos, fragmentos dos panos das muralhas, ora conhecida como a Cerca Moura, etc.).

Em suma, Lisboa, como a grande maioria das cidades antigas, mas, talvez, com uma particular intensidade de sucessões de povos e poderes – os quais adicionaram a antiga cidade seus marcos e marcas -, era uma imensa colcha de retalhos, na qual tempos e culturas se uniam para compor a singularidade urbana que lhe fazia a fama (boa e má).

---

<sup>149</sup> Idem, PP-31-32.

Um documento precioso para que a imaginação se aproxime do que fora Lisboa antes do terremoto de 1755 é o gigantesco painel de azulejos que adornava o Palácio dos Condes de Tentúgal, no Largo de Santiago. Composto por 1376 azulejos o painel possui nada menos do que 23 metros lineares, nos quais a cidade é retratada desde a região de Belém até a da Igreja de Santa Apolónia e do convento de Madre de Deus<sup>150</sup>.

Sobrevivente do próprio terremoto, o painel foi posto a venda em 1843 e, mais tarde, doado pelo Marquês de Souza Holstein à Academia Real de Belas Artes e incorporado ao Museu de Belas Artes e Arqueologia, sediado no Palácio de Alvor, o atual Museu Nacional de Arte Antiga (conhecido popularmente como Museu ou Palácio das Janelas Verdes). Lá esteve exposto desde 1903 até ser transferido ao Museu Nacional do Azulejo, sediado justamente no antigo Convento da Madre de Deus (ou MadreDeus para os lisboetas), ponto final da imensa representação da cidade.

---

<sup>150</sup> HENRIQUES, Paulo, *Lisbon before the 1755 earthquake. Panoramic view of the city*, Lisboa: Gótica/Chandeigne, 2004.



*Região da Alfama e do Castelo antes do terremoto de 1755. Imagens do autor, Museu dos Azulejos, Lisboa, 2012.*



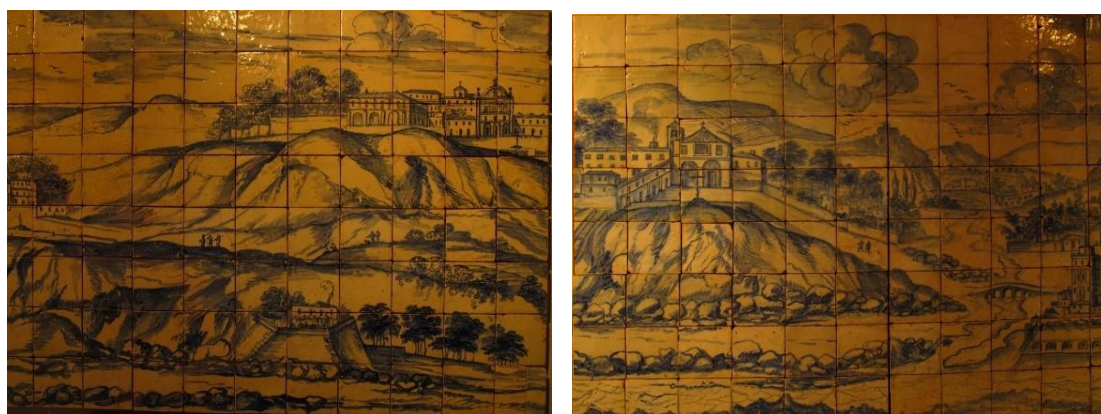
*Região da Baixa e seus arrabaldes antes do terremoto de 1755. Imagens do autor, Museu dos Azulejos, Lisboa, 2012.*

A representação da cidade de Lisboa, no painel do Palácio dos Condes de Tentúgal, prima por enfatizar a aglomeração urbana ao redor do Terreiro do Paço, entre Alcântara e o Castelo, mas, sobretudo, mostrar a intensa atividade urbana. Onde quer que haja um espaço aberto na representação o autor colocou

grupos de pessoas. Enfatizou com isso a movimentação dos cidadãos, o trabalho e, curiosamente, a vida e o trabalho em conjunto; não há, nos 23 metros de painel, uma única figura isolada, mesmo na representação dos campos (ao fundo), sempre agricultados. Perto das igrejas e conventos pode-se observar grupos de pessoas indo às atividades religiosas e – provavelmente – fidalgos sendo levados em suas cadeirinhas de arruar. Na ribeira das Naus a construção de um novo barco.

Também há a preocupação em demonstrar uma cidade de atividade náutica intensa. São vários os tipos de embarcação – grandes e pequenos, a vela e a remo – executando tarefas distintas. Naus de guerra e comerciais, naus da Coroa e de particulares, mas todos em atividade.

Ainda que seja uma representação da cidade de Lisboa na primeira metade do século XVIII – e vale lembrar, o que não é representação nos documentos dos quais lançamos mão? – é um dos raros documentos que retratam visualmente esse período e, mesmo com as ênfases e recortes do autor, é uma excelente oportunidade para se imaginar uma cidade que estava prestes a ser profundamente remodelada pela força devastadora da natureza.



*Primeiro setor do painel dos azulejos do Museu Nacional do Azulejo retratando a região de Belém. Destacam-se a esquerda o Forte de Santa Catarina e, no alto, o convento de N. Sra. Da Conceição. A direita Torre de Belém. Imagens do autor, Museu dos Azulejos, Lisboa, 2012.*



*N. Sra. Do Bom Sucesso, Monastério de Belém, região da Ajuda. Todo esse setor, da região de Belém até Alcântara, se manteve por muito tempo ocupado de modo pouco adensado, pontado por conventos, igrejas, palácios e palácios, entremeados por fortes e baterias de tiro que protegiam o coração da cidade de invasões provenientes da foz do Tejo. Imagens do autor, Museu dos Azulejos, Lisboa, 2012.*

## **O terremoto e depois.**

A história dos ocorridos em Portugal, mas mais especificamente em Lisboa, no Dia de Todos os Santos de 1755 – e os seguintes, por anos - é bem conhecida, mas existem tantos e tantos testemunhos e interpretações que, não é ocioso, recuperar alguns bastante expressivos.

*“As estimativas do número de mortos variaram entre dez mil e quarenta mil (na época todos acreditavam amplamente nessa última cifra, se bem que o número real deva beirar os quinze mil). A família real, que se encontrava fora da cidade, em Belém, escapou do que teria sido a morte certa em seu desmoronado palácio em Lisboa. O rei, aturdido e atemorizado, depositou autoridade completa nas mãos do único de seus ministros que mostrava alguma capacidade para lidar com a catástrofe: Pombal.*

*O âmbito da destruição foi colossal. O Real Teatro da Ópera, terminado um mês antes, estava em ruínas. Das quarenta igrejas paroquiais de Lisboa trinta e cinco desabaram, muitas sobre os*

*paroquianos que estavam na missa quando houve o terremoto, esmagando-os sob as ruínas. Somente três mil das vinte mil casas de Lisboa permaneceram habitáveis. O Palácio da Inquisição, no Rossio, desabou e muitas casas e palácios da aristocracia foram destruídos. Somente em uma mansão perderam-se duzentas pinturas, incluindo um Ticiano e um Rubens e uma biblioteca com dezoito mil livros e mil manuscritos; setenta mil livros da biblioteca do Rei se perderam. Foi o terremoto que deu a Pombal o impulso para o poder virtualmente absoluto que ele conservaria por mais vinte e dois anos, até a morte do rei, em 1777.”<sup>151</sup>*

A destruição de parte significativa da cidade de Lisboa gerou fantástica comoção, em Portugal e na Europa em geral. A sequência de infortúnios (o terremoto, os incêndios, o tsunami) e tamanho das perdas – humanas, materiais, culturais – eram inacreditáveis. A comoção paralisou parte da população lisboeta – extremamente religiosa, de uma religiosidade – aliás – de caráter supersticioso. Religiosos e, mesmo populares, viram na desgraça uma forma de castigo aos portugueses ou, até, sinais do fim dos tempos.

Alguns pesquisadores veem a sucessão de infortúnios, somados ao caráter frágil de D. José I, como as condições ideais para a ascensão de José Sebastião de Carvalho e Melo (futuro Marquês de Pombal) à condição de ministro plenipotenciário<sup>152</sup>.

A experiência pregressa de Carvalho e Melo como representante português em Londres e em Viena, bem como sua formação acadêmica, concorriam para que tivesse um espírito pragmático (até onde a natureza humana, e suas contradições, permitem) e firme nas decisões. É célebre a

---

<sup>151</sup>MAXWELL, Kenneth, *Marquês de Pombal: o paradoxo do iluminismo*, São Paulo: Paz e Terra, 1996. Pg.24.

<sup>152</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José I, na sombra de Pombal*, Lisboa: Temas e Debates, 2008. MAXWELL, Kenneth, *Marquês de Pombal: o paradoxo do iluminismo*, São Paulo: Paz e Terra, 1996.



história de que haveria dito, após o terremoto, que se cuidasse dos vivos, se enterrasse os mortos (em recusa ao imobilismo gerado pelo choque e pelas interpretações religiosas do ocorrido).



Place de la Patriarchale, *Receuil des plus belles ruines de Lisbonne causées par le tremblement et par le feu du premier novembre 1755*, Jacques Philippe Le Bas, Paris, 1757. Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

Com bastante presteza o ministro tratou de encaminhar a reconstrução da cidade. Toda? Não, e essa é uma questão que explicita não apenas as mentalidades na segunda metade do século XVIII, mas a relação intentada entre Estado, espaço urbano e economia (materializada no comércio e nos grupos mercantis).

Na sequência do terremoto, passada a imediata comoção, o governo passou a encaminhar soluções: para garantir a segurança, dado o caos que se estabeleceu e a série de saques e furtos que proliferaram pela cidade, se mandou erguer quatro forcas espalhadas pela urbe, tanto para punir os

criminosos quanto para intimidar os demais. Ordenou-se que o entulho fosse reunido em pontos determinados, que se fizesse o nivelamento dos terrenos, que se abrissem canais para a drenagem das águas paradas, que os edifícios que restaram fossem avaliados, praças e ruas fossem vistoriadas. Por fim, já indicando os desejos de Carvalho e Melo e seu governo, em 3 de dezembro se proibiu a construção de qualquer nova edificação nos limites da Lisboa antiga (decisão tornada decreto em 30 de dezembro de 1755)<sup>153</sup>.

Encarregou-se, então, Manuel da Maia e Eugenio dos Santos da elaboração de um projeto de reconstrução da cidade. Os responsáveis pelo plano de reconstrução apresentaram algumas opções ao ministro, as quais, mais do que opções estéticas, representavam arranjos espaciais/sociais/políticos distintos. Cada projeto, mais ou menos ousado, implicava em adotar, encampar uma visão de mundo e projetar Lisboa em um sentido. Sobre esses projetos José Augusto França escreveu:

*“As cinco hipóteses que o velho engenheiro-mor prevê podem classificar-se em duas ordens: na primeira, vemos reedificar-se a cidade tal como era dantes, melhorada apenas pelo facto de serem novos os edifícios, mas vemos também alargarem-se as ruas para melhor serventia e maior formosura do conjunto, e vemos ainda, de acordo com uma prevenção constante de Manuel da Maia, reduzir os edifícios reconstruídos à altura de dois pisos sobre as lojas. Na segunda ordem de programas encontramos duas ideias radicais: arrasar o que restava da cidade velha, na sua parte central, ou baixa, mais danificada pelo terramoto, e planificá-la com inteira e conveniente liberdade; ou abandonar a Lisboa antiga ao seu destino, deixando os 16 proprietários dos prédios derruídos agir à sua vontade, e edificar outra,*

---

<sup>153</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz, AZEVEDO, Paulo César de, e COSTA, Angela Marques da, *A longa viagem da biblioteca dos reis. Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Pgs. 95 e 96.

*completamente nova, para os lados de Belém, aliás menos flagelados pela catástrofe — ideia que, de resto, andava no ar e teve eco numa correspondência da altura para o Journal Étranger de Paris.”<sup>154</sup>*

Dos planos apresentados Carvalho optou pelo mais arrojado: manter o sítio, mas construir uma cidade absolutamente nova, dentro de preceitos barrocos do urbanismo, mas com um detalhe fundamental, a cidade seria orientada para os interesses do Estado e de caráter laico. Ao invés da igreja norteando a estruturação da cidade seria edificada uma nova praça, dedicada ao comércio até em seu nome. Ligando a praça a ribeira haveria uma Rua Augusta, referência clara às tradições clássicas. Em suma, novamente o entrelaçamento de várias tradições, temporalidades, mas com novos elementos, objetivos, atores em cena.

Sobre esse processo escreveu o historiador inglês Kenneth Maxwell:

*“Engenheiros militares e topógrafos, encabeçados por seu octogenário engenheiro-chefe, General Manuel da Maia (1672-1768). Pelo coronel Carlos Mardel 1695-1763) e pelo capitão Eugenio dos Santos (1711-1760), foram encarregados de fazer os inventários dos direitos de propriedade e reivindicações e de implementar a miríade de decisões práticas para assegurar que as operações sanitárias e de nivelamento fossem levadas a cabo com segurança. Foram também encarregados de desenhar as plantas para a nova cidade.*

*Foram esses engenheiros de mentalidade prática que, sob o mais minucioso escrutínio de Pombal, desenvolveram a arquitetura e a rede das econômicas ruas pombalinas e a grande praça defronte do Tejo que faz de Lisboa, em nossos dias, um exemplo clássico de cidade*

---

<sup>154</sup> FRANÇA, José Augusto, *A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina*, Lisboa: Instituto de cultura e língua portuguesa, 1989. Pgs. 15-16.

planejada do século XVIII. A área defronte do Tejo e a zona do rio até a praça do Rossio foram niveladas e a gradação dos aclives do lado oeste diminuída. Determinou-se que as ruas teriam dezoito metros de largura (quinze metros para a rua e três para a calçada), os cruzamentos de ruas foram feitos nos ângulos certos e as ruas secundárias tinham doze metros de largura. Para apressar a reconstrução e, simultaneamente, encorajar empreendimentos nacionais, promoveu-se um esforço inovador em artigos pré-fabricados: trabalhos de ferro, entalhes de madeira, telhas, artigos de cerâmica, por exemplo, eram todos padronizados, assim como os projetos globais das fachadas para as novas construções.”<sup>155</sup>

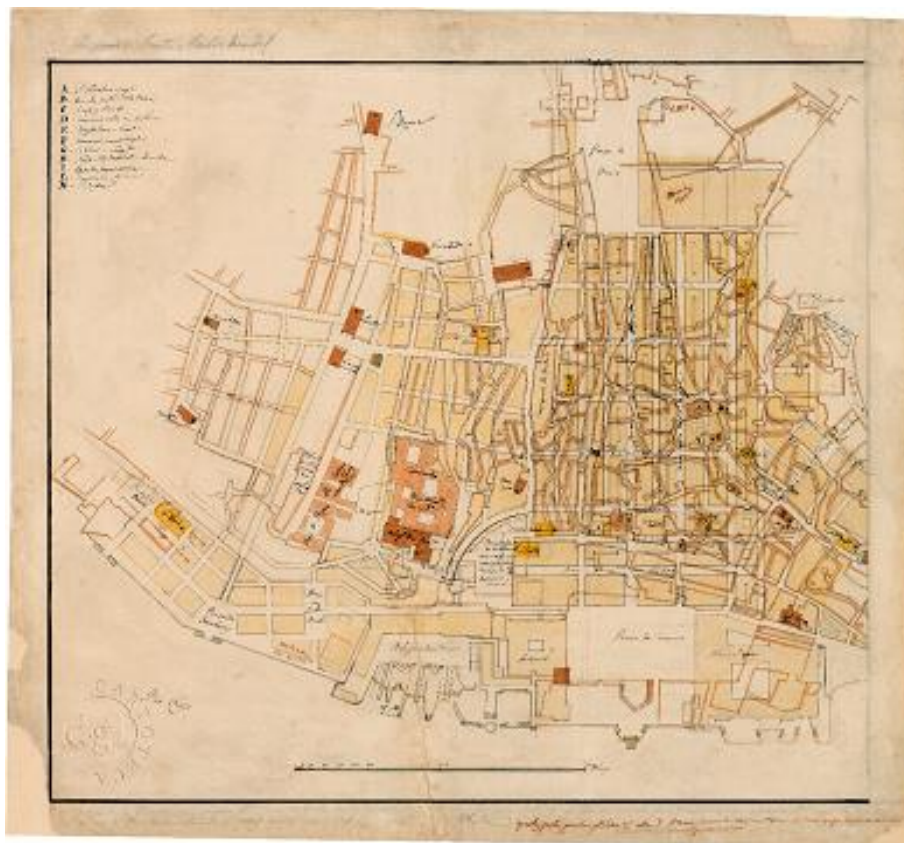


La Cathedrale (Basilica de Santa Maria), *Receuil des plus belles ruines de Lisbonne causées par le tremblement et par le feu du premier novembre 1755*, Jacques Philippe Le Bas, Paris, 1757. Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

<sup>155</sup> MAXWELL, Kenneth, op. Cit. Pp.24-26. Esse trecho, com suaves alterações, foi copiado na íntegra no livro de Lilia Schwarcz, Paulo Azevedo e Angela Marques da Costa. Apesar de fazerem a referência à obra de Maxwell não deixa de ser, no mínimo, constrangedor a cópia do texto com alterações ligeiras para que o plágio não se configurasse. O trecho pode ser encontrado na página 97, parágrafo terceiro.



Sala de L'Opera, *Receuil des plus belles ruines de Lisbonne causées par le tremblement et par le feu du premier novembre 1755*, Jacques Philippe Le Bas, Paris, 1757. Acervo Fundação Biblioteca Nacional.



**Planta topográfica da cidade de Lisboa**, Eugenio dos Santos e Carvalho e Carlos Mardel, terceiro quartel do séc. XVIII. Departamento de território de Portugal/Instituto Geográfico do Exército, IGeoE, Portugal. Perceba-se que há a sobreposição do plano de reconstrução de Lisboa à planta da cidade antes do terremoto de 1755. Essa imagem dá a medida da destruição tanto quanto da ousadia do projeto de reconstrução. No mais, é um método – de sobreposição de imagens – que só veríamos se difundir com a introdução das tecnologias digitais e de geoprocessamento no final do século XX. Isso, também, dá a medida da capacidade dos homens responsáveis pelo projeto da Baixa Pombalina.

Ainda sobre a reconstrução, mas, mais especificamente do intento dela e dos novos atores em cena e das novas mentalidades, Maxwell ainda escreveu:

*“A ideia de fazer uma grande praça à margem do Tejo como centro do esquema de Lisboa foi de Eugênio dos Santos. É também muito significativo que a nova praça, localizada na antiga Praça Real, devesse ser chamada, como o é atualmente, de Praça do Comércio. A nova Lisboa, desse modo, deveria ser um centro eminentemente comercial e administrativo. Enquanto o resto da Europa debatia o significado do terremoto para a filosofia do otimismo, envolvendo Voltaire, Goethe, Rousseau e John Wesley, entre outros, a reação em Portugal era mais prosaica. O planejamento urbano e arquitetônico de Pombal objetivava celebrar a independência econômica nacional e um Estado moderno, bem regulado e utilitário. Destarte, esse planejamento sintetizava o que Pombal esperava alcançar para Portugal como um todo.”<sup>156</sup>*

Um dos elementos mais importantes desse processo, e que representa uma novidade no contexto da história das cidades do mundo lusitano, é emergência de um Estado que não só se impõe no tecido urbano, mas que vê a cidade como uma ferramenta de poder, de política e da economia.

As cidades há muito são vistas como ferramentas a serviço dos Estados, haja vista – por exemplo – a construção de colônias pelos romanos como forma de consolidação das fronteiras do Império ou, na Idade Média, como modo de reocupação das terras reconquistadas aos mouros da Península Ibérica. Contudo, o quadro a partir da segunda metade do século XVIII no mundo lusitano é diverso em forma, em objetivos e intensidade.

---

<sup>156</sup> Idem, pg.27.

## O Estado e as cidades

Em seu clássico, *O processo civilizatório*, Norbert Elias discorre sobre um amplo processo ocorrido no decorrer da modernidade. Muitas das vezes se reduz o trabalho de Elias a uma “história dos costumes” ou dos hábitos de corte; entretanto, o alcance de sua obra é muito mais vasto. Elias trata de um processo de rápidas transformações de mentalidade, as quais se entrelaçam e se influenciam mutuamente com o mundo material. A emergência do conceito de civilidade é indissociável do ambiente urbano (ou não será a oposição entre urbano/civilizado e rural/selvagem uma das oposições que vão dominar as mentalidades e a produção artística na modernidade?).

Escreveu Elias a respeito da evolução das palavras e conceitos:

*“Já no século XVI um tipo particular de família de caracteres tipográficos francês recebeu o nome de ‘civilité’, tirado da obra de Mathurin Cordier um francês que combinava doutrinas colhidas no tratado de Erasmo com as de outro humanista, Johannes Sulpicios. E um grupo inteiro de livros, direta ou indiretamente influenciados pelo tratado de Erasmo, surgiu sob o título de ‘Civilité’ ou ‘Civilité puérile’. E foram impressos até fins do século XVIII nessa família de caracteres tipográficos ‘Civilité’.*

*Neste particular, como ocorre com tanta frequência na história das palavras, e aconteceria mais tarde na evolução do conceito de ‘civilité’ para ‘civilisation’, um indivíduo serviu como instigador. Com seu tratado, Erasmo deu nova nitidez e força a uma palavra muito antiga e comum, ‘civilitas’. Intencionalmente ou não, ele obviamente expressou na palavra algo que atendia a uma necessidade social da época. O conceito ‘civilitas’, daí em diante, ficou gravado na consciência do povo com o sentido especial que recebeu no tratado de Erasmo. Palavras correspondentes surgiram em várias línguas: a francesa ‘civilité’, a inglesa ‘civility’, a*

*italiana 'civilità', e a alemã 'zivilität', que reconhecidamente nunca alcançou a mesma extensão que as palavras correspondentes nas outras grandes culturas.*"<sup>157</sup>

A reflexão de Elias, mais do que uma questão etimológica ou semântica – como ele próprio ressalta – trata da necessidade social, cultural, de apropriação de uma palavra e da construção de um novo conceito para ela. A segunda coisa e, talvez, mais importante, a se notar é o fato que embora o emprego da palavra pudesse remontar passado longínquo, assim como a ideia de “urbanidade”, de “ideal de cidade”, passa por uma profunda reformulação e re-conceituação no período das Luzes.

Em ambos os casos – na definição de “civildade” e no “ideal de cidade” – um dos fatores fundamentais – para Elias o definidor – é o nascimento do Estado moderno e a amplificação de seus poderes, atribuições, alcance, centralização.

Em outros termos, tratando especificamente das cidades, embora o planejamento, os ideais de salubridade, beleza, ordem, possam remontar à antiguidade clássica (como em Vitruvius, para nos retermos ao exemplo mais eloquente), o período das Luzes enseja toda uma reformulação desses princípios e tem o Estado como maior protagonista. Devemos acrescentar, sem dúvida, que os grupos econômicos de maior poder e influência atuam de modo significativamente íntimo com os Estados.

Nesse sentido, não é fortuito que o centro da reconstrução de Lisboa, da Baixa Pombalina, seja a “Praça do Comércio” e a sua artéria principal a rua Augusta, ligando-a ao Terreiro do Paço. Em São Paulo, já no final do século XVIII, na ausência de reconstruções, o que veremos é a multiplicação de empreendimentos privados, mas que estarão em consonância com o Estado e dentro do princípio da “boa cidade”.

---

<sup>157</sup> ELIAS, Norbert, *O processo civilizatório, volume 1*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. Pg.68.





*Praça do Comércio, coração da reconstrução de Lisboa após 1755. Imagens do autor, Lisboa, 2012.*



*Rua Augusta, principal ligação entre a Praça do Comércio e a Ribeira. Imagens do autor, Lisboa, 2012.*



*Traçado novo da baixa pombalina. Imagens do autor, Lisboa, 2012.*

## As Luzes iluminam as cidades?

Uma discussão recorrente entre os historiadores de Lisboa é o caráter de sua reconstrução durante o período pombalino. As opiniões se dividem entre a ideia de um “absolutismo esclarecido”, ou seja, sob a influência das Luzes – como para Kenneth Maxwell<sup>158</sup> - e a defesa de que a reconstrução da cidade é de natureza essencialmente barroca – para Antonio Manuel Hespanha<sup>159</sup>.

Creio que o problema, e equívoco, seja – justamente – em tentar encontrar modelos de uma coisa ou outra. Como defendi logo no início, e este é um ponto central, as culturas se movem no diálogo entre tradição e invenção, portanto a manutenção de características e princípios barrocos na reconstrução da Baixa de Lisboa não exclui a presença de ideias e conceitos da Ilustração e vice-versa.

Se o traçado e a feição do plano são essencialmente barrocos é igualmente verdadeiro que os princípios e os objetivos buscados pelo governo de Carvalho e Melo são de caráter ilustrado. Pesa sobre isso, também, longa discussão sobre a centralização ou não do Estado português durante o consulado pombalino (assunto que rendeu páginas e mais páginas de acalorado debate, dentre os quais se colocam em posições divergentes Laura de Melo e Souza<sup>160</sup> e Antonio Manuel Hespanha<sup>161</sup>). É claro que, em certa medida, um entendimento ou outro refletem, também, no entendimento das políticas e decisões a respeito das cidades no Império português; entretanto, essa discussão é vasta, complexa, e – apesar de ter alguma influência – não é determinante para as minhas questões.

A questão da Ilustração pesa mais do que o grau de centralização do Estado; até porque, como veremos adiante, Pombal escolheu homens que – com maior ou menor liberdade, autonomia – se alinhavam com sua política

---

<sup>158</sup> MAXWELL, Kenneth, *op. Cit.*

<sup>159</sup> HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.) e MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal, Vol. 4, O antigo regime*, Lisboa: Estampa, 1992.

<sup>160</sup> SOUZA, Laura de Mello e, *O Sol e a Sombra. Política e administração na América Portuguesa do século XVIII*, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>161</sup> HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.) e MATTOSO, José (Dir.), *op. Cit.*

reformadora (dentro dos limites e das contradições inerentes aos processos e aos indivíduos).

Novamente a questão de ter de optar por uma posição, em detrimento da outra, parece ser menos interessante, e correta, do que compreender que a história e, nela, os seres humanos são complexos, que agem em contexto, e não feitos para que cumpram modelos que nós, comodamente, estabelecemos.

A respeito da Ilustração no governo pombalino, e suas contradições (aparentes?), Fernando Novais escreveu:

*“Entre uns e outros, passara-se do movimento das ideias para o reformismo político: um dos primeiros países na Europa (mais uma vez a precocidade), Portugal inicia, com a governação pombalina, a era do despotismo esclarecido. Imposto de cima para baixo, o processo de mudança tinha que começar por um esforço do poder do Estado; daí o confronto com as forças que obstavam a essa centralização extrema: a nobreza, os jesuítas. Firmado no poder absolutista da realeza, o governo pombalino procedeu a remoção dos óbices institucionais à modernização do país: a inquisição passou a subordinar-se diretamente ao poder régio, suprimiu-se a distinção entre cristãos velhos e novos, empreendeu-se a modernização do ensino.[...]*

*Essa manutenção do esquema mercantilista de política econômica no consulado pombalino, combinado com um poderoso movimento reformador de cunho ilustrado, só aparentemente é uma contradição: era a própria situação de atraso que o impunha. Se importava mobilizar as novas correntes de ideias para executar as reformas, não era menos imprescindível selecionar no conjunto da nova mentalidade aqueles setores que mais se adaptavam à situação portuguesa;”<sup>162</sup>*

---

<sup>162</sup> NOVAIS, Fernando A., *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, São Paulo: Hucitec, 1995. Pg. 223.

Maria Fernanda Derntl, em *Método e Arte*, discorre sobre o tema urbanismo X Luzes, de modo mais específico do que Novais. Após retomar a discussão de Walter Rossa<sup>163</sup> a respeito da materialização urbana ou não da Ilustração de Pombal e sua entourage Derntl escreve:

*“O problema de identificar as especificidades da produção urbanística sob as Luzes também já se colocou numa historiografia mais geral sobre a cidade europeia. O historiador de arquitetura inglês John Summerson questionou se a partir da segunda metade do século 18 teria mesmo havido um desenho urbano neoclássico que tivesse suplantado o Barroco. Summerson observou que seria difícil responder a essa questão por meio da análise de cidades totalmente novas, já que elas seriam raras na Europa do século 18, mesmo assim, seria possível discernir uma mudança de atitude em relação à imagem urbana. Ainda conforme Summerson, essa nova visão não estaria presente nem no plano de Pierre Patte para Paris (1761) nem no plano de Pierre L’Enfant para Washington (1791) – ambos ainda expressivos da espacialidade barroca - mas já se mostraria com clareza no plano de John Gwynn publicado em 1766. [...] Na Baixa de Lisboa também se observa uma reorganização radical de um trecho do tecido urbano, que adquire assim uma monumentalidade difusa. Tanto a praça central de Vila Real como a Praça do Comércio em Lisboa ainda apresentam o esquema compositivo tipicamente barroco das praças reais francesas, mas mostram uma integração mais orgânica a seus respectivos traçados urbanos.*

---

<sup>163</sup> ROSSA, Walter, “A Baixa de Lisboa no contexto do urbanismo português”, in: MATEUS, João Mascarenhas (Coord.), *Jornadas pombalinas. A Baixa pombalina e a sua importância para o patrimônio mundial*. Lisboa: Câmara Municipal, 2004. PP 28-39.

*Outra maneira de compreender as reformas urbanas pombalinas é considera-las parte de um processo histórico tipicamente português.”<sup>164</sup>*

Duas considerações me parecem pertinentes sobre esse conjunto de discussões – a respeito do quanto tal ou qual traçado representam uma mentalidade/estilo barroco ou iluminista. A primeira delas é que, para mim, a ocupação do espaço é sem dúvida artefato e articulador a um só tempo das sociedades, e, dito isso, penso que há mais do que uma questão exclusivamente estética ou de planejamento urbano com vistas na eficiência, beleza e salubridade.

A segunda consideração, de ordem mais geral, diz respeito às discussões sobre a “forma da cidade”. Ulpiano T. B. de Meneses, tratando justamente dessa busca de uma compreensão da cidade como “artefato acabado”, como “produto”, captável, compreensível no seu todo, escreveu:

*“ao invés de tomarmos a cidade como uma categoria estável e universal, de que se pudessem apresentar apenas variações ao longo do tempo, convém aceitarmos a necessidade indispensável de historicizar a cidade como ser social. Historicizá-la é defini-la e explorá-la levando em conta sua prática e representações pela própria sociedade que a institui e a transforma continuamente.”<sup>165</sup>*

O fato de relevo é que esse conjuntos de fenômenos/movimentos que adentram e atravessam o século XVIII – e que redundam naquilo que Hobsbawm chamou de *A era das Revoluções*<sup>166</sup> – é a base da sociedade que, se construindo

---

<sup>164</sup> DERNTL, Maria Fernanda, *Método e arte: urbanização e transformação territorial na capitania de São Paulo 1765-1811*, São Paulo: Alameda, 2013. Pgs. 42 e 43.

<sup>165</sup> MENESES, Ulpiano T. B. de, “Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana”, in *Revista USP: Dossiê Brasil dos Viajantes*, São Paulo, N. 30, junho/agosto 1996, pp. 144-155.

<sup>166</sup> HOBBSAWM, Eric J., *A era das Revoluções*, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

naquele momento, material, institucional, cultural, simbolicamente, é o embrião de nossas sociedades contemporâneas. A centralização do poder e o surgimento do Estado Moderno, a organização e a sofisticação da economia dos países (bem como dos próprios empreendimentos econômicos, das teorias, dos homens de negócio), o desabrochar e a disseminação das Luzes – sua aceitação em grande medida como nova base do saber e do fazer – criam uma nova cidade ao mesmo tempo em que exigem, necessitam de uma nova cidade. Por isso recorrer às ancestralidades para rebater pontos específicos – como a longa existência do planejamento urbano, a presença e a modelagem da cidade em consonância com os poderes econômicos e com a representação do Estado, a recorrência da ordenação urbana desde, praticamente, o surgimento das cidades, etc. – desmontam pontos, mas não eliminam a rede. Pontualmente, cada assertiva ou dúvida dessa ordem pode ser legítima e verdadeira, entretanto, quando observadas em conjunto, o que se desvela é infinitamente mais complexo, sofisticado, profundo, amplo e duradouro, características que, de fato, justificam o entendimento desse período como uma “era de revoluções”.

Norbert Elias, também trabalhando em grande medida no período das Luzes, traz um exemplo muito visível, expressivo, do que essa nova “civilização” traz de diverso de todo o mais que no tempo possamos encontrar:

*“Uma maneira simples de descrever a diferença entre a integração do indivíduo em uma sociedade complexa e em outra menos complexa consiste em pensar em seus diferentes sistemas rodoviários. Estes, em certo sentido, constituem funções espaciais de uma integração social que, em sua totalidade, não se pode expressar simplesmente em conceitos derivados do ‘continuum’ quadrimensional. Pensemos nas estradas interioranas de uma sociedade simples de guerreiros, com uma economia de troca, sem calçamento, exposta ao vento e à chuva. Com raras exceções, há pouco tráfego; o principal perigo é um ataque de soldados ou salteadores. Quando as pessoas olham em volta, para as árvores, morros ou a própria estrada, fazem isso principalmente porque precisam estar sempre preparadas para um ataque armado, e apenas secundariamente porque tem que*

*evitar colisões. A vida nas estradas principais dessa sociedade exige uma prontidão constante para a luta, e dá livre rédea às emoções, em defesa da vida ou das posses contra o ataque físico. Já o tráfego nas ruas principais de uma grande cidade na sociedade complexa de nosso tempo exige uma modelação inteiramente do mecanismo psicológico. Neste caso, é mínimo o perigo de ataque físico. Carros correm em todas as direções, e pedestres e ciclistas tentam costurar seu caminho através da ‘mêlée’ de veículos; nos principais cruzamentos, guardas tentam dirigir o tráfego, com variável grau de sucesso. Esse controle externo, porém, baseia-se na suposição de que todos os indivíduos estão regulando seu comportamento com a maior exatidão, de acordo com as necessidades dessa rede.”<sup>167</sup>*

A reconstrução da Baixa durante o governo de D. José I e do ministro Marquês de Pombal é uma das expressões urbanas mais eloquentes desses processos e, mesmo, de suas contradições ou, melhor, do entrelaçamento de tempos e ideias, de concepções distintas, de tradição e criação.

Também há que se lembrar que a cidade de Lisboa, após a imensa catástrofe, passa por uma profunda reformulação, mas não toda. Há um ato deliberado nesse plano de reconstrução que estabelece uma cidade nova – como vimos, de relações uterinas entre Estado e capital, com manifestações distintas – e uma cidade “antiga” (tal é que ainda hoje os bairros não tocados pela reconstrução pombalina, e que foram também profundamente afetados pelo terremoto de 1755, são chamados de “os bairros antigos”, como a Alfama, a Mouraria, o Castelo, Chiado, Alto e outros tantos, em contraposição ao “bairros novos”, reformulados ou nascidos após a reconstrução da Baixa Pombalina, como Eduardo VII, Parque das Nações, Liberdade, Santa Cruz, Sete Céus, etc.).

Sobre essa seleção – ou separação – entre a Baixa e outros bairros circunvizinhos, igualmente destruídos em 1755, nos dizem Sara Portela e Manuel Leal da Costa Lobo:

---

<sup>167</sup> ELIAS, Norbert, *O processo civilizatório, volume 2*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. Pg.196.



*“O terremoto de 1755 afetou profundamente a cidade de Lisboa e o bairro da Alfama, mas no bairro ‘a reconstrução pouco alterou o anterior desenho urbano, aproveitando geralmente os antigos materiais e reproduzindo tipologias pré-pombalinas – como as casas de ressalto e os prédios de duas águas com fachadas em bico’ ao contrário do que aconteceu na Baixa pombalina. Este facto permitiu conservar o traçado viário ‘íngreme, tortuoso, quase labiríntico.’”<sup>168</sup>*

O que se infere do texto é que a reconstrução da Alfama – assim como dos demais bairros fora do perímetro da Baixa pombalina – se deu pela ação e ciência da população residente, sem pretensões maiores do que a de recompor o lugar vivido, distante de preocupações modernizantes, revolucionárias. Tratou-se de reerguer a casa e voltar a viver, como dantes, o mais econômico e rápido possível, daí o emprego dos mesmos materiais (muitos dos quais reaproveitados) e dos mesmos programas arquitetônicos.

Por outro lado, na vizinha Baixa, a situação era absolutamente oposta:

*“Ao contrário do que acontece no bairro de Alfama, mesmo ao lado, o espaço conhecido hoje por Baixa pombalina é alvo de uma intervenção urbanística, um projeto de autoria de Eugénio dos Santos, Carlos Mardel e Elias Sebastião Poppe, ‘que assenta numa malha ortogonal, preenchida por quarteirões tipo e desenvolvida com base em grandes eixos que ligam as duas praças – Rossio e Praça do Comércio. É o Estado que se encarrega de construir ruas largas em grelha reticulada com prédios de vários andares. Estes são construídos segundo a técnica de “gaiola”, tem fachadas neoclássicas e janelas de guilhotina. O centro passa de ruas mais a lesta para a nova Rua Augusta, que existe hoje, e nos*

---

<sup>168</sup> PORTELA, Sara e COSTA LOBO, Manoel Leal da, “O bairro de Alfama em Lisboa”, in: LOBO, Manuel Leal da Costa e SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo, *Urbanismo de colina, uma tradição luso-brasileira*, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, IST Press, 2012. Pg. 264 e seguintes.

*novos edifícios são instalados ministérios, tribunais, o Arsenal, a Alfândega e a Bolsa. É, ainda, criado o Passeio Público, espécie de calçada e jardim murado, onde hoje está a Avenida da Liberdade.*<sup>169</sup>

Ministérios, Tribunais, o Arsenal, a Alfândega, a Bolsa – além dos não citados empreendimentos comerciais, como bancos, casas mercantis, importadores, empresas de navegação e algo de comércio miúdo, tudo o que justificava o nome de Praça do Comércio. Novamente, o que vemos, é o poder do Estado – em suas várias faces e braços, o judiciário, o militar, o fiscal, o administrativo/executivo – e do capital – a Bolsa, a Alfândega, os edifícios comerciais.

Tudo isso sob ordem, sob regra, sob planejamento, regidos pelo Estado, com mote claro e definido, no qual, inclusive, estava a busca de uma percepção específica de bem-estar e beleza – o passeio público, as fachadas neoclássicas e até a referência à antiguidade na Rua Augusta. Definitivamente o que estava ocorrendo era muito mais do que apenas e tão somente a reconstrução de uma cidade, ou de um setor dela, tratava-se da emergência material, espacial, urbana, de antigos poderes com novas prerrogativas, potências e projetos.

A respeito da reconstrução de Lisboa – ou da “construção da Baixa Pombalina” – escreveu Nuno Gonçalo Monteiro, em obra dedicada à trajetória de D. José:

*“A reconstrução de Lisboa e a inauguração da estátua equestre colocada no centro da praça que a pretendia coroar culminaram o esforço de autocelebração do reinado de D. José. A posteridade também não lhe negou os créditos. Pelo contrário, permanece como a expressão mais emblemática e imponente de um tempo que nunca mais foi esquecido. O urbanismo pombalino perpetua-se, assim, como a imagem mais duradoura do reinado de D. José, mesmo se esteve longe*

---

<sup>169</sup> *Idem*, pg.266.

de ser o centro das preocupações governamentais naqueles anos.

*Eram muitos os antecedentes. Desde logo, nos espaços coloniais, onde os engenheiros militares tinham podido, desde há muito, traçar povoações a régua e esquadro, como as sabiam fazer. Ou, ainda, em intervenções urbanísticas no reino, designadamente em Lisboa, mais pontuais, mas não menos significativas. Foi essa experiência acumulada e as circunstâncias únicas da destruição de uma cidade capital do reino e do império que permitiram que o engenheiro Manuel da Maia (1677-1768) começasse a apresentar em cerca de um mês os vários planos alternativos para a reconstrução urbana, constantes da primeira parte da sua famosa ‘Dissertação’.*<sup>170</sup>

Efetivamente foi mais do que necessidade ou conveniência a escolha do plano de reconstrução a ser adotado; implicava, sim, em uma aposta na cidade e em certa projeção dela no tempo, no concerto do reino e do império e, em alguma medida, no cenário europeu.

Além do simbolismo que o historiador português atribui a Baixa Pombalina, como expressão de uma época, reinado e consulado, a informação vital é a das experiências realizadas pelos engenheiros militares no Novo Mundo, o que lhes garantiu farta experiência e sedimentação de ideias ao indicarem os caminhos da reconstrução da Baixa de Lisboa.

Ainda sobre o tema, segue Monteiro:

*“À semelhança do que viria a ocorrer em outros terrenos, o valido Carvalho, ainda longe de ter alçado o ‘valimento absoluto’, socorreu-se de quem o podia auxiliar numa matéria sobre a qual não tinha ideias próprias, mas na qual se iria inequivocadamente envolver, como antes se sugeriu.*

---

<sup>170</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José, na sombra de Pombal*, Lisboa: Temas e Debates, 2008. Pg. 316.

*Se a Lisboa reconstruída já foi destacada como a corporização de uma ‘cidade das Luzes’, as luzes que a traçaram foram as da engenharia militar, com um lastro antigo e consolidado, num contexto de quase destruição geral da faixa central da cidade e em que o poder político se esforçou, com energia e determinação, por impor sem vacilações as soluções escolhidas. [...]*

*O espaço sobre o qual incidiu a disciplina da reconstrução foi a zona central da cidade, aquela que tinha sido a mais atingida pelo terramoto, pelo maremoto e pelo ulterior incêndio, ou seja, no essencial a faixa compreendida entre o Rossio e o Terreiro do Paço. Uma das grandes originalidades da opção adoptada parece residir no perfil e funcionalidade atribuídas a esses espaços públicos e, em particular, à nova praça real. O polo referencial da cidade passa agora a ser uma praça despojada do Palácio Real, previsto por Manuel da Maia para o Campo de Ourique, e de edifícios religiosos, consagrada ao comércio, e a ele estreitamente associada.<sup>171</sup>*

O fato de o palácio real ter sido excluído do plano de reconstrução da Baixa – com a pretensão de ir para Ourique – gerou alguns efeitos colaterais que acabaram por redesenhar a geografia de Lisboa. Efetivamente um novo palácio não foi construído e os reis portugueses passaram a residir temporariamente em diversos palácios; o efeito centrípeto que a existência de um palácio real oficial faz, ao atrair para o mais próximo de si as residências da nobreza, deixou de ser efetivo. Ato contínuo os nobres portugueses passaram a escolher os sítios de suas residências em regiões diversas de Lisboa, como Belém, Madre de Deus, Santa Clara e Campo Grande.

Da mesma forma, o seccionamento da cidade de Lisboa – a qual possuía um continuum até o terremoto – criou um eixo (dado pela Baixa Pombalina e,

---

<sup>171</sup> *Idem*, pg. 317.

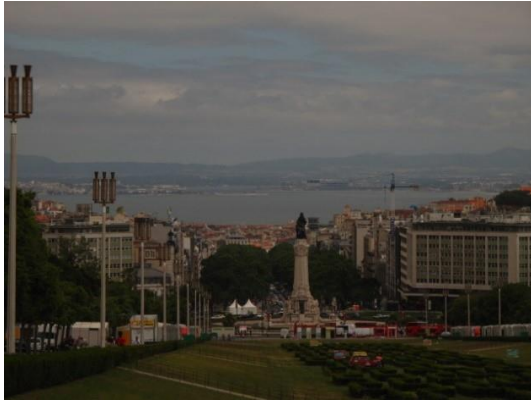
mais especificamente, entre o Rossio, a Praça do Comércio e o Terreiro do Paço, estes últimos ligados pela Rua Augusta) de expansão e transformação de áreas já ocupadas. Ora expansão, ora transformação, mas sempre dentro de uma nova lógica e ótica, tanto do urbanismo quanto da política e das atividades cotidianas.

Quem, do topo da colina central – que se inicia no Rossio e segue até o Parque Eduardo VII – observar a cidade (talvez das proximidades do Jardim Botânico) verá duas bandas de uma urbe ancestral (a esquerda composta pelo Castelo, Mouraria, Alfama, a direita composta pelo Alto, Chiado). No centro o eixo da reconstrução pombalina.

O fato é que, enquanto os chamados “bairros antigos” foram pouco ou nada alterados e quando ocorreu essa alteração se deu foi pelas mãos da iniciativa privada, a Baixa Pombalina foi responsável por dar o tom da expansão da cidade de Lisboa, em estilo e nas práticas.



*Ao término das ruas da Baixa Pombalina, onde ela se encontra com a Mouraria (mas, também, com o Bairro Alto e o Chiado), há sempre uma linha de edificações construídas após o terremoto de 1755 e que formam um pano de transição – e contenção – do setor reconstruído/modernizado daqueles deixados aos cuidados da população. Imagens do autor, Lisboa, 2012.*



*Do alto da colina central de Lisboa (onde se localiza o Parque Eduardo VII) pode se ver claramente o eixo de modernização da cidade aberto com a reconstrução da Baixa durante o período Pombalino. Imagens do autor, Lisboa, 2012.*



*Imagens do autor, Lisboa, 2012.*



*Eis a Lisboa que se desenvolveu a partir da célula mater criada pelas reformas pombalinas. A Baixa Pombalina, sobretudo as praças do Comércio, o novo Rocio e a, posteriormente nominada, Pedro IV, abria-se em cunha para o cimo da colina central de Lisboa, onde, de fato, surgiram bairros novos, com ordenação dirigida pelos princípios iluministas de cidade, estabelecidos em grade, com ruas largas, separação do trânsito de pedestres e veículos de tração animal, etc. Imagens do autor, Lisboa, 2012.*



*Imagens do autor, Lisboa, 2012.*



*Ruas estreitas e becos que, no século XVIII, interligavam a colina central da cidade de Lisboa – hoje a Baixa Pombalina – com os bairros altos, de um lado e de outro: de um lado o Alto e o Chiado, de outro, Mouraria, Castelo, Alfama. A reformulação desse setor central, durante as obras pombalinas, criou uma série de interrupções, cortes, bloqueios os quais criam um limite, divisa, entre a área reconstruída e as áreas com pouca ou nenhuma intervenção do Restado pós Terremoto de 1755. Ao ladear a Baixa Pombalina evidencia-se essa “fronteira urbana”, entre a cidade “moderna” e a cidade “antiga”. Entre os espaços que seriam ocupados pelo Estado e pelos setores mais importantes da economia e os bairros antigos, deixados a própria sorte. Imagens do autor, Lisboa, 2012.*

Assim, se parece ser bastante claro que o ambiente da ilustração havia penetrado nos círculos de políticos e pensadores do Império Português, que, como veremos, esses indivíduos transitavam não só em Portugal, mas nas várias possessões do império, é compreensível, e lógico, que também na ordenação urbana, na criação das cidades e suas ampliações, as Luzes se fizessem sentir. Contudo, não apenas por conta das contradições (aparentes ou reais), das limitações materiais, mas, sobretudo, por opção, objetivo, o Estado, seus representantes (e, por consequência, os princípios da Ilustração) iluminaram as cidades, mas nem todas e nem de modo total e amplo. As Luzes e a aplicação de seus princípios foram processos seletivos, que atenderam, sobretudo, aos interesses do Estado português e dos grupos de maior influência econômica e



intelectual, no mais das vezes por haver, mesmo, uma sobreposição ou entrelaçamento entre os mesmos.

## **São Paulo na viragem do século XVIII ao XIX, ou Novo mundo, novas cidades.**

Dez anos após o gigantesco terremoto de Lisboa, Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, o 4º. Morgado de Mateus, era nomeado Capitão General da recém-restaurada Capitania de São Paulo, em 1765.

Enquanto os núcleos de colonização do nordeste e mesmo do Rio de Janeiro se atinham quase tão somente ao litoral, com homens realizando expedições pontuais aos seus sertões<sup>172</sup> ou ainda com ocupações bastante frágeis se comparadas às cidades litorâneas (como é o caso dos sertões de Pernambuco ocupados pela pecuária extensiva de gado vacum), os colonos da vila de São Paulo de Piratininga e seus associados<sup>173</sup> haviam se projetado para o interior do território.

Nesse processo chegaram a regiões muito distante do núcleo original da vila, nos territórios que hoje compõem os estados do Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, sem contar as incursões pontuais ainda mais distantes.

---

<sup>172</sup> ABREU, João Capistrano de, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abre/Livraria Briguiet, 1930. 1ª. Ed. 1899.

<sup>173</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Caminhos e fronteiras*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Esse avanço sobre o território sul-americano e, sobretudo, a multiplicação das atividades econômicas dos paulistas (a extração de ouro nas Minas Gerais e Goiás, o comércio entre regiões, etc.)<sup>174</sup>.

Devido a questões complexas que fogem ao escopo deste trabalho<sup>175</sup>, a capitania foi extinta em 1748, criando severos problemas para a região toda, mas, mais especificamente, para a cidade de São Paulo. Quase duas décadas depois, em 1765, a mudança de rumos no governo metropolitano determinava sua restauração<sup>176</sup>.

Depois de dezessete anos de extinção a cidade de São Paulo, bem como as vilas da antiga capitania, reuniam uma série de problemas, entre eles uma severa estagnação demográfica (como veremos adiante). Da mesma forma a organização das defesas das fronteiras contra investidas castelhanas, por uma área tão extensa e a partir do Rio de Janeiro (tornado sede do governo geral em 1763), se mostrara impraticável. Além disso, Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, nas instruções que recebera do governo metropolitano, refletindo as diretrizes gerais do Marques de Pombal para a administração da e na América Portuguesa, o Morgado de Mateus deveria organizar as defesas da capitania de modo que um cordão de contenção às incursões castelhanas fosse feito, protegendo as áreas de mineração, da mesma

---

<sup>174</sup> MEDICCI, Ana Paula, *Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*, tese apresentada para obtenção do título de doutor, São Paulo: FFLCH/USP, 2010. BLAJ, Ilana, *A trama das tensões: o progresso de mercantilização da São Paulo colonial, 1681-1721*, São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2002. BORREGO, Maria Aparecida de Menezes, *A Teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*, tese de doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 2006.

<sup>175</sup> Sobre as questões que envolvem a extinção e recriação da capitania de São Paulo, em 1748 e 1765 respectivamente, ver os excelentes trabalhos de MEDICCI, Ana Paula, *Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*, tese apresentada para obtenção do título de doutor, São Paulo: FFLCH/USP, 2010. BLAJ, Ilana, *A trama das tensões: o progresso de mercantilização da São Paulo colonial, 1681-1721*, São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2002. BORREGO, Maria Aparecida de Menezes, *A Teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*, tese de doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 2006. DERNTL, Maria Fernanda, *Método e arte: urbanização e formação territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811*, São Paulo: Alameda, 2013. Além do trabalho pioneiro de BELLOTTO, Heloísa Liberalli, *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*, São Paulo: São Paulo: Alameda, 2007.

<sup>176</sup> BELLOTTO, Heloísa Liberalli, op. cit.

forma o Capitão General deveria armar convenientemente a costa a fim de evitar surpresas vindas do mar. Nas instruções posteriores recebidas por D. Luiz Antonio seriam acrescentadas diretrizes para o povoamento da capitania, bem como seu fomento econômico, a reorganização dos aldeamentos, o estímulo ao povoamento e a melhoria da administração<sup>177</sup>.

Mas, antes de passarmos nossos olhos sobre o estado da Capitania e, especificamente da vila de São Paulo, na ocasião da chegada do Morgado de Mateus é de algum interesse, e esclarecimento, uma breve incursão sobre esta segunda metade do século XVIII, sobretudo no que tange às vilas e cidades.

Isto que chamamos de “cidade” em verdade acolhe sob seu nome uma gama de fenômenos e instituições muito diversos, diferindo de tempo para tempo, de região para região. Charles R. Boxer insistiu no fato de que as duas instituições que possibilitarem, e mesmo sustentaram, o império colonial português lhe dando alguma uniformidade foram as Santas Casas de Misericórdia e as Câmaras Municipais, ambas ligadas a uma jurisdição “citadina”<sup>178</sup>. Sugestão não irrelevante se imaginarmos que isso implica em um processo colonizador assentado em instituições urbanas, ainda que a história da América Portuguesa tenha sido interpretada freqüentemente como a do espaço rural e das atividades agrícolas<sup>179</sup>. Então qual seria a relação entre estes universos, o rural e o urbano? Ou existiriam mesmo dois universos distintos?

A nomenclatura historicamente constituída – *ville, cites, urbs, bourgue* – não dava conta deste novo ser social, que outrora se originara de alguma destas categorias, mas que, naquele instante, pouco a eles se assemelhava.

---

BELLOTTO, Heloísa Liberalli, *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*, São Paulo: São Paulo: Alameda, 2007. pp. 68 a 83. DERNTL, Maria Fernanda, *Método e arte: urbanização e formação territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811*, São Paulo: Alameda, 2013.

<sup>178</sup> BOXER, Charles R., *O império marítimo português, 1415-1825*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 286 a 308.

<sup>179</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997. PRADO JR., Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*, São Paulo: Publifolha, 2000. FREYRE, Gilberto de Melo, *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, 50ª.ed, São Paulo: Global, 2005.

Curiosamente, mas não inexplicavelmente, as duas margens do Atlântico estavam envolvidas num processo análogo, embora na margem de cá, talvez por nossos núcleos urbanos não possuírem suas origens atreladas a entidades tão distintas e anciãs, a discussão sobre o estatuto da “cidade” era muito menos premente, bem como, talvez, a intensidade a velocidade do mesmo.

Ainda assim, mesmo sem uma grande teorização do problema, a América Portuguesa participava daquilo que Richard Morse chamou de “*fase centrípeta do desenvolvimento urbano*”<sup>180</sup> ou mesmo ao que Gilberto Freyre interpretou como ambiente “(d)a *decadência do patriarcado rural e ascensão do urbano*”<sup>181</sup>

Para o caso francês Daniel Roche defende que:

*“Fatores múltiplos contribuem para essa atração: a economia, que, fora dos tempos de crise, acena com empregos numerosos, salários elevados, recursos diversos, gerados por um setor terciário no qual os serviços já são motores; a sociedade, que oferece um espaço de liberdade e uma capacidade de promoção desconhecidos na aldeia; a cultura, que com suas luzes fascina tanto os jovens provincianos embasbacados quanto os estrangeiros ricos e bem relacionados. Acima de tudo, a ação da urbanidade se pode exercer apoiando-se nas oportunidades oferecidas, na diversidade das situações, na integração por vias múltiplas –*

---

<sup>180</sup> MORSE, Richard M., *Formação histórica de São Paulo, de comunidade à metrópole*, São Paulo: Difel, 1970. pg. 15.

<sup>181</sup> FREYRE, Gilberto, *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*, 14<sup>o</sup>.ed, São Paulo: Global, 2003. *Ordem e Progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semi-patriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república*, 6<sup>o</sup>. Ed, São Paulo: Global, 2004.

*a família, o casamento, as solidariedades regionais, os meios econômicos, a inteligência.*"<sup>182</sup>

Mas, certamente, tratamos de universos distintos, sobretudo na relação entre São Paulo, recém-elevada à cidade no século XVIII, e as grandes cidades europeias (tratadas por Roche). Contudo, se se trata de universos distintos isto não implica que sejam incomunicáveis. O certo é que o século XVIII vê, de modo geral, um momento singular para a história das cidades e, especificamente, para as cidades da América Portuguesa, momento este que é parte de um processo que reverte lenta, mas progressivamente a feição rural e agrária de suas sociedades.

A comparação de alguns dados da capitania, depois província, de São Paulo e de sua cidade capital em dois momentos balizadores pode dar ideia do resultado, embora o processo ainda seja alvo de conhecimento e interpretação.

O primeiro, como se sugere, é justamente aquele da restauração da capitania, em 1765, o segundo, por conveniência das informações, o ano dos dados publicados em *São Paulo em 1836* do Marechal Daniel Pedro Müller<sup>183</sup>.

Na chegada do Morgado de Mateus a São Paulo, toda capitania contava com aproximadamente 60.000 habitantes. Uma cidade - São Paulo - 18 vilas, 9 aldeias, 38 freguesias e mais umas tantas almas dispersas pelo território<sup>184</sup>. Mesmo considerando uma distribuição desigual entre estas unidades de povoamento há que se reconhecer que o número de população é relativamente pequeno. Richard Morse, sem indicar a origem da informação, diz que a cidade

---

<sup>182</sup> ROCHE, Daniel, *O Povo de Paris, ensaio sobre a cultura popular no século XVIII*, São Paulo: Edusp, 2004. pg. 13.

<sup>183</sup> MÜLLER, Daniel P., *São Paulo em 1836, ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo*, São Paulo: Secção de obras d'O Estado de São Paulo, 1923.

<sup>184</sup> BELLOTTO, Heloísa Liberalli, *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*, São Paulo: São Paulo: Alameda, 2007. pg. 87.

de São Paulo “em 1765 não passava de 6 a 7000 habitantes, incluindo escravos”<sup>185</sup>.

Maria Luiza Marcílio, trabalhando – aí sim, sobre dados de recenseamentos realizados a pedido de sucessivos governadores da capitania de São Paulo – chega aos seguintes números: em 1766, 1516 moradores (sem contabilizar menores de 7 anos e escravos), em 1772, 1734 indivíduos, em 1776 2026, distribuídos em 534 fogos.<sup>186</sup>

Graças aos estudos desenvolvidos nos últimos anos, também temos uma visão cada vez mais clara do desenvolvimento da economia paulista, e sua crescente complexificação no século XVIII à virada para o XIX, mesmo durante o tempo da extinção da autonomia administrativa<sup>187</sup>. Essa complexificação não se estabeleceu somente pelo desdobramento das atividades econômicas dos paulistas, pela extensão de suas redes de negócios, mas, também, pelo aumento das tensões, das disputas, pela intensificação do jogo político e das relações envolvendo administração colonial e grupos econômicos, como identificaram Ana Paula Medicci, Maria Aparecida Borrego, Ilana Blaj e Renato de Mattos<sup>188</sup>.

---

<sup>185</sup> MORSE, Richard M., *Formação histórica de São Paulo, de comunidade à metrópole*, São Paulo: Difel, 1970. pg. 36.

<sup>186</sup> MARCÍLIO, Maria Luíza, A população de São Paulo ao longo dos 450 anos da cidade, in: PORTA, Paula (org.), *História da cidade de São Paulo: a cidade colonial 1554-1822*, São Paulo: Paz e Terra, 2004.

<sup>187</sup> MEDICCI, Ana Paula, *Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*, tese apresentada para obtenção do título de doutor, São Paulo: FFLCH/USP, 2010. BLAJ, Ilana, *A trama das tensões: o progresso de mercantilização da São Paulo colonial, 1681-1721*, São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2002. BORREGO, Maria Aparecida de Menezes, *A Teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*, tese de doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 2006.

<sup>188</sup> MEDICCI, Ana Paula, *Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*, tese apresentada para obtenção do título de doutor, São Paulo: FFLCH/USP, 2010. BLAJ, Ilana, *A trama das tensões: o progresso de mercantilização da São Paulo colonial, 1681-1721*, São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2002. BORREGO, Maria Aparecida de Menezes, *A Teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*, tese de doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 2006. MATTOS, Renato de, *Política e negócios em São Paulo: da abertura dos portos à Independência (1808-1822)*, tese apresentada para a obtenção do título de doutor, São Paulo: FFLCH/USP, 2015.

Sobre a crescente complexificação da economia paulista no decorrer do século XVIII, e seus desdobramentos na demografia da capitania (e cidade) de São Paulo, Renato de Mattos escreveu:

*Mais recentemente, Maria Aparecida Borrego demonstrou que, na primeira metade do século XVIII, o comércio praticado na cidade de São Paulo atraiu um considerável número de comerciantes reinóis interessados em participar dos circuitos comerciais que interligavam a capitania à demais regiões da América Portuguesa. [...]*

*Por fim, cumpre assinalar as contribuições de Francisco Vidal Luna e Herbert Klein acerca dos aspectos demográficos e econômicos de São Paulo entre os anos de 1750 e 1850. Segundo os autores, além do desenvolvimento da cultura canavieira e da introdução do café na segunda metade do século XVIII, a produção e a comercialização dos gêneros alimentícios, expandiu-se graças ao acréscimo da demanda das regiões próximas à capitania, revelando, portanto, a efetiva integração de São Paulo nas redes de abastecimento da colônia.<sup>189</sup>*

Em suma, o aumento da complexificação e o desenvolvimento da economia paulista no decorrer do século XVIII, bem como a evolução demográfica, haveriam de redundar em transformações nas cidades, sobretudo na capital.

No que tange às cidades, o Morgado de Mateus recebeu instruções metropolitanas para uma série de medidas visando “urbanizar” a capitania de São Paulo. Heloísa L. Bellotto lembra que esta política de “urbanização” significava essencialmente uma consolidação e fortalecimento dos núcleos

---

<sup>189</sup> MATTOS, Renato de, *Política e negócios em São Paulo: da abertura dos portos à Independência (1808-1822)*, tese apresentada para a obtenção do título de doutor, São Paulo: FFLCH/USP, 2015. Pgs. 35 e 36.

urbanos e não uma multiplicação destes<sup>190</sup>. Para Sérgio Buarque de Holanda, a restauração da capitania de São Paulo, com a posse do Morgado de Mateus, inaugura o segundo grande movimento de urbanização na região<sup>191</sup>, dando início à fase “centrípeta” das cidades. Tanto as instruções vindas de Portugal quanto as ações do capitão general são claras e conhecidas: proibição de ocupações distantes dos núcleos urbanos, exigência de comunicação para qualquer deslocamento definitivo de pessoas pela capitania, a autorização aos tropeiros e bandeirantes que varriam os sertões para aprisionamento de indivíduos solitários e suspeitos que cruzassem pelos caminhos<sup>192</sup>.

A cidade de São Paulo saltara para 21.933 indivíduos distribuídos por 4.068 fogos, em 10 freguesias. Destas freguesias a mais populosa era a da Sé com 5.668 pessoas, seguida da de Santa Efigênia com outras 3.064 almas<sup>193</sup>. Dados relevantes, se as informações do Marechal Müller forem verossímeis ou estão próximas disso então cada núcleo familiar era composto, em média, por 5,4 indivíduos. As duas freguesias mais populosas, Sé e Santa Efigênia, teriam então 1050 e 567 fogos respectivamente. O que faz absoluto sentido considerando que a primeira das freguesias tomava a área do triângulo histórico, portanto a de ocupação mais antiga e densa, e a segunda cobria justamente a área de avanço da malha urbana a partir da década de 1800 e, em seguida, com as ações de fomento à ocupação dadas por Toledo Rendon.

Ou seja, se a primeira área – da Sé – era a freguesia mais populosa da cidade isso se explica por ser a parcela de ocupação mais antiga e a qual, até o avanço para além do vale do Anhangabaú, mantivera-se muito concisa e sem avanços contíguos significativos. A segunda área, da freguesia de Santa Efigênia, envolvia os terrenos abertos e loteados no começo do século XIX por iniciativa da câmara e executado por José Arouche de Toledo Rendon; faz sentido, assim,

---

<sup>190</sup> BELLOTTO, Heloísa Liberalli, *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*, São Paulo: São Paulo: São Paulo: Alameda, 2007. pg. 171 e seguintes.

<sup>191</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque, “Movimentos da população em São Paulo no século XVII”, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 1:55-111, São Paulo: 1966.

<sup>192</sup> BELLOTTO, Heloísa Liberalli, *op. cit.* pg. 176 e seguintes.

<sup>193</sup> *Idem.*



que Santa Ifigênia tenha recebido um aporte populacional significativo, tanto de deslocados de outras freguesias da cidade (provavelmente mais intensamente da Sé) quanto de pessoas que chegavam a cidade. A definição do perfil dos moradores da freguesia de Santa Ifigênia dependeria de outra ordem de pesquisa, com outras séries documentais, entretanto a sugestão de que a área, e o loteamento, tenham crescido significativamente graças aos sucessos mercantis no decorrer do século XVIII, e identificados nos trabalhos de Maria Aparecida Borrego, Ana Paula Medici e Renato de Mattos<sup>194</sup>, parece bastante pertinente. A expansão do núcleo urbano da cidade de São Paulo, na virada do século XVIII para o XIX, ganha lógica e sentido, deixando de ser vista como uma ação privada sem qualquer respaldo ou planejamento. No mesmo sentido, mostraria – uma vez mais – a íntima ligação entre os interesses da administração da cidade e os interesses dos grupos mercantis. Em suma: se não temos – de pronto – os dados necessários para identificar o perfil da população que ocupou, nas primeiras décadas do século XIX, a área de expansão urbana da cidade de São Paulo, parece claro que esta se valeu da evolução mercantil da praça. Também podemos dizer que – nesse caso específico, de São Paulo – a materialidade da cidade e a evolução das atividades mercantis compuseram, se influenciando mutuamente, o progresso da região<sup>195</sup>.

## O sítio urbano de São Paulo

---

<sup>194</sup> MEDICCI, Ana Paula, *Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*, tese apresentada para obtenção do título de doutor, São Paulo: FFLCH/USP, 2010. BORREGO, Maria Aparecida de Menezes, *A Teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*, tese de doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 2006. MATTOS, Renato de, *Política e negócios em São Paulo: da abertura dos portos à Independência (1808-1822)*, tese apresentada para a obtenção do título de doutor, São Paulo: FFLCH/USP, 2015.

<sup>195</sup> BORREGO, Maria Aparecida. Laços familiares e aspectos materiais da dinâmica mercantil na cidade de São Paulo (séculos XVIII e XIX). *Anais do Museu Paulista*, vol. 18, n. 1, 2010, p. 11-41. GLEZER, Raquel. *Chão de terra e outros estudos*. São Paulo, Alameda, 2007.

Em São Paulo as primeiras ordenações surgem ainda durante o período da União Ibérica. Durante o governo de D. Francisco de Sousa (Governador Geral do Brasil entre 1591 e 1602 e, posteriormente, da repartição do Sul entre 1609 e 1611) insistiu-se no estabelecimento de padrões urbanísticos mínimos (que se contabilize o fato de que sua comitiva era composta pelo engenheiro militar italiano, porém formado em Lisboa, Baccio da Filicaia e de Alessandro Massaï, o que lhe oferecia um suporte técnico – nesta época - privilegiado)<sup>196</sup>.

Contudo, é no século XVIII que focamos nossa atenção e, tal como observamos, é nele que as maiores e mais significativas transformações ocorreram.

Tratando sobre a chegada do Morgado de Mateus em São Paulo e suas diretrizes iniciais a respeito da urbanização da capitania e da expansão dos núcleos urbanos, Maria Fernanda Derntl – divergindo sensivelmente da percepção de Heloisa Bellotto - escreveu:

*“Logo ao chegar à capitania, o governador Morgado de Mateus criticou a ‘decadência’ dos aldeamentos e observou que os índios ‘estão vivendo em cabanitas de palha pelos matos vizinhos e somente em duas ou três aldeias existem em pé algumas poucas casas e todas as mais desjeitas’. Este quadro foi atribuído à impossibilidade dos índios se manterem naquelas comunidades diante da sucessiva ocupação de suas terras agrícolas por colonos. Já em dezembro de 1766 mostrou-se a intenção de reedificar os aldeamentos de Pinheiros e São Miguel, planejando-se convertê-los depois em vilas. Esperava-se transformar os demais aldeamentos em freguesias, o que se considerava ainda mais urgente nos núcleos antes pertencentes aos jesuítas. Para fazer das comunidades de índios aldeados elementos ativos da política*

---

<sup>196</sup> CAMPOS, Candido Malta, A cidade na colina: o sítio histórico de São Paulo, in: LOBO, Manuel Leal da Costa e SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo, *Urbanismo de colina, uma tradição luso-brasileira*, São Paulo: Universi”dade Presbiteriana Mackenzie, IST Press, 2012. Pgs. 142-143.

*de urbanização, julgou-se necessário rever a questão de suas terras.”<sup>197</sup>*

Apesar de Derntl tratar, neste excerto, especificamente sobre os aldeamentos e sobre – mais uma – mudança na política colonial para os indígenas, o fato é que a urbanização estava no topo das preocupações do Morgado de Mateus e, mais do que isso, um modo, uma forma, um sentido de urbanização. Em outros termos, não se tratava apenas de melhorar e reorganizar os aldeamentos existentes, mas de coloca-los dentro de uma lógica de ocupação do espaço, de “função”, e esse conjunto todo de ideias, sentidos, direções, com o objetivo de servir ao Estado.

Como escreveu Fernando Novais, a Ilustração no universo lusitano (ou seja, tanto em Portugal quanto no Brasil e, importante, em uma relação de reciprocidade de experiências, de trânsito de ideias) tinha um objetivo claro e maior de conseguir retirar o Império da sua constante situação de atraso ou defasagem e, pragmaticamente, empregar o saber para a geração de riqueza e multiplicação das fontes dela<sup>198</sup>.

Vimos, no primeiro capítulo deste trabalho, o repertório de tradições, o ambiente e o contexto nos quais se deu a ocupação de São Paulo de Piratininga pelos europeus (primeiro os jesuítas e, depois, os colonos). Mas vale, aqui, retomar as condições do que se consolidou como sítio urbano original de São Paulo, inclusive por nos servir de contraponto com o que se estabelecera para além do Vale do Anhangabaú, a chamada Cidade Nova.

Sem possuir elevação tão significativa quanto os sítios de Coimbra, Lisboa, Granada, Toledo e inúmeras outras cidades que observamos, São Paulo toma não a elevação maior (pois há o espigão que divide as águas dos rios Tietê e Pinheiros, a qual – hoje – é tomada pela Avenida Paulista), mas aquela mais

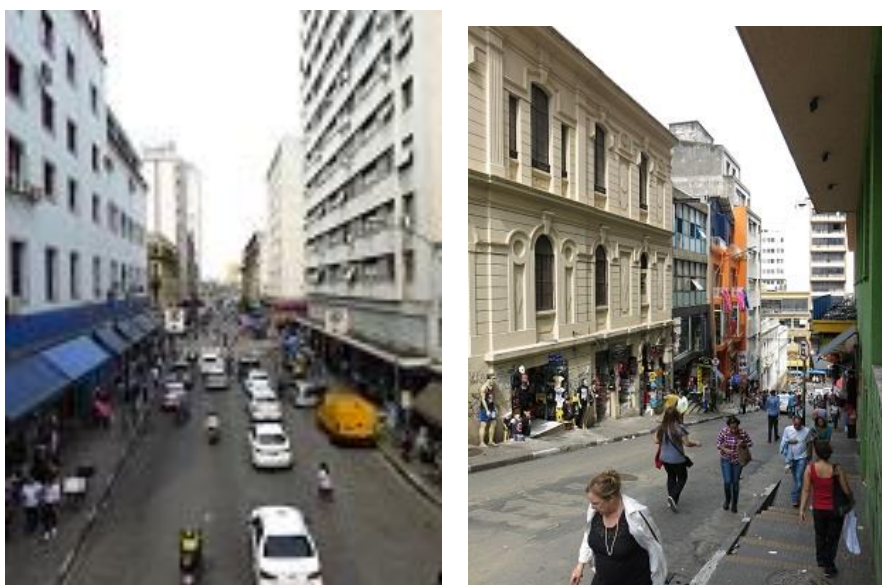
---

<sup>197</sup> DERNTL, Maria Fernanda, *Método e arte: urbanização e transformação territorial na capitania de São Paulo 1765-1811*, São Paulo: Alameda, 2013. Pgs. 88 e 89.

<sup>198</sup> NOVAIS, Fernando Antonio, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, São Paulo: Hucitec, 1995. PP. 223-226.

assemelhada em condições aos princípios de ocupação de espaço ancestrais. Disponibilidade de água, boa proteção e controle da paisagem circundante, vias de acesso ancestrais, reservas importantes de matéria prima construtiva (os grandes depósitos de argila no terraço fluvial do Tamandateí e do Anhangabaú).

De um lado a vila se valeu da colina (às vezes barranca) que ia dar na várzea do Tamandateí. Nesse espaço, durante muito tempo, a várzea se manteve pouco alterada e as chuvas regiam a ocupação e o aproveitamento da região. Anualmente, no período das chuvas, a várzea era quase que completamente tomada pelas águas que saltavam do leito sinuoso do Tamandateí. Essa região passou a ser ocupada mais significativamente no século XVIII e, mais rapidamente, no XIX, quando a ideia de retificação do leito do rio (para aproveitamento da área) tomou forma. Na planta de 1810 já está delineado o primeiro projeto de retificação do Tamandateí, sinalizado no desenho por um tracejado que corta as chamadas “sete voltas”, onde hoje está implantado o Parque D. Pedro II e a região das ruas 25 de Março e da Cantareira.



*A rua Florêncio de Abreu (antiga rua Alegre, a qual ligava a vila de São Paulo de Piratininga aos campos da Luz, onde, no século XVIII, passou a existir o Convento de frei Galvão, uma excepcionalidade em tempos pombalinos) e a ladeira da Constituição. Esse setor no sítio antigo de São Paulo marca a intersecção entre a elevação e a várzea do Tamandateí. Percebe-se o desnível até a várzea, ainda que menos significativo do que o de outras cidades. Fotos do autor, São Paulo, 2015.*

É importante notar que – novamente no diálogo entre tradição e criação – a experiência da São Paulo antiga, em relação às experiências ibéricas, teve de lidar com uma variante nova: o regime de chuvas e, conseqüentemente, dos rios do planalto. Mesmo o planalto de Piratininga possuindo um clima mais frio e constantemente úmido (o que lhe valeu elogios constantes de estrangeiros no decorrer do século XIX, como Saint-Hilaire<sup>199</sup>, Mawe<sup>200</sup> e Kidder<sup>201</sup>), o período das chuvas – extremamente intensas – provocava inundações regulares das várzeas, motivo pelo qual os nativos jamais ocuparam essas áreas. Os rios de Portugal e Espanha são regidos pela natureza temperada de seus climas, com uma regularidade maior e sem eventos significativos e regulares de inundações.

A manutenção das várzeas se prolongou por tempo significativo, apesar de, nas imagens de Militão Augusto de Azevedo, em meados do século XIX, as margens do Anhangabaú já estarem vastamente ocupada<sup>202</sup>.



*Paredão do Piques em 1862, na ladeira da Memória, atual Rua Xavier de Toledo. Percebe-se que as construções seguem em direção ao fundo do vale do Anhangabaú, ponto de onde Militão produziu a imagem. AZEVEDO, Militão Augusto de, Album comparativo da cidade de São Paulo (1862-1887), São Paulo: Município de São Paulo, 1981.*

---

<sup>199</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem à província de São Paulo*, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1976.

<sup>200</sup> MAWE, John, *Viagens ao interior do Brasil*, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1978.

<sup>201</sup> KIDDER, Daniel P., *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1980.

<sup>202</sup> AZEVEDO, Militão Augusto de, *Album comparativo da cidade de São Paulo (1862-1887)*, São Paulo: Município de São Paulo, 1981.

Podemos ver nisso uma mudança processada no decorrer dos primeiros séculos de São Paulo, na medida em que o crescimento da cidade (e as mentalidades que o norteavam) se distanciaram da tradição nativa, obviamente com intervenções cada vez mais incisivas na paisagem para tornar as condicionantes naturais passíveis de controle e disciplinamento (ao menos na pretensão).

Podemos dizer que a Ilustração acentuou esse processo à medida que era um de seus pressupostos que o conhecimento e a ciência levam a um domínio maior do mundo natural e permitem a submissão deste a serviço do homem.

O vale do ribeirão Anhangabaú representava a outra face da elevação; atualmente é extremamente difícil visualizar esse desenho da cidade, sua topografia original, não somente pelos séculos de intervenção na paisagem (com imensos deslocamentos de terra, cortes, retificações, aterros, etc.), mas pelo impressionante volume de construções que interferiram na paisagem e que buscaram alterar os declives, estabelecendo artificiais planuras.

Ambos os lados do vale do Anhangabaú são ocupados por construções gigantescas, incrustadas no antigo barranco que ligava – de um lado – o Largo de São Bento, a região de São Francisco e de outro o paredão do Piques à várzea do ribeirão.



*Vale do Anhangabaú, limite da cidade antiga por séculos. O ribeirão, hoje canalizado, era ladeado por dois barrancos. Atualmente as construções praticamente impossibilitam a visualização de seu desenho original. Fotos do autor, São Paulo, 2015.*



*Construções incrustadas no antigo barranco buscam implantar a planitude no terreno acidentado. Apesar disso, em pequenos trechos, como uma ladeira ou no paredão que encerra os fundos do Mosteiro de São Bento, ainda se insinua a antiga topografia. Fotos do Autor, São Paulo, 2015.*



*Região do Anhangabaú próxima a antiga barranca do Largo de São Francisco. Entre a aglomeração de prédios ainda restam algumas ruas que nos ajudam a recompor o traçado e a topografia originais, como a rua do Ouvidor. Imagens do autor, São Paulo, 2015.*



*Vale do Anhangabaú após a construção do boulevard. Com isso a área, densamente ocupada, abriu um espaço que somente em tempos de colônia havia. Contudo, a construção dos espigões nas duas colinas/barrancos do vale formou uma paisagem de “corredor”. A direita se vê o edifício que substituiu o palacete da Baronesa de Itu. Imagens do autor, São Paulo, 2015.*



*Ainda no Anhangabaú se vê a suave colina que se ergue próximo a região do Largo de São Bento em direção à “Cidade Nova”. No topo do aclive se vê a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, transferida da São Paulo antiga para a nova. Imagem do autor, São Paulo, 2015.*





*Vista da elevação da São Paulo antiga (extremamente comprometida pelas construções). Entretanto é visível a sua posição elevada e, em consequência, o domínio que exerce da paisagem. Em seguida outra tomada das colinas que ligam a Cidade Nova a antiga várzea do Anhangabaú. Imagens do autor, São Paulo, 2015.*

Essa sequência de colinas e barrancos, hoje já em grande medida alterados ou desaparecidos sob as construções, garantia a São Paulo o controle da paisagem e, em boa medida, o diálogo com a longa história do estabelecimento das cidades no mundo mediterrâneo e, especificamente, e Portugal.

Apesar da expansão da cidade através de núcleos dispersos a beira das estradas e caminhos, e mesmo da ocupação de algumas áreas para além dos rios (como Pinheiros, que se desenvolveu em função do aldeamento jesuítico e que, por isso, se localizava para além do espigão que separa os rios Tietê e Tamandateí), o fato é que São Paulo se manteve mais ou menos concentrada em seu sítio histórico primeiro por conta da segurança e, depois de pacificado o planalto de Piratininga, pelas limitações demográficas, as quais estudou em profundidade Maria Luiza Marcílio, sobre a qual já tratamos.

## **A cidade antiga**

No chamado “Triângulo Histórico” da cidade de São Paulo (a área compreendida entre o Pátio do Colégio, o Carmo e São Bento, embora, sem dúvida, devêssemos adicionar o Largo de São Francisco nesse desenho, no mínimo) vamos encontrar uma forma de ocupação de espaço cujos procedimentos estavam (e ainda estão) alinhados com o repertório de tradições urbanísticas de Portugal.

É claro que a cidade, como vimos constantemente, são estruturas em constante transformação e, portanto, impossíveis de serem captadas num único quadro ou reduzidas a uma só definição. São Paulo não se fez em um único momento e mesmo o traçado da cidade antiga passou por ampliações, adições, supressões. Em linhas gerais se mantém muito fiel ao que era no século XVII, mas algumas intervenções – que hoje compõem o triângulo histórico – são adições bem mais recentes. A rua Nova de São José, hoje Líbero Badaró, e a rua da Boa Vista são dois exemplos bastante significativos, pois delineiam a cidade antiga. A rua Nova de São José faz a linha da cidade onde o plano desabava mais acentadamente rumo a várzea do Anhangabaú. Nessa rua se localizavam inúmeras residências cujos quintais desciam pela encosta em busca do rio<sup>203</sup>. A rua da Boa Vista, por sua vez, liga diretamente o Pátio do Colégio ao Largo de São Bento e salta sobre a antiga rua das Casinhas (hoje General Carneiro) a qual implicava em um pequeno vale que descia do topo da elevação da cidade para a várzea do Carmo. As duas ruas marcam o traçado em V que aponta como a proa de um navio na região entre rios.

---

<sup>203</sup> BRUNO, Ernani da Silva, *História e tradições da cidade de São Paulo*, 3 vol., Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.



*Rua Nova de São José, hoje Líbero Badaró, adição ao traçado original da cidade, mas que delinea o chamado triângulo histórico. Segue o princípio lusitano de aproveitar as curvas de nível para o estabelecimento do arruamento. Em seguida o traçado do centro antigo da cidade. Imagens do autor, São Paulo, 2015.*

As demais ruas, travessas e becos, que estruturam a cidade antiga mantêm as características das cidades portuguesas seculares: ruas delineadas buscando o aproveitamento da topografia, marcada mais por curvas – algumas vezes labirínticas -, mas, apesar disso com seus desenhos buscando as declividades de modo a facilitar a limpeza da cidade e evitar o acúmulo de água.



*Arruamento da Cidade Nova. Imagens do Autor, São Paulo, 2015.*



*Arruamento da Cidade Nova. Imagens do Autor, São Paulo, 2015.*



*O traçado original da cidade, com ruas estreitas e marcadas pelo acompanhamento das curvas de nível. Nota-se a leve inclinação, sempre, em direção às várzeas, método de escoamento de água e limpeza natural da cidade. Imagens do autor, São Paulo, 2015.*

Na área do Pátio do Colégio, ao lado da Rua das Casinhas (ou General Carneiro) percebe-se com mais clareza a importância da elevação onde a cidade está implantada em relação à paisagem do entorno. Do topo da ladeira – ou dos fundos do Pátio do Colégio – se vê a várzea do Carmo (do Tamanduateí) e, ao longe, toda a região do Brás e Belém, sem qualquer outra elevação de monta. Apesar das construções ainda é clara a posição que a cidade ocupava em relação ao entorno.

O pontilhão que salta por sobre a rua das Casinhas e que compõe a rua da Boa Vista é uma das três intervenções urbanas que, em períodos distintos, vão construindo a percepção de uma cidade mais plana e de um continuum entre o núcleo histórico e a Cidade Nova (na região da atual Praça da República). Todas as três, a rua Boa Vista e os viadutos do Chá e Santa Efigênia, buscam o mesmo objetivo: evitar que os transeuntes tenham de descer e subir as colinas e barrancos que ancestralmente desenhavam a topografia do local.

Mais uma vez notamos a mudança de lógica no decorrer dos séculos: o que, originalmente, era uma vantagem defensiva passa a ser um obstáculo a ser vencido e, possivelmente, suprimido da cidade.



*Do lado direito vemos o pátio do Colégio, plano ocupado originalmente pelos nativos e, depois, pelos europeus. Do lado esquerdo a Rua das Casinhas ou General Carneiro. O contraponto entre as duas demonstra a elevação do núcleo histórico da cidade e uma das vias de acesso a várzea do Carmo. Imagens do autor, São Paulo, 2015.*



*Rua General Carneiro, antes Rua das Casinhas, era o local de concentração do comércio de secos e molhados da cidade de São Paulo. A rua fica praticamente paralela a Ladeira Porto Geral, onde eram desembarcadas as mercadorias que vinham de áreas produtivas às margens do Tamanduateí (sobretudo da fazenda da Ordem de São Bento localizada onde hoje é a cidade de São Caetano do Sul). As duas ruas, de declive acentuado, ligavam o topo da elevação, onde estão o Largo de São Bento e o Pátio do Colégio, à várzea do Carmo. Hoje, completamente urbanizada, a região dificulta a percepção da vasta área alagadiça que existia até o século XIX. Imagens do autor, São Paulo, 2015.*



*Avenida São João, longa ladeira que se estende ligando os dois lados do vale do Anhangabaú. Deste lado o desnível entre a elevação do terreno onde está localizado o núcleo original da cidade de São Paulo e a várzea é menos significativo do que do lado oposto, na várzea do Tamanduateí. Imagens do autor, São Paulo, 2015.*

Na viragem do século XVIII para o XIX a cidade de São Paulo irá transpor os limites que havia mantido durante séculos – e que compõem a cidade “antiga”. Como vimos a evolução econômica da capitania – e ainda mais, da cidade – de São Paulo animou as transformações urbanas, mas, tão presente quanto a ação dos grupos mercantis, e em associação com a administração colonial, havia um ambiente de ideias e princípios de origem ilustrada. Bem como no caso de Lisboa, interesses mercantis, associação dos grupos econômicos com a administração colonial e Ilustração foram componentes de um todo, de uma época. Fomentando e compondo de modo decisivo esse processo estava a expansão das redes de negociantes, administradores, pensadores e, também, a circulação de ideias.

### **São Paulo no concerto lusitano: a expansão da cidade e a circulação das ideias.**

A questão da Ilustração no universo do império lusitano é indissociável da questão da circulação de pessoas, livros e ideias. Se a circulação – como vimos, inclusive, no caso dos jesuítas e seu estabelecimento nas Américas – era uma realidade desde as primeiras décadas da colonização, é indiscutível que ela acelerou no século XVIII, e isso se deve em grande medida à ilustração e as reformas pombalinas.

A nomeação de homens de sua estreita confiança e profunda comunhão de pensamento – no que diz respeito ao reformismo ilustrado – foi uma das



marcas do consulado pombalino<sup>204</sup>. Mas se Pombal estava imbuído de princípios da Ilustração, e baseou parte substancial de seu governo neles, não é menos verdade que a difusão da Ilustração no império português também deve parte de sua força ao valido de D. José.

Não apenas os homens que nomeou para os cargos administrativos eram ilustrados (novamente, dentro dos limites, idiossincrasias e da diversidade entre indivíduos que isso implica) como houve o estabelecimento de um ambiente de estímulo à Ilustração, sobretudo no aspecto pragmático que isso comportava: conhecer mais para explorar melhor<sup>205</sup>.

Seja por afinidade real, seja para facilitar a aproximação e a inserção no ambiente da administração colonial e seus negócios (talvez, ainda, por ambas as coisas, posto que não são excludentes), o século XVIII viu uma expansão singular da produção de conhecimentos, tanto em Portugal quanto nas possessões. São inúmeros os títulos produzidos nesse período dedicados ao conhecimento e organização de campos específicos do saber, mas com desdobramentos práticos<sup>206</sup>. É o período em que Alexandre Rodrigues Ferreira é enviado para realizar o mais extenso mapeamento da Amazônia até então empreendido. Sua tarefa, pautada pelo inventário de cidades, povos, atividades produtivas e extrativas, recursos naturais, hábitos, leva longos sete anos e

---

<sup>204</sup> MAXWELL, Kenneth, *Marquês de Pombal: o paradoxo do iluminismo*, São Paulo: Paz e Terra, 1996.

<sup>205</sup> MAXWELL, Kennet, *op. Cit.* MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José, na sombra de Pombal*, Lisboa: Temas e Debates, 2008.

<sup>206</sup> NOVAIS, Fernando A., *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, São Paulo: Hucitec, 1995. MEDICCI, Ana Paula, *Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*, tese apresentada para obtenção do título de doutor, São Paulo: FFLCH/USP, 2010.

resulta na obra *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*<sup>207</sup>. Mesmo José Arouche de Toledo Rendon escreveu uma *Memória sobre a plantação, cultura e fabrico do chá*<sup>208</sup> e outra sobre os aldeamentos em São Paulo<sup>209</sup>.

Em São Paulo não foi diverso. Ao redor dos governadores, desde o Morgado de Mateus, circulavam homens que, além de envolvidos com diversos negócios na capitania e fora dela, produziam textos dedicados à consolidação de saberes de áreas específicas e sua aplicação. Isso nos distancia da ideia de uma cidade sem luzes, de gente de mentalidade estreita, periférica.

Sobre a origem e o perfil da riqueza desses homens escreveu Ana Paula Medici:

*“Já se sabe que na São Paulo colonial de então havia forças econômicas expressivas, capazes de competir por contratos e em redes comerciais locais. A simpatia dos membros da câmara e dos grupos de poder local radicados na praça de Santos e em Serra Acima era importante para que o general Lorena contasse com os*

---

<sup>207</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues, *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*, Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Cultura, 1971.

<sup>208</sup> RENDON, José Arouche de Toledo, *Memória sobre a plantação, cultura e fabrico do chá*, São Paulo: Typ. Liberal, 1851.

<sup>209</sup> RENDON, José Arouche de Toledo, *Memória sobre as aldeias de índios da província de São Paulo, segundo as observações feitas no ano de 1798*”, Rio de Janeiro: Revista do IHGB, 4, 1842, pp. 295-317.

*benefícios que essas alianças poderiam lhe render localmente; todavia, as alianças estabelecidas na Corte Lisboeta também eram fundamentais para o desenvolvimento de sua carreira na administração imperial. Sendo assim, não foi por acaso que o homem responsável por cuidar da casa e dos negócios de Bernardo José de Lorena no reino, Jacinto Fernandes Bandeira, tenha sido chamado a investir na capitania de São Paulo justamente nesse momento.”<sup>210</sup>*

Tanto se demonstra a proximidade desses homens, já estabelecidos e com significativo poder econômico, com o governo da capitania como fica clara as redes de trocas, negócios, influências, envolvendo a metrópole e a colônia. Essa relação, entre os grupos econômicos e administração colonial, sempre se manteve conflituosa, posto que a disputa entre diversas redes implicava em vantagens e desvantagens. Sobre essa dimensão das relações sociais e, especificamente, sua dinâmica em São Paulo em tempos do governador Bernardo Lorena, Medicci explica:

*“Para esta última autora (Laura de Mello e Souza), o exercício do mando durante o período colonial, especialmente no século XVIII,*

---

<sup>210</sup> MEDICCI, Ana Paula, *Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*, tese apresentada para obtenção do título de doutor, São Paulo: FFLCH/USP, 2010. Pg. 118.

*caracterizou-se por um movimento 'pendular', que ora tendia a centralização, ora a autonomia. Desta perspectiva, é possível compreender a ação do general Lorena que, ao mesmo tempo em que levou a cabo obras de infraestrutura que favoreceu grupos de produtores e negociantes radicados no planalto paulista e em Santos, acabou alijando parte dos grupos de poder locais envolvidos em redes de comércio interno e no sistema de arrematação das rendas reais ao promover o ingresso de grupos sediados em Lisboa nesse negócio e beneficiar aqueles negociantes radicados em São Paulo que contavam com comissários estabelecidos na praça de Lisboa.”<sup>211</sup>*

De passagem duas outras dimensões, as quais já discutimos, são retomadas no texto da autora: a questão da centralização X autonomia da administração colonial no período pombalino e a circulação de pessoas e ideias no âmbito do império lusitano (para restringirmos apenas ao caso específico).

Essa circulação, e as redes formadas em seu contexto, não favorecia apenas os negócios de um lado e de outro do Atlântico, também ideias, instituições, obras literárias exerciam influência. Como vimos esse processo não era de sentido único, nem previsível. Os desdobramentos eram infinitos e de mapeamento extremamente complexo.

---

<sup>211</sup> MEDICCI, Ana Paula, *Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*, tese apresentada para obtenção do título de doutor, São Paulo: FFLCH/USP, 2010. Pgs. 119 e 120.

Estudando a economia e a política paulistas entre o final do século XVIII e começo do XIX, sobretudo através das movimentações portuárias da capitania, Renato de Mattos identificou a estreita ligação entre os grupos econômicos de São Paulo e os de Portugal, sobretudo os do Porto e de Lisboa. Conclui Mattos:

*Depois da cidade do Porto, Lisboa surge nos registros da alfândega como o principal comprador das mercadorias embarcadas em Santos adquirindo 28% dos valores totais (Tabela 8). Entre os produtos exportados pelo porto paulista, figuravam os mesmos gêneros destinados ao Porto, particularmente açúcar, banha, couros e aguardente de cana. No sentido inverso, a praça lisboeta respondia por 22% dos valores importados do ultramar em Santos (Tabela 7). Dentre os produtos vindos daquele porto, predominavam peças de seda e chita, chapéus finos, sapatos, vidrarias, azeitona, manteiga, bacalhau, queijos e sal.<sup>212</sup>*

As movimentações mapeadas por Mattos indicam uma intensa e vasta rede envolvendo as principais cidades portuguesas, São Paulo e, ainda, a Inglaterra. Certamente não eram apenas mercadorias que iam e vinham nesse cenário de trocas e de redes de comerciantes que se espalhavam em diversas cidades.

---

<sup>212</sup> MATTOS, Renato de, *Política e negócios em São Paulo: da abertura dos portos à Independência (1808-1822)*, tese apresentada para a obtenção do título de doutor, São Paulo: FFLCH/USP, 2015. Pg. 230.

Mas, no que tange as nossas preocupações, é importante notar duas questões fundamentais explicitadas na obra de Ana Paula Medicci<sup>213</sup>, Ilana Blaj<sup>214</sup> e Maria Aparecida Borrego<sup>215</sup>: em primeiro lugar, embora sejam entes de naturezas distintas, com suas existências autônomas, suas dinâmicas próprias, etc, a administração do Império português e os grupos mercantis se entrelaçam, confundem (ou comungam às vezes), se amparam em diversos momentos. Assim, as ações dos grupos econômicos nas cidades não são feitas de modo descolado da administração colonial, não se trata apenas de “iniciativa privada”; eles – os grupos econômicos – estão atuando em consonância com a administração do Império. De outro lado, e – parece – de modo ainda mais intenso no consulado pombalino, a administração vê os grupos econômicos como ferramenta e meio de efetivar ações diversas, sobretudo aquelas que envolvem grandes investimentos (e grandes lucros). A reconstrução da Baixa no consulado pombalino é, para o caso lisboeta, um exemplo forte do direcionamento das ações do governo para fomentar as ações mercantis e destaca-las no espaço da cidade (também como traço de modernidade).

Em suma, as ações “privadas” não possuem a autonomia que entendemos hoje, ainda mais em um período onde a atuação depende visceralmente de concessões e autorizações do Estado.

---

<sup>213</sup> MEDICCI, Ana Paula, op. cit.

<sup>214</sup> BLAJ, Ilana, *A trama das tensões: o progresso de mercantilização da São Paulo colonial, 1681-1721*, São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2002.

<sup>215</sup> BORREGO, Maria Aparecida de Menezes, *A Teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*, tese de doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 2006.

A segunda questão é o alinhamento de ideias e objetivos entre os agentes coloniais e o governo metropolitano. Com maior ou menor centralização, com maior ou menor autonomia, o fato é que os administradores coloniais deviam estar alinhados com as diretrizes metropolitanas. Heloisa Liberalli Bellotto<sup>216</sup> e Maria Fernanda Derntl<sup>217</sup> demonstraram a afinação das políticas do Morgado de Mateus com as diretrizes de Pombal, apesar da constante necessidade de adaptação diante do cenário colonial.

Nesse sentido é compreensível que a aproximação dos homens de negócio com a administração do Império fosse facilitada pelo alinhamento de ideias, pela adesão a um programa mais amplo de valores, objetivos, visão de mundo. Não se trata apenas de uma estratégia política de aproximação, mas da construção de laços de confiança e de exequibilidade das políticas; é infinitamente mais complexa a execução de uma política com indivíduos que não comungam do mesmo conjunto de valores.

Um dos homens de negócio mais proeminentes de São Paulo entre o último quartel do século XVIII e começo do XIX foi José Arouche de Toledo Rendon. Durante o governo de Bernardo José de Lorena, Arouche lhe dedicou – conforme identificado por Ana Paula Medicci – uma “oração problemática”, um discurso em homenagem às qualidades e ações do governador:

---

<sup>216</sup> BELLOTTO, Heloísa Liberalli, *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo*, São Paulo: São Paulo: São Paulo: Alameda, 2007.

<sup>217</sup> DERNTL, Maria Fernanda, *Método e arte: urbanização e formação territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811*, São Paulo: Alameda, 2013.

*“Vede, Senhor, eu vos mostro; vede a polícia desta cidade, as suas calçadas; vede o reparo das ruínas; refleti na obra de primeira necessidade, e elevada obra do chafariz; olhai como está aberta a porta do comércio, a estrada de Santos, obra que, julgando-se sempre superior as nossas forças, foi em breve tempo concluída sem despesa nossa. (...) Vede a agricultura, base fundamental desta capitania, vede o comércio que anima e que faz a riqueza do nosso país. Dois anos há, com pouca diferença, que os frutos do nosso país escassamente chegavam para a nossa subsistência. Quando o nosso benfeitor se propôs a fazer carregar o primeiro navio todos cremos que ou não sairia à luz este comércio ou nos faltariam os necessários gêneros; mas que vemos hoje, Senhores? Eu vejo que, cheia de abundância a minha pátria, dos restos temos um grosso comércio, com evidente utilidade nossa. Extinguiu-se a inércia, cresceu a lavoura, animou-se o comércio, aumentaram-se as exportações dos gêneros e tudo gira com a mais bela ordem.”<sup>218</sup>*

No texto de Rendon são louvadas as ações de Lorena para o desenvolvimento da produção, do comércio, para a melhoria da capitania, mas, principalmente, da cidade de São Paulo e sua ligação com Santos (eixo onde operava um dos grupos mercantis mais importantes de São Paulo). Mas, além

---

<sup>218</sup> José Arouche de Toledo Rendon, *“Oração problemática. Problema: a um governador resulta mais glória em ser aluno de Marte ou de Minerva?”*, pg.59, apud: MEDICCI, Ana Paula, *Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*, tese apresentada para obtenção do título de doutor, São Paulo: FFLCH/USP, 2010. Pg. 111.



da relação entre as ações da administração colonial e o interesse dos grupos mercantis, e ação desses grupos em consonância com o Estado, Rendon rendia homenagens aos princípios que norteavam e estruturavam o pensamento e ação de Lorena. Medici esclarece:

*“Todos os autores dos elogios a Bernardo José de Lorena louvaram sua ascendência nobre, seu zelo pelas tropas paulistas e, principalmente, a utilidade das obras que empreendeu na capital e no caminho para Santos, pois conforme disse Salvador Nardi de Vasconcelos ‘...de voto não sou eu o primeiro,/ Que promover o aumento da cidade / É mais que desfazer o mundo inteiro.’ Rendon comungava da mesma opinião, expressa nas duas obras que escreveu na Academia do Senado, uma ‘Canção’ e a ‘Oração’ que abriu este capítulo. Nesta última, porém, ao contrário de seu colega José Vaz de Carvalho, Rendon preferiu atribuir ao general as virtudes de Minerva, pois para ele ‘...não pode luzir o guerreiro sem o farol das ciências’, prova disso seriam as obras recentemente empreendidas pelo general, tais como o aquartelamento da Legião de Voluntários Reais, a casa da Câmara e a Cadeia, o chafariz e a calçada pavimentada entre a capital e a vila de Santos, todas frutos da sabedoria de ‘um homem de superior instrução’.”<sup>219</sup>*

---

<sup>219</sup> MEDICCI, Ana Paula, *Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*, tese apresentada para obtenção do título de doutor, São Paulo: FFLCH/USP, 2010. Pg. 113.

Ilustração, administração do Império, ação dos grupos econômicos, transformação das cidades, dimensões que, embora possuidoras de especificidades, se entrelaçam e não podem explicar isoladamente as ações e processos ocorridos, no nosso caso, entre o século XVIII e XIX. Não se pode reduzir a reconstrução da Baixa de Lisboa a uma “ação de Estado”, nem se pode alegar que a expansão da cidade de São Paulo entre o final do XVIII e começo do XIX são “ações de loteamento de grupos privados”. Em ambos os casos a realidade é muito mais complexa.

### **A cidade nova**

As inúmeras obras executadas no decorrer dos séculos, sobretudo entre o XVIII e o início do XX, descaracterizaram profundamente a paisagem da cidade de São Paulo e seu entorno. Mais do que isso, as construções praticamente encobriram e dificultam a visualização da topografia da cidade (como já vimos). Talvez por isso acabemos por tomar o entorno do centro antigo da cidade como áreas bastante utilizáveis e sempre que lembramos do quanto as várzeas do Tamanduateí e do Anhangabaú significavam barreiras naturais para o acesso ao núcleo da vila de São Paulo resta um quê de descrédito.

Retificados e canalizados os rios, aterradas as várzeas, suprimidos os acidentes topográficos mais agrestes, suavizadas e calçadas as colinas e ladeiras, realmente a transposição dos dois cursos d’água parece tarefa trivial.

Ocorre que isso é, atualmente, possível graças a séculos de investimento em obras públicas (e mesmo privadas)<sup>220</sup>.

Um dos fatores decisivos para a viabilização da transposição do Anhangabaú foi a melhoria das pontes que saltavam sobre o riacho. A evolução delas, que culminou com os novos viadutos do Chá e de Santa Ifigênia, criaram artificialmente um plano inexistente nos séculos iniciais da cidade. Assim, a São Paulo antiga pode se conectar às áreas além Anhangabaú de modo mais eficiente e orgânico.

Essas constantes melhorias permitiram, e, ao mesmo tempo, foram demandadas pelos projetos de ocupação sistemática da região do Largo dos Curros (hoje Praça da República). Sobre essa expansão da cidade para além do vale do Anhangabaú, escreveu Nestor Goulart Reis:

*“No mesmo ano, de 1806, em que se iniciavam as obras da Ponte do Carmo, realizou-se um importante projeto de loteamento oficial; a Câmara de São Paulo encarregou o marechal Arouche de Toledo Rendon de urbanizar as áreas laterais à rua São João, que ficavam para além da Chácara do Chá. Essa área foi chamada de Cidade Nova. Arouche, indicado para realizar os arruamentos, era proprietário de uma chácara vizinha, valorizada pelas obras. Naquele setor foram deixados dois espaços abertos: o do então Largo dos Curros (atual Praça da República) e mais adiante o que é hoje o Largo do Arouche, cujo nome homenageia o ‘administrador da Cidade Nova’. As ruas que cortavam a área na direção norte-sul (Ipiranga e Vitória) tinham continuidade no lado norte, no que seria*

---

<sup>220</sup> REIS, Nestor Goulart, *Dois séculos de projeto no Estado de São Paulo: grandes obras e urbanização, Volume 1 1800-1889*, São Paulo: Imprensa Oficial/Edusp, 2010

*um dos pontos de formação do Bairro de Santa Ifigênia. Pela Rua de São João, pelo Largo dos Curros e o Largo do Arouche, tinha-se acesso à estrada para Campinas, que passava pelo que era então a Chácara das Palmeiras, em direção oeste.*

*Estas não foram as únicas iniciativas desse lado da cidade. Em 1809 o mesmo engenheiro Daniel Pedro Müller reconstruiu a ponte sobre o Anhangabaú, no início da Rua de São João. [...]*

*Outra saída valorizada naqueles tempos era a chamada Estrada de Sorocaba, cujas obras mais importantes foram realizadas também por Daniel Pedro Müller. Em 1807 já havia sido calçada a Ladeira do Ouvidor, que permitia acesso direto à Ladeira do Piques, onde tinha início o caminho para o sudoeste.”<sup>221</sup>*

Encontramos novamente José Arouche de Toledo Rendon envolvido em ações que entrelaçavam interesses públicos e privados. Note-se que, apesar de ser obra “oficial” ela é tocada por um agente de fora da administração pública, o que, novamente, esclarece a dinâmica das ações. Também chama a atenção a série de obras empreendidas quase que simultaneamente e que, essencialmente, melhoram ou viabilizam o trânsito entre as duas elevações (a da São Paulo antiga e a da Cidade Nova, a qual se instala na longa encosta que culmina com o espigão da atual Avenida Paulista e que, vencido, desce rumo ao antigo aldeamento de Pinheiros).

A própria denominação “Cidade Nova” carrega uma série de significados, todos eles afinados com as expectativas e princípios urbanísticos

---

<sup>221</sup> REIS, Nestor Goulart, *Dois séculos de projeto no Estado de São Paulo: grandes obras e urbanização, Volume 1 1800-1889*, São Paulo: Imprensa Oficial/Edusp, 2010. Pg. 33.

desenvolvidos ao longo do século XVIII. A cidade é “nova” pois se opõe a “antiga” em tempo, mas também é “nova” por se diferenciar na forma e na dinâmica pretendida.

Não se trata da imposição de uma retícula, mas de uma série de princípios que vão se estabelecendo passo a passo e que a diferenciam substancialmente da cidade antiga.

Abrem-se, como escreve Nestor Goulart, duas praças (a do Arouche e a dos Curros), coisa que, no núcleo original não existe de modo enfático no período (a Praça da Sé, tal como a conhecemos, é obra de meados do século XX, assim como a Clóvis Bevilácqua). No “triângulo histórico” o que há são diversos largos - estrutura de origem ancestral - impostos em boa medida pela existência das igrejas (a do Pátio do Colégio, São Bento, São Francisco, o largo da Forca, atual Praça da Liberdade, imposto em boa medida pelo conjunto forca + Igreja de Santa Cruz dos Enforcados, etc.).

Na Cidade Nova o centro é demarcado pelo largo dos Curros (touradas), estrutura de divertimento popular, e não por um templo. Ou seja, a Igreja não consegue se impor, e os responsáveis pela obra tampouco se sentem compelidos a isso (as igrejas da “Cidade Nova”, Santa Ifigênia e Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, serão implantadas bem depois).

As ruas abertas são mais largas e alinham-se com as passagens para o “triângulo histórico” de um lado e, do outro, com as saídas da cidade. Esse plano, inclusive, permite o surgimento de outros bairros planejados nas décadas seguintes, como Higienópolis e Campos Elíseos, áreas contíguas ao loteamento oficial.

Apesar de, como vimos, a salubridade ser já uma preocupação ancestral das cidades lusitanas, na Cidade Nova esses princípios não apenas são pautados no conhecimento da Ilustração, como serão levados a prática com maior rigor.

Durante a estadia do pastor estadunidense Daniel P. Kidder, em meados do século XIX, ele esteve em um jantar promovido por Rafael Tobias de Aguiar em sua casa, e da Marquesa de Santos, na Cidade Nova (a casa anterior da

Marquesa encontra-se na atual rua Roberto Simonsen, antiga Rua do Carmo, até ser seccionada pela abertura da Avenida Rangel Pestana). Kidder relata seu passeio após o jantar pelos jardins da casa, à qual ele desfia vários elogios.

A informação relevante nisso é que um dos casais mais ricos da província de São Paulo havia se transferido do absoluto centro da cidade antiga (ao lado do Pátio do Colégio) para a Cidade Nova, o que indica a atratividade que provavelmente o loteamento possuía.



*Ruas da Cidade Nova, região entre a República e os Campos Elíseos. Perceba-se a diferença entre essa parte da cidade e o triângulo histórico. Imagens do autor, São Paulo, 2015.*



*Ruas da Cidade Nova. Apesar da imensa quantidade de camelôs e carros, com algum esforço é possível visualizar a largueza das ruas, suas interligações e orientação. Imagens do autor, São Paulo, 2015.*

A imposição dessas soluções urbanísticas, não apenas a retícula, como forma de maior controle do Estado sobre o estabelecimento, ocupação e crescimento da cidade, somente foi possível por fatores análogos ao da reconstrução da Baixa de Lisboa durante o período pombalino.

Se no caso português a tragédia do terremoto havia dado aos administradores a oportunidade de construir um setor profundamente novo na cidade, no caso de São Paulo a oportunidade se colocava graças à peculiar forma de expansão que adotara. A cidade se espalhou através de núcleos um tanto isolados, interligados entre si através de uma rede de estradas e caminhos. A pouca densidade demográfica também acabou por não exigir uma expansão contígua, e permitir a acomodação nos limites do triângulo histórico. Assim, a tragédia de um lado e a pouca densidade demográfica e as especificidades da ocupação dos campos de Piratininga por outro, levaram a oportunidades semelhantes, ou seja, de estabelecer uma intervenção urbana radical (no sentido de raiz mesmo) pautada por um ideal.



Praça da República (antigo Largo dos Curros) a qual estruturou o estabelecimento dos lotes e do arruamento da Cidade Nova. Imagens do autor, 2015.



Planta da Cidade de São Paulo levantada em 1810 pelo engenheiro Rufino José Felizardo e Costa. in MEMÓRIA URBANA – A GRANDE SÃO PAULO ATÉ 1940, São Paulo: Imprensa Oficial/Emplasa/Arquivo do Estado, 2001.

Voltamos, assim, para a planta desenhada em 1810 por Rufino José Felizardo e Costa da qual podemos extrair algumas informações valiosas. As



hachuras servem na linguagem que adota (sem o emprego das curvas de nível, as quais nos dão informações topográficas) para indicar declividades. Assim, podemos observar o cercamento do “triângulo histórico” por declives vários. Especialmente a região do Anhangabaú e a que segue em direção ao córrego Saracura (hoje oculto pela Praça 14 Bis e a Avenida 9 de Julho) demonstram um terreno bastante acidentado. Ainda no Anhangabaú se percebe uma maior declividade do lado do triângulo histórico do que no lado da Cidade Nova (o que ainda hoje é visível, pelas ladeiras que descem dessa em direção ao vale serem mais suaves do que as do lado oposto).

A área do loteamento, especificamente, está colorida e com indicação de arboretos, mas, para além do loteamento, o traçado de ruas segue (em direção ao que hoje seria Vila Buarque e Higienópolis). A área do loteamento possui indicação de cercas, enquanto os demais terrenos não apresentam tal representação. Da mesma forma, enquanto as quadras do “triângulo histórico” estão preenchidas (em vermelho suave) as demais quadras estão brancas ou com a indicação de campo, árvores ou qualquer outra vegetação. Esse preenchimento indica a ocupação plena das quadras do “triângulo histórico” e, por conseguinte, o vazio das demais quadras (o que confirma a concentração populacional nos limites do triângulo ainda em 1810).

É perceptível, também, no topo da planta, o tracejado do projeto de retificação do Tamanduateí, para afastá-lo da cidade antiga e tornar aproveitável sua várzea (local conhecido, então, como as Sete Voltas). Em vermelho escuro, como vimos no início desse trabalho, estão sinalizados os edifícios religiosos, o que oferece um curioso contraponto entre a cidade antiga e a nova: enquanto numa o próprio limite da ocupação é delineado pelas igrejas, na Cidade Nova essas construções quase inexistem.



*Viaduto do Chá, ligação entre as duas cidades, a antiga e a nova. Imagens do autor, São Paulo, 2015.*

O fato é que, seja na Baixa de Lisboa ou na Cidade Nova (ou em outras intervenções, mais ou menos incisivas, na América ou na Europa), o século XVIII inaugurou uma fase de profunda reformulação das cidades e do pensamento sobre as cidades. Fase que carregou parte substancial do pensamento ilustrado e que, no século XIX, desabrochou com ainda maior força e amplitude. Se, no contexto do que defendemos até aqui, as tradições não se opõem a criação, se elas deixam traços, rugosidades (visíveis nos mais variados espaços das cidades), é importante reconhecer a dimensão inovadora desse período. Mesmo que os princípios não fossem absolutamente novos ou revolucionários, é nessa expansão das cidades, na reconstrução, ou, ainda, na criação de outras, que eles ganharão materialidade e expressão no universo luso-brasileiro. Esse movimento será muito mais embrião da cidade contemporânea do que os núcleos originais (tanto em São Paulo quanto em Lisboa, Coimbra).

São as relações buscadas, construídas, materializadas no espaço, nos arruamentos, na ação dos grupos econômicos e do Estado, nessas “cidades novas” que darão o tom da vida contemporânea. É no desdobramento dessas cidades que ainda vivemos e das quais somos culturalmente tributários.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Por que é triste o olhar do verdadeiro viajante? Como ninguém ele sabe que o mundo começou sem ele e se acabará sem o homem. Percebe que todos os mitos, estilos e linguagem são construções de sentido, sempre à beira do vazio. Sente que a sua viagem não terá propriamente um retorno, sua exploração ficará sempre inconclusa. No entanto, entre a solidão que reproduz a máquina de uma cultura herdada e a tristeza desse caos caleidoscópico do mundo que se deixa entrever, prefere a segunda condição, a de navegante solitário, fiel apenas a sua própria narrativa, senhor de suas histórias e paisagens, aquém de todo pensamento e além de toda sociedade...*

*Claude LÉVI-STRAUSS, Tristes Trópicos, São Paulo: Companhia das Letras, 2005.*

Trabalhar com a história em sua longa duração não é operação nem fácil, nem difícil, ela apenas tem peculiaridades que, a quem trabalha nos tempos mais curtos, às vezes gera juízos equivocados<sup>222</sup>.

O tempo dilatado permite que determinadas filigranas do cotidiano – que, quando observadas às lentes do tempo curto ganham dimensão e importância – sejam se não negligenciadas, postas em dimensão secundária de importância. Contudo, no tempo longo é extremamente complexo – e de difícil decisão –

---

<sup>222</sup> VOVELLE, Michel, “A longa duração”, in: LE GOFF, Jacques, *A história nova*, São Paulo: Martins Fontes, 1988. PP. 63-96.

identificar momentos de inflexão, quando as transformações se aceleram e afloram movimentos que soam súbitos ou que espocam após longa maturação.

Vovelle escreveu que os tempos da história não devem ser lançados em escaninhos temáticos (como ficou sugerido, de modo um tanto mal compreendido, na obra de Fernand Braudel), ou seja, associando o tempo longo à cultura e o tempo curto à política, por exemplo, mas isso ainda não esgota a questão. Em uma mesma questão, na perseguição de um problema, movimento, processo histórico podemos observar as ações de diversas temporalidades, acelerações, frenagens, regressões, rupturas e interrupções, retomadas. A somatória desses movimentos do tempo, das ações humanas, de caráter errático, quando observados em períodos mais curtos ficam menos evidentes, ou tem menor importância (ainda que se pudesse observá-los, mesmo que soando ao fundo, como um leitmotiv em uma ópera).

A isso poderíamos somar as questões de distância, como quer Ginzburg, ou os “jogos de escala”, bem como outras tantas complexidades que compõem o trabalho do historiador. Não é fortuito que a figura do tecelão – personificado em Penélope, esposa de Ulisses – seja imagem recorrente para descrever o ofício do historiador<sup>223</sup>.

A história das cidades e a história das ideias e mentalidades sobre as cidades se enquadram exatamente nesse campo do tempo longo, que exige – concomitantemente – a observação de momentos de aceleração, rupturas, etc.

Esse trabalho buscou identificar um modo Ibérico – mais amplo – e lusitano – mais especificamente – de edificar cidades: escolher os sítios urbanos, ocupar os espaços, hierarquizar e especificar as funcionalidades dos setores das cidades. Buscamos entender, também, quais forças e influências moldaram ao longo de séculos o modo de criar, viver e transformar as cidades lusitanas.

Nisso vimos que o proclamado multiculturalismo português remonta a passado longínquo, que precede até mesmo a existência do próprio Reino de Portugal. Elementos pré-históricos, romanos, berberes, se sobrepuseram no

---

<sup>223</sup> SCHORSKY, Carl, *Viena fin de siècle*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

decorrer do tempo, incorporando e ressignificando a cada mudança de poder, de povo, as tradições existentes.

Mesmo sem estar no Mediterrâneo – e isso foi insistentemente lembrado pela historiografia, ao justificar o pendor náutico lusitano – Portugal comungou (e comunga) de um repertório de técnicas, métodos, práticas e significações que é também tributário de uma suposta “cultura mediterrânea”. Afinal as transmissões e apropriações não se dão somente por determinações geográficas, mas por adesão, por afinidade, por adequação (que foi o caso de Portugal, ligado ao Mediterrâneo por imemoriais rotas comerciais marítimas, pelo trânsito dos povos).

Nessa chave, Portugal criou – e foi criado – por um conjunto de tradições urbanísticas que foram levadas para onde quer que o Império português se expandisse. Esse conjunto de ideias e práticas, longe de forçar um enquadramento rigoroso e insensível à diversidade dos povos e do mundo natural, serviu muito mais como uma enciclopédia de referências, as quais foram invocadas à medida da necessidade, da adequação e da adaptabilidade. Por isso a existência de um paradoxo aparente: ao mesmo tempo que há uma tradição urbanística lusitana, ela não é apenas lusitana, posto que em cada lugar do império incorporou novas práticas e essas circularam entre o Reino e suas possessões. Também é paradoxal o fato de que o caráter unívoco do urbanismo português se encontra, justamente, em sua diversidade, plasticidade, adaptabilidade, o que – muitas vezes – levou a considerações de que havia uma ausência de inteligência e determinação por detrás da constituição das cidades no Império português. O famoso capítulo “O semeador e o ladrilhador” de *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda<sup>224</sup>, embora hoje já fartamente revisto pela historiografia – deixou profundas marcas e legou uma longa tradição interpretativa nesse sentido.

---

<sup>224</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 1<sup>o</sup>. Ed. 1936.

Assim, não resta qualquer sentido em olhar para a vila – depois cidade – de São Paulo como uma excepcionalidade no concerto urbano e cultural português. Enquanto ocupação humana, constituição de uma “cidade” em seus termos mais amplos e não nos administrativos burocráticos, São Paulo de Piratininga, projeto jesuítico antes de projeto colonial, se enquadra na tradição lusitana. As divergências com outras cidades – e cada cidade é única por essência – se deve a interesses estratégicos da Companhia de Jesus, a qual via São Paulo como uma cabeça de ponte para seu projeto maior, a conquista espiritual da nação guarani no coração da América do Sul. Diga-se, de passagem, que o fato de os rios do planalto paulista correrem para o interior da América (dada a existência da muralha geológica da Serra do Mar) pouco ou nada concorreu para esse processo, sendo todo ele – de expansão da catequese e das estruturas jesuíticas – executado em terra.

Essa capilaridade de São Paulo, construída pelos indígenas séculos antes da chegada dos europeus, depois de servir aos jesuítas foi vastamente empregada pelos sertanistas paulistas. Tardamente os rios ganharam maior relevância na expansão colonial a partir de São Paulo, do final do século XVII em diante, naquilo que passamos a chamar, genericamente, de Monções.

Portanto, novamente, não cabe falar de excepcionalidade de São Paulo, ao menos no que diz respeito a sua constituição e às tradições urbanísticas que transitavam pelas mentes dos indivíduos que a criaram e continuamente a transformaram.

Dentre os elementos que, na formação e crescimento, São Paulo comungou/a com Lisboa – e outras cidades portuguesas, como Sintra, Coimbra, etc. – estão a ocupação da cabeça do morro, como modo de dominar o entorno, o emprego das curvas de nível para o estabelecimento das ruas e travessas, a extensão da cidade por colinas que encerram em rios navegáveis (o que configura antes de uma cultura “marítima” uma cultura “náutica”), um certo respeito (e não resignação ou fatalismo) às condições naturais – ainda que intervenções pontuais sejam comuns desde seus momentos mais iniciais. Por isso é um urbanismo de rios e colinas, não somente de colinas. Os rios para a constituição das cidades foram – e são – essenciais, mas a cultura lusitana levou

isso ao estado da arte, se constituindo como uma “cultura náutica”. Para cada cidade portuguesa que se pense haverá um rio importante, regularmente empregado para o transporte: Lisboa e o Tejo, Coimbra e o Mondego, Tomar e o Nabão, Porto e o Douro. Também nisso São Paulo de Piratininga se associava às tradições portuguesas; a sua íntima ligação com os rios Tietê e Tamanduateí foi vital para sua existência (ainda que, novamente, apenas tardiamente tenham sido vias de expansão colonial).

Toda essa cultura foi legada e empregada no decorrer de séculos e por onde os portugueses criassem cidades (o caso africano e o asiático compõem uma diversidade, posto que, em ambas as situações, cidades muito antigas já existiam à época da chegada dos portugueses, o que lhes impunha restrições, ainda que preferissem cidades que tivessem estruturas semelhantes às deles quando do estabelecimento de colônias e entrepostos comerciais).

Também pouco se alterou o conjunto de práticas do século XVI, na chegada dos portugueses às Américas, ao XVIII. Parte pela tradição se manter – dentro da dinâmica de transformação característica de toda cultura – a mesma em linhas gerais, parte por ser o século XVIII um momento de especial crescimento das cidades e, associado a isso, a um robustecimento do pensamento a respeito das cidades.

Por isso, o século XVIII é um século onde vários das práticas, ideias, métodos, que compunham a cultura urbanística portuguesa são ressignificados, substituídos.

O período das Luzes é um dos mais prechos de transformações, revoluções, da história. Trabalhar nele é a um só tempo fascinante e extremamente arriscado.

A constelação de novas ideias – ou de ressignificações de ideias antigas – é de tal monta que reduzi-lo a um só movimento, a uma só expressão, é – no mínimo – leviano. Discutindo esse momento existem gigantes como Cassirer<sup>225</sup>,

---

<sup>225</sup> CASSIRER, Ernst, *A filosofia do Iluminismo*, Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

Argan<sup>226</sup>, Darnton<sup>227</sup>, Todorov<sup>228</sup>, para citar aqueles que se ocuparam da época como um todo; tratando dos desdobramentos e das especificidades do iluminismo em cada país, então, é um universo de autores, entendimentos. Se ampliarmos a potência de nossas lentes e focarmos em cada figura dessa época (com protagonismos em diversas escalas, dentro e fora de seus países) a conta cresce exponencialmente.

Por isso optamos por abordar as Luzes e suas implicações em Portugal e no Brasil – bem como suas implicações no campo do pensamento sobre as cidades e o Estado – de maneira menos intensa. Uma discussão sobre o Iluminismo no Brasil, ou em Portugal, valeria uma vida de pesquisa.

Contudo, e apesar desse certo distanciamento, pudemos observar alguns movimentos que, para não generalizar, são característicos no mundo lusitano. A intensa e longa história de associação da coroa portuguesa com o catolicismo, além de outros fatores de ordem política, econômica e social, legou um reino extremamente conservador, para alguns (inclusive contemporâneos) um reino de atraso perante das demais nações europeias.

Mesmo durante o consulado pombalino o embate entre a introdução de novas ideias e o conservadorismo – comum tanto a nobreza quando à população em geral – foi uma tônica. O próprio Pombal constituía um “paradoxo” (aparente) como quis Kenneth Maxwell<sup>229</sup>.

Os inicianos controlavam, de fato, o sistema de educação do reino, controlavam a Universidade de Coimbra (onde estabeleceram precocemente sua sede), tinham seu método educacional fundamentado na escolástica, mas, se ampliarmos nosso campo de percepção, veremos que de modo algum eram refratários à ciência e ao conhecimento. Ao contrário, foram os primeiros a criar

---

<sup>226</sup> ARGAN, Giulio Carlo, *Arte moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos*, São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>227</sup> DARNTON, Robert, *O Iluminismo como negócio: história da publicação da “Enciclopédia”, 1775-1800*, São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>228</sup> TODOROV, Tzvetan, *O espírito das luzes*, São Paulo: Barcarolla, 2008.

<sup>229</sup> MAXWELL, Kenneth, *Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.



e sistematizar um modelo de catequese fundamentado no domínio das línguas nativas e na tentativa de uma transposição cultural (obviamente com o objetivo de propagar a fé católica, não devemos esquecer que estamos tratando de cruzados tardios).

Os jesuítas estabeleceram uma rede extensa de unidades catequizadoras, produtivas, de grande autonomia, como solução à dependência orgânica que as ordens religiosas tinham das coroas. A implantação de unidades de extração e produção e a construção de uma rede que possibilitava a geração de recursos financeiros (e, portanto, de maior autonomia econômica e de ação) criou as bases para a expansão impressionante da ordem. Da mesma forma, como vimos, possuíam metas muito claras e método – que foi construído no decorrer dos séculos, sem dúvida – para atingí-las.

As imensas cidades que criaram no território da nação guarani, as impressionantes missões (que hoje se espalham pelo Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia), foram edificadas com “saber e arte”, com o auxílio de padres e leigos formados nas academias europeias. Chegaram ao ponto de iniciar o domínio da metalurgia nas Missões.

Poderíamos, ainda, citar a educação musical e para o teatro religioso, bem como o exercício da retórica e da oratória (que Padre Vieira o diga). Muitas dessas ideias, algumas inovadoras, outras apenas melhoramentos, circularam não apenas entre as Américas e a Europa (ou América e Portugal, se preferimos fechar nosso espectro), mas entre os laicos e os religiosos.

O fato é que as Luzes influenciaram fortemente as transformações urbanas no século XVIII, mas – também distante, e para a infelicidade, dos que querem estabelecer dualidades, incompatibilidades – dialogaram o tempo todo com tradições, práticas, métodos, ancestrais. Não houve, nem há, essa ordem de movimento nas culturas: a substituição, a troca simples. O que vimos são sociedades, e seus administradores, tendo que optar em um mundo com recursos escassos, mas com demandas infinitas.

Os casos da reconstrução da Baixa de Lisboa, da criação de novas cidades, da expansão de São Paulo, exemplificam isso. Os princípios adotados

no século XVIII indicavam sim uma nova mentalidade, a presença mais intensa e mais próxima do Estado (uma das grandes metas do consulado pombalino e que, apesar das mudanças de governo com sua queda, mantiveram certa inércia), a aproximação com o mercado e seus agentes, a readequação das cidades para que fossem, também, cidades mercantis.

Contudo, apesar dos engenheiros, dos riscadores, da ciência aplicada às construções, das regulamentações (cada vez mais extensas e mais próximas do cidadão), a transformação dessas cidades também teve de contar com limitações físicas, financeiras, mentais, políticas. O personalismo é algo que jamais desapareceu do universo lusitano.

Mesmo assim, podemos perceber um rompimento no decorrer do século XVIII com alguns princípios que haviam norteado a tradição urbanística portuguesa há séculos. O que me parece mais digno de nota é o empenho com que se passa a transformar o espaço natural.

Sim, desde muito tempo se fazem obras que alteram cursos de rios, que cortam montes, que regularizam terrenos através de aterros e retirada de quantidades colossais de terra, que se traz água de lugares distantes, mas, até então, essas eram práticas pontuais, não compunham um conjunto de ações cujo objetivo era construir a cidade ideal a revelia do mundo natural. É essa inversão na relação com o mundo natural que penso ser o maior dos rompimentos no decorrer do século XVIII, e isso é alimentado pelo ambiente do iluminismo, pelo crescente poder do Estado e sua centralização de poder, pela aproximação entre o mercado e o Estado.

É importante notar que a similaridade de determinados procedimentos na organização, expansão, reconstrução das cidades, tanto no velho quanto no novo mundo, denunciam um significativo aumento da circulação de pessoas e ideias, e, mais do que isso, uma aceleração do tempo (processo que, diacronicamente, somente cresceu). Por isso evitamos o máximo possível o emprego de qualquer sugestão à ideia de “origem”; mesmo que fosse possível mapear os caminhos que culminaram em determinado procedimento ou prática, a questão central é: para quê?

O fundamental é visualizar que essas cidades todas, antigas e modernas, reconstruídas ou recém-nascidas, compartilham de um imenso repertório de ferramentas, preceitos, métodos, que foram sendo acumulados desde os primeiros assentamentos, há milhares de anos. Que, como fenômenos complexos, plenos de vida, caleidoscópico em seus cotidianos, as cidades são irreduzíveis à meia dúzia de conceitos ou definições ou descrições totalizantes. Contudo, mesmo nesse cenário que sugere algo de caótico, elas cruzam seus caminhos, justamente no trânsito das ideias, das mentalidades, as quais viajam, são apropriadas, servem como fundamentos da prática, da criação do mundo, da materialidade que nos cerca e que compõe – também – as cidades.

Lisboa, Veneza, Sevilha, Londres, Sintra, São Paulo, embora cada uma tenha sua própria história, em algum – mais comumente em vários – momento seus caminhos se entrelaçam, e é nesse cruzamento de histórias que tentei operar. Entre o singular e o genérico, sem pender a um lado ou ao outro plenamente, é nessa baliza que encontramos o que podemos entender, efetivamente, como uma tradição luso-brasileira de urbanização; a qual possui especificidades, e cada cidade – ainda – as suas, mas que compartilha de uma série de preceitos, de princípios.

Essa tradição da qual tratamos sofre um choque no século XVIII? Sim, diante de tantas transformações (forçadas, como um terremoto, ou opcionais, como a forma de se reconstruir e o quê reconstruir em uma cidade), de novos arranjos políticos, sociais. Mas, por mais profundas que sejam as mudanças e a avalanche de novas ideias, a tradição se esvai? Desaparece? Penso que no caso das cidades a resposta é negativa, pois há o componente histórico das cidades que jamais poderia ser reduzido a zero, apagado. Portanto, por mais que Lisboa receba uma Baixa completamente reformulada, que abre a cidade para o futuro e que indica um caminho diverso de ocupação do espaço (o qual se materializou nos bairros novos, colinas acima), isso não apaga a existência do Castelo, da Mouraria, da Alfama, do Alto, Chiado, Madre de Deus. Por mais que Coimbra construísse uma cidade nova para além do Mondego, por mais que as estruturas da antiga universidade tenham sido reformuladas para dar vida a uma nova casa de saberes, com novos objetivos e métodos, Santa Cruz permaneceu ali, bem como os panos da antiga muralha, as portas da medina.

São Paulo, que pretendeu construir uma “cidade nova” na viragem do XVIII para o XIX, mesmo pondo abaixo antigas igrejas, quarteirões inteiros (os quais deram espaço para a nova Sé e a praça Clóvis Bevilacqua), não eliminou o traçado das ruas, não desalojou o Pátio do Colégio, nem o Carmo, nem São Bento ou São Francisco. Como escreveu Ítalo Calvino:

*“A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.”<sup>230</sup>*

A tradição se mantém, ainda que como um ruído ao fundo, o qual tantas vezes ignoramos, justamente por ser contínuo, por lhe atribuirmos uma segunda natureza. Tradição que, como cultura, encerra em si a dinâmica de guardar a identidade, ser reconhecível pelo seu passado/trajetória, mas aberta ao futuro, ávida de trocas e incorporações, viva em suma.

---

<sup>230</sup> CALVINO, Ítalo, *As cidades invisíveis*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Pgs. 14 e 15.

## DOCUMENTOS IMPRESSOS

**AGRIPPINATE**, Georgio Braunio, *Vrbium praecipuarum mvndi theatrvm qvintum*, Alemanha, 1593.

**ALINCOURT**, Luiz D`, *Memória sobre a viagem do porto de Santos a cidade de Cuiabá*, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1975.

**BEYER**, Gustavo, *Viagem a São Paulo no verão de 1813*, Campinas: Puccamp, 1992.

**CARDIM**, Pe. Fernão, *Tratados da terra e gente do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

**CARVALHO**, Francisco Augusto Martins de, *Portas e Arcos de Coimbra*, Coimbra: Biblioteca Municipal de Coimbra , 1942.

**CASAL**, Manuel Aires do, *Corografia brasilica ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil*, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1976.

**CHARLEVOIX**, François Pierre, *Histoire du Paraguay*, Madrid: Victoriano Suarez, 1912. 1º.ed 1756.

**CHICHORRO**, Manoel da Cunha de Azevedo Coutinho Souza, *Informação sobre os limites da província de São Paulo*, Rio de Janeiro: Universal, 1846.

**CLETO**, Marcelino Pereira, *Dissertação a respeito da capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la*, Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1900. 1º. Ed. 1782.

**D'OLIVEIRA**, Brigadeiro José Joaquim Machado, *Obras escolhidas*, 2º. Ed, São Paulo: Typ. Brasil de Carlos Gerke & Cia, 1897.

---

\_\_\_\_\_, *Geographia da província de São Paulo*, São Paulo: J. R. de Azevedo Marques, 1862.

---

\_\_\_\_\_, *Quadro histórico da província de São Paulo ate o anno de 1822*, Sao Paulo: Gerke, 1897.

**D'ORBIGNY**, Alcide Dessalines, *Viagem pitoresca através do Brasil*, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1976.

**DUARTE DE ARMAS**, *Livro das Fortalezas*, Fac-simile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Edições Inapa, 1990.

**ESCHWEGE**, Von, *Pluto Brasiliensis*, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1979.

**FERREIRA**, Alexandre Rodrigues, *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*, Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Cultura, 1971.

**FLORENCE**, Hercules, *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas 1825-1829*, São Paulo: Melhoramentos, 1941.

**KIDDER**, Daniel P., *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1980.

\_\_\_\_\_, *O Brasil e os brasileiros: esboço histórico e descritivo*, São Paulo: Nacional, 1941.

**LANDSEER**, Charles, *Landseer*, São Paulo: Fotolito e impressão em ofsete por Lanzara, 1972.

**LEITE**, Serafim S. I. (org.), *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, 3 vol., São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

**MADRE DE DEUS**, Frei Gaspar da, *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*, São Paulo: Livraria Martins, 1953. 1<sup>o</sup>. Ed 1797.

**MARTIUS**, Carl Friedrich Von e **SPIX**, Johan Baptist Von, *Viagem pelo Brasil*, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1981.

**MAWE**, John, *Viagens ao interior do Brasil*, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1978.

\_\_\_\_\_, *The mineralogy of Derbyshire with a description of the most interesting mines in the north of England, in Scotland, and in Wales : and an analysis of Mr. Williams's work, intitled "The mineral kingdom" : subjoined is a glossary of the terms and phrases used by miners in Derbyshire*, London: W. Phillips, 1802.

**MULLER**, Daniel Pedro, *Ensaio de um quadro estatístico da província de São Paulo, ordenado pelas leis provinciais de 11/04/1836 e 10/03/1837*, São Paulo: O Estado de São Paulo, 1923.

**NASCIMENTO**, Aires, *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, Lisboa: Vega, 2001.

**PINK**, Edmund, *São Paulo de Edmund Pink*, São Paulo: DBA/Bovespa, 2000.

**RENDON**, José Arouche de Toledo, *Memória sobre as aldeias de índios da província de São Paulo, segundo as observações feitas no ano de 1798*”, Rio de Janeiro: Revista do IHGB, 4, 1842, pp. 295-317.

\_\_\_\_\_, *Memória sobre a plantação, cultura e fabrico do chá*, São Paulo: Typ. Liberal, 1851.

**ROTEIROS E NOTÍCIAS DE SÃO PAULO COLONIAL**, São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1977.

**RUGENDAS**, Johan Moritz, *Viagem pitoresca através do Brasil*, São Paulo: Martins, 1940.

**SAINT-HILAIRE**, Auguste de, *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Geraes e a São Paulo 1822*, São Paulo: Nacional, 1932.

\_\_\_\_\_, *Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico de São Paulo*, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1974.

\_\_\_\_\_, *Viagem à província de São Paulo*, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1976.

**SAMPAIO**, Teodoro, *São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos*, Petrópolis: Vozes, 1978.

**TAQUES**, Pedro, *Nobiliarquia paulistana, Histórica e Genealógica*, 5º. Ed, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980.

\_\_\_\_\_, *História da capitania de São Vicente*, São Paulo: Melhoramentos, s/n.

\_\_\_\_\_, *Informação sobre as Minas de São Paulo e A expulsão dos Jesuítas do Collegio de São Paulo*, São Paulo: Melhoramentos, s/n.

\_\_\_\_\_, *Informações sobre as minas de São Paulo; A expulsão dos jesuítas do Colégio de São Paulo*. Org. Afonso d'Escragnoille Taunay, São Paulo: Melhoramentos, 1980.

**TSCHUDI**, João José Von, *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, São Paulo: Martins, 1976.

**VILHENA**, Luís dos Santos, *Recopilação de noticias da Capitania de S. Paolo: dividida em duas partes e acompanhada de duas plantas geographicas interessantes e pouco vulgares para servir na parte que convier de elementos para a historia brasíllica*, Bahia: Imprensa Official do Estado, 1935.



## **CARTOGRAFIA**

***Carta geral que compreende os planos das principais barras da costa de Portugal a qual se refere a carta da mesma costa reduzida***, Marino Miguel Franzini, 1811. Departamento de território de Portugal/Instituto Geográfico do Exército, IGeoE, Portugal.

***Carta topográfica de Lisboa e seus suburbios***, Duarte José Fava, 1809. Departamento de território de Portugal/Instituto Geográfico do Exército, IGeoE, Portugal.

***Carta topográfica de Lisboa e seus suburbios compreendendo em sua maior extensão desde o convento dos Religiosos Barbadinhos athe a Bateria do Bom Sucesso e na maior largura desde o Terreiro do Paço athe o Campo Pequeno levantada no anno de 1807 debaixo da direcção do Capp. Engenheiro Duarte José Fava***, Duarte José Fava, 1807. Departamento de território de Portugal/Instituto Geográfico do Exército, IGeoE, Portugal.

***Carte chorographique des environs de Lisbonne***, Charles Picquet, 1821. Departamento de território de Portugal/Instituto Geográfico do Exército, IGeoE, Portugal.

***Plan du port de Lisbonne et des costs voisines***, M. Bellin, 1756. Departamento de território de Portugal/Instituto Geográfico do Exército, IGeoE, Portugal.

***Planta da cidade de Coimbra***, Emiliano da Expectação Baptista, 1845. Departamento de território de Portugal/Instituto Geográfico do Exército, IGeoE, Portugal.

***Planta da cidade de Lisboa***, João Nunes Tinoco, 1650. Departamento de território de Portugal/Instituto Geográfico do Exército, IGeoE, Portugal.

***Planta da cidade de Lisboa***, J. J. F. de Souza, 1835. Departamento de território de Portugal/Instituto Geográfico do Exército, IGeoE, Portugal.

***Planta topográfica da cidade de Lisboa***, Eugenio dos Santos e Carvalho e Carlos Mardel, terceiro quartel do séc. XVIII. Departamento de território de Portugal/Instituto Geográfico do Exército, IGeoE, Portugal.

***Planta da Cidade de São Paulo levantada em 1810 pelo engenheiro Rufino José Felizardo e Costa***. In: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo. *São Paulo antigo*, 1954. Coleção IV Centenário, Acervo Biblioteca Mário de Andrade.

***Carta da Capital de São Paulo de 1842 executada por José Jacques da Costa Ourique***. In: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo. *São Paulo antigo*, 1954. Coleção IV Centenário, Acervo Biblioteca Mário de Andrade.

## **ICONOGRAFIA**

**AZEVEDO**, Militão Augusto de, *Album comparativo da cidade de São Paulo (1862-1887)*, São Paulo: Município de São Paulo, 1981

**Fotografias de Lisboa, Portugal**, acervo pessoal do autor, 2009 e 2013.

**Fotografias de Londres, Inglaterra**, acervo pessoal do autor, 2013.

**Fotografias de Veneza, Itália**, acervo pessoal do autor, 2012.

**Fotografias dos Sete Povos das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil**, acervo pessoal do autor, 2009.

**Fotografias de São Paulo, Brasil**, acervo pessoal do autor, 2007, 2009 e 2015.

**Fotografias de Sevilha, Espanha**, acervo pessoal do autor, 2014.

**Fotografias de Granada, Espanha**, acervo pessoal do autor, 2014.

**Fotografias de Toledo, Espanha**, acervo pessoal do autor, 2014.

**Fotografias de Assis, Itália**, acervo pessoal do autor, 2012.

**Fotografias de Nova Iorque, EUA**, acervo pessoal do autor, 2013 e 2014.

**Fotografias de Coimbra, Portugal**, acervo pessoal do autor, 2009 e 2013.

**Fotografias de Conímbriga, Coimbra, Portugal**, acervo pessoal do autor, 2009 e 2013.

**Fotografias de Tomar, Portugal**, acervo pessoal do autor, 2009 e 2013.

**Fotografias de Corniglia, Vernaza, Porto Venere, Itália**, acervo pessoal do autor, 2012.

**Fotografias dos Pueblos Blancos, Espanha**, acervo pessoal do autor, 2014.

**Imagens de satélite de São Paulo disponibilizadas pelo Google Earth e trabalhadas pelo autor**, 2010.

**MAGALOTTI**, Lorenzo, 1637-1712, *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669) / edição e notas por Angel Sánchez Rivero e Angela Mariutti de Sánchez Rivero*, Madri: Sucesores de Rivadeneyra, [1933]. - XXVI, 347 p. + 1 pasta (3 f., 71 estampas) ; 25 cm, 51x67 cm.

**LE BAS**, Jacques Philippe, *Receuil des plus belles ruines de Lisbonne causées par le tremblement et par le feu du premier novembre 1755*, Paris: 1757.  
Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

## **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

**ABREU**, João Capistrano de, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abre/Livraria Briguiet, 1930. 1º. Ed. 1899.

\_\_\_\_\_, *Capítulos de história colonial (1500-1800)*, São Paulo: Publifolha, 2000. 1º. Ed. 1907.

**AB'SABER**, Aziz Nacib, *Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo, edição fac-similar 50 anos*, São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

**ABUD**, Kátia Maria, *Autoridade e riqueza. Contribuição para o estudo da sociedade paulista na segunda metade do século XVIII*, Dissertação de Mestrado, São Paulo: FFLCH/USP, 1978.

\_\_\_\_\_, *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o Bandeirante*, Tese de Doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 1985.

**ALARCÃO**, Jorge, "Portugal: das origens à romanização", in: **SERRÃO**, Joel e **OLIVEIRA MARQUES**, A. H. de (Dir.), *Nova História de Portugal*, Lisboa: Editorial Presença, 1986, Vol. 1.

\_\_\_\_\_, "O reordenamento territorial", in: **SERRÃO**, Joel e **OLIVEIRA MARQUES**, A. H. de (Dir.), *Nova História de Portugal*, Lisboa: Editorial Presença, 1986, Vol. 1.

\_\_\_\_\_, *Portugal Romano*, Lisboa: Editorial Verbo, 1987.

\_\_\_\_\_, "A cidade romana em Portugal: a formação de lugares centrais em Portugal, da Idade do Ferro à Romanização", in: *Cidades e História*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

\_\_\_\_\_, *Conímbriga, o chão escutado*, Lisboa: Edicarte, S/N.

**AMARAL**, Edmundo, *Rotulas e mantilhas: evocações do passado paulista*, São Paulo: Civilização Brasileira, 1932.

- ARAÚJO**, Luís, “Os muçulmanos no ocidente peninsular”, *in*: **SARAIVA**, José Hermano (Dir.), *História de Portugal*, Lisboa: Publicações Alfa, 1983, Vol. 1.
- ARAÚJO**, Maria Lucília Viveiros, *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*, São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006.
- ARAÚJO**, Renata Klautau Malcher de, *As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*, Porto: FAUP, 1998.
- ARGAN**, Giulio Carlo, *Arte moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos*, São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARMSTRONG**, Karen, *O Islã*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- ARROYO**, Leonardo, *Igrejas de São Paulo*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.
- AYRES**, Cristóvão, *Manuel da Maya e os engenheiros militares portugueses no terremoto de 1755*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1910.
- BAPTISTA**, Jean, *Dossiê Missões, As ruínas: a crise entre o temporal e o eterno, Volume 3*, São Miguel das Missões: Museu das Missões, 2009.
- \_\_\_\_\_, *Dossiê Missões, O Temporal, Volume 1*, São Miguel das Missões: Museu das Missões, 2009.
- \_\_\_\_\_, *Dossiê Missões, O espiritual, Volume 2*, São Miguel das Missões: Museu das Missões, 2009.
- BARREIRO**, José Carlos, *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*, São Paulo: Ed. Unesp, 2002.
- BELLOTTO**, Heloísa Liberalli, *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo*, São Paulo: Alameda, 2007.
- BIBLIOTECA NACIONAL**, *Tomas Ender, catálogo de desenhos*, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1968.
- BLAJ**, Ilana, *A trama das tensões: o progresso de mercantilização da São Paulo colonial, 1681-1721*, São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2002.

**BORREGO**, Maria Aparecida de Menezes, *A Teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*, tese de doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 2006.

---

\_\_\_\_\_, Laços familiares e aspectos materiais da dinâmica mercantil na cidade de São Paulo (séculos XVIII e XIX). Anais do Museu Paulista, vol. 18, n. 1, 2010, p. 11-41.

**BOXER**, Charles, *O Império marítimo português, 1415-1825*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

**BRAUDEL**, Fernand, *Memórias do Mediterrâneo*, Lisboa: Multinova, 2001.

**BRESSANIN**, Marcelo, *A cidade entre as colinas: o olhar ilustrado e as paisagens urbanas paulistanas, 1765-1822*, dissertação de mestrado, Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.

**BRUNO**, Ernani da Silva, *História e tradições da cidade de São Paulo*, 3 vol., Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

**BOURDIE**, Pierre, *O Amor Pela Arte: museus de arte na europa e seu público*, Porto Alegre: Editora Zouk, 2003.

**BUENO**, Beatriz P. Siqueira, *Desenho e desígnio, o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*, São Paulo: Edusp, 2012.

**BURKE**, Peter, *Testemunha ocular, história e imagem*, Bauru: Edusc, 2004.

**CALADO**, Margarida, “Urbanismo e poder no Portugal do século XVIII”, in: *Lisboa iluminista e o seu tempo*, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1997.

**CALADO**, Margarida (Coord.), *Atlas de Lisboa: a cidade no espaço e no tempo*, Lisboa: Contexto, 1993.

**CALVINO**, Italo, *As cidades invisíveis*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

**CANABRAVA**, Alice P., “Uma economia em decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765-1767”, in: *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 26(4): 95-123, out. – dez. 1972.

- CARITA**, Helder, *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- CARVALHO**, J. A. Branquinho de, “Coimbra, ontem e hoje. A Evolução do Largo da Portagem e da Praça 8 de Maio”, in *Baixa de Coimbra - Uma Viagem no Tempo*, Coimbra: GAAC ( Grupo de Arqueologia e de Arte do Centro ), 1995.
- CARVALHO**, Sérgio Luís de, *Cidades medievais portuguesas. Uma introdução ao seu estudo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.
- CASSIRER**, Ernst, *A filosofia do Iluminismo*, Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- CASTELNEAU-L’ESTOILE**, Charlotte, *Operários de uma vinha estéril: Os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil – 1580 – 1620*, Bauru: Edusc, 2006.
- CASTILHO**, Júlio, *Lisboa Antiga, O Bairro Alto, 5 Vol*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1954-66.
- CERTEAU**, Michel de, *A invenção do cotidiano: artes de fazer, vol 1*, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_, *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar, vol 2*, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_, *A escrita da história*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHARTIER**, Roger e **NEVEUX**, Hugues, “La ville dominante e soumise”, in Emmanuel Le Roy Ladurie Emmanuel Le Roy Ladurie (dir.), *La ville classique de la Renaissance aux Révolutions*, Paris: Seus, 1981, pp. 16-287 (*L’histoire de la France Urbaine*, 3).
- CHAUSSINAND-NOGARET**, Guy, “La ville Jacobine e Balzacienne”, in Emmanuel Le Roy Ladurie (dir.), *La ville classique de la Renaissance aux Révolutions*, Paris: Seus, 1981, pp. 539-620 (*L’histoire de la France Urbaine*, 3).
- CINTRA**, Jorge Pimentel, “A primeira planta topográfica da cidade de São Paulo”, in: [www.cartografia.org.br/xxi\\_cbc.htm](http://www.cartografia.org.br/xxi_cbc.htm).



**CORTESÃO**, Jaime, *A fundação de São Paulo: capital geográfica do Brasil*, Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955.

\_\_\_\_\_, *O Tratado de Madri*, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954.

**COSTA**, Wilma Peres, "Afonso D'Escragnole Taunay: *História geral das bandeiras paulistas*", in: **MOTA**, Lourenço Dantas (org.), *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*, volume 2, 2<sup>o</sup>. Edição, São Paulo: Senac, 2002. pp. 97-122.

**COULANGES**, Fustel, *A cidade antiga, Estudos sobre o Culto, o Direito, as Instituições da Grécia e de Roma*, São Paulo: Hemus, 1975.

**D'AGOSTINO**, Mário Henrique Simão, *A beleza e o mármore: o tratado De Architectura de Vitruvius e o Renascimento*, São Paulo: Annablume, 2012.

**DARNTON**, Robert, *O Iluminismo como negócio: história da publicação da "Enciclopédia", 1775-1800*, São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

**DELSON**, Roberta Marx, *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Alva-Ciord, 1997.

**DERNTL**, Maria Fernanda, *Método e arte: urbanização e formação territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811*, São Paulo: Alameda, 2013.

**DOMINGOS**, Simone Tiago, *Política e Religião: repercussões sobre o retorno dos jesuítas ao Brasil no segundo reinado, 1840/1870*, tese apresentada para a obtenção do título de doutora em história, Campinas: IFICH, 2014.

**DUBY**, Georges (org.), *Histoire de la France urbaine*, Paris: du Seuil, 1981.

\_\_\_\_\_, *O domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

\_\_\_\_\_, *As três ordens ou o Imaginário do Feudalismo*, Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

**ELLIS JUNIOR**, Alfredo, *A economia paulista no século XVIII, o ciclo do mear, o ciclo do açúcar*, São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1979.

\_\_\_\_\_, *Resumo da história de São Paulo*, São Paulo: Tipografia Brasil Rotschild Loureiro & Cia. Ltda, 1942.

\_\_\_\_\_, *Raça de Gigantes: a civilização no planalto paulista*, São Paulo: Hélios, 1926.

**ELLIS**, Myriam, “As bandeiras na expansão geográfica do Brasil”, *in*: HOLANDA, Sérgio Buarque (org), *História geral da civilização brasileira, tomo 1, A época colonial, vol. 1 do descobrimento à expansão territorial, 4º.ed*, São Paulo: DIFEL, 1972.

**ELIAS**, Norbert, *O processo civilizador*, 2 volumes, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

**FRANCO**, Francisco de Assis Carvalho, *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*, São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, divisão de publicações, 1954.

**FERREIRA**, Maria Thereza Corrêa da Rocha, *Aldeamentos indígenas paulistas no final do período colonial*, dissertação de mestrado, São Paulo: FFLCH/USP, 1991.

**FERREZ**, Gilberto, *Brasil no primeiro reinado visto pelo botânico William John Burchell, 1825/1829*, Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles, 1981.

\_\_\_\_\_, *O Brasil de Tomas Ender*, Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles, 1976.

**FIGUEIREDO**, Antonio Cardoso Borges de, *Coimbra antiga e moderna*, Coimbra: Edições Almedina, 1989.

**FLETCHER**, Richard, *Em busca de El Cid*, São Paulo: Editora Unesp, 2002.

**FLETCHER**, Richard, *A Cruz e o Crescente, Cristianismo e Islã*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

**FRANÇA**, José Augusto, *A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Cultura, 1978.

\_\_\_\_\_, *Lisboa pombalina e o Iluminismo*, Lisboa: Bertrand Editora, 1987.

- GEERTZ**, Clifford, *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GINZBURG**, Carlo, *Relações de força: história, retórica e prova*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_, *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_, *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- \_\_\_\_\_, *Nenhuma Ilha é uma Ilha – Quatro visões da literatura inglesa*, São Paulo: Companhia das Letras. 2004.
- GINZBURG**, Carlo. “História da Arte Italiana”. In: **GINZBURG**, Carlo, Castelnovo, E. e **PONI**, C. (org), *A Micro-história e outros ensaios*, São Paulo: Bertrand Brasil, 1991. PP. 5-93.
- GIRÃO**, Aristides de Amorim, “Origens e evolução do urbanismo em Portugal”, in: *Revista Centro de Estudos Demográficos*, Lisboa, N. 1, 1945.
- GLEZER**, Raquel. *Chão de terra e outros estudos*. São Paulo, Alameda, 2007.
- GUARDADO**, Carlos, *Lisboa medieval: a organização e a estruturação do espaço urbano*, Lisboa: Colibri, 2008.
- HELFERICH**, Gerard, *O Cosmos de Humboldt. Alexander Von Humboldt e a viagem à América Latina que mudou a forma como vemos o mundo*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- HESPANHA**, Antonio Manuel (Coord.) e **MATTOSO**, José (Dir.), *História de Portugal, Vol. 4, O antigo regime*, Lisboa: Estampa, 1992.
- HOBBSAWM**, Eric J., *A era das Revoluções, Europa 1789-1848*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- HOLANDA**, Sérgio Buarque de, *Caminhos e fronteiras*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_, *Monções*, 3<sup>o</sup>.ed, São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_, *Raízes do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 1<sup>o</sup>. Ed. 1936.

\_\_\_\_\_, “Movimentos da população em São Paulo no século XVII”, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, número 1, São Paulo: IEB/USP, 1966. pp. 55-111.

\_\_\_\_\_, “São Paulo”, in: **HOLANDA**, Sérgio Buarque de (org), *História Geral da Civilização Brasileira, Dispersão e unidade*, Tomo II, Volume IV, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_**(org)**, *História Geral da Civilização Brasileira, Vol. 1, Tomo 1*, 4<sup>o</sup>.ed, São Paulo: DIFEL, 1972.

**HOURLANI**, Albert, *Uma história dos povos árabes*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

**JARDIM**, Caio, “A capitania de São Paulo sob o governo do Morgado de Mateus”, *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 5(53): 7-27, dez. 1939.

**LAGO**, Pedro Corrêa, **PESSOA**, Ana e **BANDEIRA**, Júlio (orgs.), *Palliere e o Brasil: obra completa*, Rio de Janeiro: Capivara, 2011.

**LAMAS**, José M. Ressano Garcia, *Morfologia urbana e desenho da cidade*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1992.

**LE GOFF**, Jacques, *Por amor às cidades*, São Paulo: Unesp, 1998.

\_\_\_\_\_, *História e memória*, Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

**LEITE**, Aureliano, *Subsídios para a história da civilização paulista*, São Paulo: Saraiva, 1954.

**LEMONS**, Carlos, *Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*, São Paulo: Edusp, 1999.

\_\_\_\_\_, “Notas sobre a cultura material e o cotidiano em São Paulo dos tempos coloniais”, in: **PORTA**, Paula (org), *História da cidade de São Paulo, a cidade colonial 1554-1822*, São Paulo: Paz e Terra, 2004. pp. 179 - 189.

**LEONZO**, Nanci, *Defesa militar e controle social na capitania de São Paulo: as milícias*, tese de doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 1979.

**LEPETIT**, Bernard, *Les Villes dans la France moderne (1740-1840)*, Paris: Albin Michel, 1988.

**LÉVI-STRAUSS**, Claude, *Antropologia Estrutural 2*. 5ª Ed. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1996.

\_\_\_\_\_, *Tristes Trópicos*, São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

**LOBO**, Manuel Leal da Costa e **SIMÕES JÚNIOR**, José Geraldo, *Urbanismo de colina: uma tradição luso-brasileira*, São Paulo: Universidade Presbiteriana MacKenzie, 2012.

**LÓPEZ**, Jesús Bermudez, *La Alhambra y el Generalife*, Granada: TF Editores/Patronato de La Alhambra y el Generalife, s/d.

**LUNA**, Francisco Vidal, e **KLEIN**, Herbert, *Evolução e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*, São Paulo: Edusp, 2006.

**MACHADO**, Alcântara, *Vida e morte do bandeirante*, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1980. 1º. Ed. 1929.

**MADRE DE DEUS**, Frei Gaspar da, *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*, São Paulo: Livraria Martins, 1953. 1º. Ed 1797.

**MARANHO**, Milena Fernandes, *Vivendas paulistas: padrões econômicos e sociais de vida em São Paulo de meados do século XVII (1648-1658)*, Campinas: IFCH/Unicamp, 1998.

\_\_\_\_\_, *A opulência relativizada: significados econômicos e sociais dos níveis de vida dos habitantes da região do Planalto de Piratininga*,

1648-1682, dissertação de mestrado, **ALGRANTI**, Leila Mezan (orient), Campinas: IFCH/Unicamp, 2000.

**MARCÍLIO**, Maria Luiza, *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos*, São Paulo: Pioneira/Edusp, 1974.

\_\_\_\_\_, *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*, São Paulo: Hucitec/EDUSP, 2000.

**MARINS**, Paulo César Garcez, *Através da rótula: sociedade e arquitetura no Brasil, séculos XVII a XX*, São Paulo: Humanitas, 2001.

\_\_\_\_\_, *A cidade colonial na América Portuguesa: morfologia urbana, atores sociais, presença do Estado (Salvador, séculos XVI a XVIII)*, Franca: Unesp/Olho d'Água, 2005.

**MARQUES**, Gabriel, *Ruas e tradições de São Paulo: uma história em cada rua*, São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1966.

**MARX**, Murillo Azevedo, *Cidade no Brasil, em que termos?*, São Paulo: Studio Nobel, 1999.

\_\_\_\_\_, *Seis conventos, seis cidades*, tese de doutorado, São Paulo: FAU/USP, 1984.

\_\_\_\_\_, *Cidade brasileira*, São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1980.

**MATTOS**, Odilon Nogueira de, "A guerra dos Emboabas", *in: HOLANDA*, Sérgio Buarque de (org), *História Geral da civilização brasileira*, Tomo 1, Volume 1, 4<sup>o</sup>.ed, São Paulo: DIFEL, 1972. pp. 297 a 306.

\_\_\_\_\_, "Uma visão diferente de São Paulo no início do século XIX", *in: Notícia bibliográfica e histórica, ano XXXV, n 188*, Campinas: PUC Campinas, janeiro-março de 2003. pp. 3-9.

**MATTOS**, Renato de, *Política e negócios em São Paulo: da abertura dos portos à Independência (1808-1822)*, tese apresentada para a obtenção do título de doutor, São Paulo: FFLCH/USP, 2015.

**MATTOSO** , José (Coord.), *História de Portugal, vol. 1, Antes de Portugal*, Lisboa: Estampa, 1997.

\_\_\_\_\_, *História de Portugal, vol. 2, A monarquia feudal*, Lisboa: Estampa, 1997.

**MATTOSO**, José, “A época sueva e visigótica”, in **MATTOSO** , José (Coord.), *História de Portugal, vol. 1, Antes de Portugal*, Lisboa: Estampa, 1997. Pp. 275-295.

**MAXWELL**, Kenneth, *Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

**MEDICCI**, Ana Paula, *Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*, tese apresentada para obtenção do título de doutor, São Paulo: FFLCH/USP, 2010.

**MELO**, Luis Correia de, *Dicionário de autores paulistas*, São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, divisão de publicações, 1954.

**MEMÓRIA URBANA – A GRANDE SÃO PAULO ATÉ 1940**, São Paulo: Imprensa Oficial/Emplasa/Arquivo do Estado, 2001.

**MENDES**, Denise, *A Calçada do Lorena: o caminho de tropeiros para o comércio do açúcar paulista*, dissertação de mestrado, São Paulo: FFLCH/USP, 1994.

**MENESES**, Ulpiano T. B. de, *O objeto material como documento*, aula ministrada no curso “Patrimônio cultural: políticas e perspectivas”, organizado pelo IAB/CONDEPHAAT em 1980, mimeo.

- \_\_\_\_\_, “Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana”, in *Revista USP: Dossiê Brasil dos Viajantes*, São Paulo, N. 30, junho/agosto 1996, pp. 144-155.
- MENOCAL**, Maria Rosa, *O ornamento do mundo*, São Paulo: Record, 2004.
- MESGRAVIS**, Laima, “De bandeirante a fazendeiro: aspectos da vida social e econômica em São Paulo colonial”, in: **PORTA**, Paula (org), *História da cidade de São Paulo, a cidade colonial 1554-1822*, São Paulo: Paz e Terra, 2004. pp. 115 – 143.
- MOITA**, Irisalva (Ed.), *Lisboa quinhentista. A imagem e a vida da cidade*. Lisboa: Museu da Cidade, 1983.
- MONTEIRO**, John Manuel, *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_, “Tupis, tapuias e história de São Paulo. Revisitando a velha questão guaianá”, São Paulo, *Novos estudos Cebrap*, v. 34, pp. 125-135, 1992.
- MONTEIRO**, Nuno Gonçalo, *D. José I, na sombra de Pombal*, Lisboa: Temas e Debates, 2008.
- MOREIRA**, Rafael, “A arte da Ruação e a cidade luso-brasileira”, *Cadernos de pesquisa do LAP*, São Paulo: FAUUSP, n.37, pp.6-32, 2003.
- MORSE**, Richard, *De comunidade à MetrÓpole*, São Paulo: Comissão do IV Centenário da fundação de São Paulo, 1954.
- MOURA**, Denise A. Soares de, *Sociedade movediça, Economia, cultura e relações sociais em São Paulo – 1808-1850*, São Paulo: Ed. Unesp, 2006.
- MOURA**, Paulo Cursino, *São Paulo de outrora, evocações da metrÓpole, psychologia das ruas*, São Paulo: Melhoramentos, 19-?
- MUMFORD**, Lewis, *La cite à travers l’histoire*, Paris: Seuil, 1964.



- NEVES**, Cylaine Maria das, *A Vila de São Paulo de Piratininga, Fundação e Representação*, São Paulo: Fapesp/Annablume, 2007.
- NOBREGA**, Mello, *História do Rio Tietê*, São Paulo: Edusp, 1981.
- NOVAIS**, Fernando Antonio, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, 6º. Ed, São Paulo: Hucitec, 1995.
- OLIVEIRA**, Antonio Rodrigues Veloso de, *Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo*, São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.
- OLIVEIRA**, José Teixeira de (org), *Dicionário brasileiro de datas históricas*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1992.
- O'MALLEY**, John W., *Os primeiros jesuítas*, Bauru/São Leopoldo: Edusc/Ed. Unisinos, 2004.
- PETRONE**, Maria Theresa Schorer, *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- PETRONE**, Pasquale, *Aldeamentos paulistas*, São Paulo: Edusp, 1995.
- PORTA**, Paula (org), *História da cidade de São Paulo, a cidade colonial 1554-1822*, São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- \_\_\_\_\_ (coord.), *Guia dos documentos históricos na Cidade de São Paulo, 1554-1954*, São Paulo: Neps/Hucitec, 1998.
- PORTELA**, Sara e **LOBO**, Manuel Leal da Costa, "O bairro de Alfama em Lisboa", in **LOBO**, Manuel Leal da Costa e **SIMÕES JÚNIOR**, José Geraldo, *Urbanismo de colina: uma tradição luso-brasileira*, São Paulo: Universidade Presbiteriana MacKenzie, 2012. Pp.255-318.
- PORTO**, Antônio Rodrigues, *História urbanística da cidade de São Paulo (1554/1988)*, São Paulo: Ed. Carthago & Forte, 1992.
- POULOT**, Dominique. *Uma História do Patrimônio no Ocidente. Seculos XVIII-XXI*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

**PRADO JR.**, Caio, *Evolução Política do Brasil e outros estudos*, São Paulo: Brasiliense, 1972.

\_\_\_\_\_, *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*, São Paulo: Publifolha, 2000.

**QUEIROZ**, Maria Pereira de, *Um fazendeiro paulista no século XIX*, São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1965.

**REIS**, Nestor Goulart, *São Paulo: vila cidade metrópole*, São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_, *Dois séculos de projetos no Estado de São Paulo, grandes obras e urbanização, 3 volumes*, São Paulo: Imprensa Oficial/Edusp, 2010.

**RIBEIRO**, Orlando, “Origem e evolução do urbanismo em Portugal”, *in: Revista do Centro de Estudos Geográficos*, Lisboa, N. 1, 1945.

\_\_\_\_\_, *Mediterrâneo. Ambiente e tradição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

\_\_\_\_\_, “As cidades ibéricas tradicionais e a sua expansão no mundo”, *in: Opúsculos geográficos, Temas urbanos*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, vol.5.

**ROCHA FILHO**, Gustavo Neves da, “O urbanismo dos jesuítas no Brasil”, Comunicação apresentada à *47ª. Reunião Anual da Sociedade Brasileira Para Progresso da Ciência*, Vitória: (s.n), 1995.

**ROCHE**, Daniel, *História das coisas banais: nascimento do consumo séc. XVII-XIX*, Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

**RONCAYOLO**, Marcel, e **PAQUOT**, Thierry (dir.), *Villes et civilisation urbaine: XVIII – XX siècles*, Paris: Larousse, 1992.

**ROSSA**, Walter, “A cidade portuguesa”, *in: PEREIRA, P., História da arte portuguesa*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, 1995, Vol. III.

- SAA**, M., *As origens do Bairro Alto de Lisboa*, Lisboa: Solução Editora, 1929.
- SANTOS**, Milton, *Por Uma Geografia Nova*, São Paulo: Hucitec, 1988.
- \_\_\_\_\_, *Técnica, Espaço Tempo*, São Paulo: Hucitec, 1994.
- SÃO PAULO (CIDADE)**, *São Paulo: Crise e Mudança*, São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo /Editora Brasiliense, 2ª edição, s/d.
- \_\_\_\_\_, *IV centenário da fundação da cidade de São Paulo e sua evolução: 1554-1954*, São Paulo: Organização e Expansão Industrial e Comercial do Estado de São Paulo, 19-?
- SCHORSKE**, Carl, *Viena fin de siècle*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SEQUEIRA**, Gustavo de Matos, *Lisboa, oito séculos de história*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974.
- SERJEANT**, R. B., *La ciudad islâmica*, Barcelona: Serbal, 1982.
- SERRÃO**, Luiz Pimentel, *Prática da arte de navegar*, Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colônias, 1940. 1º. Ed 1681.
- SILVA**, Armando Coelho Ferreira da, *A cultura castreja no norte de Portugal*, Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986.
- SILVA**, Rodrigo da, *Sobre taipas e textos. Um estudo sobre as narrativas a respeito da cidade de São Paulo*, São Paulo: Alameda, 2013.
- SOUZA**, Laura de Mello, “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”, in **NOVAIS**, Fernando Antonio (coord.) e **SOUZA**, Laura de Mello e (org.), *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, vol. 1, São Paulo: Companhia das Letras, 2001. pp. 41-82.
- \_\_\_\_\_, *O Sol e a Sombra. Política e administração na América Portuguesa do século XVIII*, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

**TAQUES**, Pedro, *Nobiliarquia paulistana, Histórica e Genealógica*, 5º. Ed, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980.

**TAUNAY**, Afonso D'Escragnole, *Non ducor, duco: notícias de São Paulo 1565-1820*, São Paulo: Typ. Ideal – H. L. Canton, 1924.

\_\_\_\_\_, *São Paulo nos primeiros anos 1554-1601 e São Paulo no século XVI*, São Paulo: Paz e Terra, 2004. 1º. Edições 1920 e 1921 subsequentemente.

\_\_\_\_\_, *História da cidade de São Paulo*, São Paulo: Melhoramentos, 1953.

\_\_\_\_\_, *História colonial da cidade de São Paulo no século XIX*, São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 19-?

\_\_\_\_\_, *História da cidade de São Paulo no século XVIII*, São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 19-?

\_\_\_\_\_, *Antigos aspectos paulistas*, São Paulo: Diário Oficial, 1927.

\_\_\_\_\_, *Ensaio da história paulistana*, São Paulo: s/d, 1940.

**TEIXEIRA**, Manuel C., *A forma da cidade de origem portuguesa*, São Paulo: Unesp, 2012.

\_\_\_\_\_, "A influência dos modelos urbanos portugueses na origem da cidade brasileira", in: *História da cidade e do urbanismo. Anais do IV Seminário*, Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 1997, 2v.

**THOMPSON**, Edward P., *Costumes em comum, Estudos sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_, *A formação da classe operária inglesa, vol. 1, A árvore da Liberdade*, 3º.ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_, *A formação da classe operária inglesa, vol. 2, A maldição de Adão*, 3º.ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

**TODOROV**, Tzvetan, *O espírito das luzes*, São Paulo: Barcarolla, 2008.

**TOLEDO**, Benedito Lima de, *São Paulo, três cidades em um século*, São Paulo: Duas Cidades, 1983.

\_\_\_\_\_, *O real corpo de engenheiros na capitania de São Paulo*, São Paulo: João Fortes Engenharia, 1981.

**MARTINS**, Nestor Torelly, “O legado arquitetônico”, in **TAVARES**, Eduardo, *Missões*, São Leopoldo: Unisinos, 1999.

**VOVELLE**, Michel, “A longa duração”, in: **LE GOFF**, Jacques, *A história nova*, São Paulo: Martins Fontes, 1988. PP. 63-96.

**WAGNER**, Robert, *Viagem ao Brasil: nas aquarelas de Thomas Ender 1817 – 1818*, Petrópolis: Kapa Editorial, 2000.

**ZANETTINI**, Paulo Eduardo, *Calçada do Lorena: o caminho para o mar*, dissertação de mestrado, São Paulo: FFLCH/USP, 1998.

\_\_\_\_\_, *Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na Casa Bandeirista*, tese de doutorado, São Paulo: MAE/USP, 2006.

